



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL  
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FAS  
DIRETORIA DE GESTÃO DO SUAS – VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

## **DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE CAXIAS DO SUL**

Caxias do Sul  
2016

## **1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL

Prefeito: Daniel Antônio Guerra

Chefe de Gabinete: Júlio César Freitas da Rosa

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FAS:

Presidente: Rosana Santini Menegoto

Diretora de Gestão do SUAS: Fernanda L. Benetti

Diretora de Proteção Social Básica: Heloísa Teles

Diretora de Proteção Social Especial: Ana Maria Pincolini

Diretor Administrativo: André Luis Dall Agnese

RESPONSÁVEIS PELA SISTEMATIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Diretoria de Gestão do SUAS – Vigilância Socioassistencial:

Ana Luiza De Bona Castellan Esquiam Viganó

Auro Luis da Silva

Janaína Oliveira da Silva

Lúcia Teles

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1 DADOS GERAIS DE CAXIAS DO SUL</b>	<b>11</b>
<b>2 VULNERABILIDADES SOCIAIS, COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DEMANDAS NOS TERRITÓRIOS</b>	<b>48</b>
<b>2.1 Território do CRAS Centro</b>	<b>72</b>
2.1.1 Perfil das Famílias cadastradas	72
2.1.2 Indicadores de Vulnerabilidade social	78
a) Situação de pobreza e extrema pobreza	78
b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	82
c) Beneficiários do BPC	85
2.1.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Centro	87
2.1.4 Demandas de novos serviços no território Centro	94
<b>2.2 Território do CRAS Norte</b>	<b>104</b>
2.2.1 Perfil das Famílias cadastradas	104
2.2.2 Indicadores de Vulnerabilidade social	109
a) Situação de pobreza e extrema pobreza	109
b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	112
c) Beneficiários do BPC	116
2.2.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Norte	118
2.2.4 Demandas de novos serviços no território Norte	123
<b>2.3 Território do CRAS Oeste</b>	<b>126</b>
2.3.1 Perfil das Famílias cadastradas	126
2.3.2 Indicadores de Vulnerabilidade social	135
a) Situação de pobreza e extrema pobreza	135
b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	137
c) Beneficiários do BPC	141
2.3.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Oeste	143
2.3.4 Demandas de novos serviços no território Oeste	147

<b>2.4 Território do CRAS Leste</b>	<b>151</b>
2.4.1 Perfil das Famílias cadastradas	151
2.4.2 Indicadores de Vulnerabilidade social	158
a) Situação de pobreza e extrema pobreza	158
b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	161
c) Beneficiários do BPC	165
2.4.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Leste	167
2.4.4 Demandas de novos serviços no território Leste	170
<b>2.5 Território do CRAS Sul</b>	<b>173</b>
2.5.1 Perfil das Famílias cadastradas	173
2.5.2 Indicadores de Vulnerabilidade social	179
a) Situação de pobreza e extrema pobreza	179
b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	182
c) Beneficiários do BPC	186
2.5.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Sul	187
2.5.4 Demandas de novos serviços no território Sul	191
<b>2.6 Território do CRAS Sudeste</b>	<b>195</b>
2.6.1 Perfil das Famílias cadastradas	195
2.6.2 Indicadores de Vulnerabilidade social	199
a) Situação de pobreza e extrema pobreza	199
b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família	201
c) Beneficiários do BPC	205
2.6.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Sudeste	207
2.6.4 Demandas de novos serviços no território Sudeste	209
<b>3 DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES DO PBF</b>	<b>211</b>
<b>4 INDICADORES DE SITUAÇÕES DE RISCO PESSOAL E SOCIAL POR 250 VIOLAÇÃO DE DIREITOS</b>	<b>250</b>
4.1 Situações de Negligência e Violências	253
a) Segmento Criança e Adolescente	254
b) Segmento Idoso	257



	5
c) Pessoas com Deficiência (PCD)	262
d) Mulheres	264
4.2 Ato Infracional	266
4.3 Trabalho Infantil	270
4.4 Pessoas Adultas em Situações de Rua	296
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	315
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	317
<b>7 LISTA DE SIGLAS</b>	318
<b>8 ANEXOS</b>	319

## APRESENTAÇÃO

Foi a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 194), que a Assistência Social passou a compor o tripé da Seguridade Social, junto com a saúde e a previdência social, constituindo-se como direito a ser assegurado por um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. Em 1993, ela foi regulamentada com a lei nº 8.742 que instituiu a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993), e adquiriu uma organização com princípios e diretrizes próprias. Sendo reafirmada como um direito do cidadão e dever do Estado, foi definida como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais para garantir às necessidades básicas.

Nesse sentido, a política de assistência social busca prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia. Essa política, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado<sup>1</sup> e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS. (BRASIL, NOB SUAS, 2012, p. 02). O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social, pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 e pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

As responsabilidades compartilhadas dessas instâncias se pautam pela ampliação da proteção socioassistencial em todos os seus níveis (básica e especial) contribuindo para a erradicação do trabalho infantil, o enfrentamento da pobreza, da extrema pobreza e das desigualdades sociais, e para a garantia dos direitos, conforme disposto na Constituição Federal e na legislação relativa à assistência social. Por isso, cabe a todas as esferas de governo o papel no compartilhamento da decisão, execução e financiamento das ações socioassistenciais (NOB SUAS, 2012).

Os objetivos, os princípios e as diretrizes do SUAS, explícitos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, 2012), ressaltam as responsabilidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios na gestão e no cofinanciamento da proteção social dos usuários por meio de serviços, programas,

---

<sup>1</sup> A descentralização político-administrativa pressupõe compartilhamento de responsabilidades na gestão e cofinanciamento entre os entes federados, articulando também a territorialização. A participação da população ocorre por meio de organizações representativas.

projetos e benefícios socioassistenciais de forma articulada e integrada com as demais políticas públicas e órgãos setoriais.

Em consonância ao Art. 53 da NOB SUAS (2012), os Municípios devem destinar recursos próprios para o cumprimento de suas responsabilidades e atribuições, em especial: I - Custeio dos benefícios eventuais; II - Cofinanciamento dos serviços, programas e projetos socioassistenciais sob sua gestão; III – Atendimento às situações emergenciais; IV - Execução dos projetos de enfrentamento da pobreza; V - Provimento de infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho de Assistência Social Municipal, e instituir programas de transferência de renda integrados ao Programa Bolsa Família; VI - Aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados; VI – Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial; VII – Organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de Serviços da Proteção Social Básica e Especial.

Para cumprir essas atribuições, especialmente no que diz respeito à organização da oferta de serviços em áreas de maior vulnerabilidade e risco, como citado anteriormente, o Município precisa conhecer a sua realidade a partir do seu diagnóstico socioterritorial. Conforme o art. 18 da NOB-SUAS (2013), o Diagnóstico socioterritorial é um dos componentes do Plano de Assistência Social, o qual deve ser elaborado por cada esfera de governo a cada quatro anos. Ele tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (Art. 20).

Além dos riscos e das vulnerabilidades sociais, o diagnóstico socioterritorial identifica a cobertura da rede socioassistencial do território, ou seja, quantas famílias já estão sendo atendidas, bem como quantas famílias são demandantes e quantas não estão sendo adequadamente atendidas. O mapeamento da rede de serviços é fundamental tanto para conhecer a oferta existente quanto para subsidiar a apresentação de propostas em atendimento às demandas atuais e às projeções futuras.

No município de Caxias do sul, a gestora da política de assistência social é a Fundação de Assistência Social – FAS, que é responsável pelo planejamento, coordenação, execução e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios

socioassistenciais da rede pública e privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A Fundação de Assistência Social - FAS, instituída nos termos da Lei Municipal nº4419 de 04 de Janeiro de 1996, faz parte da administração indireta do Poder Executivo Municipal, com personalidade jurídica própria de Direito Público.

Em 2005, o município de Caxias do Sul, considerado de grande porte pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), foi habilitado na *Gestão Plena* do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS-2005) para a execução da política municipal de assistência social, através da oferta de projetos, programas, serviços e benefícios de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade.

Além de gerenciar a proteção social e a garantia de direitos, a FAS também realiza a função de vigilância socioassistencial por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, identificando as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre as famílias e indivíduos bem como eventos de violação de direitos. Da mesma forma, realiza o mapeamento dos serviços ofertados pela rede socioassistencial quanto ao tipo, volume e padrões de qualidade (NOB-SUAS-2005). No organograma da Fundação, esta função é realizada por uma equipe de profissionais que atuam na Diretoria de Gestão do SUAS que, entre outras atribuições, é responsável pela construção do diagnóstico socioterritorial do município de Caxias do Sul.

Para esta versão do diagnóstico socioterritorial foi utilizado, principalmente, a base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, relativa a dezembro de 2014 no que diz respeito às principais variáveis solicitadas às famílias durante a entrevista. Para algumas destas variáveis, foram prospectados e comparados com dados de julho de 2016, para identificar o crescimento ou diminuição das famílias incluídas nas regiões mais vulneráveis. Também foram coletados dados e informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Censo SUAS, do IBGE, Conferência Municipal de Assistência Social, entre outros<sup>2</sup>.

Cabe registrar que o Cadastro Único, operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e Caixa Econômica Federal, configura-se como a fonte mais importante disponível atualmente para a identificação e

<sup>2</sup> Outras fontes de dados importantes para a realização do diagnóstico é relativo aos dados produzidos pelos Serviços e Programas da rede socioassistencial pública e privada do SUAS, através dos seus relatórios. Essas fontes são relevantes na medida em que são registrados os atendimentos prestados às famílias que os acessam, embora saibamos que percentual expressivo das famílias neles atendidas estão incluídas no Cadastro Único.

caracterização das famílias vulneráveis do município, a partir do critério da renda, uma vez que estão nele incluídas aquelas em situação de pobreza e de extrema pobreza, entendidas como aquelas que têm renda per capita de até R\$ 170,00, embora possam ser incluídas famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos. Nele são registradas informações sobre a renda, condições de habitação e a situação educacional dos cadastrados, entre outras características sociodemográficas.

Além do perfil específico para inclusão no Cadastro Único a partir de critérios de renda, o MDSA realiza, anualmente, processos de averiguação e atualização cadastral. No primeiro, são realizados cruzamentos com dados de outras bases oficiais para a identificação de inconsistências ou omissão de dados cadastrais. Já no segundo procedimento, são identificadas as famílias que necessitam atualizar as informações prestadas na última entrevista, o que deve ocorrer a cada dois anos ou sempre que houver alterações cadastrais. Ambas as situações, propiciam maior fidedignidade dos dados coletados, permitindo que tenhamos dados atualizados e qualificados deste público específico. Acrescente-se a isso, a exclusão lógica de famílias incluídas no Cadastro Único, também realizada pelo MDSA, na qual são excluídos da base nacional aqueles cadastros que não tiveram atualizações nos últimos quatro anos.<sup>3</sup>

Em que pese a realização dos processos de averiguação e atualização cadastral, da exclusão lógica de cadastros desatualizados, do gradativo aumento do número de famílias incluídas, da descentralização parcial do Cadastro Único para alguns dos CRAS (Norte, Sul, Leste e Oeste), é necessário ressaltar que nem todas as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, para ficar somente nesses dois grupos, estão incluídas no Cadastro Único. Acrescente-se a isso o número reduzido de famílias que foram incluídas nessa ferramenta através da busca ativa ou através de visita domiciliar.

A Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, por exemplo, estabelece que, caso seja priorizada a inclusão de famílias através de postos fixos ou itinerantes, ou seja, a inclusão a partir da busca espontânea das famílias, 20% das famílias incluídas, no mínimo, deve ocorrer através da busca ativa e de visitas domiciliares. Esse procedimento permite que seja garantido o cadastramento daquelas famílias com dificuldade de acesso às informações ou de locomoção aos postos fixos.

Dessa forma, se formos utilizar os dados de dezembro de 2014, identificamos

<sup>3</sup> Ver Instrução Operacional nº 73, de 15 de janeiro de 2015, na qual são apresentados os procedimentos adotados para a exclusão lógica dos cadastros desatualizados.

que somente 1,25% das famílias foram incluídas através de visitas e, em setembro de 2016, esse percentual foi de 1,54%. Portanto, é necessário, para qualificar ainda mais os dados do Cadastro Único, que se proceda ao aumento de visitas domiciliares para a inclusão e atualização cadastral das famílias e também o aumento das equipes de entrevistadores, uma vez que são comuns os casos de famílias que desistem da inclusão no Cadastro Único em função de filas que se formam em função da grande procura. Além disso, em reuniões com equipes dos CRAS ficou evidente que determinado percentual de famílias procuraram o Cadastro Único, não para que sejam incluídas em função da vulnerabilidade social decorrente da baixa renda, mas por exigência na qual, para participar de serviços específicos da rede socioassistencial, as famílias devam apresentar o Número de Identificação Social (NIS), o que só é possível com a inclusão no Cadastro Único. Nesse sentido, cabe salientar que para essas famílias em específico, que só foram incluídas no Cadastro Único para fins de obtenção do NIS, são casos em que pelas variáveis de renda e de composição familiar, não têm perfil de Cadastro Único e, portanto, questionável a inclusão tanto em programas da rede socioassistencial como no Cadastro Único.

Apesar dos pontos deficientes apresentados acima, a base de dados das famílias disponibilizada pelo Cadastro Único é representativa e possibilitou a identificação e caracterização da população de baixa renda e serviu como ferramenta para a construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios e estimar a demanda potencial dos serviços de Proteção Social Básica e Especial e sua distribuição no território.

Para essa parte do diagnóstico foram utilizados dados do Cadastro Único, realizando o levantamento e análise de dados: a) das famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único; b) dos territórios com a concentração da população em situação de vulnerabilidade e risco social; c) da oferta e demanda da rede socioassistencial e intersetorial.

Considerando-se que, segundo a PNAS (2004), há uma necessidade de que a vulnerabilidade seja entendida como uma conjugação de fatores, envolvendo, via de regra, características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas, para identificar as famílias/indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco social, foram utilizados os seguintes indicadores: a) Situação de pobreza e extrema pobreza; b) Beneficiários e não beneficiários do PBF; c) Beneficiários do BPC.

Salientamos que o processo de elaboração do diagnóstico ocorreu de forma participativa, buscando envolver os trabalhadores do SUAS, especificamente as equipes dos CRAS e CREAS. Os dados preliminares foram apresentados na assembleia do Conselho Municipal de Assistência Social no dia 08 de dezembro de 2016.

Na primeira parte do diagnóstico, são apresentados dados gerais do município, onde são mencionadas particularidades do município, no que diz respeito à sua constituição, a dados demográficos comparativos entre os Censos de 2000 e 2010, à caracterização da economia, dados das áreas da Educação, Saúde e Mercado de Trabalho.

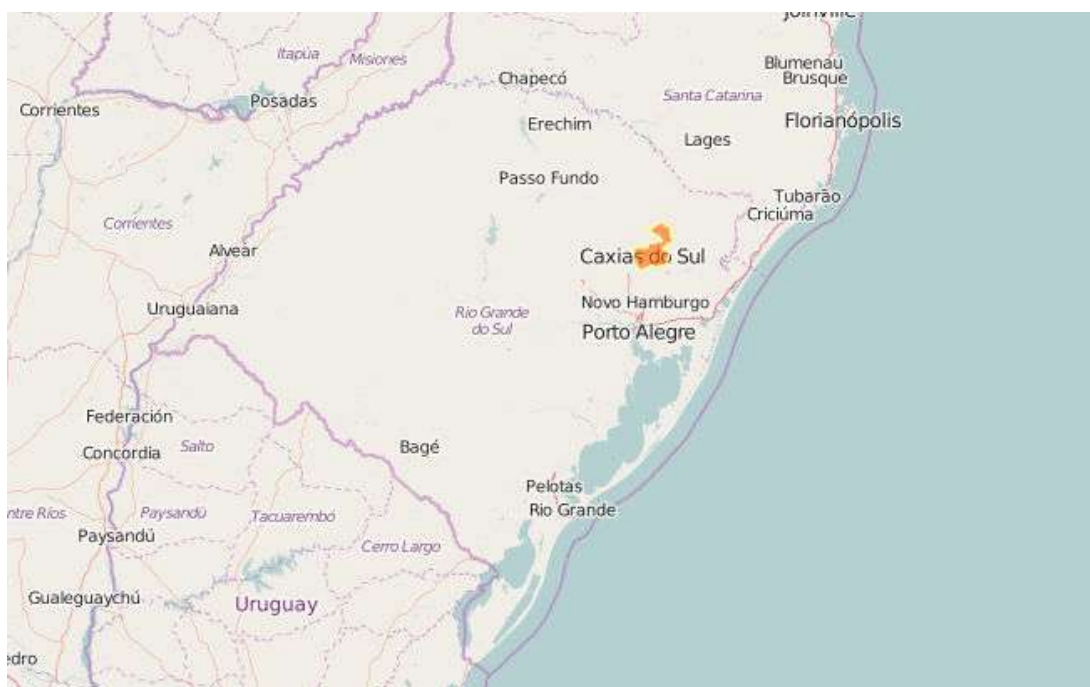
Posteriormente, são apresentados conceitos relativos a três dimensões: vulnerabilidades sociais vivenciados pelos usuários da política de assistência social, cobertura da rede socioassistencial por nível de proteção social e demandas de novos serviços em todo município. Ainda nesse capítulo, essas dimensões são apresentadas em cada um dos seis territórios dos CRAS existentes (Centro, Norte, Oeste, Leste, Sul e Sudeste), através dos itens: perfil das famílias cadastradas no CADÚnico, indicadores de vulnerabilidades, cobertura dos serviços socioassistenciais ofertados e as demandas de novos serviços.

No terceiro e quarto capítulo são abordados respectivamente o descumprimento de condicionalidades do PBF e os indicadores de situações de risco pessoal e social por violação de direitos ocorridos no município de Caxias do Sul.

## 1 DADOS GERAIS DE CAXIAS DO SUL

O Município, fundado em 20 de junho de 1890, está localizado na extremidade leste da encosta superior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, ocupando uma área territorial de 1.648,60 quilômetros quadrados, com altitude de 760m acima do nível do mar (figura 1). Em linha reta, está distante 96km de Porto Alegre, capital do estado. Seu clima é subtropical, com chuvas periódicas, invernos frios, ocorrências de geadas e verões com temperaturas agradáveis (CAXIAS DO SUL, 2014).

**FIGURA 01** – Localização do Município de Caxias do Sul no Estado RS



Fonte: IBGE (2016)

A cidade de Caxias do Sul é dividida administrativamente em sete distritos (1º Distrito, Criúva, Fazenda Souza, Santa Lúcia do Piaí, Vila Cristina, Vila Oliva e Vila Seca) e em quatro regiões administrativas (Ana Rech, Desvio Rizzo, Forqueta e Galópolis). A área rural tem atualmente 134 comunidades, caracterizadas pelo minifúndio, em regime de economia familiar. São 6.300 propriedades, 5% delas com menos de um hectare e 80% com até 30 hectares. Possui duas áreas bem distintas: uma região colonial de topografia acentuada, onde são cultivados hortaliças, frutas, aves e cereais; e uma região de campo, em que predomina a pecuária extensiva de



corte.

Na história de sua colonização, suas terras eram chamadas inicialmente de Colônia Campo dos Bugres, pois eram habitadas por índios caingangues, até a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região serrana, em busca de trabalho e local para morar, por volta de 1875. Dois anos após, a sede da colônia do Campo dos Bugres recebeu a denominação de Colônia de Caxias. No dia 20 de junho de 1890 foi então criado o Município, e a 24 de agosto do mesmo ano, foi efetivada a sua instalação. No dia 1º de junho de 1910, Caxias foi elevada à categoria de cidade e, neste mesmo dia, chegava o primeiro trem, ligando a região à capital do Estado.

Ao longo do tempo, Caxias do Sul recebeu imigrantes das mais diversas etnias, vindos de diferentes cidades do Brasil e outros países, tornando-se uma cidade multiétnica e multirracial. Nos últimos anos, a cidade depara-se com um novo fluxo migratório, recebendo um grande número de senegaleses e haitianos. Segundo Vania Beatriz Merlotti Herédia, socióloga e professora do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Caxias do Sul (UCS), "É uma migração laboral. Ela ocorre em busca de trabalho. A Europa, que já foi um destino, está em crise. Já existiam senegaleses na Argentina há 10 anos. Agora, eles vieram para o Brasil e estão em Caxias do Sul", (ESPEIORIN, 2014).

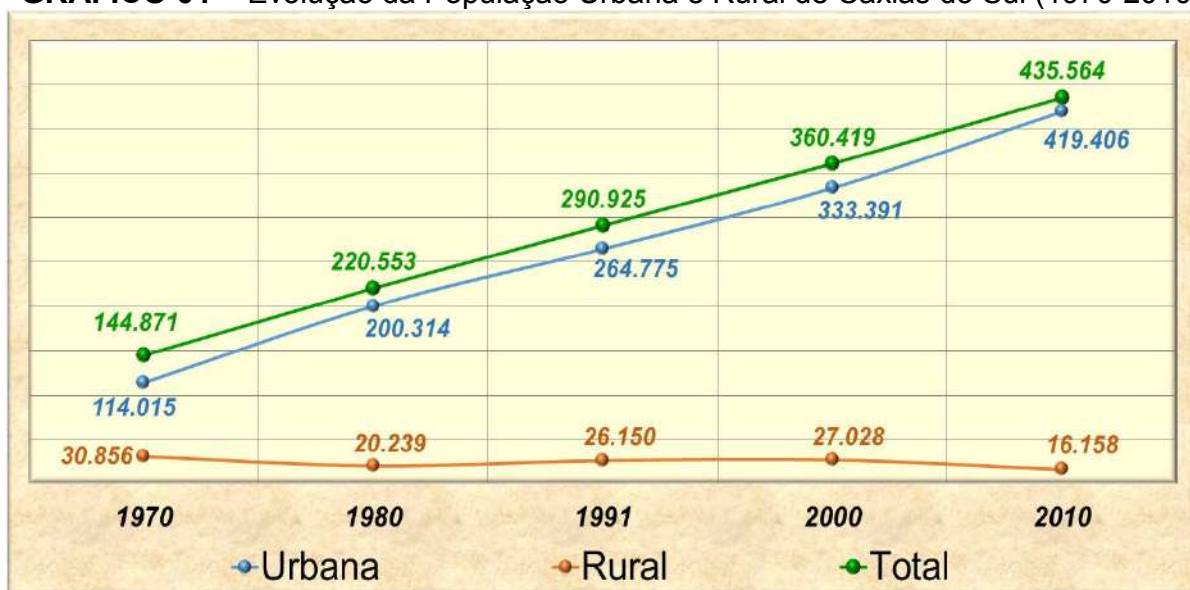
A seguir serão apresentados alguns dados sobre: demografia, economia, educação, saúde e mercado de trabalho, conforme Boletim do Diagnóstico Socioassistencial de Caxias do Sul<sup>4</sup> e do aplicativo Data Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome<sup>5</sup>. Os dados referentes a assistência social serão apresentados nos próximos itens.

## DEMOGRAFIA

O município de Caxias do Sul, por apresentar crescimento vegetativo expressivo e também por ser polo atrativo de mão-de-obra, favorecendo processos migratórios, registrou crescimento demográfico significativo nos últimos quarenta e cinco anos, como podemos verificar no gráfico abaixo. Nele, são apresentados dados da população urbana e rural, bem como o total da população nos últimos cinco censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

<sup>4</sup>Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php> (Boletim gerado em 18 de outubro de 2013. (MDS, 2010).

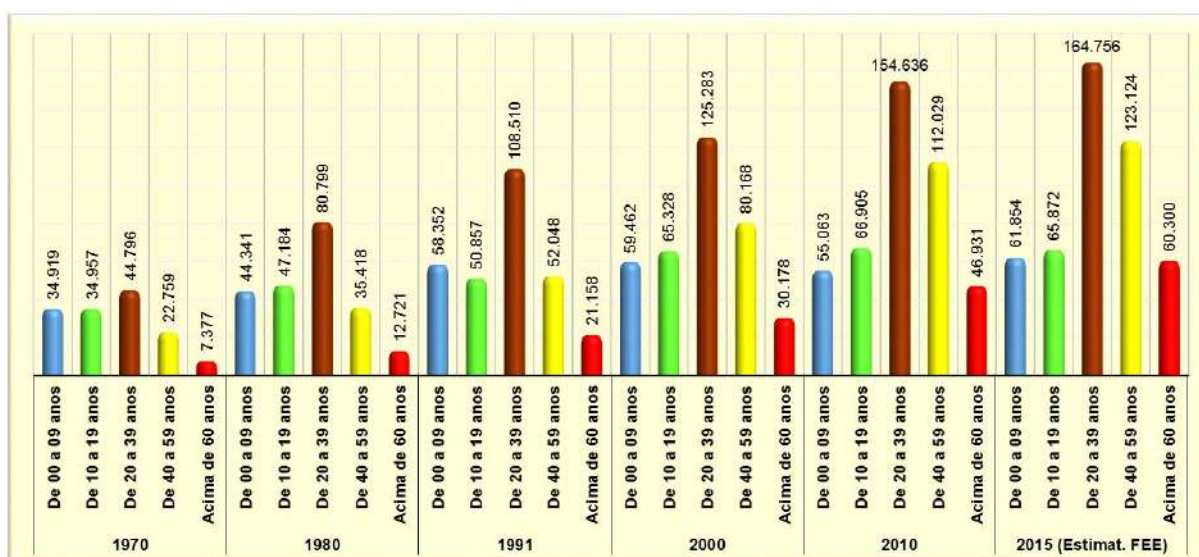
<sup>5</sup> Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/datasocial>.

**GRÁFICO 01** – Evolução da População Urbana e Rural de Caxias do Sul (1970-2010)

Como assinalado, em 1970, a população do município era de 144.871 habitantes, dos quais 78,7% vivam no meio urbano e 21,3% no meio rural. No decorrer das décadas seguintes, percebemos acentuado crescimento populacional, sobretudo no total de pessoas residentes no meio urbano, onde verificamos taxa de urbanização de 90,8% em 1980, 91% em 1991, 92,5% em 2000 e de 96,3% em 2010. E, relativo à população que vivia no meio rural, percebemos redução entre a década de 70 e 80, voltando a aumentar nas décadas seguintes, mas não no mesmo patamar de 1970 e, novamente, diminuir em 2010.

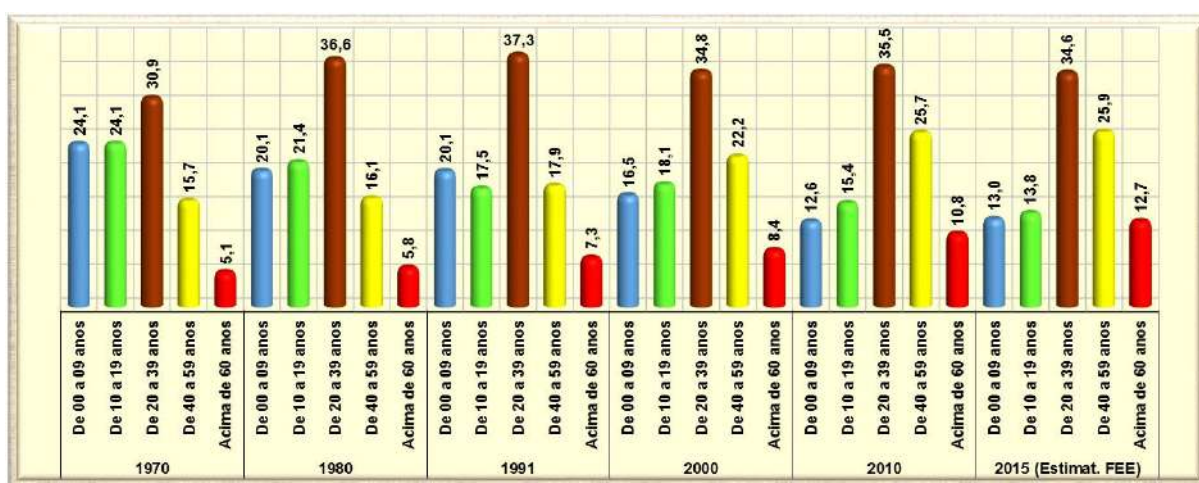
O gráfico acima demonstra, ainda, que a taxa de crescimento da população entre 1970 e 2010 foi de 200,7% que, como destacado, é acentuadamente urbana. Por outro lado, o decréscimo da população que vivia no meio rural, foi de 91%, passando de 30.856 pessoas em 1970, para 16.158 em 2010.

Embora a Fundação de Economia e Estatística - FEE apresente estimativas populacionais para 2015, não foi possível defini-las em termos de população urbana e rural, mas por faixas etárias. Nesse sentido, as faixas de idade em cada recenseamento podem ser visualizadas no gráfico abaixo no qual, para cada faixa etária, foi definida uma cor para representá-la em cada período.

**GRÁFICO 02 – Número de Habitantes por Faixa Etária (1970-2015)**

Os dados acima apresentam em valores absolutos o número de pessoas por faixa etária nos recenseamentos realizados pelo IBGE e, para 2015, foram utilizadas as estimativas populacionais, disponibilizadas pela FEE.<sup>6</sup>

Obviamente, todas as faixas etárias registraram crescimento em valores absolutos. No entanto, comparando os valores relativos em cada período, verificamos que algumas faixas tiveram decréscimo, enquanto outras apresentaram crescimento, como podemos analisar no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 03 – Proporção de Habitantes por Faixa Etária (1970-2015)**

A comparação somente entre os dados de 1970 e as estimativas

<sup>6</sup> As estimativas populacionais fornecidas pela FEE informam que, em 2015, o município tinha, aproximadamente, 475.906 habitantes. O IBGE, por sua vez, informou que as estimativas populacionais em 2015 eram de 474.853 habitantes, uma diferença de 1.053 habitantes, devido aos métodos de cálculo de cada instituição. Utilizamos os dados de 2015 da FEE, uma vez que esta apresentou estimativas por faixa etária. O IBGE apresenta somente a estimativa do total da população.

populacionais de 2015, permite vários comentários. Primeiro, o decréscimo da população situada na faixa etária dos 0 aos 19 anos. Em 1970, por exemplo, a população de 0 a 9 anos e de 10 a 19 anos, representava 24,1% para cada grupo, totalizando 48,2%. As estimativas de 2015, por outro lado, indicam que as mesmas faixas etárias representavam 13% e 13,8%, respectivamente, com 26,8% do total.

Outro comentário diz respeito à faixa etária dos 20 aos 39 anos, para a qual identificamos pequena variação entre os dois períodos, com 30,9% em 1970 e 34,6% em 2015 embora, em 1991, foi possível constatar que essa faixa etária representou 37,3% do total de habitantes naquele período.

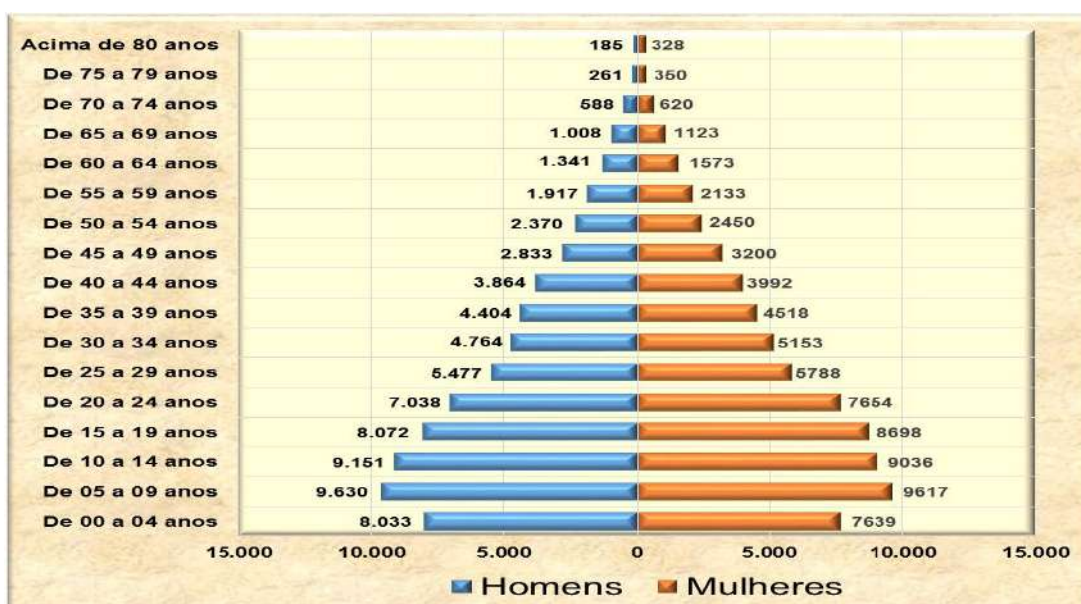
Por último, as faixas etárias dos 40 aos 59 anos e acima de 60 anos, apresentaram acréscimo, em valores relativos. Em 1970, correspondia a 15,7% e 5,1% do total da população no período, com 20,8% do total. Em 2015, não obstante, essas faixas etárias apresentaram aumento para 25,9% e 12,7%, ambas representando 38,6% do total.

Para expor graficamente a representatividade de cada faixa etária nos dois períodos é interessante analisar as pirâmides etárias que ilustram a mudança de perfil da população nesse interregno.

Na primeira delas, relativo a 1970, é nítida a predominância da população jovem embora já seja possível identificar, na faixa etária dos 0 aos 4 anos, redução em relação às faixas etárias posteriores que caracterizam a infância e adolescência. No topo desta pirâmide a seguir percebemos número reduzido de pessoas nas faixas etárias mais elevadas, o que revela expectativa de vida menor e taxa de mortalidade relativamente alta.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> - A FEE, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano da ONU, apresentou a expectativa de vida ao nascer para os municípios do RS. Para Caxias do Sul foram informadas as seguintes expectativas: 1991 (70,3 anos); 2000 (74,1anos) e 2010 (76,5 anos).

**GRÁFICO 04 – Pirâmide Etária da População de Caxias do Sul em 1970**

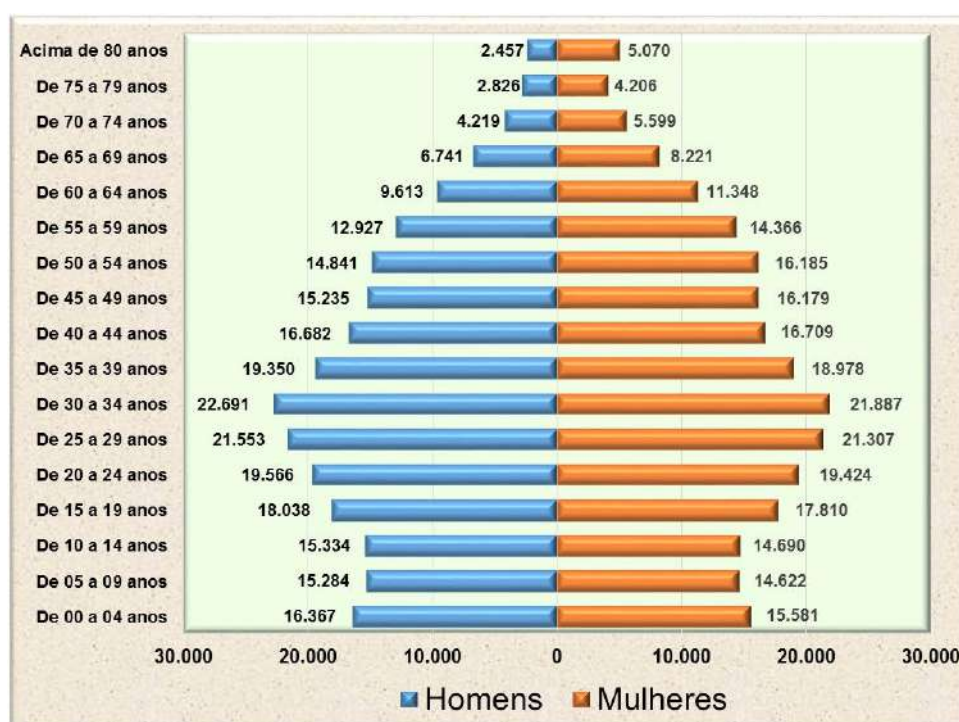
Em 2010, por outro lado, como exposto na pirâmide abaixo, notamos nítida mudança do perfil populacional, decorrente do crescimento vegetativo e também do processo migratório que caracteriza os municípios com acentuado crescimento populacional. Nota-se, então, que o município está vivenciando processo de transição demográfica diminuindo, em valores proporcionais, a população jovem para, gradativamente, exibir percentual ascendente de população idosa.

**GRÁFICO 05 – Pirâmide Etária da População de Caxias do Sul em 2010**



Dessa forma, podemos depreender que a população de Caxias do Sul, além de apresentar crescimento populacional decorrente tanto do crescimento vegetativo como dos processos migratórios, apresenta mudanças também no perfil, o que pode ser depreendido também no gráfico abaixo, com as estimativas populacionais por faixa etária e sexo disponibilizadas pela FEE. Apesar dos dados serem oriundos de estimativas, apresenta projeções do perfil que a população do município está assumindo e que se constituirá como tendência para o próximo censo em 2020.

**GRÁFICO 06** – Pirâmide Etária da População de Caxias do Sul em 2015 (Estimativas FEE)



Seguindo a tendência da pirâmide anterior, verificamos que o gráfico acima apresenta população juvenescida, com relativo aumento da população jovem se comparado com a pirâmide de 2010, em decorrência do aumento da natalidade bem como do aumento do fluxo de migrantes. O que cabe ressaltar, também como tendência, em relação aos gráficos de 2010 e 2015, é o número superior de homens até a faixa dos 39 anos e, a partir das faixas etárias acima de 40 anos, há preponderância do sexo feminino.

Da mesma forma, é necessário destacar que o gráfico relativo a 1970 apresenta número de pessoas de 0 a 4 anos inferior à faixa etária seguinte, dos 05 aos 09 anos. Essa tendência se manteve no recenseamento de 2010, embora em

menor proporção. No entanto, no gráfico com as estimativas da FEE para 2015, percebemos que essa tendência se inverteu, com a faixa etária dos 00 aos 04 anos superando a faixa de idade de 05 aos 09 anos. Através das estatísticas do registro civil do município, disponibilizadas pelo IBGE, percebemos que o número de nascidos vivos vem aumentando gradativamente, como percebemos no quadro abaixo.

**QUADRO 01** – Nascidos Vivos, Por Ano de Nascimento, Idade da Mãe no Parto e Lugar de Residência da Mãe (Caxias do Sul).

Ano de Nascimento	Nº de Crianças Nascidas Vivas	Idade da Mãe no Parto				% de mães até 17 anos *	% de mães até 19 anos *
		Menos de 15 Anos	15 a 17 Anos	Total Até 17 Anos	18 a 19 Anos		
2003	5714	36	414	450	467	7,9	16,0
2004	6019	31	427	458	503	7,6	16,0
2005	5936	36	394	430	491	7,2	15,5
2006	5902	47	402	449	469	7,6	15,6
2007	5829	38	353	391	432	6,7	14,1
2008	5938	35	340	375	436	6,3	13,7
2009	5953	29	343	372	469	6,2	14,1
2010	6072	38	337	375	462	6,2	13,8
2011	6304	28	363	391	467	6,2	13,6
2012	6224	35	365	400	486	6,4	14,2
2013	6421	31	374	405	522	6,3	14,4
2014	6412	26	347	373	478	5,8	13,3
2015	6496	22	324	346	426	5,3	11,9
Total	79220	432	4783	5215	6108	6,6	14,3

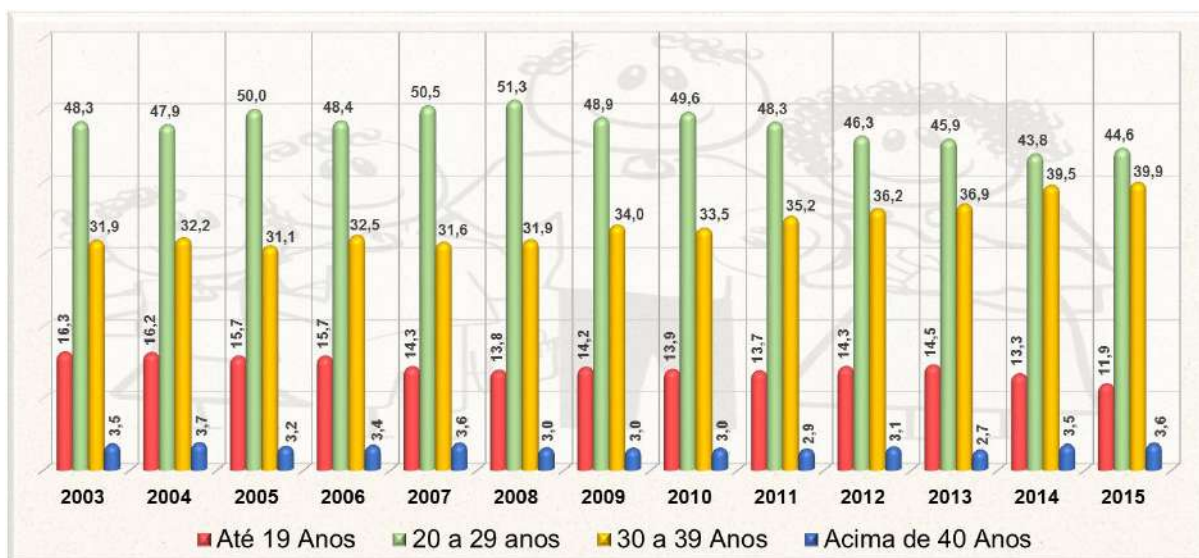
Fonte: Estatísticas do Registro Civil do IBGE.

\* - O percentual foi calculado em relação ao total de crianças nascidas vivas.

Pelos dados disponibilizados verificamos que o número de nascidos vivos apresentou visível aumento no período. Em 2003 foram registrados 5.714 nascimentos e, em 2015, último período disponível, foram registrados 6.496 nascidos vivos. Dessa forma, no intervalo de 13 anos, foram contabilizados 79.220 nascidos vivos no período, cujo lugar de residência da mãe era Caxias do Sul.

No quadro acima destacamos, também, o número de mães adolescentes por terem, provavelmente, questões de vulnerabilidade social em parcela expressiva das famílias envolvidas. É possível identificar que o número de mães adolescentes apresentou declínio em relação ao total de nascimentos, pois em 2003, 7,9% das mães eram adolescentes até 17 anos. Em 2015, por outro lado, essa taxa foi de 5,3% de mães nessa faixa etária. Essa redução também foi percebida em relação à faixa etária de mães até os 19 anos, com 16% e 11,9% em ambos os períodos, respectivamente. Graficamente, esses dados podem ser visualizados abaixo, não somente em relação às mães adolescentes, mas também no que diz respeito às outras faixas etárias.

**GRÁFICO 07** – Representação, em valores relativos, da idade da mãe dos nascidos vivos – Lugar de Residência da Mãe: Caxias do Sul.



Fonte: Estatísticas do Registro Civil – IBGE.

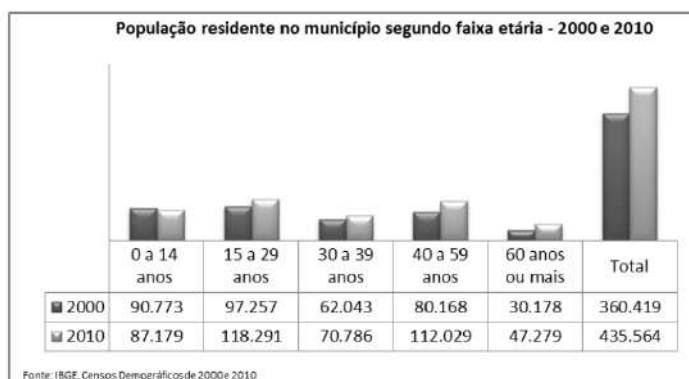
No gráfico acima, além da redução do número de nascimentos de pessoas cujas mães eram adolescentes, percebemos mudanças, em valores relativos, também na idade das mães dos nascidos vivos na faixa etária dos 20 aos 29 anos e dos 30 aos 39 anos. A diferença entre ambas chegou a 18,9% em 2008 e, em 2015, essa diferença baixou para 4,7%, o que pode indicar que mulheres estão decidindo retardar a decisão de ter filhos.

Especificamente em relação ao Censo Demográfico de 2010, a população total do país era 190.755.799 habitantes, no Estado do Rio Grande do Sul tinha-se 10.693.929 habitantes. Em Caxias do Sul tinha-se 435.564 habitantes.

Conforme o Censo Demográfico (2010), no município 96,3% das pessoas eram residentes em área urbana e 3,7% em área rural. Na estrutura demográfica, entre 2000 e 2010, houve ampliação da população idosa que cresceu 4,6% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 8,4% da população, já em 2010 detinha 10,9% do total da população municipal.

A faixa etária de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -0,40% ao ano. Crianças e jovens detinham 25,2% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 90.773 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 20,0% da população, totalizando 87.179 habitantes. Dados ilustrados no quadro a seguir.



**GRÁFICO 08** – População Residente no Município Segundo Faixa Etária (2000 e 2010)

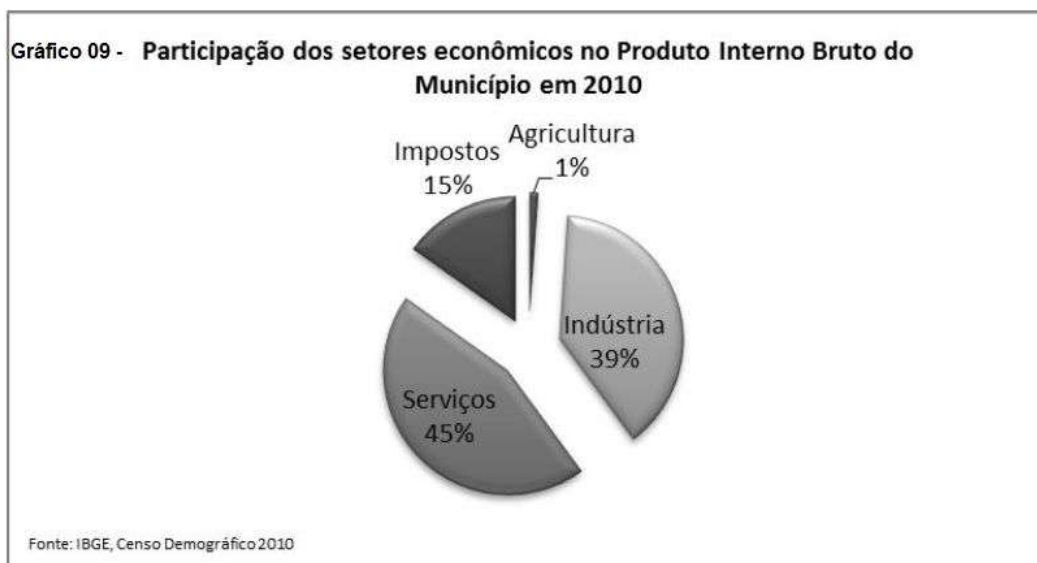
A faixa etária de 15 a 59 anos teve crescimento populacional (em média 2,32% ao ano), passando de 239.468 habitantes em 2000 para 301.106 em 2010. Em 2010, este grupo representava 69,1% da população do município.

Em 2016, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), estimou que a população do país aumentou para 206.114.067 habitantes, no Estado passou para 11.286.500 e no município ampliou para 479.236 mil habitantes. Caxias do Sul é considerada a segunda maior cidade do Estado do Rio Grande do Sul, classificando-se, portanto, como município de grande porte.

## ECONOMIA

O desenvolvimento econômico pode ser considerado o principal fator de expansão da cidade, onde está sediado o segundo maior polo metal-mecânico do país e, devido a urbanização acelerada, o setor terciário (serviços e comércio) é o mais representativo da economia, sendo responsável por 52,96% da riqueza produzida (CAXIAS DO SUL, 2014).

De acordo com o IBGE (2010), entre 2006 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 50,8%, passando de R\$ 8.607,7 milhões para R\$ 15.692,4 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado que foi de 61,0%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 5,49% para 6,22% no período de 2006 a 2010.



Na estrutura econômica municipal identifica-se, ao longo dos anos, a participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 44,9% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 38,9% em 2010 contra 36,0% em 2006. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial cresceu de 24,3% em 2006 para 25,3% em 2010.



Referente a Balança Comercial em 2014, no país as exportações atingiram os seguintes valores (US\$ FOB): 225.020.116.780; no RS: 17.826.743.185 e no município: 858.397.430. As importações no país atingiram (US\$ FOB): 229.059.999.929; no RS: 14.937.428.647 e no município: 442.214.375.

No quadro abaixo, é possível identificar o PIB a preços correntes e a participação das atividades econômicas (agropecuária, indústria, serviços), da

administração, saúde e educação públicas e da seguridade social, bem como dos impostos líquidos de subsídios na composição do PIB municipal.

**QUADRO 02** – Produto Interno Bruto a Preços Correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes por atividade econômica e respectivas participações

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES	ANO				
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>(1) DA AGROPECUÁRIA</b>	<b>134.143</b>	<b>133.039</b>	<b>131.274</b>	<b>185.465</b>	<b>232.545</b>
Participação em relação a Microrregião Geográfica	22,82	21,44	22,19	23,66	26,15
Participação em relação a Mesorregião Geográfica	6,75	6,48	6,60	6,47	7,44
Participação em relação ao RS	0,78	0,70	0,81	0,64	0,80
Participação em relação à Região Sul	0,31	0,27	0,28	0,26	0,33
Participação em relação ao Brasil	0,08	0,07	0,07	0,08	0,09
<b>(2) DA INDÚSTRIA</b>	<b>6.159.310</b>	<b>7.147.923</b>	<b>7.658.423</b>	<b>7.698.246</b>	<b>7.072.360</b>
Participação em relação a Microrregião Geográfica	63,77	64,27	63,19	61,39	57,33
Participação em relação a Mesorregião Geográfica	55,09	55,84	54,52	53,51	49,22
Participação em relação ao RS	10,71	11,63	11,71	11,09	9,76
Participação em relação à Região Sul	3,99	4,13	4,19	3,82	3,36
Participação em relação ao Brasil	0,68	0,71	0,72	0,68	0,60
<b>(3) DOS SERVIÇOS</b>	<b>6.136.943</b>	<b>6.994.991</b>	<b>7.709.918</b>	<b>8.414.452</b>	<b>9.532.162</b>
Participação em relação a Microrregião Geográfica	65,13	65,31	64,81	64,16	63,19
Participação em relação a Mesorregião Geográfica	53,42	54,08	53,56	52,62	52,12
Participação em relação ao RS	5,99	6,10	5,96	5,69	5,84
Participação em relação à Região Sul	2,35	2,38	2,31	2,19	2,25
Participação em relação ao Brasil	0,36	0,35	0,35	0,35	0,35
<b>(4) DA ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>1.227.902</b>	<b>1.349.312</b>	<b>1.497.688</b>	<b>1.759.351</b>	<b>1.987.285</b>
Participação em relação a Microrregião Geográfica	57,68	57,56	57,82	57,77	57,94
Participação em relação a Mesorregião Geográfica	42,25	42,20	42,38	42,34	42,60
Participação em relação ao RS	4,28	4,30	4,35	4,34	4,39
Participação em relação à Região Sul	1,77	1,72	1,74	1,75	1,77
Participação em relação ao Brasil	0,23	0,23	0,23	0,24	0,24
<b>IMPOSTOS, LÍQUIDOS DE SUBSÍDIOS SOBRE PRODUTOS A PREÇOS CORRENTES</b>	<b>2.812.903</b>	<b>3.175.101</b>	<b>3.153.185</b>	<b>3.339.426</b>	<b>3.551.986</b>
Participação em relação a Microrregião Geográfica	62,03	62,42	60,53	59,82	58,17
Participação em relação a Mesorregião Geográfica	55,03	55,69	53,66	52,93	51,23
Participação em relação ao RS	7,94	8,21	7,49	7,32	7,42
Participação em relação à Região Sul	3,09	3,05	2,75	2,67	2,68
Participação em relação ao Brasil	0,48	0,48	0,44	0,43	0,44
<b>PIB A PREÇOS CORRENTES (Mil Reais)</b>	<b>16.471.201</b>	<b>18.800.366</b>	<b>20.150.488</b>	<b>21.396.940</b>	<b>22.376.338</b>
Participação em relação a Microrregião Geográfica	62,55	62,91	62,18	61,02	59,12
Participação em relação a Mesorregião Geográfica	50,41	51,24	50,58	48,95	47,23
Participação em relação ao RS	6,83	7,09	7,01	6,44	6,25
Participação em relação à Região Sul	2,66	2,70	2,63	2,43	2,36
Participação em relação ao Brasil	0,42	0,43	0,42	0,40	0,39

Fonte: IBGE

Embora todos os setores analisados tenham apresentado crescimento, é importante destacar que alguns setores perderam espaço na economia regional, estadual e nacional. A indústria, por exemplo, embora tenha obtido crescimento de 14,8% no período analisado, perdeu espaço na composição do PIB se compararmos somente os anos de 2010 e 2014: em valores relativos, na microrregião na qual está

inserida a redução foi de 6,44%, na região Nordeste do RS (5,87%), no Estado do RS (1%), na Região Sul do país, que engloba RS, SC e PR (0,63%) e, relação ao país (0,08%).

O setor de serviços também obteve crescimento no PIB municipal, em patamares superiores ao do setor da indústria, em torno de aproximadamente 55,3% entre 2010 e 2014. Por consequência, a participação desse setor na composição do PIB municipal suplantou o setor da indústria. No entanto, mesmo com esse crescimento, teve perda na participação nas regiões, Estado e País, embora não de forma tão acentuada. Em relação a microrregião a perda de participação foi de 1,94%, na região Nordeste do RS (1,3%), no Estado do RS (0,15%), na Região Sul (0,1%) e no País (0,01%).

Os setores da indústria e serviços foram os que mais apresentaram participação no PIB Municipal, os quais detêm percentual de 74,2%, conforme dados de 2014, onde 42,6% são gerados pelo setor de serviços e 31,6% pelo setor industrial.

Cabe registrar que o setor da agropecuária apresentou crescimento 73,4% no período, mas a representatividade deste setor no PIB municipal, em 2014, foi de 1,04%. Os demais itens que compõem o PIB totalizaram 24,8%, dos quais os impostos representaram 15,9% e o setor público (administração, saúde e educação públicas bem como seguridade social) totalizou 8,9%.

Uma visão melhor sobre o papel de cada setor na composição do PIB, no período de 2010 a 2014, pode ser melhor analisada no gráfico abaixo.

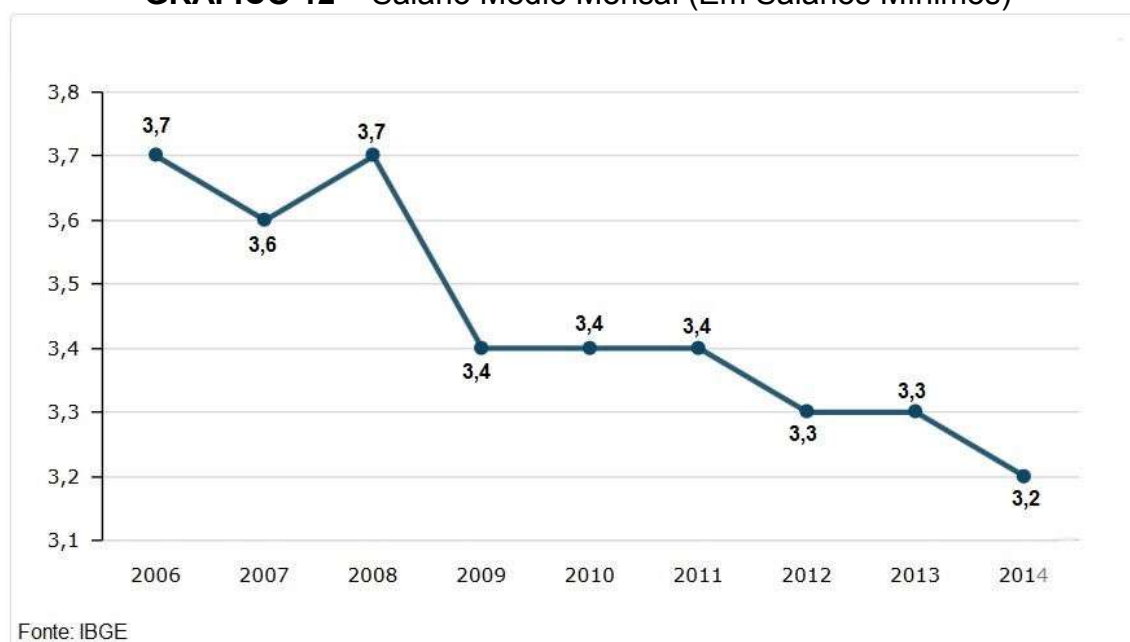
**GRÁFICO 11 – Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes (R\$ 1000).**



O mais importante a ressaltar do gráfico acima é o declínio do setor da indústria em relação ao setor de serviços, uma vez que em 2010 e 2011, ambos os setores tinham praticamente a mesma participação na composição do PIB municipal. A partir de 2012, iniciou declínio do setor da indústria atingindo, em 2014, diferença de 11% em relação ao setor de serviços.

Essa tendência muito provavelmente deve ter se ampliado em decorrência da situação econômica que estamos vivenciando, com desemprego crescente influenciando negativamente os índices econômicos no município. Em consequência, percebemos que o salário médio mensal no município vem decaindo, conforme podemos verificar no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 12 – Salário Médio Mensal (Em Salários Mínimos)**



Dessa forma, verificamos que o salário mensal que, em 2006, era de 3,7 salários, em 2014 reduziu para 3,2 salários.

No entanto, esse fenômeno não é exclusividade encontrada no município e, mesmo que tenhamos verificado perda de espaço na composição do PIB em regiões (micro e mesorregiões e região sul), Estado e País, a economia do município manteve seu papel de preponderância no contexto regional e no país. Assim, na microrregião, o PIB do município representava 59,12%; na região Nordeste do RS (47,23%), no RS (6,25%), na Região Sul (2,36%) e no País (0,39%).

De acordo com Levantamento do IBGE, o qual apresentou a posição ocupada pelos 100 maiores municípios em relação ao PIB, Caxias do Sul figurou na 33ª posição, com 0,39% de participação no PIB nacional, cujo levantamento é

capitaneado por São Paulo, com 10,87% de participação.

No mesmo levantamento o IBGE apurou que o município, em relação aos demais da Região Sul (RS, SC e PR), figura na 5ª posição com patamar de 2,36% do PIB regional.<sup>8</sup>

## **EDUCAÇÃO**

A Secretaria Municipal da Educação – SMED, organiza, mantém e desenvolve as políticas educacionais do município, integrando-as políticas e planos educacionais da União e do Estado.

Na Rede Municipal, o Ensino Fundamental é oferecido em 86 escolas. Os professores atendem os alunos, divididos entre a educação infantil (escolas conveniadas ao município), pré-escola, ensino fundamental, educação especial e educação de jovens e adultos (EJA).

A SMED investe na formação dos profissionais, na manutenção e em equipamentos para melhor atender às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, garantindo o seu desenvolvimento integral em espaços qualificados e ações educativas responsáveis. O município optou por estabelecer convênios com entidades filantrópicas, associações de bairros e clubes de mães, que administram as 43 Escolas de Educação Infantil. Além das escolas conveniadas, o município trabalha com a compra de vagas em escolas infantis particulares.

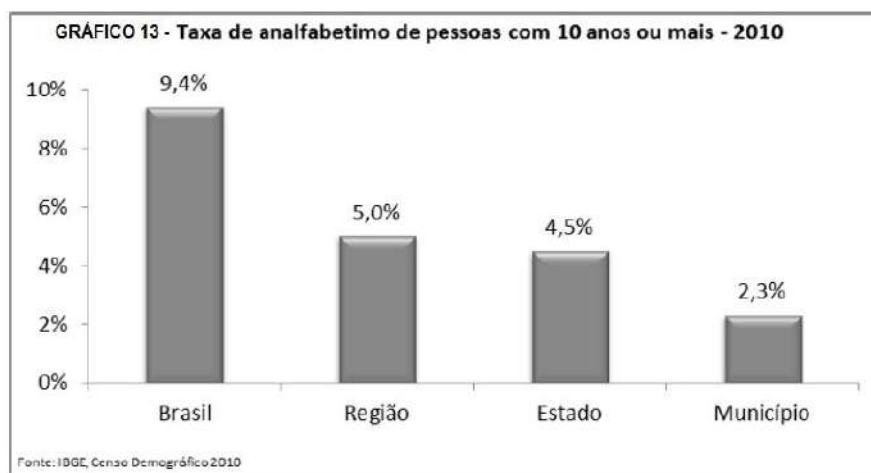
Em 65 Escolas Municipais de Ensino Fundamental há turmas de Educação Infantil, atendendo crianças de 4 e 5 anos. Na Educação Especial, aproximadamente 670 crianças estão em processo de inclusão, nas 85 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, frequentando a sala de aula no ensino comum e o AEE (Atendimento Educacional Especializado). A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, constituindo-se numa oferta de educação regular, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria. A modalidade EJA é oferecida em 16 escolas na rede municipal. No município também têm 55 Escolas Estaduais, 29 Escolas Particulares, 08 Faculdades e 02 Universidades.

A partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, identifica-se que a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 2,3%. Na área urbana, a taxa era de 2,2% e na zona rural era de 4,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a

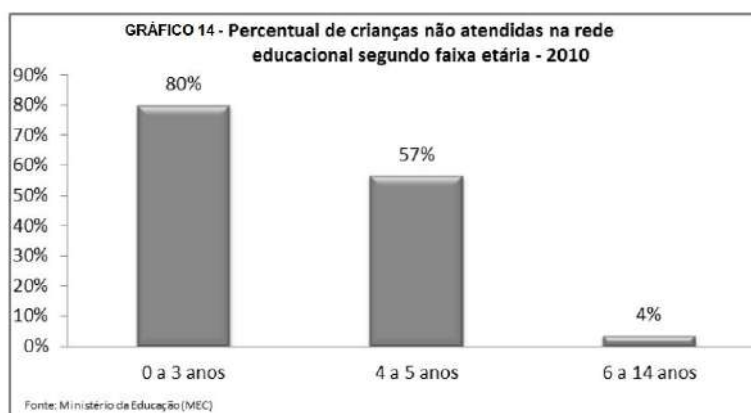
---

<sup>8</sup> - Para mais informações sobre o levantamento do IBGE, ver “Produto Interno Bruto dos Municípios (2010-2014)”. Série Contas Nacionais, Número 54, publicado em Dezembro de 2016.

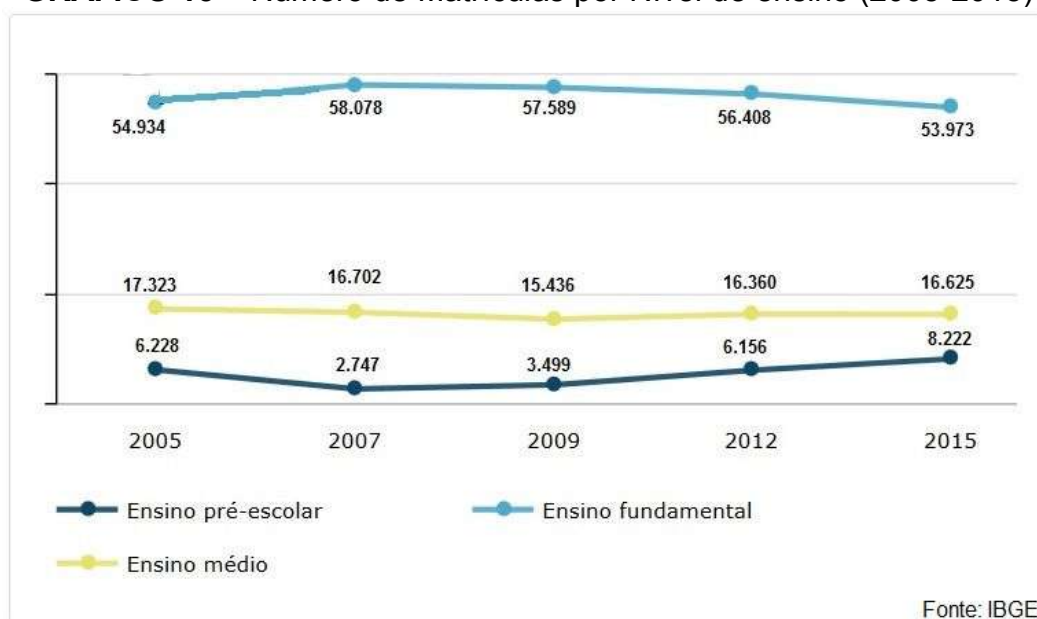
taxa de analfabetismo era de 1,1%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é menor que a taxa do Estado.



Referente à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:

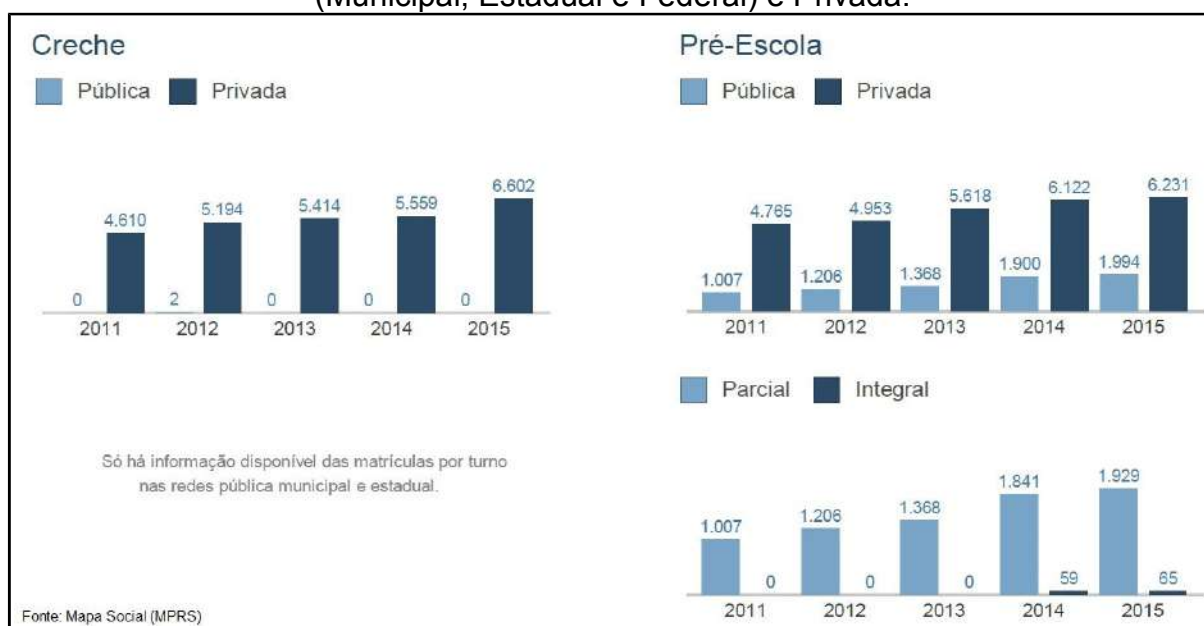


Embora em 2010 o percentual de crianças atendidas pela educação infantil era reduzido, o município vem aumentando gradativamente o número de matrículas para esse nível de ensino, como podemos depreender do gráfico abaixo.

**GRÁFICO 15** – Número de Matrículas por Nível de ensino (2005-2015)

Como principal constatação do gráfico acima, salientamos o aumento do número de crianças matriculadas no ensino pré-escolar e, por outro lado, a diminuição do número de matrículas no ensino fundamental e médio, se comparamos somente o primeiro e último anos do período do levantamento.

Na figura abaixo, apresentamos a evolução do número de matrículas iniciais em creche (crianças de até 03 anos) e pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), das redes públicas municipal e estadual e privada. Os dados incluem matrículas do ensino regular e da Educação Especial, conforme apresentado pelo Ministério Público do RS através do Mapa Social.

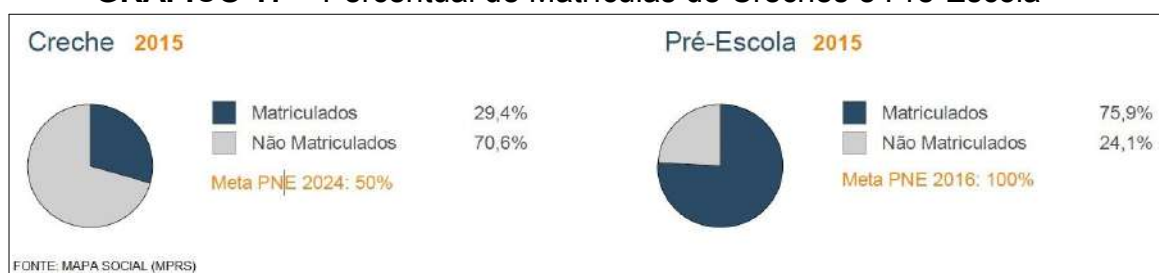
**GRÁFICO 16** – Número de Matrículas em Creche e Pré-Escola das Redes Pública (Municipal, Estadual e Federal) e Privada.



Do gráfico acima, destacamos que praticamente inexitem matrículas de creches na rede pública em função do município suprir, através de creches conveniadas, a demanda do município de forma parcial. Na pré-escola há determinado número de matrículas atendidas pela rede pública mas de forma parcial.

Dados apresentados pelo Ministério Público do RS destacam que, em 2015, para a faixa etária de 0 a 3 anos, a cobertura da rede de creches indicava que 29,4% alunos estavam matriculados e outros 70,6% não estavam matriculados nesse nível de ensino. Por outro lado, na Pré-Escola, esse percentual praticamente se inverteu, com 75,9% de alunos matriculados e 24,1% de alunos não matriculados, tendo como base o total da população dessas faixas etárias em 2012, conforme gráfico abaixo, na qual também é informado o percentual de matrícula que deve ser atingido em cada nível de ensino, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE).

**GRÁFICO 17 – Percentual de Matrículas de Creches e Pré-Escola**



Em relação ao número de matrículas iniciais no ensino fundamental das redes públicas municipal e estadual, no gráfico abaixo é apresentada a evolução no período de 2011 a 2015.

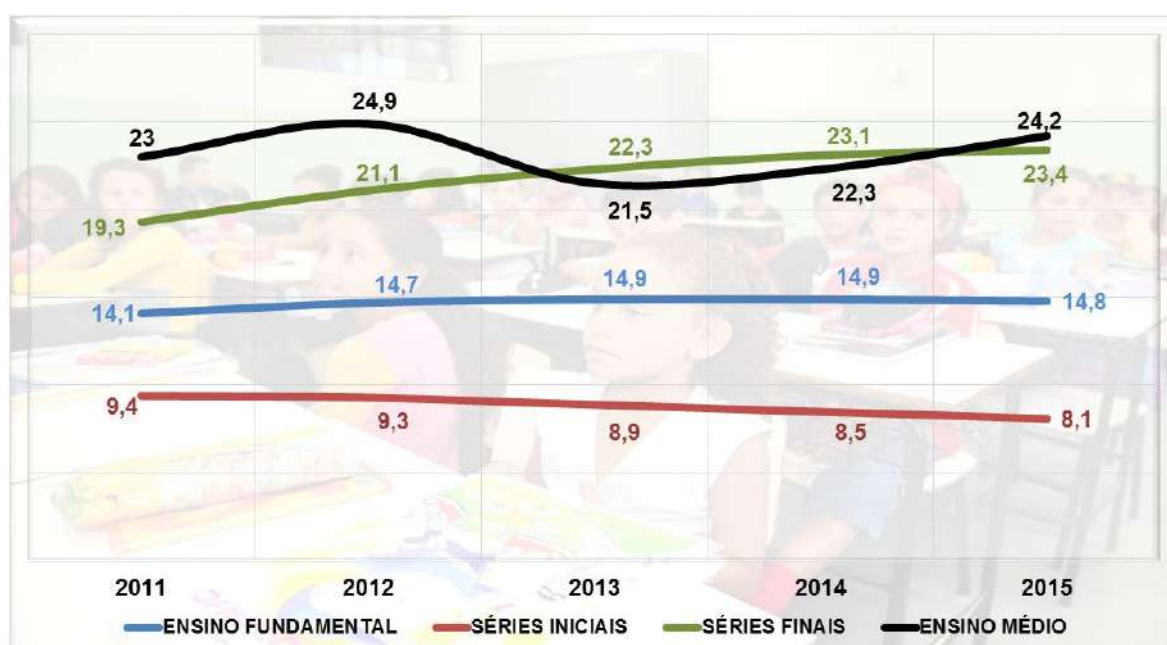
**GRÁFICO 18 – Número de Matrículas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Estadual.**



Conforme figura acima, percebemos redução do número de matrículas, tanto nos anos Iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, embora nos anos finais essa redução foi mais evidente.

Salientamos que um dos aspectos para analisarmos vulnerabilidades sociais está relacionada com a distorção idade-série dos alunos matriculados na rede pública e privada de ensino. No gráfico abaixo, por exemplo, são apresentados dados dessa distorção no ensino fundamental (especificando as taxas nas séries iniciais e finais) e no ensino médio no período de 2011 a 2015.

**GRÁFICO 19** – Taxas de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental (Séries Iniciais e Finais) e Ensino Médio (Rede Pública e Particular)



Conforme dados acima, verificamos que as taxas de distorção para os alunos matriculados no ensino fundamental teve relativo aumento no período, oscilando de 14,1 para 14,8. Esse aumento da taxa de distorção idade-série no ensino fundamental deve-se principalmente pelo respectivo aumento dessa distorção identificada nas séries finais desse nível de ensino (de 19,3 para 23,4), uma vez que a distorção nas séries iniciais vem diminuindo gradativamente, passando de 9,4 para 8,1 entre 2011 e 2015.

Em relação ao ensino médio, a distorção apresentou oscilações, ora decrescendo, ora aumentando, iniciando com taxa de 23, em 2011, e estacionando em 24,2, em 2015. Dados preliminares divulgados nos sítios da área da educação, além de apresentar manutenção das taxas de distorção, apontam para a crescente

evasão de alunos, principalmente no ensino médio.

Os dados relativos à taxa de distorção idade-série apresentados acima, dizem respeito à totalidade da rede de ensino no município (federal, estadual, municipal, público e privada). Ao especificarmos por nível de ensino e por esfera administrativa, verificamos que as taxas de distorção apresentam diferenças significativas. Para ilustrar, no quadro abaixo, utilizamos somente o ano de 2015 para expor essas diferenças.

**QUADRO 03** – Taxas de Distorção Idade-Série das Redes de Ensino Federal, Estadual, Municipal, Público e Privada no município de Caxias do Sul (2015)

Rede	Ensino Fundamental			Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	Total	
Federal	--	--		13,6
Estadual	10,4	28,7	19,8	28,3
Municipal	9	25,2	15,8	--
Privada	2,4	5,2	3,4	5
Pública	9,4	26,4	17,1	27,9
Total	8,1	23,4	14,8	24,2

**FONTE: INEP/MEC**

Conforme dados acima, verificamos que as taxas de distorção são menores na rede pública municipal do que a rede pública estadual nos mesmos níveis do ensino fundamental. Destacamos que os dados obtidos relativos à rede privada de ensino, tanto do ensino fundamental como no ensino médio, revelam que as taxas de distorção idade-série também apresentaram crescimento, mas em escala menor. Ambos apresentaram, em 2011, taxa de distorção de 2,6% e, em 2015, no ensino fundamental, essa taxa era de 3,4% e, no ensino médio, a taxa identificada foi de 5%.

No gráfico abaixo, é possível analisar a evolução da taxa de distorção idade-série somente para a Rede Pública de Ensino.

**GRÁFICO 20 – Taxa de Distorção do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino**

Embora tenhamos taxas de distorção elevadas, destacamos que a comparação da taxa de distorção do município com àquela apresentada no Estado do RS como um todo, revela que o município apresenta taxas menores. Em 2015, a taxa de distorção no RS foi de 14,4% para os anos iniciais e, no município foi de 9,4%. Para os anos finais, o Estado apresentou taxa de 34,5% e, em Caxias do Sul, essa taxa foi de 26,4%. Destacamos do gráfico acima que as taxas de distorção nas séries iniciais da rede pública vêm decaindo no período de 2011 a 2015. No entanto, nos anos finais ocorreu aumento considerável, subindo 4,8 pontos percentuais.

As taxas de rendimento dos alunos da rede pública também servem como parâmetro para identificar vulnerabilidades sociais. No gráfico que segue, apresentamos dados relativos ao rendimento dos alunos do ensino fundamental.

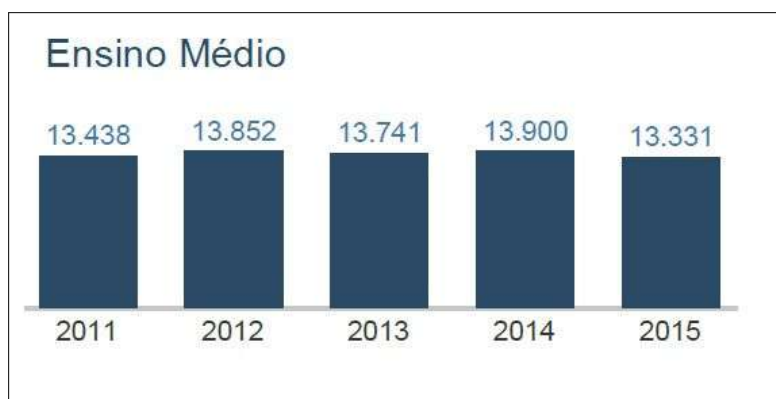
**GRÁFICO 21 – Taxas de Rendimento (Aprovação, Reprovação e Abandono) dos Alunos do Ensino Fundamental do Sistema Público de Educação**

Da mesma forma que as taxas de distorção, as taxas de rendimento também

apresentam diferenças significativas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental público. Enquanto nos anos iniciais a soma das taxas de reprovação e abandono totalizam 4,8%, nos anos finais esse total sobe para 15,1% do total de matrículas. Considerando que as taxas de reprovação e abandono podem influenciar na taxa de distorção, esse indicador aponta para a necessidade da intersectorialidade das políticas públicas pertinentes, pois o aumento dessas taxas pode influenciar nas vulnerabilidades sociais que, provavelmente, já estão presentes.

Em relação ao ensino médio, no gráfico abaixo apresentamos o número de matrículas iniciais na rede pública federal, estadual e municipal, incluindo as matrículas do ensino regular e da educação especial.

**GRÁFICO 22 – Número de Matrículas do Ensino Médio**



O gráfico acima apresenta a evolução do número de matrículas entre 2011 e 2015, na qual verificamos que a rede pública teve número de matrículas oscilando no período, atingindo o mais baixo patamar em 2015, fator encontrado da mesma forma no ensino fundamental. Em relação à taxa de distorção idade-série, referente à porcentagem de alunos defasados dois anos ou mais em relação à série em que deveriam estar matriculados e a taxa de rendimento na rede pública, esse nível de ensino apresentou indicadores preocupantes, como podemos depreender do gráfico abaixo.

**GRÁFICO 23** – Taxas de Distorção Idade-Série e de Taxa de Rendimento dos Alunos do Ensino Médio do Sistema Público de Educação



No que diz respeito à taxa de distorção idade-série do ensino médio no município, por exemplo, o indicador aponta que não há diferenças significativas em relação à taxa verificada no Estado do RS como um todo. E, as taxas de rendimento, indicam que reprovações e abandonos totalizam 32,5% do total de matrículas iniciais. Isso terá repercussões cumulativas, pois reprovações e abandonos aumentarão cada vez mais a taxa de distorção idade-série. Ou, terá como consequência, caso esses alunos não continuem frequentando o ensino médio, redução da escolaridade da população, dificultando o acesso a empregos de qualidade com a decorrente precarização força de trabalho.

No gráfico abaixo, por exemplo, pode-se analisar a evolução de ambas taxas desde 2011, na qual percebemos oscilações, mas que demonstram crescimento em relação ao ano inicial do período.

**GRÁFICO 24** – Evolução das Taxas de Distorção e de Aprovação do Ensino Médio



Outra fonte utilizada para a realização deste diagnóstico é o Painel Educacional Municipal do INEP, o qual apresenta informações agregadas sobre o cenário educacional dos municípios brasileiros, de modo a colaborar para o monitoramento do direito à educação. Alguns desses indicadores, como a taxa de abandono, taxa de reprovação e número de pessoas com deficiência incluído em

turmas regulares são apresentados abaixo. Nos gráficos e figuras acima, são apresentados dados de toda a rede pública, independentemente da esfera de pertencimento. Nos quadros abaixo, são apresentados dados específicos através do detalhamento por rede de ensino estadual e municipal, no que se refere às taxas de abandono e reprovação.

**QUADRO 04** - Taxa de Abandono dos Alunos da Rede Municipal e Estadual por Ano/Série

Ano/Série		2014		2015	
		Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Ensino Fundamental	1º Ano	0,4	0,5	0,0	0,4
	2º Ano	0,3	0,3	0,3	0,2
	3º Ano	0,4	0,5	0,2	0,3
	4º Ano	0,7	0,3	0,4	0,5
	5º Ano	0,4	0,8	0,4	0,6
	6º Ano	1,6	2,1	0,6	1,3
	7º Ano	1,8	1,7	1,4	1,9
	8º Ano	1,5	2,8	1,3	1,9
	9º Ano	1,6	2,5	1,9	2,4
Ensino Médio	1ª Série	12,5		13,2	
	2ª Série	9,5		8,7	
	3ª Série	3,8		4,2	
	4ª Série	11,9		16,3	

No quadro acima, é apresentado o percentual de estudantes da matrícula total que, num dado ano/série do ensino fundamental e médio, deixa de frequentar a escola durante o ano letivo. Cabe destacar que o ensino fundamental é oferecido tanto pela rede estadual como pela rede municipal de ensino e, o ensino médio, por sua vez, é ofertado somente pela rede estadual de ensino.

De acordo com o número de matrículas em cada ano do ensino fundamental em 2015, e suas taxas de abandono, identificamos aproximadamente 418 alunos que abandonaram o curso frequentado.

No que diz respeito ao ensino médio, conforme o número de matrículas e as taxas de abandono, foram identificados 1313 alunos nessa situação. Totalizando o número de abandonos de ambos os níveis de ensino, identificamos 1.731 alunos que abandonaram os cursos em que estavam matriculados.

De um modo geral, a comparação das taxas de abandono dos anos/séries entre 2014 e 2015 revelam tendência à redução nas séries do ensino fundamental e, no ensino médio, percebemos relativo aumento.



No quadro abaixo, são apresentados os percentuais de estudantes da matrícula total que, num dado ano/série, ao final do ano letivo, não apresentam os requisitos mínimos, de aproveitamento e frequência para serem promovidos ao ano/série posterior.

As taxas de reprovação nos anos do ensino fundamental no mesmo período revelam situações distintas. Nas matriculadas realizadas nas escolas estaduais, a **tendência** foi de aumento das taxas de reprovação e, nas escolas municipais, houve redução dessas taxas, conforme podemos observar no quadro abaixo.

**QUADRO 05** - Taxa de Reprovação dos Alunos da Rede Municipal e Estadual por Ano/Série

Ano/Série		2014		2015	
		Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Ensino Fundamental	1º Ano	0	0,9	0,0	0,5
	2º Ano	0	0,4	0,1	0,5
	3º Ano	10,5	8,5	9,9	7,5
	4º Ano	9,1	6,8	8,5	5,3
	5º Ano	5,8	6,9	7,9	4,8
	6º Ano	18,8	10,5	22,7	10,9
	7º Ano	23,6	11,9	24,3	11
	8º Ano	18,8	10,1	20,7	9
	9º Ano	12,5	8,9	13,7	5,2
Ensino Médio	1ª Série	31,9		33,4	
	2ª Série	20,6		19,9	
	3ª Série	8		6,1	
	4ª Série	2,5		5,8	

Dessa forma, calculando-se o número de matrículas realizadas com o percentual de reprovação em cada ano/série, identificamos 3.792 alunos reprovados no ensino fundamental e 3.066 no ensino médio, totalizando 6.858 alunos reprovados na rede estadual e municipal de ensino.

Ressaltamos que se as taxas de abandono e reprovação é indicativo para que esses alunos incorram em situação de defasagem idade/série tornando-se, assim, um dos públicos prioritários no atendimento dos Serviços de Acolhimento e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com a Resolução do CNAS nº 01/2013.

Outro dado identificado no INEP é relativo ao número de estudantes com deficiência, transtorno geral do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação que estão em turmas regulares. Os dados relativos à rede municipal e estadual do ensino fundamental e médio são apresentados a seguir.



**QUADRO 06** - Número de estudantes com deficiência, transtorno geral do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação que estão em turmas regulares (Estudantes Incluídos)

Ano/Série		2014		2015	
		Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Ensino Fundamental	1º Ano	15	48	9	63
	2º Ano	17	57	21	75
	3º Ano	48	141	46	137
	4º Ano	34	159	34	170
	5º Ano	22	151	39	198
	6º Ano	24	85	22	142
	7º Ano	24	67	23	88
	8º Ano	8	42	21	58
	9º Ano	12	35	9	39
Ensino Médio	1ª Série	38		55	
	2ª Série	13		22	
	3ª Série	12		14	
	4ª Série	0		0	
TOTAL		1052		1285	

Verificamos no quadro acima que o maior número de estudantes com alguma das características relacionadas estão matriculados na rede municipal de ensino com 74,6% em 2014 e 75,5% em 2015.

Conforme Mapa Social do Município, elaborado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), o município investiu, em educação, 25,6% do total da receita em 2011 e 27,6% em 2015. Esse percentual corresponde a R\$ 357,98 por habitante em 2011 e R\$ 488,74 em 2015. Se comparado com outros municípios, Caxias do Sul, situa-se, em ranking elaborado pelo MPRS para 2015, na 366ª posição, do total de 497 municípios pertencentes ao estado.

No mesmo Mapa Social, o MPRS relacionou as escolas com menores resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>9</sup>. As escolas que ministram o ensino fundamental para os anos iniciais e que apresentaram índices baixos, são a seguir relacionadas: EMEF Zelia Rodrigues Furtado, EMEF Ruben Bento Alves, EMEF Machado De Assis, EMEF Paulo Freire e EEEF Dante Marcucci. Para o ensino fundamental anos finais: Instituto de Educação Estadual Cristovao De Mendoza, EEEF José Venzon Eberle, EEEF Dante Marcucci, EEEM Victorio Webber e EEEM Evaristo De Antoni. Para o ensino médio, as Escolas que seguem: EEEM Olga Maria Kayser, EEEM Provincia De Mendoza, EEEM Irmao

<sup>9</sup> - O IDEB é o Indicador de qualidade educacional calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar (Censo Escolar) e média de desempenho nas avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil). Varia de zero a dez, sendo que quanto maior, melhor a qualidade educacional.

Guerini, EEEM Evaristo De Antoni e EEEM Antonio Avelino Boff foram as que apresentaram os menores índices do IDEB.

Nesse intuito, no quadro abaixo, relacionamos as trinta escolas municipais ou estaduais que apresentaram maior número de alunos incluídos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (acima de 200 alunos). E, especificando melhor, distinguimos por alunos beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família.

**QUADRO 07** – Escolas Estaduais e Municipais com maior número de Alunos Incluídos no Cadastro Único.

ESCOLAS	COM PBF	SEM PBF	TOTAL
01. E.M.E.F. PRES TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	301	252	553
02. E.M.E.F. BASILIO TCACENCO	288	208	496
03. E.M.E.F. DOLAIMES STEDILE ANGELI	251	232	483
04. E.M.E.F. MACHADO DE ASSIS	275	192	467
05. E.M.E.F. PAULO FREIRE	251	172	423
06. INST EST EDUC CRISTOVAO DE MENDOZA	168	252	420
07. E.M.E.F. GUERINO ZUGNO	221	175	396
08. E.M.E.F. ANGELINA SASSI COMANDULLI	165	179	344
09. E.E.E.M. PROVINCIA DE MENDOZA	160	184	344
10. E.M.E.F. RUBEN BENTO ALVES	198	136	334
11. E.M.E.F. PRESIDENTE CASTELO BRANCO	140	176	316
12. E.E.E.M. EVARISTO DE ANTONI	116	193	309
13. E.M.E.F. PREFEITO LUCIANO CORSETTI	145	160	305
14. E.M.E.F. ENGENHEIRO DARIO GRANJA SANT ANA	139	153	292
15. E.M.E.F. RENATO JOAO CESA	142	142	284
16. E.M.E.F. ITALO JOAO BALEN	142	127	269
17. E.E.E.M. MELVIN JONES	108	156	264
18. NEEJA	71	177	248
19. E.M.E.F. PADRE JOAO SCHIAVO	149	98	247
20. E.M.E.F. NOVA ESPERANCA	138	105	243
21. E.M.E.F. ROSARIO DE SAO FRANCISCO	106	133	239
22. E.M.E.F. PROF ESTER JUSTINA TROIAN BENVENUTTI	97	137	234
23. E.E.E.M. OLGA MARIA KAYSER	109	124	233
24. E.M.E.F. JOSE PROTAZIO SOARES DE SOUZA	96	133	229
25. E.E.E.F. PRESIDENTE VARGAS	98	129	227
26. E.M.E.F. JOAO DE ZORZI	100	126	226
27. E.M.E.F. DEZENOVE DE ABRIL	88	134	222
28. E.M.E.F. SENADOR TEOTONIO VILELA	102	116	218
29. E.M.E.F. FIORAVANTE WEBBER	100	102	202
30. E.M.E.F. SAO VITOR	96	106	202
31. E.M.E.F. ZELIA RODRIGUES FURTADO	95	106	201
TOTAL	4655	4815	9470

Conforme quadro acima, se selecionarmos somente as escolas que tenham acima de 200 alunos beneficiárias do PBF, identificamos as EMEF Tancredo de Almeida Neves, Basílio Tcacenco, Dolaimes Stédile Angeli, Machado de Assis, Paulo

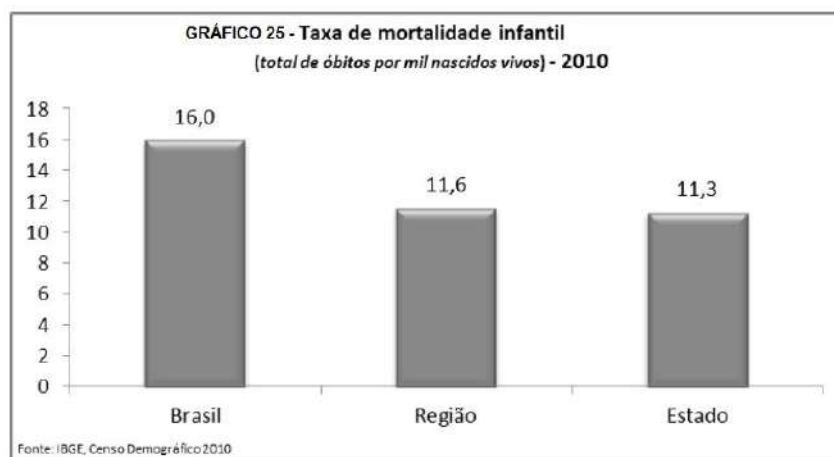
Freire e Guerino Zugno e o Instituto Estadual de Educação Cristóvão de Mendoza como àquelas nas quais há maior número também de alunos incluídos no Cadastro Único. Dessa forma, destacamos que, não necessariamente, as escolas nas quais há maior número de alunos incluídos no Cadastro Único e beneficiários do PBF são aquelas que apresentaram os menores índices do IDEB. A partir desses dados podemos inferir que políticas de transferências de renda repercutem na melhoria da qualidade da educação e melhor aproveitamento por parte dos alunos beneficiários.

## **SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde – SMS, é responsável pelo desenvolvimento dos seguintes Programas/Serviços:

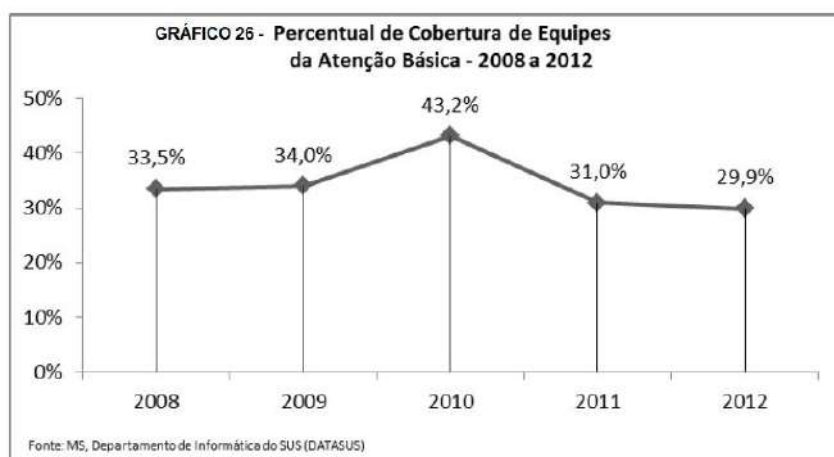
- Programas: Saúde da Criança, Programa de Olho no Risco, Programa Planejamento Familiar, Programa Dente na Boca, Primeira Infância Melhor.
- Serviços Especializados em Saúde Mental: APOIAR, CAIS Mental, CAPS AD 24 Horas, CAPS Cidadania, CAPS I Aquarela, Residencial Terapêutico, Urgência e Emergência 24 Horas em Saúde Mental, Consultório de Rua.
- Serviços de Urgência e Emergência: Pronto Atendimento 24 horas - P.A. 24 horas, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192
- Unidades Básicas de Saúde (UBS):
- Vigilância à Saúde: Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária, Vigilância de Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica, Resíduos de Serviço de Saúde.

A partir dos dados do Ministério da Saúde e do Censo 2010 identifica-se que o número de óbitos infantis foi de 78 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.576 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,56 crianças a cada mil nascimentos.



As consultas de pré-natal são importantes para a saúde da mãe e da criança. No município, 82,31% dos nascidos vivos em 2011 tiveram suas mães com 7 ou mais consultas de pré-natal.

Conforme os dados do Ministério da Saúde, observa-se uma diminuição na cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no município. Em 2008, a cobertura era de 33,49% e diminuiu para 29,91% em 2012.



Quanto à cobertura da população por Equipes de Saúde da Família, no gráfico abaixo apresentamos o percentual de cobertura em 2015 com o respectivo número de equipes no período de 2011 a 2015.

**GRÁFICO 27 – Cobertura Populacional por Equipes de Saúde da Família (ESF) – 2015**



Mesmo que o número de equipes tenha aumentado, verificamos que o percentual de cobertura chega a 30,8% da população. Percentual semelhante é verificado no atendimento por Agentes Comunitários de Saúde, conforme exposto no gráfico abaixo.

GRÁFICO 28 – Cobertura Populacional por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) - 2015



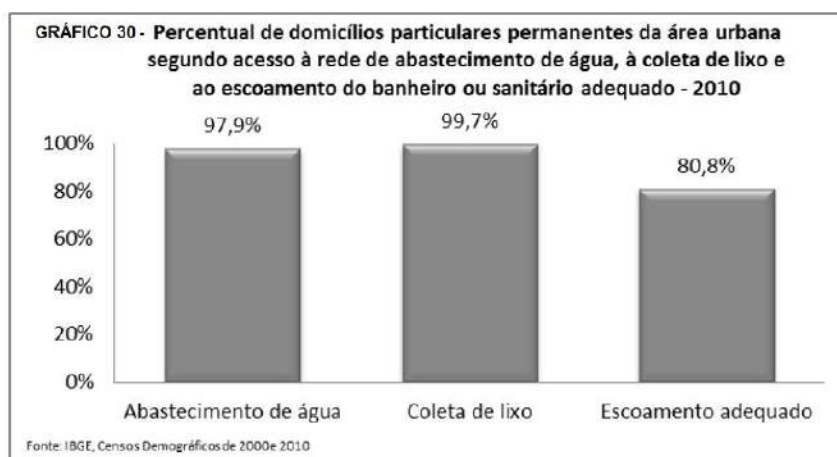
Verificamos que o número de agentes comunitários de saúde implantados também teve aumento mas em menor proporção do que as equipes de saúde da família, atendendo a 25,1% da população em 2015. Quanto aos investimentos municipais na área da saúde, dados do MPRS indicam que, em 2015, 25,8% do orçamento foi investido nessa área, cujo percentual cresceu entre os anos de 2011 e 2015, como podemos depreender do gráfico abaixo.

GRÁFICO 29 – Investimentos Municipais em Saúde

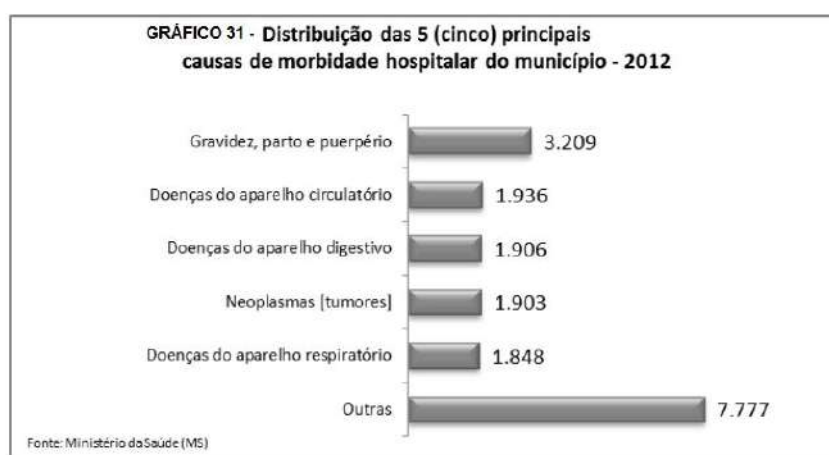


Em 2011, 18,7% do orçamento eram investidos na área e, em 2015, 25,8%. No entanto, em ranking elaborado pelo MPRS, do total de 497 municípios, Caxias do Sul ocupava a 266ª posição, com investimento de R\$ 457,39 por habitante.

Referente as condições de saneamento e serviços, que interferem nas condições de saúde da população, ressalta-se que os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural** do município, a coleta de lixo atendia 87,0% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 84,5% dos domicílios particulares permanentes e 58,2% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:

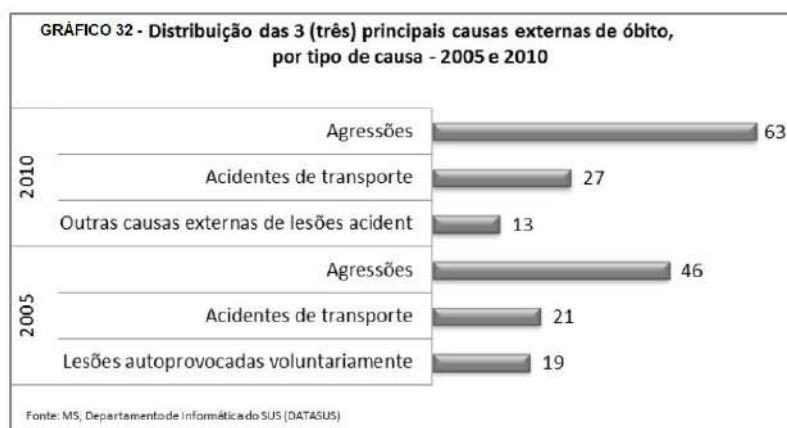


No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

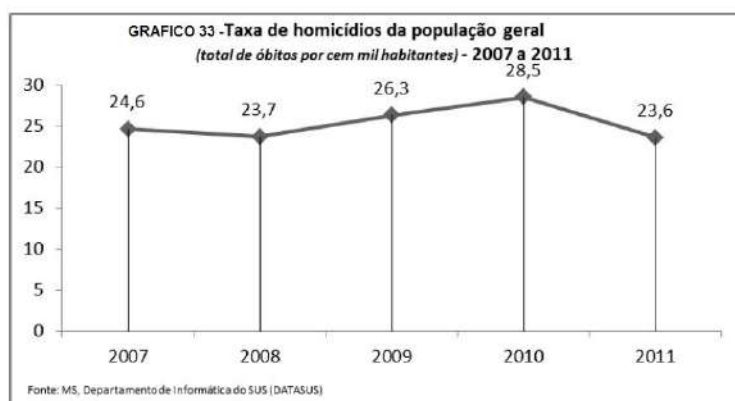


Concernente as principais causas externas de óbito relatadas, o Censo Demográfico 2010 destacou que o total da população de 15 a 29 anos era de 118.291 indivíduos, sendo que 229 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

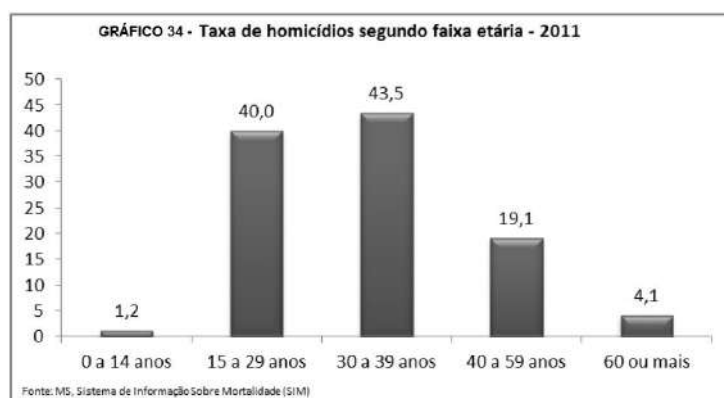
No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico a seguir, tomando por base os anos de 2005 e 2010:



De acordo com as taxas de homicídios no município, apresentadas no gráfico a seguir, ocorreu uma redução nessa taxa de 28,5 em 2010 para 23,6 no ano de 2011.



As taxas de homicídio diferem por faixa etária. As maiores taxas de homicídios no município são 43,5 para a faixa de 30 a 39 anos e de 40,0 para a faixa de 15 a 29 anos.

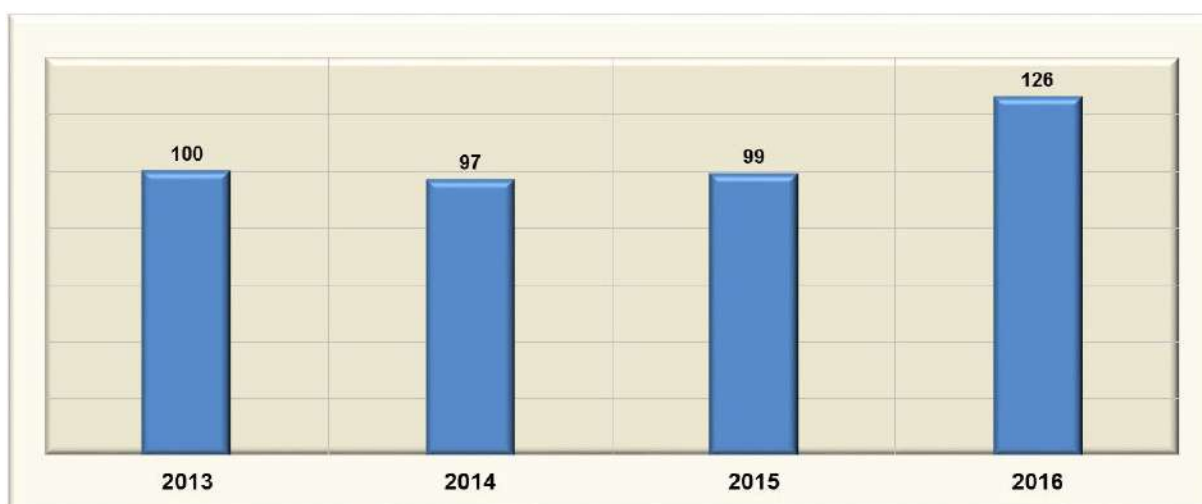




## **VIOLÊNCIA**

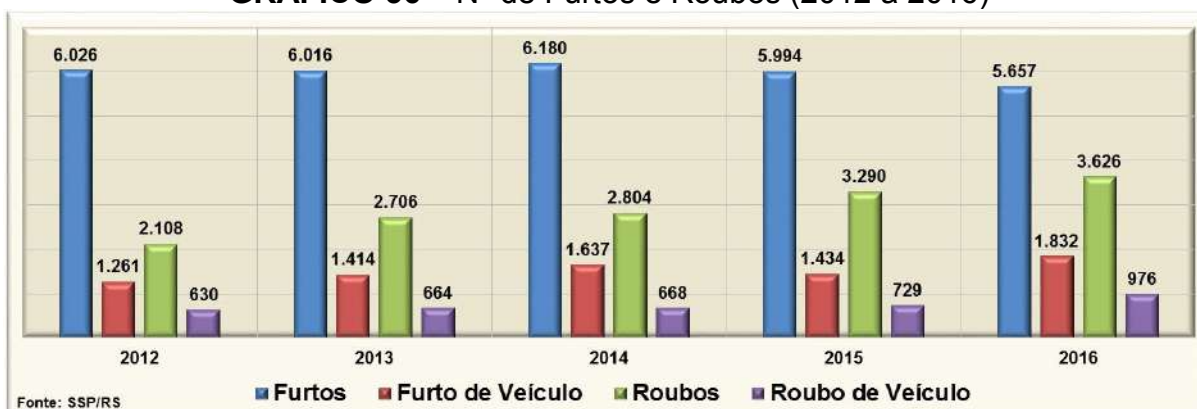
A partir dos dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS) foram levantados dados sobre violência no município. Importante ressaltar que esse levantamento foi realizado tendo em vista que não é raro encontrar pessoas envolvidas em ocorrências policiais que, em algum momento de sua trajetória social, foram atendidas pela rede socioassistencial ou estavam incluídas em algum programa ou serviço, o que denota a vulnerabilidade social na qual as pessoas estão inseridas. Inicialmente apresentamos os dados relativos aos homicídios dolosos, latrocínios e feminicídios ocorridos entre 2013 e 2016.

**GRÁFICO 35** – Nº de Homicídios Dolosos, Latrocínios e Feminicídios (2013 a 2016).



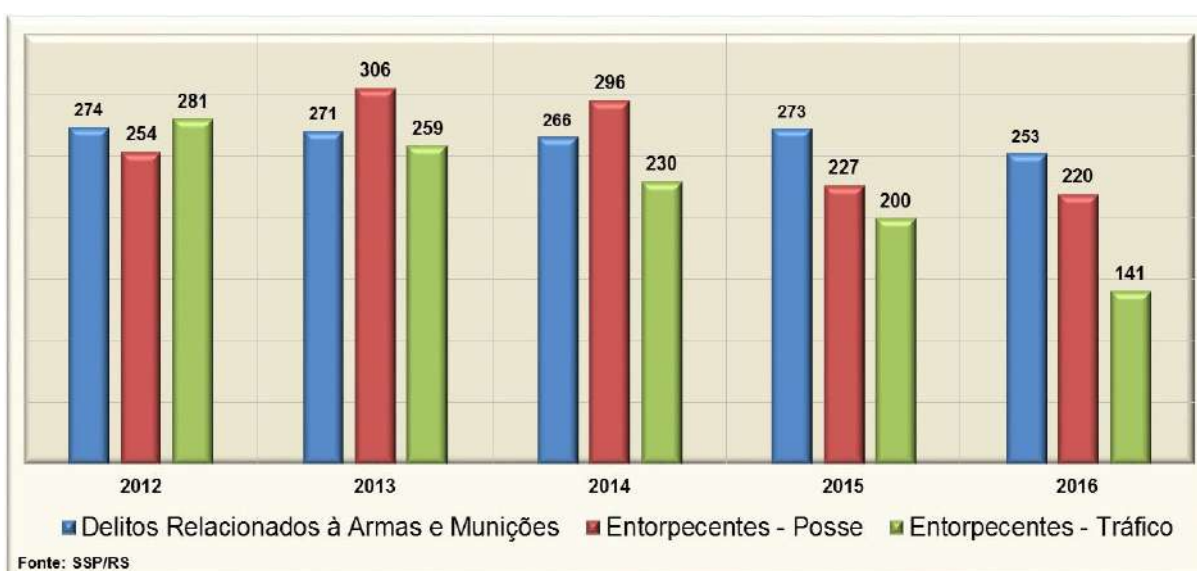
Como o número de latrocínios e feminicídios ocorreram em menor número, optamos por somar esses crimes aos homicídios dolosos, pois envolvem atentados contra a vida que redundaram em óbito das vítimas. Identificamos, no período, 422 crimes tipificados dos quais 377 foram homicídios dolosos, 28 latrocínios e 17 feminicídios. A maior frequência ocorreu em 2016, com 126 óbitos, cujo crescimento verificado, em comparação com o ano anterior, foi de 27,3%. Aliás, levantamentos realizados pela imprensa escrita destacam que 2016 foi o ano em que mais ocorreram assassinatos no município, aproximadamente 150 casos. A mesma imprensa realizou levantamento no qual foram identificadas 2.539 assassinatos em Caxias do Sul desde 1990, independente de sua tipificação criminal.

Outro gráfico elaborado a partir das estatísticas de registro civil da SSP/RS, é referente ao número de Furtos e Roubos que envolveram ou não veículos automotores, conforme podemos verificar no levantamento abaixo.

**GRÁFICO 36 – Nº de Furtos e Roubos (2012 a 2016)**

No período de 2012 a 2016 verificamos que, à exceção dos furtos, os demais crimes tiveram aumento, principalmente furtos, os quais foram cometidos com grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou por qualquer outro meio que reduza a capacidade de resistência da vítima. Assim, comparando 2012 e 2016 somente, o furto de veículos teve crescimento de 45,3%; roubos aumentaram 72% e, roubo de veículos, 55%.

Por outro lado, identificamos redução dos delitos relacionados a armas, munições e entorpecentes (tráfico e posse), conforme visualizado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 37 – Delitos Relacionados a Armas, Munições e Entorpecente (2012-2016)**

Embora tenhamos verificado redução nos delitos tipificados acima, àqueles relacionados a armas e munições e posse de entorpecentes não tiveram redução tão significativa, sendo mais evidente a redução de delitos relacionados ao tráfico de entorpecentes, no qual identificamos redução de 49,8%, o que parece paradoxal,

uma vez que a tendência é pelo aumento em decorrência do efetivo policial reduzido. Cabe registrar que mais do que a efetividade e indicador de eficiência, essa redução está relacionada com a falta de efetivo policial para fazer frente a crescente demanda identificada no aumento dos indicadores de outros crimes.

No entanto, cabe registrar a diminuição dos indicadores de violência contra a mulher, embora esteja em patamares elevados para o tamanho da população do município. No gráfico abaixo, identificamos o número de lesões corporais e de ameaças contra a mulher, no período de 2012 a 2016.

**GRÁFICO 38** – Violência Contra Mulher/Lei Maria da Penha -  
(Lesão Corporal e Ameaça – 2012/2016)



Conforme levantamento acima, no período pesquisado foram contabilizados 7.435 registros de lesões corporais e 4.540 ameaças contra mulheres, crimes tipificados de acordo com a Lei Maria da Penha.

Em relação aos crimes de feminicídios (tentados e consumados) e estupro, os dados apresentados pela SSP/RS também apresentaram redução, o que pode ser verificado no quadro abaixo.

**QUADRO 08** – Violência Contra Mulher (Feminicídios e Estupros – 2013/2016)

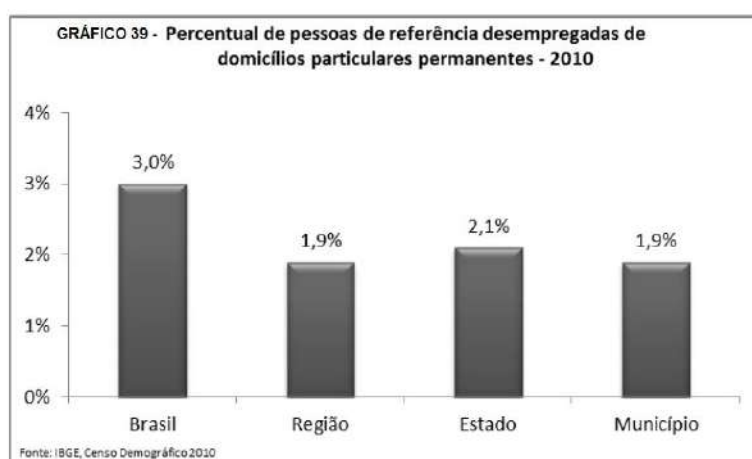
Tipo de Violência	2013	2014	2015	2016	Total
01. Femicídio Tentado	10	9	4	8	31
02. Femicídio Consumado	6	1	6	4	17
03. Estupro	46	22	35	23	126
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>32</b>	<b>45</b>	<b>35</b>	<b>174</b>

Fonte: SSP-RS

Embora tenhamos encontrado diminuição desse tipo de violência, identificamos no período de 4 anos a ocorrência de 17 feminicídios consumados, 31 tentativas de feminicídios e 126 estupros. Cabe registrar que a ocorrência desse tipo de crime nem sempre é registrada pelas vítimas e, portanto, há que se considerar a existência de mais casos não registrados.

## MERCADO DE TRABALHO

Os dados do Censo Demográfico e do Ministério do Trabalho e Emprego possibilitam um diagnóstico sobre o mercado de trabalho. Os dados do Censo permitem conhecer a inserção ou não das pessoas no mercado de trabalho. O percentual de pessoas de referência do domicílio desempregadas no município é de 1,9% e é menor que a do Estado, conforme gráfico a seguir com dados do Censo de 2010.



Em relação à população de 16 anos ou mais em situação de informalidade, o percentual observado foi de 12,1%. Já em relação à população de 10 a 13 anos ocupada, o percentual observado foi de 3,2%.

**FIGURA 02 – Percentual de Pessoas Desempregadas e em situação de Informalidade**

Censo Demográfico	Pessoas de referência do domicílio desempregadas	População de 16 anos ou mais em situação de informalidade	População de 10 a 13 anos ocupada
2010	1,9%	12,1%	3,2%

A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 65,6% tinham carteira assinada, 8,7% não tinham carteira assinada, 18,6% atuam

por conta própria e 3,1% de empregadores. Servidores públicos representavam 2,7% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 1,3% dos ocupados.



Para saber mais acerca da temática mercado de trabalho do seu município, consulte o portal Data Social, aplicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/datasocial>.

## **2 VULNERABILIDADES SOCIAIS, COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL E DEMANDAS DE NOVOS SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS**

Neste capítulo, inicialmente serão apresentadas as delimitações conceituais sobre vulnerabilidade social, território e rede socioassistencial, bem como quais os serviços existentes nessa rede por nível de proteção social (básica e especial), e uma análise geral sobre o que foi possível identificar como novas demandas dos mesmos em todo município. Posteriormente, tais aspectos serão discutidos territorialmente, visando respeitar as peculiaridades e identificar as diferenças de seis territórios, que foram divididos pelos bairros e loteamentos de abrangência dos Centros de Referência Socioassistencial (CRAS) de Caxias do Sul.

### **INDICADORES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS**

Com base na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), o conceito de vulnerabilidade possui um aspecto multidimensional que não está restrito a pobreza, enquanto posse de recursos financeiros, embora a insuficiência de renda seja um importante fator de vulnerabilidade. Ou seja, constitui-se em situações que podem levar a exclusão social dos sujeitos e que se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios engendrados nas construções sócio-históricas. Por isso, ela precisa ser entendida como uma conjugação de fatores que envolve características do território, fragilidades ou carências das famílias<sup>10</sup>, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas.

No entanto, convém salientar que o enfrentamento e superação das vulnerabilidades sociais, em sentido amplo, só é possível pela ação conjugada de diferentes políticas. Por isso, como esse diagnóstico socioterritorial destina-se a Política Municipal de Assistência Social, se faz necessário distinguir os fatores de vulnerabilidade que caracterizam o contexto mais amplo de vulnerabilidades da população Caxiense e aqueles fatores que dialogam de forma mais direta com a ação específica da Assistência Social. Nessa perspectiva:

Devemos nos perguntar quais fatores de vulnerabilidade cujo enfrentamento e superação requerem, fundamentalmente, ações

---

<sup>10</sup> Família é conceituada pela PNAS como um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (MDS, 2009, p. 12).

específicas da Política de assistência Social, ou seja, ações de responsabilidade própria dos serviços, programas e projetos que nos cabe executar, ou dito de outra forma, ações garantidoras das seguranças e proteções que, segundo a LOAS e a PNAS, nos cabe assegurar (Orientações técnicas da Vigilância, p. 12)

Também segundo a PNAS (2004) é possível definir que, no âmbito de atuação da Assistência Social, constituem situações de riscos a incidência, ou a probabilidade de ocorrência, dos seguintes eventos que devem ser prevenidos ou enfrentados: situações de violência intrafamiliar, negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade. Faz também parte as situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos; crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residindo com a própria família.

Desta forma, o público usuário da Política de Assistência Social é constituído por: cidadãos e grupos que se encontram nessas situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (P. 31)

Convém salientar que, para além das ações desenvolvidas com essas famílias e indivíduos, é necessário que o *território* em si também seja encarado como objeto de intervenção e atuação da Política de Assistência Social, haja vista que é ele que determina, em grande medida, as vulnerabilidades ou potencialidades de uma família ou indivíduo.

Segundo Santos (2000), na perspectiva de Koga (2011) “a noção de território



se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam (p.35)". A autora buscou refletir sobre o mesmo na sua relação com a formulação de políticas públicas, para além das relações de convívio, e, trouxe o debate do território sob a égide da responsabilidade social pública:

Esse território que expande sua definição para além dos limites geográficos alcançando as gamas de relações nas suas formas objetivas e subjetivas, de vida individual e coletiva, literalmente ganha espaço à medida que se complexifica e faz voltar a reflexão sobre a comunidade. Em contextos de fortes desigualdades sociais, de tendências à focalização cada vez mais presentes nas propostas de políticas sociais, o território representa uma forma de fazer valer as diferenças sociais, culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais. (KOGA, 2011, p.56)

Assim, o território precisa ser entendido muito mais do que a paisagem física, a localização ou perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. Ele é o espaço preenchido pelas relações sociais e históricas, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes.

Essas delimitações conceituais são pertinentes para que esse diagnóstico socioterritorial dialogue diretamente com o planejamento específico da Assistência Social. Pois, conforme as orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial (S.A., p. 26): "Os diagnósticos socioterritoriais no âmbito da Assistência devem se preocupar em levantar informações úteis para a própria Assistência".

Uma das principais fontes de consulta para o levantamento dessas informações úteis nesse diagnóstico socioterritorial, foi o banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único<sup>11</sup>). Ele é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único é utilizado para a seleção e a inclusão de famílias em programas federais, estaduais e municipais. Por isso, funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas e para identificação do público prioritário delas.

Na sua base de julho de 2016, havia 62.168 pessoas cadastradas,

---

<sup>11</sup> O Cadastro Único foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas.

equivalente a 13% do total de pessoas residentes no município, cujas estimativas populacionais para o município, em 2016, disponibilizada pelo IBGE, apontam para 479.236 pessoas.

Tais estimativas, relativas ao número de famílias de baixa renda, entendidas como aquelas com perfil de Cadastro Único e calculadas com base nos dados do Censo IBGE de 2010 e em coeficientes de volatilidade de renda, informam que tínhamos 15.926 famílias com esse perfil. Esse dado serve como referência para a quantidade de famílias que devem estar inscritas no Cadastro Único e é também utilizado no cálculo do Índice de Gestão Descentralizada. Cabe ressaltar que a renda estabelecida para a inclusão de famílias de baixa renda no Cadastro Único, deve atender ao critério de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo de renda per capita ou então, renda familiar total de até três salários mínimos.

Dessa forma, na base de julho de 2016, estavam cadastradas no CadÚnico 17.114 famílias com renda per capita até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, cujo percentual é de 7,5% de famílias incluídas acima dos dados do Censo de 2010. Esse “superávit” de famílias pode ser creditado pelo próprio crescimento populacional e até pelo acréscimo de famílias oriundas de outros municípios.

No que diz respeito ao número de famílias pobres, foram estimadas 8.700 famílias, entendidas aquelas com perfil para o Programa Bolsa Família (PBF), também calculadas a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, levando em consideração a renda per capita de até R\$ 154,00, acrescida de coeficiente de volatilidade de renda. Pela base do Cadastro Único de julho de 2016, estavam cadastradas 10.411 famílias com perfil de Bolsa Família, percentual de famílias acima do “teto” de 19,7%.

Dessa forma, em novembro de 2016, eram beneficiárias do PBF 7.895 famílias, o que corresponde a uma cobertura de 90,7% do total de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Como indicadores de vulnerabilidade social, considerou-se nesse diagnóstico aqueles que caracterizam o público prioritário da Política de Assistência Social, a partir do perfil das famílias cadastradas no CadÚnico. A saber: a) situação de pobreza e extrema pobreza; b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família; c) Beneficiários do BPC. Para atender as famílias e indivíduos que se encontram nessas condições e/ou em outras situações de vulnerabilidades e riscos sociais, o município dispõe de uma rede socioassistencial, cuja cobertura será

descrita a seguir.

## **COBERTURA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS NO MUNICÍPIO**

A rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e privada que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, que demanda articulação entre todas as unidades de provisão de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial - Média e Alta complexidade.

“A proteção social de Assistência Social é hierarquizada em básica e especial e, ainda, tem níveis de complexidade do processo de proteção, por decorrência do impacto de riscos no indivíduo e em sua família. A rede socioassistencial, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política, o que supõe constituir ou redirecionar essa rede, na perspectiva de sua diversidade, complexidade, cobertura, financiamento e do número potencial de usuários que dela possam necessitar”. (BRASIL, 2012).

À Proteção Social Básica cabe garantir as seguranças de acolhida, convívio familiar e comunitário, desenvolvimento da autonomia, renda e sobrevivência e promover os princípios da organização do SUAS em caráter preventivo, ou seja, deve ocupar-se do fortalecimento de vínculos, de promover aquisições e de desenvolver as potencialidades dos usuários. As ações de Proteção Social Básica organizam-se em torno do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma unidade pública estatal e descentralizada da Política de Assistência Social e também através de serviços, programas e projetos ofertados pelas entidades de assistência social da rede socioassistencial privada do SUAS.

A Proteção Social Especial (Média Complexidade) organiza a oferta de serviços destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (RESOLUÇÃO CNAS nº109, 2009), na Proteção Social Especial (Média Complexidade) deve ser ofertado: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de

Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, idosas e suas Famílias; e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A Proteção Social Especial (Alta Complexidade) organiza a oferta de serviços de acolhimento institucional, em distintas modalidades, para famílias e/ou indivíduos que se encontram sem referência familiar ou comunitária ou necessitam ser afastados do núcleo familiar e/ou comunitário de origem, como forma de garantir a proteção integral. Destina-se a públicos diferenciados, como crianças e adolescentes, jovens entre 18 e 21 anos, jovens e adultos com deficiência, adultos e famílias, mulheres em situação de violência doméstica, idosos e famílias ou indivíduos desabrigados/desalojados. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (RESOLUÇÃO CNAS nº109, 2009), há quatro tipos de serviços neste nível de complexidade: Acolhimento Institucional (nas modalidades de abrigo institucional, Casa-Lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva); Acolhimento em República; Acolhimento em Família Acolhedora; Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Nos próximos itens serão apresentados os Serviços de Proteção Social Básica e os Serviços de Proteção Social Especial (média e alta complexidade) ofertados no município.

## SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Em Caxias do Sul existem seis CRAS com capacidade de referenciamento<sup>12</sup> de 5.000 mil famílias cada um. O CRAS Centro é responsável pelo atendimento/acompanhamento de famílias referenciadas<sup>13</sup> que residem em 90 bairros/loteamentos/vilas, o CRAS Norte por 25 localidades, o CRAS Oeste por 12, o CRAS Leste por 61, o CRAS Sul 34 e o CRAS Sudeste por 20 locais. É possível identificar no quadro abaixo quais são os bairros/loteamentos/vilas de cada CRAS.

<sup>12</sup>**Capacidade de referenciamento** diz respeito ao número de famílias que potencialmente poderão fazer uso dos serviços ofertados no CRAS de determinada localidade, no decorrer do tempo. A definição corresponde ao número de famílias a serem referenciadas que vivem no território de abrangência do CRAS. No caso dos municípios de portes médio e grande e das metrópoles, faz-se necessário analisar se todos os territórios têm 5.000 famílias ou se a organização do município em territórios de vulnerabilidade acarretou constituição de alguns territórios menores que a capacidade prevista de 5.000 famílias referenciadas. (CENSO SUAS, 2016)

<sup>13</sup>**Famílias referenciadas** são todas as famílias que vivem no território de abrangência do CRAS e que são elegíveis ao atendimento/acompanhamento nesta unidade CRAS, conforme dispõe a NOB SUAS em seu art. 64, parágrafo 3. (CENSO SUAS, 2016)

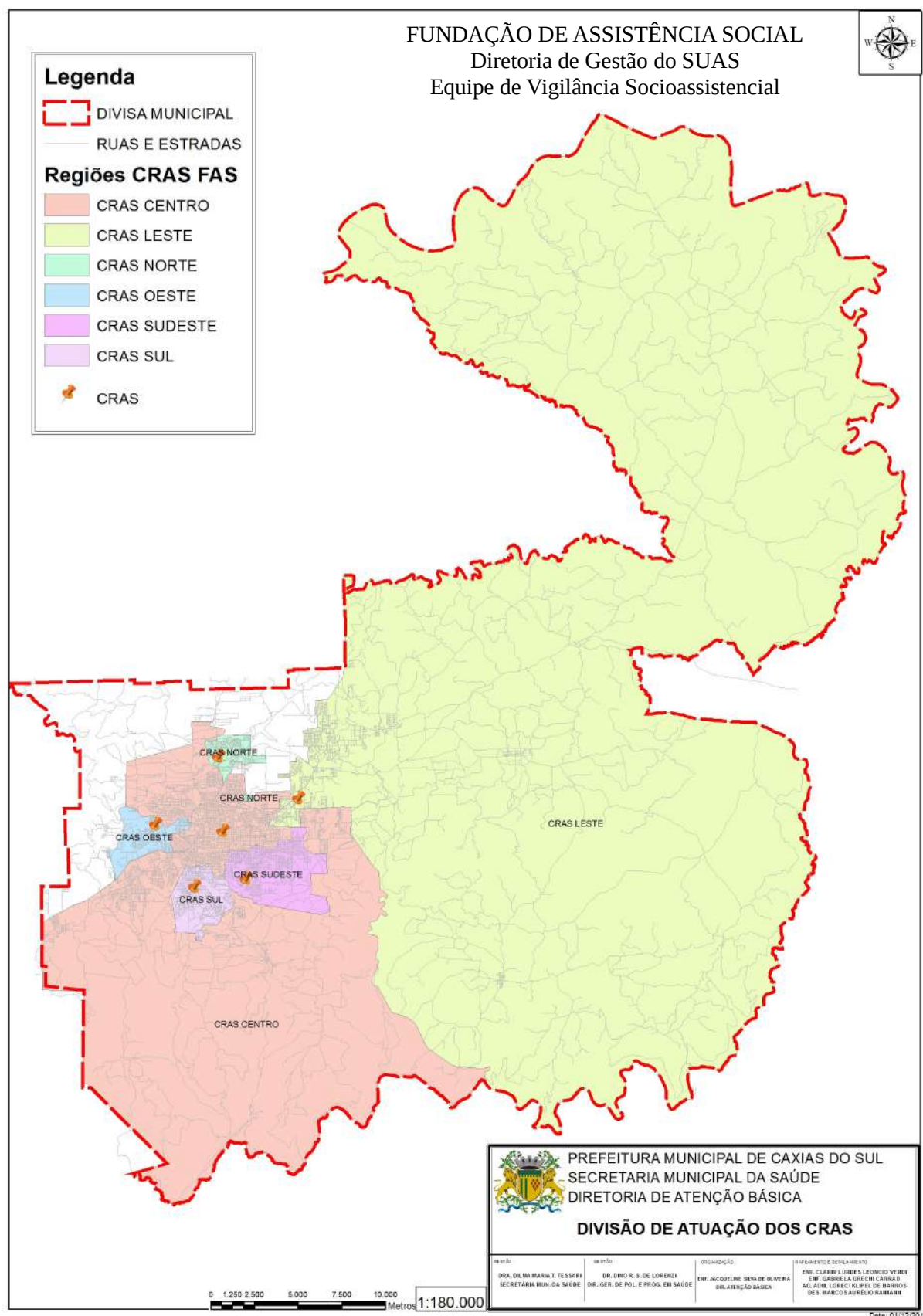
**QUADRO 09 – Bairros/Loteamentos/Vilas de referência dos CRAS**

<b>CRAS</b>	<b>Nº de Bairros/loteamentos/vilas</b>
Centro	90 (Adamati, Altos do Seminário, Brandalise, Campos da Serra, Centro, Charqueadas, Cinquentenário, Cohab, Colina Sorriso, Conquista, De Zorzi, Desvio Rizzo, Espaço Novo, Euzébio Beltrão de Queiroz, Exposição, Fátima Alta, Fioravante Tizot, Floresta, Forqueta, Galópolis, Gethal, Gianella, Giuseppe Formolo, Gragole II, Independência, Jardelino Ramos, Jardim Alpino, Jardim América, Jardim do Shopping, Jardim dos Reis, Jardim Itália, Lindóia, Linha Feijó, Loreto, Lurdes, Madureira, Marechal Floriano, Medianeira, Monte Bérico, Morada do Sol, Nossa Senhora da Paz, Nossa Senhora da Saúde, Paraíso Cristal, Parque das Rosas, Parque dos Vinhedos, Parque Morumbi, Paulino Debastini, Petrópolis, Pio X, Pioneiro, Planalto Rio Branco, Pôr do Sol, Primeiro de Maio, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Pinheiros, Residencial da Lagoa, Rio Branco, Sagrada Família, Santa Catarina, Santa Corona, Santa Lúcia, Santa Tereza, Santiago, São Conrado, São Francisco, São Gabriel, São José, São Leopoldo, São Luiz da 6ª Léguas, São Pedro, São Pelegrino, São Vicente, Sol Nascente, Universitário, Valverde, Verona, Vila Amélia, Vila Cristina, Vila do Rosário I e II, Vila Dom Pedro II, Vila Lobos Vergueiros, Vila Madrid, Vila Maestra, Vila Nova, Vila Pezzi, Vila Pontalti, Vila Romana, Vila Rugeri, Vila Sindical, Vinhedos, Zatera)
Norte	25 (Altos da Maestra, Belo Horizonte, Canyon, Centenário I e II, Fátima (Baixo), Loteamento Abramo Susin I e II, Loteamento Antônio Franzoi, Loteamento Colina do Sol, Loteamento Jardim Embaixador, Loteamento Jardim Esmeralda, Loteamento Madalosso, Loteamento Millenium, Loteamento Santo Antônio, Loteamento São Bernardo, Loteamento Seta Heras, Loteamento Dall'agnol, Loteamento Luxor, Loteamento São Luis, Loteamento Veneza, Parque Oásis, Portal da Maestra, Santa-Fé, Vila Ipê).
Oeste	12 (Loteamento Colina das Castanheiras, Loteamento Covolan, Cidade Nova (I, II, III e IV), Industrial (Cidade Ind ou Distrito Ind), Mariani (I e II), Mattioda, Loteamento Morada Feliz, Reolon, Sanvitto (I e II), Tijuca, Vale da Esperança, Vale Verde, cinquentenário II, São Giacomo).
Leste	61 (Água Azul de Santa Lúcia, Agudo / Fundos do Agudo, Ana Rech, Bevilacqua, Boca da Serra/ Invernada, Brasília, Capivari, Carapiaí, Caravaggio, Castelo, Cooperativa Habitacional Chaimar, Cooperativa Marianinha de Queiroz, Criúva, Dalanhos, De Lazzer I, De Lazzer II, Diamantino, Fazenda Souza, Flor do Campo, Grotta, Interlagos, Jardim Adorado, Jardim da Colina, Jardim das Hortências I, Jardim das Hortências II, Jardim Eldorado, Jardim Iracema, Loteamento Alpes Verdes, Loteamento Balardin/Pomar Balardin, Mariland, Marmeleiro, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Graças/Linha Café, Palanquinho, Parada Cristal, Pessegueiro, Presidente Vargas/Dom Pedro II, Rincão das Flores, Saint Ettiene, Santa Barbara de Ana Rech, Santa Catarina/ Criúva, Santa Cruz, Santa Lucia do Piaí, Santo Antônio de Ana Rech, Santo Antônio da Criúva, Santo Omo Bom, São Braz, São Ciro, São Cristovão, São Francisquinho, São Gotardo, São João, São Jorge da Mulada, São Roque, Século XX, Serrano, Tunas Altas e Vila Morais, Tunas Baixas/ Santa Terezinha, Vila Oliva, Vila Seca, Zona Lizze/ Vale Verde).
Sul	34 (Aeroporto, Alvorada, Arco Baleno, Bom Pastor I e II, Consolação, Esplanada, Glória, Kayser, Loteamento Nossa Senhora de Caravágio, Loteamento Pq. Res. Angelo Michelin, Loteamento Rech, Loteamento Santa Mônica, Loteamento São Salvador, Loteamento Scola, Loteamento Teresópolis, Loteamento Tizatto, Loteamento Vêneto, Loteamento União, Montes Claros, Loteamento Vera Cruz I e II, Loteamento Vila Brasil, Loteamento Vila Margarida, Madre Xavier Monte Carmelo, Nossa Senhora das Graças, Oriental, Pantanal, Rosa dos Ventos, Salgado Filho, Santos Dumont, São Caetano, Vila Gaúcha, Vila Gauchinha, São Marcos da Linha Feijó).
Sudeste	20 (Assunção, Bela Vista, Coesp, Cristo Redentor, Cruzeiro, La Paloma, Monte Reale, Pinho Verde, Paiquerê, Panazzolo, Planalto Frente, Planalto I, Planalto II, São Victor Cohab, São Virgilio, Vila Ipiranga, Vila Leon, Vila Mari, Vila Verde, Vitória).

Pode-se perceber no quadro 09 que há uma desigualdade na quantidade dos bairros/loteamentos/vilas que cada CRAS referencia. O CRAS Centro é o equipamento responsável pelo maior número de locais, sendo o CRAS Leste o segundo e o Sul o terceiro maior. Isso pode ser explicado em virtude da organização

do transporte urbano no município que torna o deslocamento mais acessível até o centro da cidade, onde está situado o CRAS Centro. Por isso, há casos em que apesar de um bairro estar mais próximo a um determinado CRAS, seu referenciamento foi assumido por outro mais distante, porém, com linha de ônibus disponível efetuando o trajeto necessário. A seguir apresenta-se, na figura 03, o mapa dos territórios de abrangência dos CRAS.

**FIGURA 03 – Mapa dos Territórios de Abrangência dos CRAS**





Se visualizarmos o mapa de Caxias do Sul, dividido pelos territórios de abrangência de cada CRAS (Figura 03), consta-se que a região do CRAS Leste destaca-se em termos de extensão territorial, pelo fato de referenciar também zonas rurais distantes da localização do equipamento. Os demais CRAS, apesar de atenderem área territorial menor, atendem os bairros e loteamentos mais populosos.

Referente aos serviços ofertados as famílias/indivíduos, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais<sup>14</sup>, orienta que os CRAS podem desenvolver o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF<sup>15</sup>; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>16</sup> e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência<sup>17</sup>.

As equipes dos seis CRAS do município realizam o PAIF e SCFV. No domicílio são feitos atendimentos pontuais, não há consenso em afirmar que está implantado o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência, uma vez que não há equipe específica apenas para esse fim.

O desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF pode ocorrer por meio de dois processos distintos, mas complementares: a) as famílias, um ou mais de seus membros, podem ser atendidas pelo PAIF; e b) as famílias podem ser acompanhadas pelo PAIF.

O trabalho realizado no PAIF dispõe de ações de caráter individual e coletivo, por isso, é necessário que haja uma sinergia entre essas duas dimensões, caso contrário, há um risco de reduzir o serviço apenas a atendimentos individualizados, em que as atividades cadastrais e de encaminhamentos se sobreponham aos espaços coletivos. Nessa direção, o PAIF prevê ações em direção à coletivização das demandas das famílias atendidas, fundamentado no entendimento de que as questões vivenciadas por uma família podem ser a de tantas outras que vivem no território de abrangência do CRAS.

<sup>14</sup> Resolução Nº 109, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 11 de novembro de 2009.

<sup>15</sup> O PAIF “consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida” (MDS, 2015, p. 12).

<sup>16</sup> O SCFV é uma “forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (p. 9)” Possui articulação com o PAIF e pode ser ofertado conforme os ciclos vitais: crianças até 6 anos; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; adolescentes e jovens de 15 a 17 anos; e idosos. (MDS, 2009).

<sup>17</sup> Este serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de outras políticas públicas. Além disso, desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento (MDS, 2009).

As equipes técnicas dos CRAS na execução do PAIF têm como objetivo o fortalecimento da função protetiva da família, compreendendo-a como o lugar do cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidade e vínculos relacionais e de pertencimento, mas sem perder de vista que ela pode também configurar um espaço de reprodução de desigualdades e de violência. As ações coletivas visam promover o diálogo, a troca de experiências e valores, bem como a discussão de situações externas que afetam a família e a comunidade. Na medida em que as “Oficinas com Famílias” e as “Ações Comunitárias” suscitam a reflexão sobre vulnerabilidades, riscos ou potencialidades das famílias e agregam diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum, essas ações passam a contribuir significativamente para o desenvolvimento de projetos coletivos e o protagonismo da comunidade.

Referente ao trabalho executado nos equipamentos destaca-se que no período de 2013 a 2016, 112.671 famílias/indivíduos receberam atendimentos/acompanhamentos das equipes dos seis CRAS do município. Para dar visibilidade ilustra-se esses dados no quadro a seguir.

**QUADRO 10** – Número de acessos aos CRAS no período de 2013 a 2016

<b>CRAS</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
SUL	6.347	7.537	9.483	10.886
CENTRO	8.154	8.153	10.134	10.685
NORTE	4.304	4.850	8.677	12.012
OESTE	4.865	5.674	6.306	6.131
LESTE	2.629	3.097	5.743	8.070
SUDESTE	-----	-----	-----	3.372
Total por ano	26.299	29.311	40.343	51.156
Total dos quatro anos	147.109			

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento dos CRAS (2013 a 2016).

Como pode ser observado no Quadro 10, no período de 2013 a 2016 foram atendidas 147.109 famílias/indivíduos. Sendo que em 2013 foram atendidas 26.299 famílias/indivíduos, em 2014: 29.311, em 2015: 40.343 e em 2016: 51.156.

Em todos os CRAS, com exceção do Sudeste, o qual iniciou suas atividades em 2016, houve aumento no número de acessos. Dessa forma, a porcentagem da

taxa de crescimento do CRAS Sul foi de 41,7%, do CRAS Centro: 23,7%, CRAS Norte: 64,2%, do CRAS Oeste: 20,6% e do CRAS Leste: 67,4%. No decorrer dos anos observa-se o aumento da busca dos serviços socioassistenciais em função do desemprego decorrente da crise econômica pela qual passamos, a partir da qual percebemos mudanças sutis do perfil do público atendido pelos CRAS, bem como o acréscimo de famílias oriundas do próprio crescimento populacional e de outros municípios.

Concernente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertado nos CRAS, destaca-se que esse serviço possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Busca garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Os usuários do SCFV são divididos em grupos, com até 30 participantes, a partir de intervalos de faixas etárias. O trabalho nos grupos é organizado de forma a estimular as trocas culturais e a partilha de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

Nos seis CRAS do município são realizados grupos de SCFV: para idosos em todos os CRAS; para adultos no Norte, Sul, Leste e Sudeste; e para adolescentes no Leste.

Além dos serviços ofertados nos CRAS (Centro, Norte, Sul, Oeste, Leste, Sudeste), também compõe a rede de Proteção Social Básica: 02 Unidades públicas (Cruzeiro do Sol e Laços da Amizade) que ofertam 103 vagas para crianças e adolescentes; 21 entidades de assistência social que ofertam SCFV<sup>18</sup> nos territórios dos CRAS. Sendo que 16 entidades<sup>19</sup> de assistência social ofertam 2.548 vagas no

<sup>18</sup> Os grupos de SCFV realizados nas entidades de assistência social devem ser referenciados aos CRAS. Estar referenciado ao CRAS significa receber orientações alinhadas às normativas do SUAS, estabelecer compromissos e relações, participar da definição de fluxos e procedimentos que reconheçam a centralidade do trabalho com famílias no território.

<sup>19</sup> Associação Caritativo – Literária São José - CAMI São José; AESC – Associação Educadora São Carlos; Associação Criança Feliz; Casa Anjos Voluntários; Centro Cultural Espírita Jardelino Ramos; Centro Assistencial Voluntários sem Fronteiras; Centro Assistencial e de Promoção Social Joana D'Arc; ILEM – Instituto Leonardo Murialdo – IDER – Ana Rech; ILEM – Instituto Leonardo Murialdo – Centro Técnico Social; Centro Assistencial Portal da Luz; ENCA – Entidade de Assistência a Criança e ao Adolescente; Associação Mão Amiga; Sociedade Educação e Caridade; Instituto Elisabetha Randon; ILEM – Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente Murialdo; Associação SOS Vida.

SCFV para crianças e adolescentes; 03 entidades<sup>20</sup> ofertam 155 vagas para SCFV para jovens e adultos; 02 entidades<sup>21</sup> ofertam 150 vagas para SCFV para idosos. No quadro abaixo é possível visualizar a quantidade de vagas ofertadas pelas unidades públicas e entidades por território.

**QUADRO 11 – Vagas Ofertadas Pelas Unidades Públicas e Privadas por Território.**

<b>Território</b>	<b>Unidade Pública</b>	<b>Entidade de Assistência Social</b>	<b>Público</b>	<b>Total de Vagas</b>
Centro	01	07	crianças e adolescentes (06 a 15 anos)	1.000
	0	03	jovens e adultos (18 a 59 anos)	70
	01	02	Idosos	150
Norte	0	06	crianças e adolescentes (06 a 15 anos)	805
	01	0	Jovens e Adultos	10
			Idosos	33
Oeste	0	01	crianças e adolescentes (06 a 15 anos)	160
	01	0	Idosos	30
Leste	0	03	crianças e adolescentes (06 a 15 anos)	420
	01	0		
Sul	0	01	crianças e adolescentes (06 a 15 anos)	100
	01	0	Jovens e Adultos	20
			Idosos	20
Sudeste	01	01	crianças e adolescentes (06 a 15 anos)	130
	0	01	Idosos	91

Os SCFV para crianças e adolescentes são ofertados nos seguintes bairros: Centro, Marechal Floriano, Planalto/Rio Branco, Jardelino Ramos, Jardim América, Forqueta, Fátima Baixa, Santa Fé, Canyon Vila Ipê, Belo Horizonte, Reolon, Loteamento Vitória, Cruzeiro, Ana Rech, Diamantino, Interlagos, Loteamento Santo Antônio, Consolação. O SCFV para adultos é ofertado no Rio Branco e Universitário; e para idosos: Panazzolo, São Pelegrino e Rio Branco.

<sup>20</sup> RIMVIVER – Associação dos Renais Crônicos de Caxias do Sul; AAPECAN – Associação de Apoio a Pessoa com Câncer.

<sup>21</sup> Associação Literária São Boaventura; SCAN – Associação Caxiense de Atenção ao Idoso; Associação Jesus Senhor.

## **SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA COMPLEXIDADE)**

No município, a rede de Proteção Social Especial (Média Complexidade) é composta por:

- 02 CREAS (Norte e Sul) que ofertam os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- 01 Centro de Referência Especializado para População de Rua – Centro POP RUA, que realiza o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço de Abordagem Social. Trata-se de uma unidade pública de referência para prestar atendimento à população em situação de rua.
- 04 Centros-Dia (Mosaico Centro-Dia/ENCA, CDC/APAE, CCC/LEFAN, Paz e Bem/LEFAN);
- 04 unidades referenciadas (APAE, APADEV, INAV e Helen Keller);
- 01 Serviço Domiciliado para Idosos e suas Famílias (SPEI/Jesus Senhor), que oferta serviços especializados para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias;

O CREAS Norte é responsável pelo acompanhamento das famílias/indivíduos referenciadas em 121 bairros/loteamentos, e o CREAS Sul responsável pelo acompanhamento as famílias em 126 bairros/loteamentos. A separação dos territórios entre os CREAS inspirou-se no zoneamento do conselho Tutelar. No próximo Quadro 12 apresenta-se o território de abrangência dos CREAS.

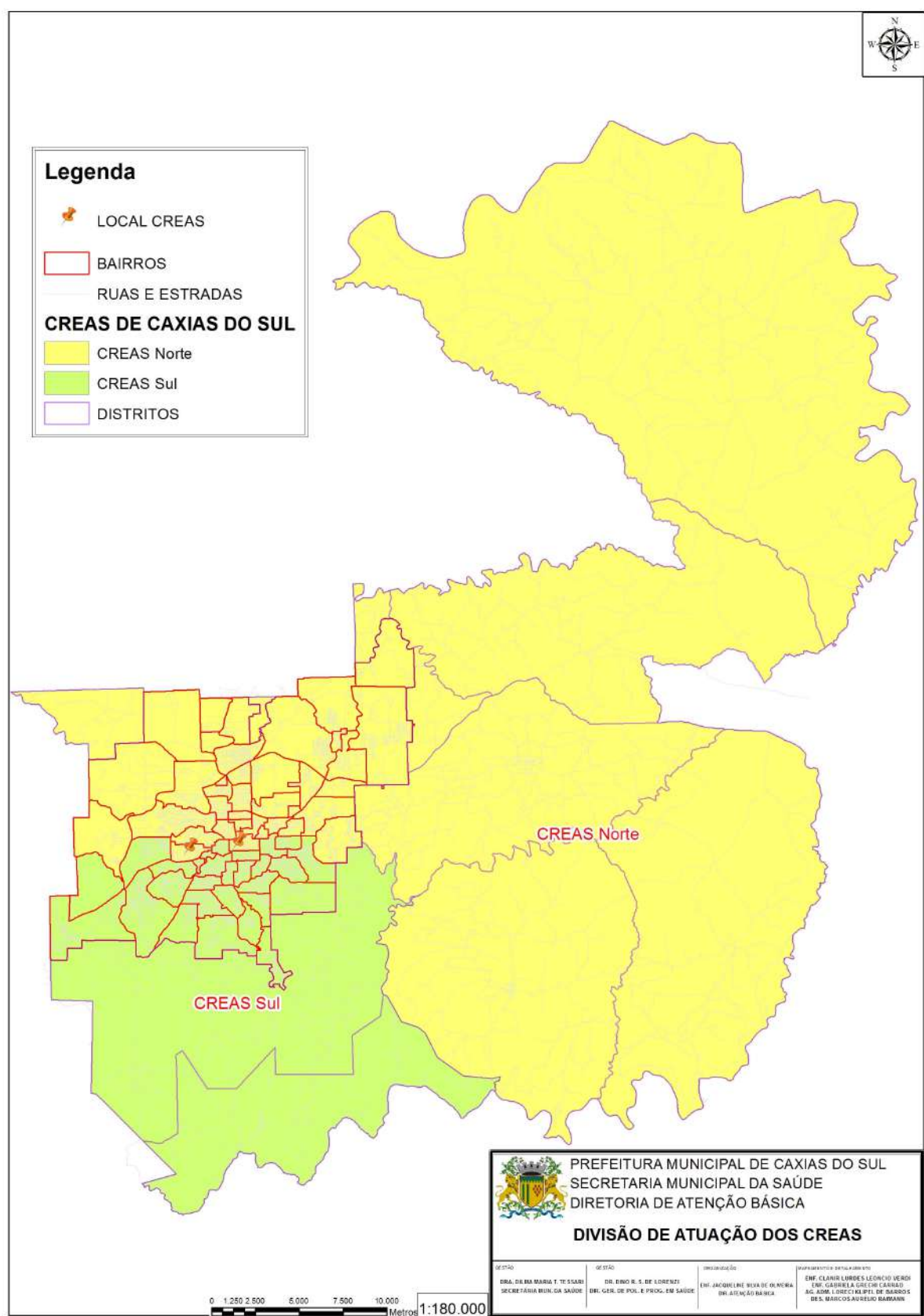
## QUADRO 12 – Território de abrangência dos CREAS

Norte	Abramo Susin, Altos da Maestra, Antônio Franzoi, Ana Rech, Apanhador, Belo Horizonte, Brasília, Beltrão de Queiroz, Brandalise, Canyon, Capela Pedancino, Capivari, Carrefour, Castelo, Centenário I e II, Centro, Cinquentenário, Criuva, Colina do Sol, Colina Sorriso, Comunidade Nossa Sra. Das Graças, De Lazzer, De Zorzi, Diamantino, Elite, Esmeralda, Fátima, Fazenda Souza, Fioravanti Lizzot, Getúlio Vargas, Gianelli, Gregoleto, Guarujá, Interlagos, Jardelino Ramos, Jardim América, Jardim das Hortênsias, Jardim do Sol, Jardim Eldorado I, Jardim Eldorado II, Jardim Embaixador, Jardim Esmeralda, Jardim Iracema, Jardim Itália, Jardim Santa Lúcia, Jardim Vitória, Linha 40, Loteamento Dall'Agnol, Loteamento Madalosso, Loteamento Millenion, Loteamento Mariani, Machado de Assis, Madureira, Magnabosco, Marechal Floriano, Marianinha de Queiroz, Mariland, Matioda, Moinhos de Vento, Monte Bérico, Monte Castelo, Nossa Senhora da Paz, Nossa Senhora da Saúde, Nossa Senhora da Pompéia, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário, Parada Cristal, Parque da Represa, Parque Oásis, Pedancino, Pio X, Pioneiro, Popular 08, Popular III, Pôr do Sol, Portal dos Eucaliptos, Portal da Maestra, Presidente Vargas, Primeiro de Maio, Recanto dos Plátanos, Reglon, Residencial Luxor, Residencial Schaefer, Rota do Sol, Sagrada Família, Saint'Etienne, Sanvitto, Santa Bárbara, Santa Catarina, Santa Fé, Santa Justina, Santa Lúcia (Cohab), Santa Lúcia do Piauí, Santo Antônio da 7ª Léguas, São Braz, São Bernardo, São Ciro I e II, São Cristóvão, São Giacomo, São José, São Luís, São Vicente, Século XX, Serrano, Sete Heras, Silvio Mondim, Tijuca, Universitário, Vale Verde, Vale da Esperança, Vila Cohab, Vila Industrial, Vila Ipê, Vila Jardim, Vila Maestra, Vila Nova, Vila Oliva, Vila Seca, Vinhedos, Vitória Trêz.
Sul	Aeroporto, Alvorada, Angelo Michelin, Arco Baleno, Bela Vista, Bom Pastor I e II, Campos da Serra, Cidade Nova, Cinquentenário II, Charqueadas, Consolação, Covolan, Cristo Redentor, Cruzeiro, Desvio Rizzo, Espaço Novo, Esplanada, Exposição, Forqueta, Floresta, Galópolis, Giuseppe, Formolo, Glória, Industrial, Ipiranga, Jardim Lindóia, Jardim Shopping, Jardim Teresópolis, Kayser, La Paloma, Lot. Adamati, Lot. Belvedere, Lot. Bertolini, Lot. Brasil, Lot. Caravaggio, Lot. Conquista, Lot. Lindóia, Lot. Monte Carmelo, Lot. Novo Amanhã, Lot. Pinheiros, Lot. Rech, Lot. Rubiano, Lot. Santa Clara, Lot. Santa Mônica, Lot. Scola, Lot. Shopping, Lot. Teresópolis, Lot. Tizatto, Lot. União, Lot. Veneto, Lot. Vera Cruz I e II, Lot. Vila Brasil, Lot. Vila Feliz, Lot. Vista do Monte, Madri, Mariani, Matioda, Medianeira, Monte Reale, Montes Claros, Morada do Sol, Monte Carmelo, Nossa Senhora de Caravaggio, Nossa Senhora de Lurdes, Nossa Senhora das Graças, Oriental, Panazzolo, Pantanal, Paraíso Cristal, Parque Planalto, Petrópolis, Planalto, Planalto Santos Anjos, Parque das Rosas, Popular 9, Rio Grande, Recanto dos Pássaros, Residencial da Lagoa, Rio Branco, Rosa dos Ventos, Rosário I e II, Salgado Filho, Santa Corona, Santa Tereza, Santo Bortolini, São Caetano, Santos Dumont, São Francisco, São Gabriel, São Leopoldo, São Luís da 6ª Léguas, São Mateus, São Pedro, São Pelegrino, São Salvador, São Virgílio, São Vitor Cohab, Vale da Esperança, Vera Cruz, Vergueiros, Verona, Vale Verde, Vila Amélia, Vila Assunção, Vila Cristina, Vila Esperança, Vila Gaúcha, Vila Ipiranga, Vila Lola, Vila Leon, Vila Lobos, Vila Mari, Vila Pezzi, Vila Pontalti, Vila Santos, Vila São João, Vila Rugeri, Vila Sindical, Vila Verde, Vitória, Zatera, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Léguas.

É importante destacar que alguns bairros ou loteamentos são vinculados a determinado CREAS devido à facilidade de acesso em consequência da configuração do transporte coletivo do município.

A distribuição dos bairros de abrangência de cada CREAS, pode ser melhor visualizado na figura abaixo.

**FIGURA 04** – Distribuição dos Bairros de Abrangência dos CREAS





Referente ao trabalho realizado nos CREAS, destaca-se que no período de 2014 a 2016 o CREAS Norte acompanhou no PAEFI, em média, o total de 228 famílias/indivíduos. Sendo que, em 2014, foram acompanhadas (em média) 80 famílias/indivíduos, em 2015 (em média) 76 famílias e em 2016 (em média) 72 famílias. Nas medidas socioeducativas foram acompanhadas em média 434 adolescentes. Sendo que em 2014 foram (em média) 192 pessoas, em 2015 (em média) 164 adolescentes e em 2016 (em média) 78 adolescentes.

O CREAS Sul no período de setembro de 2015 a 2016 acompanhou no PAEFI, em média 127 famílias/indivíduos. Em 2015, foram (em média) 47 famílias e, em 2016 (em média) 80 famílias/indivíduos. Nas medidas socioeducativas foram acompanhadas em média 119 adolescentes. Sendo que em 2015 foram atendidos 67 pessoas e, em 2016 (em média) foram acompanhados 57 adolescentes.

O Centro Pop Rua no período de 2014 a 2016, atendeu em média 2.255 pessoas em situação de rua. Consultando a base de dados desse período referente as pessoas incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como pessoas em situação de rua, identificou-se que em 2014 havia 159 pessoas incluídas, em 2015 havia 233 e em 2016, 324 pessoas nessa condição.

O **Centro Dia Caxias<sup>22</sup> – CDC (APAE)**, tem capacidade para atender 30 usuários por turno. E o **Mosaico Centro Dia (ENCA)**, tem capacidade para atender 30 usuários por turno. Em ambas as unidades tem-se como público-alvo: famílias com pessoas adultas entre 18 e 59 anos com deficiência, com algum grau de dependência, prioritariamente beneficiários do BPC, ou em situação de pobreza inseridos no CadÚnico, PCDs que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, agravos decorrentes de isolamento social, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O **Centro de Convivência Capuchinhos – CCC Idosos (LEFAN)**, e o **Centro de Convivência Paz e Bem (LEFAN)**, na modalidade Centro Dia, consiste no acompanhamento ao idoso e sua família, no enfrentamento de situações de violações de direitos para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários. Os serviços têm capacidade para atender 30 usuários por turno.

<sup>22</sup> Esse serviço foi executado pela entidade APAE de 2013 a 2016. A partir de Janeiro de 2017, a entidade Associação de Pais e Amigos do Autista de Farroupilha (AMAFa).

Para executar o **Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias – SPEI**, a FAS estabeleceu parceria com a Associação Jesus Senhor para atender idosos e famílias em situação de risco social, na modalidade de atendimento domiciliar. O público-alvo são: famílias com idosos com algum grau de dependência que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

As Unidades Referenciadas (entidades de assistência social referenciadas aos CREAS) ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. Para execução dos serviços ofertados em Centros-Dia, a FAS estabeleceu parcerias com as seguintes Unidades Referenciadas: APAE, ENCA e LEFAN. No município, esse serviço é realizado através de parcerias com 04 entidades de assistência social. A APAE oferta 200 vagas, APADEV 43 vagas, INAV 27 vagas e Helen Keller 95 vagas.

### **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (ALTA COMPLEXIDADE)**

Em Caxias do Sul, no que diz respeito ao Acolhimento Institucional, são ofertados serviços em:

- 03 Abrigos Institucionais para Crianças e Adolescentes (Sol Nascente, Estrela Guia e Recanto Amigo)<sup>23</sup>;
- 01 Abrigo Institucional para mulheres em situação de violência (Casa Viva Rachel);
- 01 Instituição de Longa Permanência para adultos – ILPA (Residencial para adultos Maison LTDA);
- 04 Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI (Lar da Velhice São Francisco de Assis, Frei Pio, São José, Bela Vista);
- 12 Casas Lar para Crianças e Adolescentes (ofertadas pelas entidades privadas Murialdo, ASA, Jesus Senhor);

<sup>23</sup> De novembro de 2015 a novembro de 2016, a Associação Jesus Senhor firmou contrato com a Fundação de Assistência Social para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional. Em novembro de 2016, em função da negativa na prorrogação dos serviços da Associação Jesus Senhor, a Associação Mão Amiga passou a executar esse serviço.

- 03 Casas de Passagem para Adultos (Carlos Miguel dos Santos, São Francisco, Casa de Apoio Celeiro de Cristo);
- 01 Residência Inclusiva (Santa Clara de Assis).
- 01 Caxias Acolhe

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e os Serviços de Acolhimento em República e Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências ainda não foram implementados no município.

Como foi mencionado inicialmente, o município de Caxias do Sul é dividido administrativamente em sete distritos e quatro regiões administrativas. No entanto, para fins desse diagnóstico, apresenta-se a rede socioassistencial do SUAS do município de Caxias do Sul, a partir das seis regiões onde estão localizados os CRAS e seus respectivos bairros/loteamentos referenciados (centro, norte, sul, leste, oeste e sudeste). Tal escolha justifica-se pelo fato dos CRAS, dada sua capilaridade no território, serem concebidos como a principal porta de entrada<sup>24</sup> do SUAS, ao possibilitar o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social básica.

Assim, torna-se pertinente conhecer quais serviços são ofertados nos equipamentos localizados dentro do território de abrangência de cada CRAS, para avaliar se são suficientes para atender as demandas das famílias. Convém salientar que a região de localização dos CRAS não ocorreu conforme as divisões administrativas do município, devido a fatores como: disponibilidade de imóveis com estrutura física adequada, a malha de transporte urbano para acesso dos usuários aos equipamentos, entre outros.

## **DEMANDAS DE NOVOS SERVIÇOS**

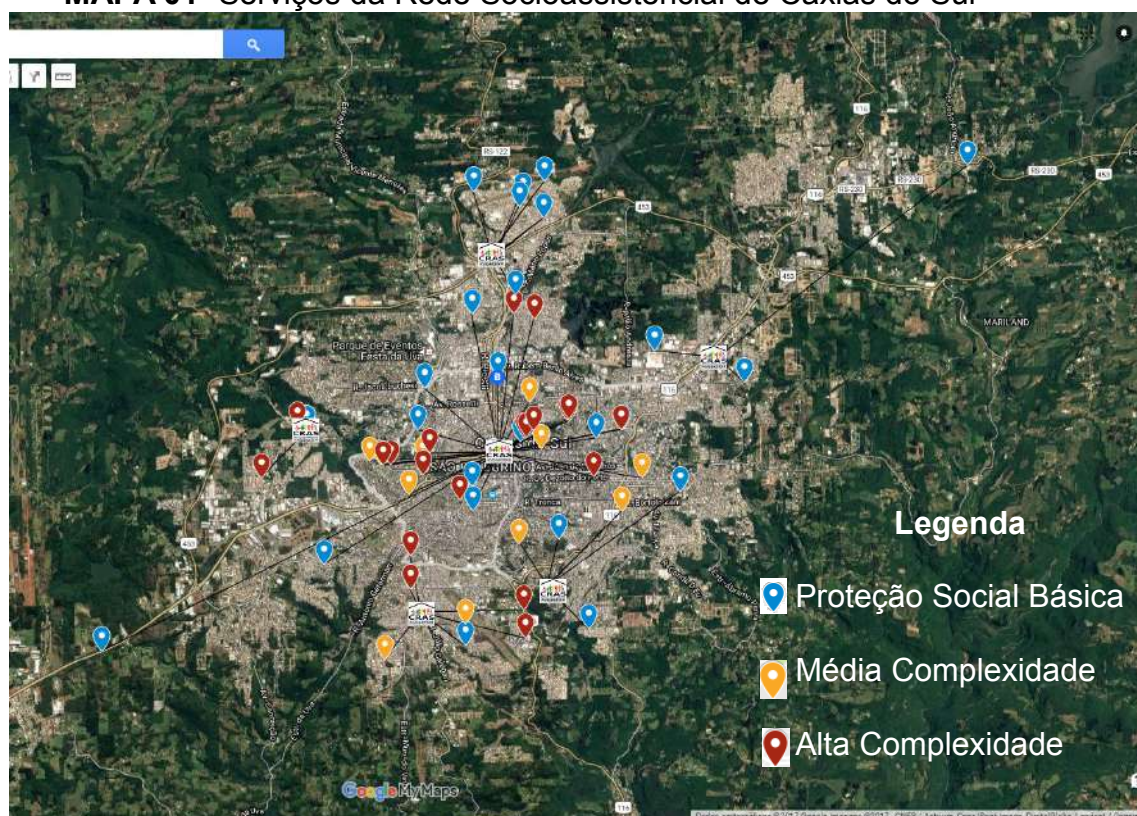
Considerando as vulnerabilidades vivenciadas pelos usuários da Política de Assistência Social e a cobertura da rede socioassistencial nos seis territórios de abrangência dos CRAS no município, identifica-se as demandas de novos equipamentos e serviços para qualificar o atendimento das necessidades dessa população. De acordo com a PNAS (2004), em razão das características que classificam Caxias do Sul como município de grande porte, a rede socioassistencial nesse contexto deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de Proteção Social Básica e Especial.

<sup>24</sup> Conforme as Orientações Técnicas dos CRAS (2009).

Conforme a localização dos serviços existentes, ilustrados no mapeamento abaixo, observa-se que há desigualdade na distribuição dos serviços socioassistenciais. Há maior concentração na região mais populosa e central da cidade em todos os níveis de proteção, principalmente em virtude da malha de transporte urbano ofertada que torna mais acessível o deslocamento para o centro. Convém salientar que, embora essa quantidade de serviços esteja situada no território do CRAS Centro, os mesmos atendem pessoas advindas de outras regiões, principalmente os serviços de média e alta complexidade. Esse fato, acaba restringindo a oferta de vagas para atender a demanda da própria região central que já tem sido insuficiente.

A seguir, apresenta-se no mapa 1 os serviços da rede socioassistencial pública e privada do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em Caxias do Sul.

**MAPA 01- Serviços da Rede Socioassistencial de Caxias do Sul**



Fonte: Google Maps

Nas regiões periféricas do mapa, verifica-se quantidade menor de equipamentos e poucos serviços de Proteção Social Básica nos seguintes territórios:

- a) Leste com um CRAS e três Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(SCFV); b) Norte com um CRAS e seis SCFV; c) Sudeste com um CRAS, três SCFV, três Unidades Referenciadas<sup>25</sup> (média complexidade) e uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (alta complexidade); d) Sul com um CRAS, um SCFV, dois Centros Dia (média complexidade) e quatro Serviços de Acolhimento Institucional (SAI) para crianças e adolescentes (alta complexidade); e) Oeste com um CRAS, um SCFV e dois SAI (alta complexidade). Sendo, portanto, regiões periféricas que demandam mais investimentos da política de assistência social, especialmente no que diz respeito a Proteção Social Básica. Ressalta-se que os territórios do leste, maior em extensão territorial por abranger zonas rurais, e oeste dispõem de menos serviços em comparação com as demais regiões (Centro, Sul, Sudeste, Norte).

Em virtude dessa realidade em todos os territórios dos CRAS e também das propostas elencadas das pré-conferências nos territórios e na Conferência Municipal de Assistência Social em 2013 e 2015, sintetiza-se no quadro abaixo, as necessidades de novos equipamentos e serviços, os locais vulneráveis para implementação dos mesmos, e o público em potencial, conforme a base de dados do CADÚnico de julho de 2016 acerca das crianças e adolescentes e dezembro de 2016 sobre idosos.

**QUADRO 13** - Síntese das Demandas de Proteção Social Básica

<b>Território</b>	<b>Nº. Total de pessoas</b>	<b>Serviços de Proteção Social Básica</b>	<b>Locais sem serviços e vulneráveis</b>	<b>Público em potencial</b>
CENTRO	Crianças e adolescentes (5992)	03 CRAS para atender famílias e indivíduos	Desvio Rizzo	714
			Proximidades do Loteamento Campos da Serra	1113
			Nossa Senhora de Fátima (Inclui-se Alta e Baixa)	799
		7 SCFV para crianças e adolescentes 6 – 15 anos	Desvio Rizzo	549
			Loteamento Campos da Serra	798
			Fátima Alta	568
			Rio Branco	215
			Vila Lobos	185
			Por do Sol	179
			Primeiro de Maio	139
	Idosos (1575)	4 SCFV para idosos	Loteamento Campos da Serra	165

<sup>25</sup> APAE, APADEV e SPEI que ofertam o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias.

			Desvio Rizzo	157
			Rio Branco	140
			Fátima Alta	113
NORTE	Crianças e adolescentes (2687)	1 SCFV para crianças e adolescentes 6 – 15 anos	Parque Oásis	88
			Nossa Senhora do Rosário	83
	Idosos (573)	3 SCFV para idosos	Santa Fé	190
			Vila Ipê	128
			Belo Horizonte	86
OESTE	Crianças e adolescentes (1623)	3 SCFV para crianças e adolescentes 6 – 15 anos	Mariani	425
			Distrito Industrial	188
			Cidade Nova	183
	Idosos (322)	3 SCFV para idosos	Mariani	107
			Reolon	95
			Cidade Nova	51
LESTE	Crianças e adolescentes (2322)	3 SCFV para crianças e adolescentes 6 – 15 anos	Serrano	409
			Fazenda Souza	142
			Para atender também:	
			Vila Seca e Santa Lúcia do Piaí	136 121
			Parada Cristal	93
	Idosos (478)	3 SCFV para idosos	Serrano	113
			Diamantino	65
			Ana Rech	53
SUL	Crianças e adolescentes (2189)	4 SCFV para crianças e adolescentes 6 – 15 anos	Esplanada	499
			Kayser	271
			Salgado Filho	142
			Bom Pastor	136
	Idosos (548)	3 SCFV para idosos	Esplanada	156
			Kayser	81
			Bom Pastor	77
SUDESTE	Crianças e adolescentes (1785)	2 SCFV para crianças e adolescentes 6 – 15 anos	Planalto	530
			Planalto II	141
			Bela Vista	224
	Idosos (418)	2 SCFV para idosos	Planalto	116
			Planalto II	28
			Cruzeiro	97
			Bela Vista	96

No que diz respeito a Proteção Social Especial, na média complexidade não foi identificado necessidade de novos serviços. Na alta complexidade, constatou-se demanda para implantação do Serviço de Acolhimento em República destinado a jovens egressos dos abrigos institucionais, tendo em vista que os registros dos

Relatórios Mensais de Atendimento (RMA) das três unidades de acolhimento no município (Sol Nascente, Estrela Guia e Recanto Amigo), indicam que em 2017 há o total de 15 adolescentes que já completaram ou completarão 17 anos, sendo, portanto, usuários em potencial. Convém salientar que um serviço nessa modalidade de acolhimento havia sido previsto no(a): PPA de 2014 – 2017; pré-conferências nos territórios, conferência Municipal de Assistência Social.

Diante do exposto, inicia-se a discussão de cada um dos seis territórios dos CRAS, abordando o perfil das famílias cadastradas no CADÚnico, em seguida indicadores de vulnerabilidade do público prioritário da Política de Assistência Social, a saber: a) situação de pobreza e extrema pobreza; b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família; e c) Beneficiários do BPC. E, posteriormente, serão apresentados a cobertura de serviços da rede socioassistencial e serão discutidos os argumentos das demandas específicas de cada território, pois, segundo Koga, “quanto mais nos aproximamos das desigualdades internas de um território, aumentam-se as chances de se obter uma radiografia que reflita de forma mais concreta a dinâmica da realidade vivida (2011, p.79)”.



## 2.1 Território do CRAS Centro

### 2.1.1 Perfil das famílias cadastradas

Do total de 51.244 pessoas incluídas no Cadastro Único até dezembro de 2014, 17.973 pessoas, ou 35,1%, pertenciam à região do CRAS Centro. Considerando o perfil dessas pessoas, no que diz respeito ao sexo e faixa etária, podemos verificar no quadro abaixo que 59,6% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 40,4% do sexo masculino. Verificamos, também, que 17,3% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 30,4%. Dessa forma, verifica-se que 47,7% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 30,4% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos, 15,5% com idade entre 40 e 59 anos e somente 6,4% com idade acima de 60 anos.

**QUADRO 14 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2014)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	1.087	1.015	2.102	2102	11,7	11,7
De 05 e 06 anos	520	480	1.000	3102	5,6	17,3
De 07 a 15 anos	2.329	2.231	4.560	7.662	25,4	42,7
De 16 a 17 anos	472	426	898	8.560	5,0	47,7
De 18 a 24 anos	685	1.080	1.765	10.325	9,8	57,5
De 25 a 34 anos	601	1.906	2.507	12.832	13,9	71,4
De 35 a 39 anos	290	901	1.191	14.023	6,6	78,0
De 40 a 44 anos	277	619	896	14.919	5,0	83,0
De 45 a 49 anos	239	516	755	15.674	4,2	87,2
De 50 a 54 anos	193	450	643	16.317	3,6	90,8
De 55 a 59 anos	167	331	498	16.815	2,8	93,6
De 60 a 64 anos	136	260	396	17.211	2,2	95,8
Mais de 65 anos	265	497	762	17.973	4,2	100
Total	7.261	10.712	17.973	17.973	100	100

Já de acordo com a base de dados do CADÚnico de 22 de julho de 2016, do total de 62.169 pessoas cadastradas no município, 22.419 pessoas, ou 36,6%, pertencem a região do CRAS Centro, conforme depreendido do quadro abaixo. Comparando com os dados de 2014, percebe-se um acréscimo de 4.446 pessoas pertencentes a região do CRAS Centro, o que corresponde a um crescimento de 24,7%.

**QUADRO 15** – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2016).

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de Pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	1.091	995	2.086	2.086	9,3	9,3
De 05 e 06 anos	678	619	1.297	3.383	5,8	15,1
De 07 a 15 anos	2.712	2.565	5.277	8.660	23,5	38,6
De 16 a 17 anos	600	542	1.142	9.802	5,1	43,7
De 18 a 24 anos	1.015	1.399	2.414	12.216	10,8	54,5
De 25 a 34 anos	872	2.340	3.212	15.428	14,3	68,8
De 35 a 39 anos	434	1.207	1.641	17.069	7,3	76,2
De 40 a 44 anos	389	856	1.245	18.314	5,5	81,7
De 45 a 49 anos	321	695	1.016	19.330	4,5	86,2
De 50 a 54 anos	293	559	852	20.182	3,8	90,0
De 55 a 59 anos	219	443	662	20.844	2,9	93,0
De 60 a 64 anos	179	364	543	21.387	2,4	95,4
Mais de 65 anos	363	669	1.032	22.419	4,6	100
Total	9.166	13.253	22.419	22.419	100	100

Em relação à faixa etária e sexo das pessoas incluídas até julho de 2016, verificamos que 59,1% das pessoas são do sexo feminino e 40,8% do sexo masculino. Verificamos, ainda, que 15,1% das pessoas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 28,7%. Assim, conclui-se que 43,8% do total de pessoas incluídas são crianças e adolescentes.

No que diz respeito, à população adulta, constatamos que 32,4% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos, 14,4% com idade entre 40 e 59 anos e somente 7% das pessoas têm idade acima de 60 anos.

No que se refere ao crescimento do número de pessoas em termos percentuais e por faixa etária, no quadro abaixo realizamos comparativo entre os dois períodos, quais sejam, as bases do Cadastro Único de dezembro de 2014 e julho de 2016.

**QUADRO 16** – Taxa de crescimento de pessoas incluídas no Cadastro Único entre dezembro de 2014 e julho de 2016.

Faixa Etária	Mês da base e Nº de Pessoas Incluídas		% de Crescimento
	Dezembro de 2014	Julho de 2016	
De 00 a 04 anos	2.102	2.086	-0,8
De 05 a 06 anos	1.000	1.297	29,7
De 07 a 15 anos	4.560	5.277	15,7
De 16 a 17 anos	898	1.142	27,2
De 18 a 24 anos	1.765	2.414	36,8
De 25 a 34 anos	2.507	3.212	28,1
De 35 a 39 anos	1.191	1.641	37,8
De 40 a 44 anos	896	1.245	39,0
De 45 a 49 anos	755	1.016	34,6
De 50 a 54 anos	643	852	32,5
De 55 a 59 anos	498	662	32,9
De 60 a 64 anos	396	543	37,1
Mais de 65 anos	762	1.032	35,4
Total	17.973	22.419	24,7

Cabe salientar crescimento maior verificado na população adulta, cujas faixas etárias registram crescimento em patamares superiores a 30%, à exceção da faixa etária dos 25 aos 34 anos, que apresentou percentual de 28,1%. Esse crescimento pode ser compreendido em função da passagem das pessoas de uma faixa etária para outro, mas também pela inclusão de novas famílias.

O segundo aspecto analisado diz respeito às variáveis pessoas com deficiência por faixa etária e sexo. Na base de dados de 2014, das 17.973 pessoas cadastradas, 890 destas, ou 5% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 217 pessoas, ou 24,4%, tinham entre 00 e 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 50,5% das pessoas com deficiência tinham até 39 anos, conforme pode ser visualizado no Quadro 17 abaixo.

**QUADRO 17 – Número de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2014).**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	12	10	22	22	2,5	2,5
De 05 e 06 anos	13	6	19	41	2,1	4,6
De 07 a 15 anos	73	68	141	182	15,8	20,4
De 16 a 17 anos	20	15	35	217	3,9	24,3
De 18 a 24 anos	51	31	82	299	9,2	33,5
De 25 a 34 anos	51	38	89	388	10,0	43,5
De 35 a 39 anos	27	35	62	450	7,0	50,5
De 40 a 44 anos	30	34	64	514	7,2	57,7
De 45 a 49 anos	30	31	61	575	6,9	64,6
De 50 a 54 anos	27	37	64	639	7,2	71,8
De 55 a 59 anos	28	34	62	701	7,0	78,8
De 60 a 64 anos	24	33	57	758	6,4	85,2
Mais de 65 anos	58	74	132	890	14,8	100
Total	444	446	890	890	100	100

Se considerarmos somente as 217 crianças e adolescentes com deficiência e idade entre 07 e 17 anos, identificamos que 32 delas não estavam estudando na data da entrevista, tendo em consideração a base do Cadastro Único de dezembro de 2014. Foram identificadas, ainda, 73 pessoas com deficiência dessa faixa etária que recebiam o Benefício de Prestação Continuada e, das 144 crianças e adolescentes que não recebiam o BPC, aproximadamente 80 delas tinham renda per capita compatível para receber esse benefício, embora possamos ter pessoas com deficiência e beneficiárias que não estejam com essa informação assinalada.

E no que diz respeito aos tipos de deficiência informadas pelas pessoas entrevistadas, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências físicas e mental, totalizando 68% do total. Salientamos que 119 pessoas apresentaram ter duas ou mais deficiências.

**QUADRO 18** – Tipos de deficiências e transtorno mental (2014)

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	445	44,1
Deficiência Mental	241	23,9
Baixa Visão	107	10,6
Transtorno Mental	77	7,6
Surdez Leve	38	3,8
Surdez Severa	37	3,7
Cegueira	33	3,3
Síndrome de Down	31	3,1
TOTAL	1009	100

Na base de dados do Cadastro Único de Julho de 2016, das 22.419 pessoas cadastradas e pertencentes às localidades do CRAS Centro, 1.167 destas, ou 5,1% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 262 pessoas, ou 22,5% tinham até 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 54% tinham até 44 anos, conforme pode ser visualizado no Quadro 19. Se considerarmos somente as 216 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, identificamos que 39 delas não estavam estudando na data da entrevista.

**QUADRO 19** – Número de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2016)

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	17	8	25	25	2,1	2,1
De 05 e 06 anos	7	14	21	46	1,8	3,9
De 07 a 15 anos	84	73	157	203	13,5	17,4
De 16 a 17 anos	37	22	59	262	5,1	22,5
De 18 a 24 anos	55	43	98	360	8,4	30,8
De 25 a 34 anos	72	47	119	479	10,2	41,0
De 35 a 39 anos	35	30	65	544	5,6	46,6
De 40 a 44 anos	43	43	86	630	7,4	54,0
De 45 a 49 anos	35	36	71	701	6,1	60,1
De 50 a 54 anos	49	52	101	802	8,7	68,7
De 55 a 59 anos	39	49	88	890	7,5	76,3
De 60 a 64 anos	41	47	88	978	7,5	83,8
Mais de 65 anos	81	108	189	1.167	16,2	100
Total	595	572	1.167	1.167	100	100

E, no que diz respeito aos tipos de deficiência informadas pelas pessoas entrevistadas, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências física e mental, totalizando 67,9%. Salientamos que 154 pessoas informaram ter duas ou mais deficiências (Quadro 20). Indagadas se em decorrência dessa deficiência recebiam cuidados de terceiros, 455 pessoas informaram que não recebiam. Destacamos que esse quesito admite múltiplas marcações e, dessa forma, identificamos que para 623 pessoas foi informado que recebiam cuidados de alguém da família; outras 135 pessoas, declararam que recebiam atenção de cuidadores especializados; 149 pessoas recebiam cuidados de instituições da rede socioassistencial. Outras 40 pessoas informaram que recebiam cuidados de vizinhos e 11 pessoas recebiam cuidados de outra forma.

**QUADRO 20** – Tipos de deficiências e transtorno mental (2016) - CRAS Centro

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	581	44,0
Deficiência Mental	316	23,9
Transtorno Mental	128	9,7
Baixa Visão	53	4,0
Surdez Severa	47	3,6
Cegueira	44	3,3
Surdez Leve	40	3,0
Síndrome de Down	112	8,5
TOTAL	1321	100

Deste modo, comparando-se os dados de 2014 e 2016, percebe-se um aumento de 277 pessoas com deficiência no território do CRAS – Centro, embora tenha permanecido o percentual de 5% em relação ao número total de pessoas cadastradas em cada período. Também houve um aumento de 45 crianças e adolescentes com deficiência até 17 anos, de 217 em 2014 para 262 em 2016. E as deficiências física e mental continuam tendo a maior frequência nessa população, tendo em 2016, um acréscimo de 35 pessoas que declaram ter duas ou mais deficiências. E no que diz respeito ao transtorno mental<sup>26</sup>, o número de pessoas passou de 77 (7,6%) em 2014 para 112 (8,5%) em 2016.

Conforme dados de 2014, no que se refere à origem territorial das pessoas, é importante mencionar que, apesar do município receber anualmente aportes significativos de famílias migrantes, identificamos percentual expressivo de pessoas

<sup>26</sup> - Convém salientar que, embora estejam sendo retratados conjuntamente nos quadros, transtorno mental não é uma deficiência. Essa junção deve-se ao fato de que esses aspectos são abordados dentro de uma mesma questão na entrevista do Cadastro Único.



que nasceram no município, conforme podemos apreender no quadro abaixo.

**QUADRO 21 – Local de nascimento das pessoas cadastradas**

Local de Nascimento	Nº de Pessoas	%
Neste Município	10.450	58,1
Em Outro Município	7.420	41,3
Em Outro País	103	0,6
Total	17.973	100

A partir dos dados acima, verificamos que 58,1% das pessoas nasceram em Caxias do Sul, embora tenhamos 41,3% das pessoas nascidas em outros municípios. Cabe destacar, ainda, 103 pessoas, 0,6% do total, nascidas em outros países.

No que diz respeito aos imigrantes, até outubro de 2016, o CADÚnico havia cadastrado 243 haitianos e senegaleses, sendo 209 da primeira nacionalidade e 39 da segunda. Quanto aos bairros com maior frequência de residência deles neste território central, 24 residiam no centro, 19 em Parada Cristal, 18 no Pio X, 13 em Rio Branco, 11 em Sagrada Família, 8 em São Leopoldo, 7 no Desvio Rizzo e Charqueadas, 6 no Madureira, Marechal Floriano e Primeiro de Maio e 4 no Jardim América e Lourdes.

Conforme dados levantados pelo CRAS Centro, de janeiro de 2012 a março de 2017, foram atendidos 51 pessoas Haitianas, sendo a maioria delas na faixa etária de 25 a 39 anos, com ensino médio completo. Também foram atendidas 16 pessoas Senegalesas entre 24 a 44 anos. A primeira demanda por atendimento mais frequente, de ambas as nacionalidades, consistia na busca por alimentos.

## **2.1.2 Indicadores de Vulnerabilidade social**

### **a) Situação de pobreza e extrema pobreza**

Conforme dados de dezembro de 2014, constatou-se que 77,2% das famílias residiam em 21 bairros ou loteamentos, os quais apresentavam acima de 100 famílias cadastradas e possuíam os maiores percentuais de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Estes bairros são: Fátima Alta, Loteamento Campos



da Serra, Desvio Rizzo, Centro, Pioneiro, Rio Branco, Charqueadas, Marechal Floriano, Vila Lobos, Jardelino Ramos, Pôr do Sol, Santa Corona, Madureira, São José, Pio X, Sagrada Família, Jardim América, Cinquentenário, Forqueta, Santa Catarina e Primeiro de Maio. Os percentuais em relação ao número de pessoas são similares.

No quadro abaixo, destaca-se os percentuais das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em relação ao total de pessoas cadastradas em cada bairro. Nesse sentido, foram consideradas como famílias em extrema pobreza aquelas que tinham renda per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 77,00 e, em situação de pobreza, àquelas com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00. Embora haja outros bairros que, proporcionalmente, tenham mais famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, foram considerados nesse levantamento aqueles com mais 100 famílias cadastradas.

**QUADRO 22 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Centro até dezembro de 2014**

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. JARDELINO RAMOS	180	125	69,4
02. VILA LOBOS	183	126	68,9
03. PRIMEIRO DE MAIO	103	70	68,0
04. MADUREIRA	148	94	63,5
05. POR DO SOL	153	87	56,9
06. MARECHAL FLORIANO	202	114	56,4
07. CHARQUEADAS	252	142	56,3
08. PIONEIRO	276	151	54,7
09. CINQUENTENARIO	114	62	54,4
10. FATIMA ALTA	658	353	53,6
11. PIO X	133	71	53,4
12. JARDIM AMERICA	120	64	53,3
13. DESVIO RIZZO	573	297	51,8
14. CENTRO	289	148	51,2
15. FORQUETA	109	54	49,5
16. SANTA CORONA	150	72	48,0
17. RIO BRANCO	276	119	43,1
18. SAGRADA FAMILIA	129	54	41,9
19. SAO JOSE	141	56	39,7
20. SANTA CATARINA	107	35	32,7
21. LOT. CAMPOS DA SERRA	609	174	28,6
<b>TOTAL</b>	<b>4905</b>	<b>2468</b>	<b>50,3</b>

Depreende-se, do quadro acima, que os 21 bairros listados têm, como já mencionado, 77,2% do total de famílias cadastradas na região do CRAS Centro. E, 50,3% do total de famílias desses bairros estão em situação de pobreza e extrema pobreza, o que significa que as 2.468 famílias correspondem a 38,9% do total de 6.354 famílias cadastradas na região. Cabe salientar que embora tenham,

proporcionalmente, número menor de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, se comparado a outros, os bairros Jardelino Ramos, Vila Lobos e Primeiro de Maio, têm, em valores percentuais do total de cadastros de cada um, o maior número de famílias nessa situação. Embora, em termos absolutos, os bairros Fátima alta, Desvio Rizzo e Loteamento Campos da Serra, tenham maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, respectivamente 353, 297 e 174 famílias.

No entanto, considerando as famílias incluídas e/ou atualizadas no CADÚnico até julho de 2016, é possível observar que esses dados sofreram alterações. Primeiramente, identifica-se um aumento no total de famílias e pessoas cadastradas nos 87 bairros/loteamentos referenciados no CRAS – Centro, passando a ser 8.175 famílias e 22.419 pessoas. Para fins de análise, manteve-se o mesmo levantamento dos bairros/loteamentos com mais de 100 famílias cadastradas que possuíam os maiores percentuais de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em relação ao total de pessoas cadastradas em cada bairro. Porém, com a alteração da faixa de renda, a partir do Decreto nº 8.794 de 27 de junho de 2016, foram consideradas como famílias em extrema pobreza aquelas que tinham renda per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 85,00 e, em situação de pobreza, àquelas com renda entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00, diferentemente do quadro anterior sobre a base de dados de 2014.

Conforme o quadro abaixo, observa-se que a lista ampliou para 22 bairros com 6.473 famílias cadastradas, representando 79,2% do total de 8.177 famílias de todo território central. Com essa alteração, o bairro Cinquentenário foi subtraído e os bairros universitário e Nossa Senhora de Lourdes foram acrescentados à listagem dos 21 bairros/loteamentos com mais de 100 famílias referente aos dados de 2014 (Quadro 22).

**UADRO 23 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Centro até julho de 2016**

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. MADUREIRA	319	238	74,6
02. PRIMEIRO DE MAIO	144	89	61,8
03. VILA LOBOS	214	130	60,7
04. JARDELINO RAMOS	215	129	60,0
05. POR DO SOL	197	111	56,3
06. MARECHAL FLORIANO	234	118	50,4
07. FORQUETA	162	81	50,0
08. FATIMA ALTA	799	394	49,3
09. CHARQUEADAS	310	150	48,4
10. PIONEIRO	318	152	47,8
11. JARDIM AMERICA	143	66	46,2
12. SANTA CORONA	193	89	46,1
13. PIO X	128	59	46,1
14. UNIVERSITARIO	100	45	45,0
15. SAGRADA FAMILIA	155	66	42,6
16. DESVIO RIZZO	714	301	42,2
17. CENTRO	297	113	38,0
18. RIO BRANCO	340	123	36,2
19. SAO JOSE	151	50	33,1
20. NOSSA SENHORA DE LOURDES	100	33	33,0
21. LOT. CAMPOS DA SERRA	1113	342	30,7
22. SANTA CATARINA	127	33	26,0
<b>TOTAL</b>	<b>6473</b>	<b>2912</b>	<b>45,0</b>

Deste modo, observa-se no Quadro 23 que 45 % do total de famílias desses 22 bairros/lotamentos estão em situação de pobreza e extrema pobreza, o que significa que as 2912 famílias correspondem a 36 % do total de famílias cadastradas na região central. Cabe salientar que embora tenham, proporcionalmente, número menor de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, se comparado a outros, os bairros Madureira, Primeiro de Maio, Vila Lobos e Jardelino Ramos, têm o maior número proporcional de famílias nessa situação. Embora, em termos absolutos, os bairros Fátima alta, Loteamento Campos da Serra e Desvio Rizzo tenha maior número de Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, respectivamente 395, 342 e 301 famílias.

Em comparação com o quadro referente a 2014, os bairros Fátima Alta e Desvio Rizzo permaneceram com o maior número absoluto, tendo sido incluído o Loteamento Campos da Serra com o segundo maior número. Esse significativo aumento de 168 famílias cadastradas em situação de pobreza e extrema pobreza, pertencentes ao Campos da Serra, que passou de 174 para 342, pode ser explicado pela exigência da atualização cadastral para fins de concessão da tarifa social da

água (SAMAE). Anteriormente, tais famílias, embora tenham se mudado para o loteamento, ainda constavam nos cadastros como residentes nos endereços utilizados para inscrição no Programa “Minha Casa Minha Vida<sup>27</sup>”.

Porém, se considerarmos todos os 87 bairros/loteamentos, a porcentagem de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no território do CRAS Centro aumenta para 45% (3.717), em relação ao total de 8.175 famílias cadastradas no território. Essas famílias correspondem a 11.575 pessoas ou 52% do total de 22.413 pessoas cadastradas até 22 de julho de 2016. E se selecionarmos apenas os que estão em situação de extrema pobreza, verificamos 1.796 famílias e 4.996 pessoas pertencentes aos bairros/loteamentos da região do CRAS Centro.

Os Relatórios Mensais de Atendimento (RMA) do CRAS – Centro de janeiro de 2014 a agosto de 2016, registraram o total de 257 novas famílias com perfil em situação de extrema pobreza inseridas em acompanhamento no PAIF. Se levarmos em consideração as 1.796 famílias cadastradas no CAD único até julho de 2016 em Situação de extrema pobreza, podemos perceber que aproximadamente apenas 14% (257) dessas famílias tem sido acompanhadas em PAIF. Sendo esse um público prioritário, constata-se a necessidade de ampliar o número de acompanhamentos dessas famílias para auxiliá-las na superação dessa condição.

Tendo em vista que a maioria dos atendimentos realizados nos CRAS acontece por busca espontânea, é possível supor que a maioria dessas famílias não estão conseguindo acessar o equipamento. Seria necessário aumentar o número de buscas ativa para garantir esse acesso, no entanto, enquanto houver apenas um equipamento para dar conta das demandas de um vasto território, isso não é possível de ser realizado.

## **b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família**

Em dezembro de 2014, totalizando o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (àquelas com renda per capita de até R\$ 154,00), tínhamos 3.184 famílias com perfil para o Programa Bolsa Família (PBF), o que correspondia a 10.244 pessoas. É necessário ressaltar que 2.617 famílias (equivalente a 8.660 pessoas), eram beneficiárias daquele programa e, destas,

---

<sup>27</sup> É um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA, com contrapartida do Município. Ele é destinado às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) , e o cadastramento é realizado na Secretaria da Habitação.

2.298 tinham renda per capita até R\$ 154,00 e, 319 tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e permaneciam como beneficiárias do PBF devido à regra de permanência.

No gráfico abaixo, pode-se analisar melhor a diferença entre famílias com perfil para PBF que eram ou não beneficiárias do programa.



Verifica-se no gráfico acima que, das 3.184 famílias com perfil para o PBF, 2.298 recebiam valores do Programa, equivalente a 72,2% do total de famílias com esse perfil. Outras 766 famílias (24,05%), embora atendessem aos critérios do Programa, não eram beneficiárias.

No quadro abaixo, caracteriza-se o perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis da faixa etária e sexo.

**QUADRO 24 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa-Família (2014)**

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO		Total	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
00 a 06	966	867	1833	1833	21,2	21,2
07 a 15	1348	1314	2662	4.495	30,7	51,9
16 a 17	233	227	460	4.955	5,3	57,2
18 a 24	253	489	742	5.697	8,6	65,8
25 a 39	354	1446	1800	7.497	20,8	86,6
40 a 49	185	464	649	8.146	7,5	94,1
50 a 59	126	239	365	8.511	4,2	98,3
Acima de 60	47	102	149	8.660	1,7	100
Total	3.512	5.148	8.660	49.794	100	100

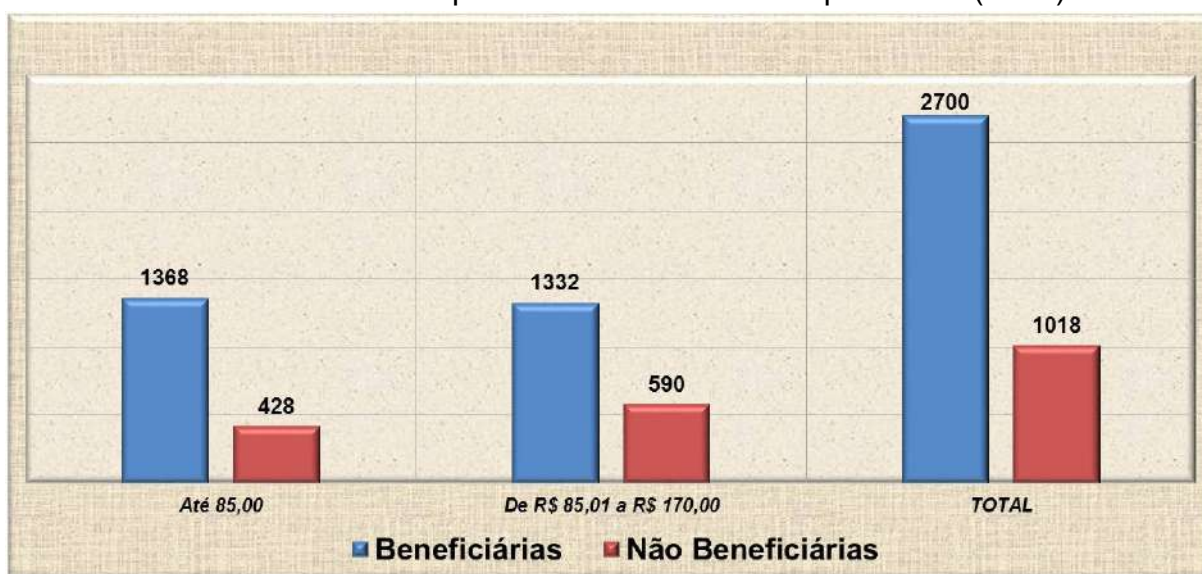
Os dados do quadro acima permitem identificar que 57,2% do total de pessoas beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente,



51,9% das pessoas têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados informam que 41,1% estão na faixa etária dos 18 a 59 anos, cuja frequência absoluta maior está na faixa dos 25 aos 39 anos. Somente 1,7% das pessoas têm idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 59,4% das pessoas cadastradas são do sexo feminino 40,6% do sexo masculino.

No que diz respeito às famílias com perfil PBF, com base no número de famílias incluídas até julho de 2016, no gráfico abaixo expusemos os dados relativos às famílias beneficiárias ou não beneficiárias daquele programa.

**GRÁFICO 42 – Comparativo das famílias com perfil PBF (2016)**



Dessa forma, verificamos no gráfico acima que, do total de 3.718 famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, 72,6% eram beneficiárias do PBF e, por outro lado, 27,4%, apesar de atenderem aos critérios do Programa, não recebiam recursos vinculados. Em ambas as situações, identificamos 11.577 pessoas pertencentes a esses núcleos familiares.

É necessário destacar que 2.933 famílias (equivalente a 9.370 pessoas) eram beneficiárias do PBF e, destas, 2.700 tinham renda per capita até R\$ 170,00 e, 233 famílias tinham renda per capita entre R\$ 170,00 e  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e permaneciam como beneficiárias devido à regra de permanência.

Cabe ressaltar que, em comparação com o período anterior, cujos dados eram relativos às famílias incluídas até dezembro de 2014, os percentuais de famílias beneficiárias ou não do PBF se manteve estável. O que precisamos ressaltar é o aumento de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza,

uma vez que em 2014, eram 3.184 famílias que atendiam esse perfil e, comparando-se com os dados de julho de 2016, identificamos 3.718 famílias, crescimento de 16,8%, cujo aumento deve-se, em parte, pelo aumento da faixa de renda que caracterizam as famílias que atendem esse critério.

No quadro abaixo, caracterizamos o perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis faixa etária e sexo.

**QUADRO 25** – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2016)

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	694	617	1311	1311	14,0	14,0
De 5 e 6 anos	381	342	723	2.034	7,7	21,7
De 07 a 15 anos	1407	1348	2755	4.789	29,4	51,1
De 16 a 17 anos	250	243	493	5.282	5,3	56,4
De 18 a 24 anos	272	552	824	6.106	8,8	65,2
De 25 a 34 anos	273	1068	1341	7.447	14,3	79,5
De 35 a 39 anos	154	529	683	8.130	7,3	86,8
De 40 a 44 anos	117	328	445	8.575	4,7	91,5
De 45 a 49 anos	97	199	296	8.871	3,2	94,7
De 50 a 54 anos	65	142	207	9.078	2,2	96,9
De 55 a 59 anos	57	101	158	9.236	1,7	98,6
De 60 a 64 anos	31	59	90	9.326	1,0	99,5
Mais de 65 anos	18	26	44	9.370	0,5	100
Total	3.816	5.554	9.370	9.370	100	100

Os dados do quadro acima identificam que 56,4% das pessoas beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente, 51,1% têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados obtidos apontam para 42,2% das pessoas têm entre 18 e 59 anos, com destaque para a faixa etária entre 25 e 39 anos, onde localiza-se a maior frequência. Somente 1,4% das pessoas tem idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 59,3% das pessoas cadastradas e beneficiárias do PBF são do sexo feminino e 40,7% do sexo masculino.

### c) Beneficiários do BPC

Da mesma forma como ocorre com a distribuição das famílias beneficiárias do PBF, o território do CRAS Centro apresenta, também, o maior número de beneficiários do BPC residindo nos seus bairros de abrangência. Foram identificados 1.171 usuários desse território, correspondente a 42% do total, dos quais 753 são



beneficiários do BPC PCD e 418 do BPC Idoso.

No quadro abaixo é possível visualizar melhor a distribuição espacial dos beneficiários a partir da espécie do benefício e bairro de residência.

**QUADRO 26 – Beneficiários do BPC no Território do CRAS Centro**

BAIRRO	ESPÉCIE		TOTAL
	BPC PCD	BPC IDOSO	
01. DESVIO RIZZO	57	37	94
02. FATIMA ALTA	74	12	86
03. LOTEAMENTO CAMPOS DA SERRA	76	10	86
04. CENTRO	54	30	84
05. RIO BRANCO	37	25	62
06. PIONEIRO	32	16	48
07. SANTA CATARINA	23	25	48
08. MARECHAL FLORIANO	21	21	42
09. LOURDES	13	25	38
10. JARDIM AMERICA	18	18	36
11. CHARQUEADAS	21	14	35
12. FATIMA	24	10	34
13. PIO X	19	12	31
14. JARDELINO RAMOS	21	8	29
15. VILA LOBOS	16	13	29
16. SAO JOSE	19	8	27
17. SANTA CORONA	16	10	26
18. CINQUENTENARIO	15	10	25
19. FORQUETA	11	10	21
20. MADUREIRA	11	8	19
21. SAO PELEGRINO	6	12	18
22. UNIVERSITARIO	11	6	17
23. SAO LEOPOLDO	10	6	16
24. GALOPOLIS	10	5	15
25. PLANALTO RIO BRANCO	9	6	15
26. EXPOSICAO	11	2	13
27. MEDIANEIRA	6	7	13
28. SAGRADA FAMILIA	12	1	13
29. POR DO SOL	7	5	12
30. FLORESTA	9	2	11
31. PRIMEIRO DE MAIO	6	4	10
36. OUTROS BAIRROS	78	40	118
TOTAL	753	418	1171

Embora tenhamos identificados usuários em 70 bairros diferentes, 50,2% dos beneficiários do BPC na região do CRAS Centro são residentes em 9 bairros, dos quais salientamos os bairros Desvio Rizzo, Fátima Alta, Loteamento Campos da Serra, Centro, Rio Branco, Pioneiro, Santa Catarina, Marechal Floriano e Lourdes.<sup>28</sup>

Abaixo apresentamos a faixa etária dos beneficiários do BPC em dois quadros. No

<sup>28</sup> - No item outros bairros, foram identificados 39 bairros, nos quais estavam residindo 118 usuários do BPC, sendo 78 BPCs PCDs e 40 BPCs Idosos, distribuídos conforme segue: Santa Lucia Cohab (8); Petrópolis (7); São Vicente (7); Vergueiros (7); São Francisco (6); Terceira Léguas (6); Eusébio Beltrão De Queiróz (5); Portinari (5); Nossa Senhora da Saúde (5); São Giacomo (5); Vila Cristina (5); Brandalise (4); Rosário II (4); Capela São Luiz (3); De Zorzi (3); Quarta Léguas (3); Santa Tereza (3); São Gabriel (3); Conceição da Linha Feijó (2); Jardim Itália (2); Loteamento Binotto (2); Loteamento São Pedro (2); Monte Bérico (2); Parque Dos Vinhedos (2); Segunda Léguas (2); Vila Amélia (2); Colina Sorriso (1); Loreto (1); Loteamento Adamatti (1); Loteamento Parque Das Rosas (1); Nona Léguas (1); Oitava Léguas (1); Paraíso Cristal (1); Parque Belvedere (1); Pedancino (1); Santa Justina (1); Verona (1); Vila Bortolini (1); Vila Maestra (1).

primeiro, são apresentadas as faixas de idade dos usuários do BPC PCD e, no segundo, os dados dos usuários do BPC Idoso.

**QUADRO 27** – Faixa etária dos usuários do BPC PCD

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5	23	15	38
6 a 12	57	38	95
13 a 17	47	42	89
18 a 24	44	40	84
25 a 39	84	66	150
40 a 59	98	92	190
Acima de 60	50	56	106
TOTAL	403	349	752

Identificamos, no quadro acima, que 29,5% dos usuários do BPC PCD são crianças e adolescentes. Da mesma forma, identificamos 14,1% dos usuários que possuem idade acima de 60 anos demonstrando, de certa forma, a efetividade desse benefício ao proporcionar maior sobrevida ao público-alvo dessa política pública de transferência de renda. Em relação aos usuários do BPC Idoso, as faixas etárias são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 28** – Faixa etária dos usuários do BPC Idoso

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
65 a 70	40	96	136
71 a 75	52	86	138
76 a 80	25	65	90
81 a 85	8	31	39
Acima de 85	5	14	19
TOTAL	130	292	422

Conforme dados acima, verificamos que 35% dos usuários do BPC Idoso têm idade superior a 76 anos o que igualmente demonstra a possibilidade de sobrevida das pessoas incluídas nesse programa de transferência de renda.

### 2.1.3 Cobertura da Rede Socioassistencial no Centro

O CRAS Centro está localizado, na rua Vinte de Setembro, 2430, Bairro Centro. No seu entorno há: o Restaurante Popular (situado ao lado), Corpo de Bombeiros (em frente), o Pronto Atendimento de saúde (PA 24horas), e o Hospital Saúde. O equipamento foi implantado no município no dia 01 de setembro de 2006 e

seu horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h00min.

**FIGURA 05 – Foto do CRAS Centro**



No território da região do CRAS Centro têm: Serviços de Proteção Social Básica; Programa de Integração ao Mundo do Trabalho; Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos; Serviços de Proteção Social Especial (média e alta complexidade); e Serviços da Rede Intersetorial.

## **SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

a) 08 SCFV para crianças e adolescentes:

- 01 Unidade Pública oferta SCFV para crianças e adolescentes (06 a 15 anos):

<b>Nº</b>	<b>Unidade Pública</b>	<b>Vagas</b>
1	Laços da Amizade	50

- 07 Entidades de Assistência Social ofertam SCFV para crianças e adolescentes (06 a 15 anos):

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	ILEM – Instituto Leonardo Murialdo – Centro Técnico Social	120
2	Casa Anjos Voluntários	195
3	Centro Cultural Espírita Jardelino Ramos	100
4	Instituto Elisabetha Randon, Programa Florescer Núcleo Forqueta	200
5	Associação SOS VIDA	100
6	Associação Educadora São Carlos – AESC, Centro de Cuidados	160

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
	Nossa Senhora da Paz	
7	Centro Assistencial Portal da Luz	75

b) 02 SCFV para jovens e adultos (18 a 59 anos)

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Associação dos Renais Crônicos de Caxias do Sul – RIM VIVER	25
2	Associação de Apoio a Pessoa com Câncer – AAPECAN	20
3	Pastoral de Apoio ao Toxicômano Nova Aurora - PATNA	25

c) 03 SCFV para idosos:

- 01 Unidade Pública oferta SCFV para idosos:

<b>Nº</b>	<b>Unidade Pública</b>	<b>Vagas</b>
1	CRAS Centro	30

- 02 Entidades de Assistência Social

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Associação Literária São Boaventura (LEFAN) – Centro de Convivência Tia Oli	90
2	Associação Caxiense de Atenção ao Idoso – SCAN	60

## **SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA COMPLEXIDADE)**

a) 02 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS:

<b>Nº</b>	<b>Unidade Pública</b>
1	CREAS Norte
2	CREAS Sul

b) 01 Centro POP Rua

<b>Nº</b>	<b>Unidade Pública</b>
1	Centro POP Rua

c) 03 Entidades de Assistência Social que atendem Pessoas com Deficiência e suas Famílias na modalidade de Unidades Referenciadas aos CREAS:

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
-----------	--	--------------

1	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – Sede	70
2	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) – “Centro Ocupacional Santa Rita”	70
3	Instituto de Audiovisão – INAV	40

d) 02 Centros-dia referenciados aos CREAS que atendem Pessoas com Deficiência e suas Famílias:

Nº	Entidades de Assistência Social	Vagas
1	Associação de Pais e Amigos do Autista de Farroupilha – AMAFA/ Centro-Dia Caxias – CDC	30 por turno
2	Entidade de Assistência a Criança e Adolescente – ENCA/ Mosaico Centro Dia	30 por turno

### SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (ALTA COMPLEXIDADE)

a) 09 Serviços de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, sendo:

Nº	Entidades de Assistência Social	Vagas
1	Associação Mão Amiga – Abrigo Institucional Recanto Amigo	20
2	Associação Jesus Senhor responsável por três Casas Lar	8 vagas cada
3	Instituto Leonardo Murialdo responsável por três Casas Lar	8 vagas cada
4	Ação Social Aliança – ASA, responsável por duas Casas Lar	8 vagas cada

b) 02 Serviços de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua:

Nº	Unidade Pública	Vagas
1	Casa de Passagem Carlos Miguel dos Santos	40

Nº	Entidade de Assistência Social	Vagas
1	Associação Mão Amiga responsável pela Casa de Acolhida São Francisco de Assis	30

c) 01 Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres vítimas de violência:

<b>Nº</b>	<b>Entidade de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Associação Mão Amiga responsável pela Casa de Apoio Viva Rachel	15

d) 01 Instituição de Longa Permanência para adultos – ILPA:

<b>Nº</b>	<b>Entidade de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Residencial para adultos Maison LTDA	20

e) 03 Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI:

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Lar da Velhice São Francisco de Assis	55
2	Casa São Frei Pio	10
3	Casa de Repouso São José	20

## **PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO**

a) 03 Entidades de Assistência Social que atendem adolescentes (14 a 17 anos), jovens e famílias:

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Associação Murialdinas de São José – Centro Profissional para Cidadania	55
2	Instituto Leonardo Murialdo ILEM – Centro Técnico Social Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	120
3	Centro de Integração Empresa - Escola do RS – CIEE	Conforme demanda

b) 01 Entidade de Assistência Social que atende adolescentes (16 a 17 anos), jovens (de 18 a 19 anos) e famílias:

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Fundação Projeto Pescar	200

c) 02 Entidades de Assistência Social que atendem Pessoas com Deficiência a partir de 16 anos e suas famílias:

<b>Nº</b>	<b>Entidades de Assistência Social</b>	<b>Vagas</b>
1	Associação Regional de Deficientes Físicos – A/RAMPA	20
2	Instituto de Audiovisão – INAV	95

## ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

a) 01 Entidade de Assistência Social que atende adolescentes (a partir de 16 anos), jovens, adultos, idosos e famílias:

Nº	Entidades de Assistência Social	Vagas
1	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE	150

b) 06 Entidades de Assistência Social que atendem Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais:

Nº	Entidades de Assistência Social	Vagas
1	Associação dos Renais Crônico de Caxias do Sul – RIMVIVER	520
2	Associação Mão Amiga	Conforme demanda
3	Associação Regional de Deficientes Físicos – A/RAMPA	286
4	Associação Murialdinas de São José	110
5	Casas Anjos Voluntários	30
6	Fundação Caxias com sete Programas	150 vagas cada

c) 01 Centro de Atendimento ao Imigrante – CAM

Nº	Entidade de Assistência Social
1	AESC - Centro de Atendimento ao Imigrante – CAM

## REDE INTERSETORIAL

No território do CRAS Centro também têm serviços da rede intersetorial: Secretaria Municipal de Educação – SMED, Secretaria Municipal de Saúde – SMS, Secretaria Municipal de Habitação, Esporte e Lazer (01 Associação Caxiense de Canoagem com 75 vagas para idosos), entre outros.

Destaca-se que na Pré Conferência de Assistência Social em 2015, realizada no território do CRAS Centro com os usuários, trabalhadores do SUAS, Conselheiros e demais participantes da rede intersetorial, foram discutidas e elencadas as seguintes questões:



**QUADRO 29** – Questões discutidas na Pré Conferência do Território do CRAS Centro (2015)

Principais desafios e/ou desproteções que perpassam o território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• desemprego</li> <li>• fragilidade dos vínculos familiares e/ou relacionais</li> <li>• violência em função do tráfico de drogas</li> <li>• precário ou nulo acesso aos serviços públicos</li> <li>• pobreza</li> <li>• Ausência de vaga em escola infantil</li> <li>• Falta de Segurança Alimentar</li> <li>• Falta de CRAS, CREAS, UBS, CADUNICO e HABITAÇÃO</li> <li>• Faltas de inserção no mercado de trabalho e instituição para Migrantes</li> <li>• Falta de Acessibilidade</li> </ul>
Grupos mais vulneráveis do território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crianças e adolescentes</li> <li>• famílias pobres</li> <li>• pessoas com deficiência</li> <li>• idosos</li> <li>• mulheres</li> </ul>
Propostas elencadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a quantidade de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes dos 06 aos 18 anos incompletos em territórios mais vulneráveis conforme diagnóstico, garantindo acessibilidade e inclusão</li> <li>• Ampliar o número de Centros de Referência de Assistência Social nos territórios mais vulneráveis conforme diagnóstico, respeitando a NOB-SUAS-RH;</li> <li>• Ampliar e implantar os Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Idosos e Pessoas com Deficiência, respeitando a NOB-SUAS-RH;</li> <li>• Ampliar e implantar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos de forma descentralizada;</li> <li>• Priorizar o debate sobre a questão de gênero na rede de proteção social básica;</li> <li>• Ampliar o número de Conselhos Tutelares</li> </ul>
Serviços/programas que devem ser ofertados para ampliar e universalizar os direitos sociais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o trabalho realizado pelo Acessuas-TRABALHO no município;</li> <li>• Manter e ampliar os cursos do PRONATEC ou outros cursos de capacitação, levando em consideração o perfil da população caxiense;</li> <li>• Criar um fórum permanente intersetorial para promover a inclusão ao mundo do trabalho;</li> </ul>
Estratégias de fomento e fortalecimento da participação dos usuários no CMAS:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior divulgação para a população em geral sobre as assembleias do conselho tanto pelo CMAS como pelo poder público e entidades;</li> <li>• Modificação de horário e local das assembleias do CMAS;</li> <li>• Usar linguagem mais acessível, esclarecendo siglas e serviços;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descentralizar as assembleias para os territórios;</li> <li>• Ofertar espaços de escuta aos usuários, bem como capacitações e formação permanente.</li> </ul>
Estratégias em relação à cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitar os trabalhadores da rede em línguas estrangeiras e aspectos culturais para qualificar o atendimento aos imigrantes estrangeiros;</li> <li>• Concluir e publicizar o diagnóstico, mantendo-o atualizado;</li> <li>• Descentralizar o Cadastro Único, garantindo a equipe própria para tal fim;</li> <li>• Construção de 5 CRAS nos territórios mais vulneráveis;</li> <li>• Adequar a infraestrutura dos espaços existentes da rede de proteção social básica;</li> <li>• Garantir o recurso no orçamento para implantar e ampliar os Serviços de Atendimento aos idosos e pessoas com deficiência no domicílio;</li> <li>• Priorizar no orçamento recursos financeiros para execução e ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos e para crianças e adolescentes;</li> <li>• Repasse de recursos do orçamento geral de cada ente federado num percentual mínimo de 10% para a Política de Assistência Social.</li> </ul>
Transferências de renda	<p>Benefício de Prestação Continuada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Renda per capita de 1 salário-mínimo para sua concessão</li> <li>• Que não seja contabilizado o recurso do BPC-PCD para a concessão de outro BPC</li> </ul>

Na realização da Conferência Municipal de Assistência Social foram novamente discutidas todas essas questões elencadas com os demais participantes dos outros territórios.

#### **2.1.4 Demandas de novos serviços no território**

Conforme dados e informações da equipe do CRAS Centro, durante a aplicação/discussão do CENSO SUAS 2016, nesse território verifica-se que há presença de: assentamento ou acampamento; área com risco de desabamento e alagamento; contornos geográficos que dificultam a mobilidade; moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços; altos índices de criminalidade; conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas; exploração sexual de crianças e adolescentes; baixa escolaridade; desemprego; precário acesso aos equipamentos públicos e transporte. As localidades que concentram a maioria dessas

vulnerabilidades são os bairros/loteamentos: Campos da Serra, Eusébio Beltrão de Queirós, Primeiro de Maio, Jardelino Ramos e Vila Lobos. Neste último e no bairro São Vicente também há conflito agrário. Quanto aos povos e comunidades tradicionais, existem no território, especialmente no bairro Centro, Povos Indígenas e Ciganos.

Considerando a base do CADÚnico de julho de 2016, os bairros/loteamentos citados anteriormente, também foram identificados entre os 22 locais que têm o maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, somando-se 2.912 em relação ao total de 6.473 cadastros na região. Em termos proporcionais ao número total de famílias cadastradas em cada localidade, o Primeiro de Maio apresentava 89 (61,8%) famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, do total de 144 famílias cadastradas; o Vila Lobos 130 (60,7%) famílias do total de 214; e o Jardelino Ramos, 129 (60%) do total de 215. Em termos absolutos, o Fátima Alta, Loteamento Campos da Serra e Desvio Rizzo demonstraram maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, respectivamente 395, 342 e 301 famílias.

Diante desse contexto, constata-se a necessidade de implantação de novos equipamentos e serviços socioassistenciais, cujas justificativas serão discutidas nos tópicos seguintes.

### ***a) Necessidade de Implantação de três CRAS***

O território do CRAS Centro já ultrapassou a capacidade de referenciamento<sup>29</sup> permitida, pois em janeiro de 2017 havia o total de 7.929 famílias/indivíduos cadastrados. Isso ocasiona: volume expressivo de pessoas que não conseguem acessar os serviços do CRAS, dificuldades na metodologia de trabalho, como intensificar ações de busca ativa do público prioritário (PBF e BPC). Em virtude dessa alta concentração populacional, torna-se necessário a redistribuição dos seus 90 bairros/loteamentos, e estima-se a abertura de mais três CRAS nesse território.

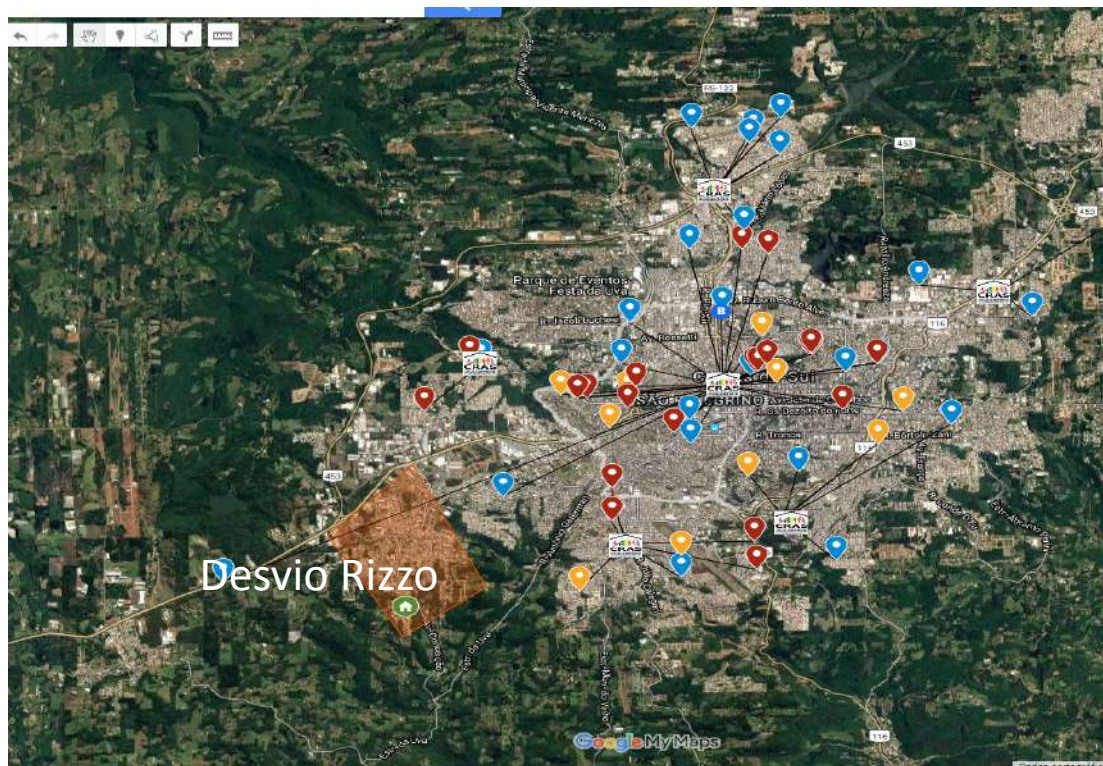
Deste modo, considerando-se os indicadores de vulnerabilidades<sup>30</sup> e dados

<sup>29</sup>**Capacidade de referenciamento** diz respeito ao número de famílias que potencialmente poderão fazer uso dos serviços ofertados no CRAS de determinada localidade, no decorrer do tempo. Em Municípios de grande porte, como Caxias do Sul, essa capacidade deve ser de até 5.000 famílias em cada CRAS.

<sup>30</sup> Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, beneficiárias dos programas de transferência de renda PBF e BPC.

qualitativos dos atendimentos realizados pelo CRAS, os locais indicados para implantação dos equipamentos são: a região administrativa do Desvio Rizzo, as proximidades do Loteamento Campos da Serra e o Bairro Nossa Senhora de Fátima.

### MAPA 02 – Localização do Desvio Rizzo



Fonte: Google Maps

Quanto ao Desvio Rizzo, conforme destaque no Mapa 2, trata-se de uma região administrativa com aproximadamente 10km do CRAS Centro, composta pelos loteamentos: Parque das Rosas, Danilo Betiatto, Residencial Mondrian, Residencial da Lagoa, Industrial Centro Empresarial Região Oeste, Sol Nascente, Zatera, Residencial Vivere, São Lucas I e II. Em seu espaço geográfico não tem nenhum serviço socioassistencial. Além da necessidade de implantação de um CRAS, há demanda expressiva também de SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Conforme os dados registrados na base do CADÚnico, residem nesse bairro 549 crianças/adolescentes nessa faixa etária, sendo 266 beneficiárias do Programa Bolsa família (PBF), e portanto, público prioritário da assistência social, e 283 não beneficiárias desse programa.

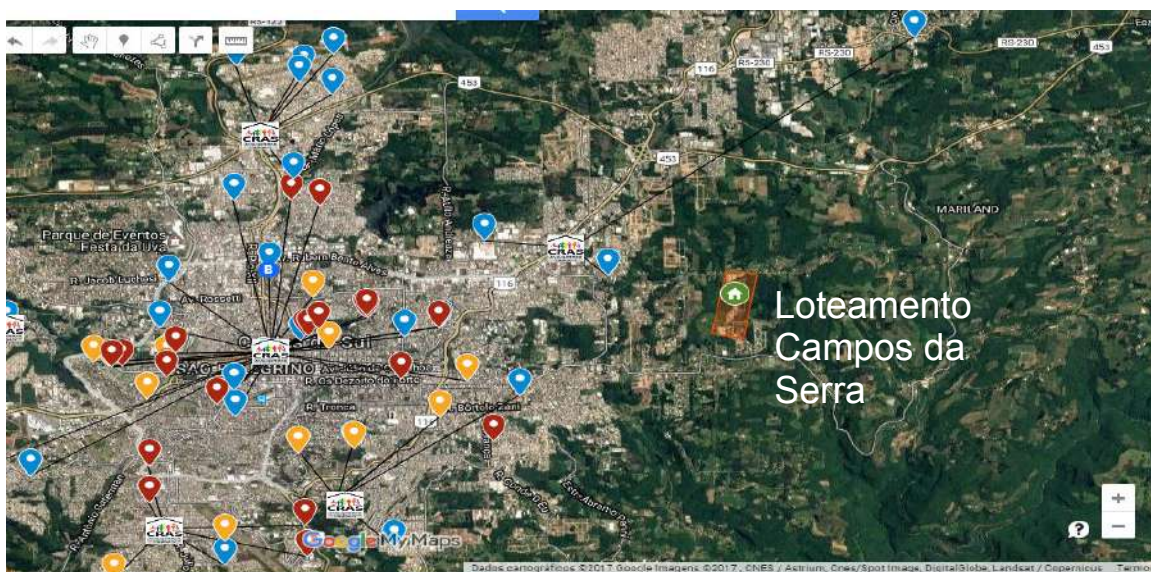
Além disso, confrontando-se as bases de dados do INSS e do CADÚnico de



novembro de 2016, Desvio Rizzo é o primeiro na lista dos bairros referenciados ao CRAS Centro, com o maior número de usuários com Benefício de Prestação Continuada – BPC, tendo o total de 94 usuários, sendo 57 Pessoas Com Deficiência – PCDs e 37 idosos. Do total de 714 famílias incluídas no CADÚnico, 301 estavam em situação de pobreza e extrema pobreza e 226 eram beneficiárias do PBF. E no que diz respeito à busca por atendimentos na assistência, ele é o terceiro bairro que mais acessou o CRAS Centro de janeiro a setembro de 2016, com o total de 382 acessos, de acordo com dados do Relatório Mensal de Atendimentos – RMA, coletados pelo CRAS.

No entorno do Desvio Rizzo localiza-se os bairros Charqueadas, Samuara, Forqueta e a Linha Feijó. Destaca-se que Charqueadas<sup>31</sup> também seria beneficiado com a abertura de um CRAS no Desvio Rizzo, pois, há também um número significativo de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Do total de 310 cadastros no CADÚnico em julho de 2016, 150 estavam nessas faixas de renda. Este bairro dispõe também de público potencial para SCFV, pois possui 276 crianças com idade entre 06 a 15 anos, sendo 141 beneficiárias do Programa Bolsa Família e 135 sem esse benefício. Nele, situa-se a Entidade de Assistência Social Casa Anjos Voluntários que oferta 195 vagas no SCFV para crianças e adolescentes, porém, além de Charqueadas e Desvio Rizzo, também atende mais 17 bairros<sup>32</sup> da cidade, o que inviabiliza a absorção da demanda do próprio bairro.

### MAPA 03 - Localização do Loteamento Campos da Serra



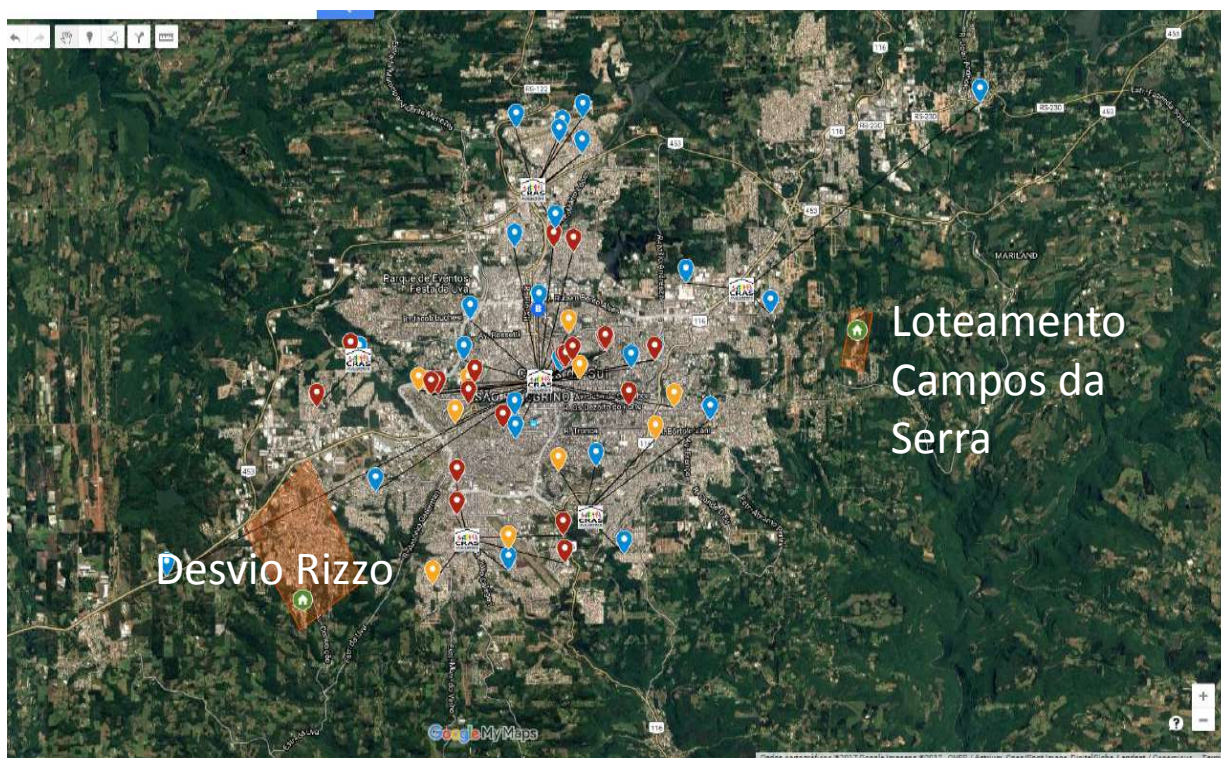
<sup>31</sup> Onde há os loteamentos: Espaço Novo, Alcides Pretto, São Pedro, Vila Amelia, Residencial Villa Guilherme, Villa Do Rosario I e II, Altos Do Santiago, Santiago, São Gabriel, Armando Rech, Jardim Do Shopping, Planalto Rio Branco I e II, Jardim Do Shopping II, São Conrado, Madrid, Villa Madrid.

<sup>32</sup> Planalto Rio Branco, Kayser, Vila Amélia, São Francisco, São Gabriel, Rosário I e II, São Pedro, Verona, Rio Branco, Madri, Jardim do Shopping, Alto Santiago, Esplanada, Floresta, Paraíso Cristal e Campos da Serra.

No que diz respeito ao Loteamento Campos da Serra, visualizado no Mapa 3, também se trata de uma região com aproximadamente 10km do CRAS Centro, em cujo espaço geográfico não há serviços socioassistenciais. E no que diz respeito à busca por atendimentos na assistência social, ele é o primeiro bairro que mais acessou o CRAS Centro de janeiro a setembro de 2016, com o total de 788 acessos, de acordo com dados coletados pelo serviço.

Confrontando-se as bases de dados do INSS e do CADÚnico de novembro de 2016, o Loteamento Campos da Serra é o segundo na lista dos 90 bairros referenciados ao CRAS Centro, com o maior número de usuários beneficiários do BPC, totalizado 86 usuários, sendo 76 PCDs e 10 idosos. E tendo em vista o número de 798 crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 15 anos, residentes nesse local, sendo 446 com Bolsa Família e 352 sem bolsa família, também se percebe um número significativo de público potencial prioritário para SCFV. Isso se ratifica quando acrescentamos os 38 usuários com BPC nessa faixa etária.

Portanto, um CRAS situado no Desvio Rizzo e outro nas proximidades do Loteamento Campos da Serra, qualificaria os atendimentos da assistência social e possibilitaria mais inclusão social nesses locais extremos da cidade. Neles não há serviços socioassistenciais, apesar de concentrarem, de forma significativa, públicos prioritários da assistência social: PBF, BPC na região central. Tendo uma visão ampliada da rede no território do centro, e observando o modo como ela está configurada, é possível perceber que atualmente ambas as regiões estão excluídas no território central, conforme ilustra suas áreas destacadas geometricamente no mapa abaixo.

**MAPA 04 - Regiões do Desvio Rizzo e Campos da Serra**

Fonte: Google Maps

E quanto a isso, a autora Koga (2011) alerta que a exclusão social é também territorial.

O fato é que à medida que vão sendo considerados os territórios locais, as desigualdades internas se tornam mais visíveis e gritantes. Este movimento da lente passando de um território mais amplo até chegar no município significa um exercício metodológico importante no debate sobre as políticas públicas, justamente no que se refere ao estatuto dos padrões de inclusão social que a sociedade brasileira almeja, sem descon siderar as realidades locais e suas desigualdades internas (KOGA, 2011, p.79).

Aponta-se ainda demanda para construção de um terceiro CRAS<sup>33</sup> no Bairro Nossa Senhora de Fátima que possa atender os loteamentos Fátima Alta, Fátima Baixo, Monte Castelo I, II e III. Mas para isso, será necessário garantir a existência de uma linha de ônibus que interligue esses locais que estão geograficamente próximos, porém distantes na malha de transporte.

O bairro Fátima Alta foi a terceira localidade que mais acessou o CRAS Centro de janeiro a setembro de 2016, com 685 acessos. Tendo em consideração as faixas de renda das 799 famílias incluídas no CADÚnico (julho, 2016) como residentes nesse loteamento, 394 delas ou 49,3% estavam em situação de pobreza

<sup>33</sup> Este CRAS atenderia os loteamentos que hoje estão referenciados ao CRAS Centro (Fátima Alta, Monte Castelo I, II e III) e ao CRAS Norte (Fátima Baixa).





**b) 07 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 04 SCFV para idosos**

No que diz respeito ao SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, o quadro abaixo demonstra o levantamento dos bairros/loteamentos do CRAS Centro com maior número de usuários nessa faixa etária, distinguindo a quantidade daqueles com e sem o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Constata-se que, além da necessidade do SCFV no Desvio Rizzo e no Loteamento Campos da Serra, como mencionado anteriormente, Fátima Alta, Rio Branco, Vila Lobos, Por do Sol e Primeiro de Maio também possuem demanda, totalizando-se a necessidade de implantação de sete novos serviços.

**QUADRO 30** – Crianças e adolescentes de 06 a 15 Anos do Território do CRAS Centro incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	COM PBF	%	SEM PBF	%	TOTAL	%
01. LOTEAMENTO CAMPOS DA SERRA	446	14,21	352	12,34	798	13,32
02. FÁTIMA ALTA	276	8,79	292	10,23	568	9,48
03. DESVIO RIZZO	266	8,47	283	9,92	549	9,16
04. CHARQUEADAS	141	4,49	135	4,73	276	4,61
05. PIONEIRO	129	4,11	144	5,05	273	4,56
06. RIO BRANCO	117	3,73	98	3,43	215	3,59
07. VILA LOBOS	117	3,73	68	2,38	185	3,09
08. POR DO SOL	108	3,44	71	2,49	179	2,99
09. JARDELINO RAMOS	87	2,77	87	3,05	174	2,90
10. SANTA CORONA	100	3,19	72	2,52	172	2,87
11. MARECHAL FLORIANO	95	3,03	73	2,56	168	2,80
12. PRIMEIRO DE MAIO	88	2,80	51	1,79	139	2,32
13. FORQUETA	55	1,75	59	2,07	114	1,90
14. SAGRADA FAMÍLIA	48	1,53	56	1,96	104	1,74
15. MADUREIRA	48	1,53	52	1,82	100	1,67
16. JARDIM AMÉRICA	49	1,56	46	1,61	95	1,59
17. SÃO JOSÉ	42	1,34	47	1,65	89	1,49
18. CENTRO	39	1,24	48	1,68	87	1,45
19. PLANALTO RIO BRANCO	52	1,66	35	1,23	87	1,45
20. UNIVERSITÁRIO	55	1,75	31	1,09	86	1,44
21. PRESIDENTE VARGAS	42	1,34	43	1,51	85	1,42
22. DE ZORZI	37	1,18	44	1,54	81	1,35
23. PIO X	34	1,08	37	1,30	71	1,18
24. EUSÉBIO BELTRÃO DE QUEIROZ	51	1,62	16	0,56	67	1,12
25. GALÓPOLIS	29	0,92	35	1,23	64	1,07
26. LOTEAMENTO PORTINARI	31	0,99	32	1,12	63	1,05
27. CINQUENTENÁRIO	30	0,96	28	0,98	58	0,97
28. SANTA CATARINA	29	0,92	28	0,98	57	0,95
29. SANTA LÚCIA COHAB	25	0,80	32	1,12	57	0,95
30. SÃO LEOPOLDO	25	0,80	31	1,09	56	0,93
31. NOSSA SENHORA DE LOURDES	21	0,67	33	1,16	54	0,90
32. FLORESTA	27	0,86	24	0,84	51	0,85
33. VILA AMÉLIA	30	0,96	21	0,74	51	0,85
34. BRANDALISE	30	0,96	19	0,67	49	0,82
35. SÃO PELEGRINO	27	0,86	19	0,67	46	0,77
36. SÃO FRANCISCO	21	0,67	21	0,74	42	0,70
37. VILA MARI	28	0,89	10	0,35	38	0,63
38. LOTEAMENTO SÃO GABRIEL	17	0,54	20	0,70	37	0,62
39. MEDIANEIRA	21	0,67	16	0,56	37	0,62
40. LOTEAMENTO SANTA TEREZA	16	0,51	18	0,63	34	0,57
41. FÁTIMA	14	0,45	19	0,67	33	0,55
42. SÃO LUIZ DA SEXTA LÉGUIA	11	0,35	21	0,74	32	0,53
43. ROSÁRIO II	12	0,38	15	0,53	27	0,45
44. VILA CRISTINA	16	0,51	6	0,21	22	0,37
45. OUTROS BAIRROS	157	5,00	165	5,78	322	5,37
TOTAL	3139	100,00	2853	100,00	5992	100
%		52,4		47,6		100

Fonte: Base de dados – CADÚnico (dezembro/2016)

Considerando-se o público prioritário, ou seja, quem recebe PBF, é possível

estimar, numericamente, o público em potencial para SCFV nas localidades destacadas no quadro acima. No Fátima Alta, do total de 568 crianças e adolescentes residentes, 276 eram contempladas com PBF; no Rio Branco, do total de 215, 117 eram beneficiárias; no Vila Lobos, do total de 185, 117 tinham bolsa família; no Por do Sol, das 179, 108 faziam parte do PBF; e no Primeiro de Maio, das 139 cadastradas, 88 recebiam o benefício. Salientando-se que esses números podem ser ampliados se incluirmos aquelas crianças e adolescentes que residem no entorno desses locais e que também poderão acessar ao serviço. Quanto ao SCFV para idosos, no quadro a seguir identificam-se as localidades que possuem maior número de idosos que recebem BPC, PBF e que não recebem nenhum benefício.

**QUADRO 31** – Pessoas idosas do Território do CRAS Centro, incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	BPC IDOSO	PBF		TOTAL	%
		SIM	NÃO		
01. LOTEAMENTO CAMPOS DA SERRA	10	7	148	165	8,4
02. DESVIO RIZZO	37	8	112	157	8,0
03. RIO BRANCO	25	6	109	140	7,2
04. FATIMA ALTA	12	5	96	113	5,8
05. CENTRO	30	3	62	95	4,9
06. MARECHAL FLORIANO	21	4	58	83	4,2
07. PIONEIRO	16	10	46	72	3,7
08. SANTA CATARINA	25	1	42	68	3,5
09. CHARQUEADAS	14	4	36	54	2,8
10. JARDIM AMERICA	18	2	34	54	2,8
11. POR DO SOL	5	10	39	54	2,8
12. LOURDES	25	0	28	53	2,7
13. VILA LOBOS	13	4	33	50	2,6
14. PIO X	12	2	32	46	2,3
15. SAO JOSE	8	3	31	42	2,1
16. SANTA CORONA	10	5	26	41	2,1
17. MADUREIRA	8	3	29	40	2,0
18. JARDELINO RAMOS	8	3	25	36	1,8
19. UNIVERSITARIO	6	3	27	36	1,8
20. CINQUENTENARIO	10	1	24	35	1,8
21. SAO PELEGRINO	12	1	21	34	1,7
22. FORQUETA	10	1	20	31	1,6
23. SAO LEOPOLDO	6	0	23	29	1,5
24. SAGRADA FAMILIA	1	4	22	27	1,4
25. PRIMEIRO DE MAIO	4	1	22	27	1,4
26. BRANDALISE	1	1	24	26	1,3
27. MEDIANEIRA	7	0	17	24	1,2
28. GALOPOLIS	5	0	18	23	1,2
29. SANTA LUCIA COHAB	1	1	20	22	1,1
30. PLANALTO RIO BRANCO	6	3	12	21	1,1
31. FLORESTA	2	4	14	20	1,0
32. FATIMA	10	0	9	19	1,0
33. EXPOSICAO	2	0	14	16	0,8
34. OUTROS	38	12	155	205	10,5
TOTAL	418	112	1428	1958	100

Como pode ser observado no quadro acima, do total de 165 idosos que residiam no Loteamento Campos da Serra, 10 recebiam BPC e sete PBF. No Desvio Rizzo, do total de 157 idosos, 37 recebiam BPC e oito PBF. No Rio Branco tinham 140, sendo que 25 recebiam BPC e seis PBF. Fátima Alta tinha 113, sendo que 12 recebiam BPC e cinco PBF. Identificou-se que dentro do universo de 1.958 idosos residentes no território, as localidades destacadas acima concentram a maioria do público potencial para o serviço, incluindo os que recebem algum tipo de benefício e os que não recebem, pois o segmento idoso está mais suscetível a outras vulnerabilidades, além da econômica.

## 2.2 Território do CRAS Norte

### 2.2.1 Perfil das famílias cadastradas

Do total de 51.244 pessoas incluídas no Cadastro Único até dezembro de 2014, 8.388 pessoas, ou 16,4%, pertenciam à região do CRAS Norte. No que diz respeito à faixa etária e ao sexo das pessoas incluídas, a partir dos dados apresentados no quadro abaixo, verificamos que 58,9% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 41,1% do sexo masculino. Verificamos, também, que 17,1% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 32,1%. Dessa forma, verifica-se que 49,2% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 30,2% das pessoas possuíam idade entre 18 e 39 anos, 15,6% com idade entre 40 e 59 anos e somente 5% com idade acima de 60 anos.

**QUADRO 32 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2014).**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	Percentual acumulado
	Masculino	Feminino			
De 00 e 04 anos	478	479	957	11,4	11,4
De 05 e 06 anos	245	232	477	5,7	17,1
De 07 a 15 anos	1.104	1.114	2.218	26,4	43,5
De 16 a 17 anos	224	251	475	5,7	49,2
De 18 a 24 anos	370	536	906	10,8	60,0
De 25 a 34 anos	278	804	1082	12,9	72,9
De 35 a 39 anos	142	400	542	6,5	79,4
De 40 a 44 anos	160	330	490	5,8	85,2
De 45 a 49 anos	110	211	321	3,8	89,0
De 50 a 54 anos	96	172	268	3,2	92,2
De 55 a 59 anos	78	158	236	2,8	95,0
De 60 a 64 anos	66	99	165	2,0	97,0
Mais de 65 anos	100	151	251	3,0	100,0
Total	3.451	4.937	8.388	100,0	100

Já de acordo com a base de dados do CadÚnico de 22 de julho de 2016, do total de 62.169 pessoas cadastradas no município, 9.978 pessoas, ou 16%, pertencem à região do CRAS Norte. Comparando-se com os dados de 2014, houve um acréscimo de 1.590 pessoas (19%). No que diz respeito à faixa etária e ao sexo das pessoas incluídas, a partir dos dados apresentados no quadro abaixo, verificamos que a maioria das pessoas cadastradas permaneceram sendo do sexo feminino com 57,8% (5.776) e 42,2% (4.212) do sexo masculino. Verificamos, também, que somando-se ambos os sexos, 14,7% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos (1.465) e, entre 07 e 17 anos, 29,8% (2.974). Dessa forma,



verifica-se que 44,5% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 32,7% das pessoas (3.263) possuem idade entre 18 e 39 anos, 17,1% com idade entre 40 e 59 anos (1.703), totalizando-se 49,8% de adultos, e somente 5,7% com idade acima de 60 anos (573 pessoas).

**QUADRO 33 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2016).**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	475	505	980	980	9,8	9,8
De 5 e 6 anos	238	247	485	1.465	4,9	14,7
De 07 a 15 anos	1208	1219	2427	3.892	24,3	39,0
De 16 a 17 anos	275	272	547	4.439	5,5	44,5
De 18 a 24 anos	524	662	1186	5.625	11,9	56,4
De 25 a 34 anos	428	951	1379	7.004	13,8	70,2
De 35 a 39 anos	213	485	698	7.702	7,0	77,2
De 40 a 44 anos	204	380	584	8.286	5,9	83,0
De 45 a 49 anos	167	310	477	8.763	4,8	87,8
De 50 a 54 anos	136	204	340	9.103	3,4	91,2
De 55 a 59 anos	110	192	302	9.405	3,0	94,3
De 60 a 64 anos	92	120	212	9.617	2,1	96,4
Mais de 65 anos	142	219	361	9.978	3,6	100
Total	4.212	5.766	9.978	9.978	100	100

No que se refere ao crescimento do número de pessoas em cada faixa etária na região do CRAS Norte, no quadro abaixo apresentamos o total de pessoas por faixa etária em ambos períodos e o correspondente crescimento verificado.

**QUADRO 34 – Taxa de crescimento de pessoas incluídas no Cadastro Único entre dezembro de 2014 e julho de 2016.**

Faixa Etária	Mês da base e Nº de Pessoas Incluídas		% de Crescimento
	Dezembro de 2014	Julho de 2016	
De 00 a 04 anos	957	980	2,4
De 05 a 06 anos	477	485	1,7
De 07 a 15 anos	2.218	2427	9,4
De 16 a 17 anos	475	547	15,2
De 18 a 24 anos	906	1186	30,9
De 25 a 34 anos	1.082	1379	27,4
De 35 a 39 anos	542	698	28,8
De 40 a 44 anos	490	584	19,2
De 45 a 49 anos	321	477	48,6
De 50 a 54 anos	268	340	26,9
De 55 a 59 anos	236	302	28,0
De 60 a 64 anos	165	212	28,5
Mais de 65 anos	251	361	43,8
Total	8.388	9.978	19,0

Verificamos crescimento em todas as faixas etárias, embora em menor percentual nas faixas referentes às pessoas até 17 anos. Para essas, o crescimento acumulado foi 28,7% nas quatro faixas etárias. No entanto, em termos proporcionais, tivemos crescimento acima de 27% em todas as faixas etárias, algumas das quais com crescimento acima de 40%, conforme verificado para as faixas etárias de 45 a 49 anos (48,6%) e das pessoas acima de 65 anos (43,8%).

O segundo aspecto analisado diz respeito às variáveis pessoas com deficiência por faixa etária e sexo. No quadro abaixo, apresentamos os dados de 2014 obtidos a partir do cruzamento dessas duas variáveis.

**QUADRO 35 – Nº de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2014).**

Faixa Etária	Nº de Pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	9	4	13	13	3,2	3,2
De 05 e 06 anos	6	5	11	24	2,7	5,9
De 07 a 15 anos	37	24	61	85	15	20,9
De 16 a 17 anos	7	8	15	100	3,7	24,6
De 18 a 24 anos	27	14	41	141	10	34,7
De 25 a 34 anos	28	25	53	194	13	47,7
De 35 a 39 anos	10	18	28	222	6,9	54,6
De 40 a 44 anos	11	17	28	250	6,9	61,5
De 45 a 49 anos	21	17	38	288	9,3	70,8
De 50 a 54 anos	20	8	28	316	6,9	77,7
De 55 a 59 anos	13	16	29	345	7,1	84,8
De 60 a 64 anos	6	11	17	362	4,2	89
Mais de 65 anos	22	23	45	407	11	100
Total	217	190	407	407	100	100

A partir dos dados expostos acima, verificamos que, das 8.388 pessoas cadastradas, 407 destas, ou 4,9% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais 24,6%, ou 100 pessoas, tinham entre 00 e 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 54,6% das pessoas com deficiência tinham até 39 anos. Se considerarmos somente as 76 crianças e adolescentes com deficiência e idade entre 07 e 17 anos, identificamos que 12 delas não estavam estudando na data da entrevista, tendo em consideração a base do Cadastro Único de dezembro de 2014. Foram identificadas, ainda, 17 pessoas com deficiência dessa faixa etária que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, das 56 crianças e adolescentes que não recebiam o BPC, 30 delas tinham renda per capita compatível para receber esse benefício.<sup>34</sup>

<sup>34</sup>() - No momento da entrevista é solicitado ao informante se a pessoa tem alguma deficiência permanente que limite as atividades habituais.



No que diz respeito ao tipo de deficiência informada pelas pessoas, as frequências são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 36 – Tipos de deficiências e transtorno mental (2014)**

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	190	41,7
Deficiência Mental	117	25,7
Baixa Visão	55	12,1
Transtorno Mental	37	8,1
Surdez Leve	23	5
Surdez Severa	15	3,3
Cegueira	11	2,4
Síndrome de Down	8	1,7
TOTAL	456	100

Destacamos que as deficiências que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências físicas e mental, totalizando 67,4% do total. Salientamos que 49 pessoas apresentaram ter duas ou mais deficiências. Quanto ao transtorno mental, foram identificados 37 casos ou 8,1%.

Considerando-se a base do Cadastro Único de Julho de 2016, do total de 9.978 pessoas cadastradas na área de abrangência do CRAS Norte, 498 pessoas, ou 5% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 105 pessoas, 21,1% do total de pessoas com deficiência, tinham até 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 56,8% tinham até 44 anos, conforme observa-se no Quadro 37. Se considerarmos somente as 80 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, identificamos que 16 destas não estavam estudando na data da entrevista.

**QUADRO 37** – Nº de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2016).

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	8	5	13	13	2,6	2,6
De 05 e 06 anos	7	5	12	25	2,4	5,0
De 07 a 15 anos	35	21	56	81	11,2	16,3
De 16 a 17 anos	14	10	24	105	4,8	21,1
De 18 a 24 anos	36	26	62	167	12,4	33,5
De 25 a 34 anos	28	21	49	216	9,8	43,4
De 35 a 39 anos	17	15	32	248	6,4	49,8
De 40 a 44 anos	13	22	35	283	7,0	56,8
De 45 a 49 anos	20	21	41	324	8,2	65,1
De 50 a 54 anos	19	12	31	355	6,2	71,3
De 55 a 59 anos	25	21	46	401	9,2	80,5
De 60 a 64 anos	16	16	32	433	6,4	86,9
Mais de 65 anos	26	39	65	498	13,1	100
Total	264	234	498	498	100	100

E, no que diz respeito aos tipos de deficiência informadas pelas pessoas entrevistadas, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências física e mental, totalizando 67,3%. Salientamos que 62 pessoas informaram ter duas ou mais deficiências. Quanto ao Transtorno Mental, foram verificadas 44 pessoas ou 7,9%.

**QUADRO 38** – Tipos de deficiências e transtorno mental (2016) - CRAS Norte

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	251	44,8
Deficiência Mental	126	22,5
Baixa Visão	62	11,1
Surdez Leve	28	5,0
Surdez Profunda	21	3,8
Cegueira	17	3,0
Síndrome de Down	11	2,0
Transtorno Mental	44	7,9
TOTAL	560	100

Indagadas se em decorrência dessa deficiência recebiam cuidados de terceiros, 208 pessoas informaram que não recebiam. Destacamos que esse quesito admite múltiplas marcações e, dessa forma, identificamos que para 271 pessoas foi informado que recebiam cuidados de alguém da família; outras 34 pessoas declararam que recebiam atenção de cuidadores especializados e 47 pessoas recebiam cuidados de instituições da rede socioassistencial. Outras 07 pessoas informaram que recebiam cuidados de vizinhos e 02 pessoas recebiam cuidados de

outra forma.

No que se refere à origem territorial das pessoas, conforme a base de dados de 2014, é importante mencionar que, apesar do município receber anualmente aportes significativos de famílias migrantes, identificamos percentual expressivo de pessoas que nasceram no município, conforme pode-se apreender no quadro abaixo.

**QUADRO 39 – Local de nascimento das pessoas cadastradas (2014)**

Local de Nascimento	Nº de Pessoas	%
Neste Município	5.119	61
Em Outro Município	3.253	38,81
Em Outro País	04	0,05
Não informado	12	0,14
Total	8.388	100

A partir dos dados acima, verificamos que 61% das pessoas desse território nasceram em Caxias do Sul, embora tenhamos 38,8% das pessoas nascidas em outros municípios. Cabe destacar, ainda, 04 pessoas, nascidas em outros países, neste caso na República do Senegal, que conforme dito inicialmente nos dados gerais do município, foi um dos países africanos de onde vieram um número significativo de imigrantes nos últimos anos.

Outro país que vem aumentando o número de imigrantes atendidos é a República do Haiti. No ano de 2015 foram atendidas 05 famílias e 15 pessoas, já em 2106 foram 08 famílias e 19 pessoas que receberam atendimentos no CRAS Norte. Salientando-se que uma mesma família pode ser sido contabilizada mais de um ano, dependendo do seu histórico de atendimentos desde o seu acesso.

## **2.2.2 Indicadores de Vulnerabilidade social**

### **a) Situação de pobreza e extrema pobreza**

De acordo com dados de dezembro de 2014, verificamos que estavam cadastradas 2.658 famílias pertencentes a 24 bairros ou loteamentos da região de abrangência do CRAS Norte. Dessa forma, constatamos que 85,9% das famílias são residentes em oito bairros, os quais apresentam acima de 100 famílias cadastradas

e, destes, os **Bairros Santa Fé, Vila Ipê, Belo Horizonte e Centenário I e II** possuem 62,8% do total das famílias incluídas no Cadastro Único, como podemos observar no quadro abaixo. Esses percentuais são similares em relação ao número de pessoas cadastradas.

No quadro abaixo, destacamos os percentuais das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em relação ao total de pessoas cadastradas em cada bairro. Nesse sentido, foram consideradas como famílias em extrema pobreza aquelas que tinham renda per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 77,00 e, em situação de pobreza, àquelas com renda entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00.

**QUADRO 40 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Norte até dezembro de 2014**

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
SANTA FÉ	694	400	57,6
VILA IPE	358	209	58,4
BELO HORIZONTE	317	200	63,1
CENTENARIO I e II	300	149	49,7
LOTEAMENTO VICTORIO TREZ	227	47	20,7
CANYON	155	100	64,5
FATIMA BAIXA	129	55	42,6
NOSSA SENHORA DO ROSARIO	102	49	48,0
LOTEAMENTO SANTO ANTONIO	89	44	49,4
PARQUE OASIS	87	48	55,2
LOTEAMENTO MILLENIUM	36	14	38,9
LOT. POPULAR ALTOS DA MAESTRA	34	23	67,6
LOTEAMENTO MADALOSSO	25	19	76,0
JARDIM EMBAIXADOR	23	12	52,2
COLINA DO SOL	18	9	50,0
LOT. MORADA DOS ALPES	14	4	28,6
LOTEAMENTO PARQUE VERDE	12	6	50,0
PORTAL DA MAESTRA	12	5	41,7
LOTEAMENTO SAO LUIS	8	5	62,5
VILA MAESTRA	8	3	37,5
SAO BERNARDO	5	1	20,0
VENEZA	3	1	33,3
LOTEAMENTO CAXIAS	1	1	100
LOTEAMENTO DALL AGNOL	1	1	100
	2658	1405	52,9

Se tomarmos como parâmetro o total de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza verificamos que, do total de 2.658 famílias, 1.405 delas encontravam-se nessa situação, cujo percentual ficou em 52,9% das famílias com perfil de Bolsa Família.

É importante registrar que algumas famílias podiam residir em loteamentos específicos, não mencionados no comprovante de residência. Por isso, constam como residentes em regiões administrativas mais amplas que englobam esses loteamentos, principalmente em relação aqueles cuja criação tenha sido recente e que não tenham sido ainda incluídos nos bancos de dados da empresa concessionária de energia elétrica (RGE) ou mesmo no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA E), cujas faturas são apresentadas como comprovante de residência para efeitos de cadastramento.

Considerando as famílias incluídas e/ou atualizadas no CADÚnico até julho de 2016, é possível observar que esses dados sofreram alterações, como podemos depreender do quadro abaixo.

**QUADRO 41 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da Região do CRAS Norte até julho de 2016**

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. LOTEAMENTO SAO LUIS	10	7	70,0
02. LOTEAMENTO MADALOSSO	35	22	62,9
03. BELO HORIZONTE	429	262	61,1
04. CANYON	203	122	60,1
05. LOTEAMENTO SANTO ANTONIO	32	19	59,4
06. CENTENARIO I e II	332	187	56,3
07. LOT. POPULAR ALTOS DA MAESTRA	61	33	54,1
08. PARQUE OASIS	109	58	53,2
09. JARDIM EMBAIXADOR	26	13	50,0
10. LOTEAMENTO PARQUE VERDE	14	7	50,0
11. FATIMA BAIXA	105	52	49,5
12. VILA IPE	430	212	49,3
13. NOSSA SENHORA DO ROSARIO	118	53	44,9
14. SANTA FÉ	875	391	44,7
15. PORTAL DA MAESTRA	18	8	44,4
16. LOTEAMENTO MILLENIUM	42	18	42,9
17. VENEZA	8	3	37,5
18. COLINA DO SOL	38	14	36,8
19. LOT MORADA DOS ALPES	25	9	36,0
20. SAO BERNARDO	17	6	35,3
21. LOTEAMENTO VICTORIO TREZ	333	52	15,6
TOTAL	3260	1548	47,5

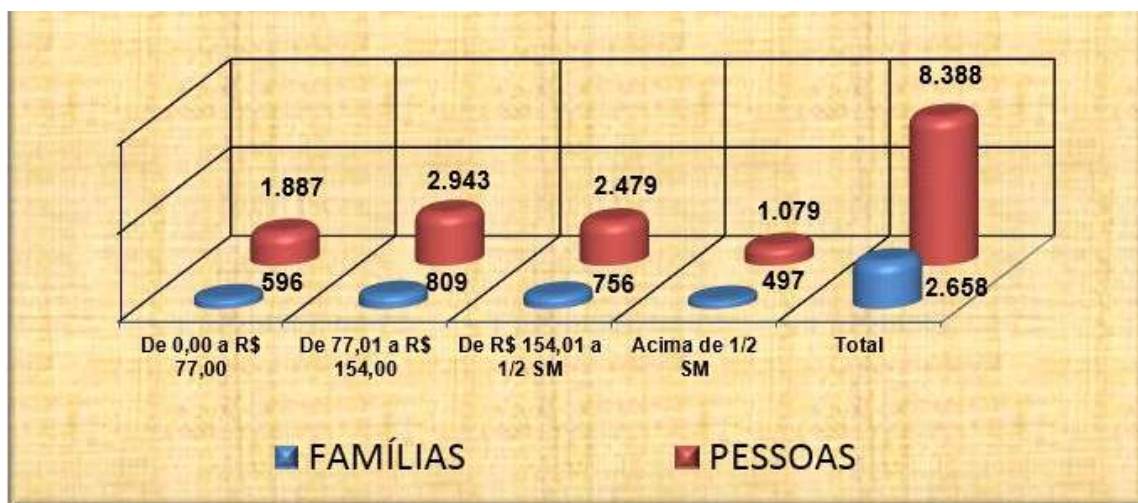
Primeiramente, houve um aumento de 602 famílias cadastradas, verificando-se o total de 3.260 famílias, residentes em 28 localidades. No quadro acima, selecionamos 21 desses locais com famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.<sup>35</sup> Assim, em valores proporcionais, os locais com quatro maiores percentuais foram: os Loteamentos São Luis com 70% e Madalosso com 62,9%, os bairros Belo Horizonte (61,1%) e Canyon (60,1%). Porém, em valores absolutos, as localidades Santa Fé, com 391 famílias, Belo Horizonte com 262 famílias, Vila Ipê com 212 famílias, Centenário I e II, 187 famílias e Canyon, com 122 famílias, foram os bairros com maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. E comparando-se com os dados de 2014 (**Santa Fé** (400), **Vila Ipê** (209), **Belo Horizonte** (200), Centenário I e II (149) e **Canyon** (100)), essa classificação permanece, havendo acréscimos no número de famílias em cada local, com exceção do bairro Santa Fé que houve uma pequena redução. Salientamos que os valores relativos de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em 2016, na região do CRAS Norte, ficou na ordem de 47,5%, percentual 5,4% menor que no período de dezembro de 2014.

#### **b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família**

Os dados de 2014, relativos às faixas de renda das famílias residentes nos bairros de abrangência do CRAS Norte, são apresentados no gráfico abaixo no qual, além do número de famílias são apresentados também o número de pessoas a partir dessa variável.

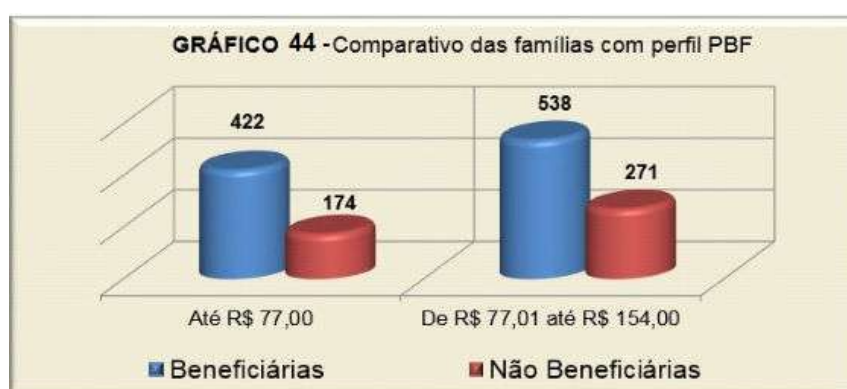
<sup>35</sup> - Dos 05 bairros excluídos da seleção, somente 03 apresentaram famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: Lot. Dall Agnol (01 família), Lot. Franzoi (01 família) e Sétima Legua (01 família).



**GRÁFICO 43 – Nº de famílias e de pessoas por faixas de renda (CRAS Norte)**

No gráfico acima, podemos constatar que do total de famílias incluídas no Cadastro Único e residentes na região de abrangência do CRAS Norte, 1.405 delas (52,9%), estão em situação de extrema pobreza (596 ou 22,4%) ou em situação de pobreza (809 ou 30,4%), atendendo aos critérios do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 4.830 pessoas. Verificamos, também, que 756 famílias, 28,4% do total, têm renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e somente 18,7% das famílias, têm renda per capita acima de ½ salário mínimo.

No gráfico abaixo, podemos analisar melhor a diferença entre famílias com perfil para PBF que eram, ou não, beneficiárias do programa.



É necessário ressaltar que 1.123 famílias (equivalente a 3.965 pessoas), eram beneficiárias daquele programa e, destas, 960 tinham renda per capita até R\$ 154,00 e, 163 famílias, tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e permaneciam como beneficiárias do PBF devido à regra de permanência.

Dessa forma, as 960 famílias que recebiam valores do Programa e que



estavam em situação de pobreza e de extrema pobreza, equivalem a 68,3% do total de famílias com esse perfil. Outras 445 famílias (31,7%), embora atendessem aos critérios do Programa, não eram beneficiárias.

Cabe ressaltar a necessidade, caso a situação perdure na atualização desse diagnóstico, da busca ativa das famílias com critérios para receber benefícios do PBF e que não foram incluídas no programa, pois essas famílias podem estar em situação de graves vulnerabilidades sociais, embora o Ministério do Desenvolvimento Social estipule critérios de inexigibilidade para o PBF devido, principalmente, às questões de renda.

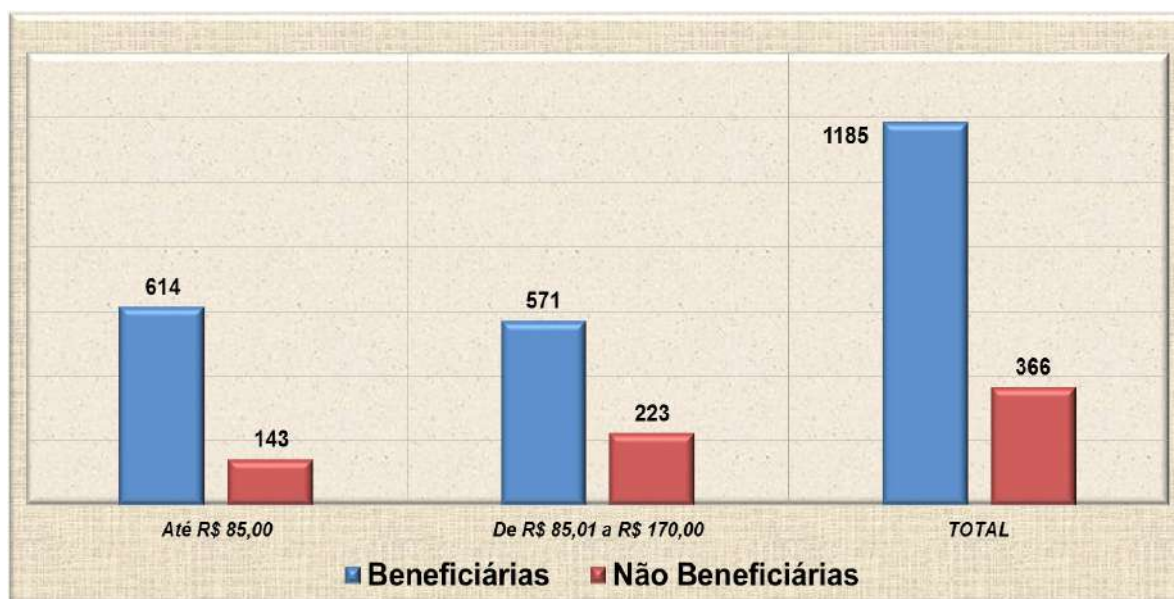
No quadro abaixo, realizamos a caracterização do perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis da faixa etária e sexo.

**QUADRO 42 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família**

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO		Total	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
00 a 06	418	421	839	839	21,2	21,2
07 a 15	583	644	1227	2.066	30,9	52,1
16 a 17	110	126	236	2.302	6,0	58,1
18 a 24	152	251	403	2.705	10,2	68,3
25 a 39	125	611	736	3.441	18,6	86,9
40 a 49	79	234	313	3.754	7,9	94,8
50 a 59	37	103	140	3.894	3,5	98,3
Acima de 60	32	39	71	3.965	1,8	100
Total	1.536	2.429	3.965	3.965	100	100

Os dados do quadro acima permitem identificar que 58,1% do total de pessoas beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente, 52,1% das pessoas têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados informam que 40,2% estão na faixa etária dos 18 a 59 anos. Somente 1,8% das pessoas têm idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 61,3% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 38,7% do sexo masculino.

No que diz respeito às famílias com perfil PBF, com base no número de famílias incluídas até julho de 2016, no gráfico abaixo expusemos os dados relativos às famílias beneficiárias ou não beneficiárias daquele programa.

**GRÁFICO 45** – Comparativo das famílias com perfil PBF (2016)

Dados do gráfico acima apontam para 1.551 famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza e, destas, 76,4% eram beneficiárias do PBF (1.185 famílias) e 23,6% não recebiam recursos vinculados ao Programa (366 famílias). Em ambos os casos, o número de pessoas pertencentes a esses núcleos familiares, totalizam 5.149 pessoas.

É importante ressaltar que 1.290 famílias da área de abrangência do CRAS Norte eram beneficiárias do PBF e, destas, 105 famílias tinham renda acima de R\$ 170,00 e permaneciam no PBF em função da regra de permanência.

No quadro abaixo, caracterizamos o perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis faixa etária e sexo.

**QUADRO 43** – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2016)

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	335	318	653	653	14,9	14,9
De 5 e 6 anos	143	134	277	930	6,3	21,2
De 07 a 15 anos	643	657	1300	2.230	29,6	50,8
De 16 a 17 anos	117	127	244	2.474	5,6	56,3
De 18 a 24 anos	174	282	456	2.930	10,4	66,7
De 25 a 34 anos	130	487	617	3.547	14,0	80,7
De 35 a 39 anos	65	238	303	3.850	6,9	87,6
De 40 a 44 anos	55	149	204	4.054	4,6	92,3
De 45 a 49 anos	35	94	129	4.183	2,9	95,2
De 50 a 54 anos	25	61	86	4.269	2,0	97,2
De 55 a 59 anos	22	49	71	4.340	1,6	98,8
De 60 a 64 anos	20	19	39	4.379	0,9	99,7
Mais de 65 anos	7	7	14	4.393	0,3	100
Total	1.771	2.622	4.393	4.393	100	100

### c) Beneficiários do BPC

Foram identificados no território do CRAS Norte, 363 usuários do BPC, dos quais 241 são usuários do BPC PCD e 122 do BPC Idoso, o que equivale a 13% do total de beneficiários registrados no município. A distribuição por território pode ser visualizada abaixo.

**QUADRO 44** - Beneficiários do BPC no Território do CRAS Norte

BAIRRO	ESPÉCIE		TOTAL
	BPC PCD	BPC IDOSO	
01. SANTA FE	83	49	132
02. BELO HORIZONTE	31	16	47
03. VILA IPE	24	18	42
04. CANYON	12	12	24
05. CENTENARIO	16	8	24
06. FATIMA BAIXA	12	2	14
07. LOTEAMENTO VICTORIO TREZ	11	2	13
08. NOSSA SENHORA DO ROSARIO	10	0	10
09. SANTO ANTONIO	7	3	10
10. OUTROS	35	12	47
TOTAL	241	122	363

Como podemos depreender do quadro acima, 60,1% dos beneficiários residem em três bairros, dos quais salientamos os bairros Santa Fé, Belo Horizonte e Vila Ipê. No que diz respeito à faixa etária dos usuários do BPC PCD, verificamos que 30,3% das pessoas são crianças e adolescentes. O número de beneficiários das outras faixas etárias pode ser visualizado no quadro abaixo.

**QUADRO 45** – Faixa etária dos beneficiários do BPC PCD

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5	9	2	11
6 a 12	24	13	37
13 a 17	17	8	25
18 a 24	21	13	34
25 a 39	17	19	36
40 a 59	32	39	71
Acima de 60	11	16	27
TOTAL	131	110	241

A partir dos dados apresentados acima verifica-se, também, que 40,7% dos beneficiários têm idade superior a 40 anos. Em relação aos usuários do BPC Idoso, os mesmos dados podem ser visualizados abaixo.

**QUADRO 46** – Faixa etária dos beneficiários do BPC Idoso.

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
65 a 70	11	28	39
71 a 75	19	21	40
76 a 80	7	16	23
81 a 85	6	9	15
Acima de 85	4	1	5
TOTAL	47	75	122

Salientamos que 35,2% dos usuários dessa espécie de benefício tem idade superior a 76 anos. Se ampliarmos as faixas etárias, verificaremos que 68% dos usuários têm idade acima de 70 anos.

### 2.2.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Norte

O CRAS Norte está situado em área urbana periférica, na Rua das Fruteiras, 925 Bairro Santo Antônio. No seu entorno há indústrias, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Ilda Clara Sebben Barazzetti e a Igreja Santo Antônio da 7ª Léguas. O horário de funcionamento do equipamento é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h00min. Ele foi implantado no município no dia 01 de junho de 2006. Atualmente a equipe atende as famílias/indivíduos que residem em 23 bairros/loteamentos.

**FIGURA 06** - Foto do CRAS Norte.

No território da região do CRAS Norte têm Serviços de Proteção Social Básica e Serviços da Rede Intersetorial.

## SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

a) 06 entidades de assistência social que ofertam SCFV para crianças e adolescentes:

Nº	Entidades de Assistência Social	Vagas
1	ENCA – Sementes do Futuro	120
2	Centro Assistencial e de Promoção Social Joana D'Arc	65
3	Associação Criança Feliz	230
4	Centro de Atenção a Criança e ao Adolescente – Murialdo	200
5	Associação Mão Amiga – Centro de Convivência Santo Antônio	90
6	Associação Caritativo-Literária São José – CAMI São José	100

b) Uma Unidade Pública – CRAS Norte - que oferta SCFV para adultos (10 vagas) e Idosos (33 vagas)

## REDE INTERSETORIAL

Unidades	Serviços
Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Guarda Municipal</li> <li>• Central Comunitária de Práticas Restaurativas Zona Norte</li> <li>• Horta Comunitária Vila Ipê</li> <li>• Núcleo de Capacitação Canyon</li> </ul>
Secretaria Municipal Esporte e Lazer – SMEL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Poli-Esportivo</li> </ul>
Secretaria Municipal de Educação	06 Escolas de Educação Infantil: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dolaimes Stedile</li> <li>• Carinha de Anjo</li> <li>• Paulina Soldatelli Moretto</li> <li>• Carolina Sutil Oliveira</li> <li>• São Francisco</li> <li>• Criança Feliz</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 Escola Estadual: Clauri Alves Flores</li> </ul>
	08 Escolas Municipais <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manoel Pereira</li> <li>• Osvaldo Cruzeiro</li> <li>• Zélia Rodrigues Furtado</li> <li>• João de Zorzi</li> <li>• Luíza Morelli</li> <li>• Ruben Bento Alves</li> <li>• Ilda Barazzetti</li> <li>• Tancredo Neves</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angelina Sassi Comadulli</li> </ul>
Secretaria Municipal de Saúde – SMS	06 Unidades Básicas de Saúde – UBS: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Vila Ipê</li> <li>• Santa Fé</li> <li>• Parque Oásis</li> <li>• Fátima Baixa</li> <li>• Belo Horizonte</li> <li>• Centenário</li> </ul>
FAS, Secretaria de Educação e Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira Infância Melhor – PIM</li> </ul>
Prefeitura, FAS e CODECA (parceria para execução)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Troca solidária</li> </ul>

Destaca-se que na Pré Conferência de Assistência Social em 2015, realizada no território do CRAS Norte com os usuários, trabalhadores do SUAS, Conselheiros e demais participantes da rede intersetorial, foram discutidas e elencadas as seguintes questões:

**QUADRO 47** – Questões Discutidas na Pré Conferência do Território do CRAS Norte (2015)

Principais desafios e/ou desproteções que perpassam o território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• violência em função do tráfico de drogas;</li> <li>• fragilidade dos vínculos familiares e/ou relacionais;</li> <li>• violência por violações de direitos;</li> <li>• pobreza;</li> <li>• desemprego;</li> <li>• violência urbana;</li> <li>• ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos;</li> <li>• trabalho infantil.</li> </ul>
Grupos mais vulneráveis do território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crianças e adolescentes;</li> <li>• mães precoces;</li> <li>• usuários de substâncias psicoativas.</li> </ul>
Propostas elencadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar e qualificar o Pronatec/Acessuas Trabalho para os jovens;</li> <li>• Potencializar a inserção no mercado de trabalho dos jovens que participam do Pronatec/Acessuas Trabalho;</li> <li>• Revisar a faixa etária para inscrição do jovem no Pronatec, reduzir de 16 para 14 anos de idade;</li> <li>• Promover e intensificar campanhas de prevenção ao uso de substâncias psicoativas, articulando com todas as políticas públicas existentes no território;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação da oferta de SCFV no território, incluindo os demais ciclos de vida;</li> <li>• Fortalecimento da Rede do Território;</li> <li>• Ampliação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias/PAIF;</li> <li>• Ampliação de mais dois Conselhos Tutelares, descentralizados, e qualificação do fluxo;</li> <li>• Cumprimento do Decreto Municipal Nº 15.790/08.05.2012.</li> <li>• Ampliação e qualificação dos Programas de Transferência de Renda.</li> </ul>
Serviços/programas que devem ser ofertados para ampliar e universalizar os direitos sociais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o caráter continuado do PRONATEC/ ACESSUAS Trabalho</li> <li>• Ampliar o SCFV para idosos no território</li> <li>• Constituir SCFV no território para adolescentes, jovens e adultos</li> <li>• Constituir Serviço de Residências Inclusivas</li> </ul>
Estratégias de fomento e fortalecimento da participação dos usuários no CMAS:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a divulgação do Conselho Municipal de Assistência Social e datas de assembleias</li> <li>• Descentralização das Assembleias do Conselho Municipal de Assistência Social</li> <li>• Adequar a linguagem utilizada nos espaços de controle social de forma a possibilitar a compreensão de todos/as usuários/as.</li> </ul>
Estratégias em relação à cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de mais um CRAS no território e ampliar o número de recursos humanos do CRAS já existente;</li> <li>• Criação de mais SCFV no território;</li> <li>• Criação de um Conselho Tutelar exclusivo para a região;</li> <li>• Discutir a segurança alimentar e nutricional no que concerne ao auxílio alimentação, que é sua atribuição;</li> <li>• Articular com a SMSPPS (Diretoria de Segurança Alimentar) objetivando a ampliação do número de Cozinhas Comunitárias no território;</li> <li>• Ampliar o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para idosos e PCD's;</li> <li>• Constituir equipes próprias do Cadastro Único nos CRAS;</li> <li>• Garantia da continuidade do financiamento aos serviços da rede</li> </ul>

	<p>socioassistencial;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação e efetivação do repasse de cofinanciamento da política de assistência social;</li> <li>• Definição de percentual mínimo de custeio da política de assistência social.</li> </ul>
Benefícios Eventuais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Finalizar a elaboração e encaminhar o Projeto de Lei do SUAS para o legislativo, incluindo a regulamentação dos benefícios eventuais.</li> </ul>
Transferências de renda	<p>a) Benefício de Prestação Continuada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação da idade do idoso em consonância com o Estatuto do Idoso;</li> <li>• Revisão do critério de renda (meio salário-mínimo per capita)</li> <li>• Programa Bolsa Família;</li> <li>• Revisão do critério de renda para concessão do benefício;</li> <li>• Reajuste dos valores concedidos;</li> <li>• Fortalecimento do caráter intersectorial do PBF na busca ativa e acompanhamento das condicionalidades.</li> </ul> <p>b) Programa Inclusão Social (PBTE, PAI, RENDA MÍNIMA):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do decreto municipal;</li> <li>• Qualificação do acompanhamento as famílias beneficiárias.</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de defesa e garantia de direitos dos usuários:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecimento da rede intersectorial com o incentivo à participação dos usuários;</li> <li>• Fomentar a realização de campanhas e estratégias para dar visibilidade a concepção de direitos e demais temáticas que perpassam o território.</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de vigilância socioassistencial nos serviços e territórios:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituir o setor de vigilância socioassistencial e equipe técnica qualificada;</li> <li>• Otimizar a utilização de dados do Cadastro Único para planejamento da política de assistência social.</li> </ul>
Estratégias para potencializar as seguranças de Acolhida, Renda e de Convívio:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão contínua dos processos de trabalho visando a qualificação permanente;</li> <li>• Inclusão dos usuários na avaliação dos processos de trabalho operados.</li> </ul>
Propostas em relação a gestão do trabalho:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação dos pressupostos da NOB/-RHSUAS no que diz respeito as</li> </ul>

	<p>diretrizes quanto a gestão do trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS;</li> <li>• Constituir equipe de assessoria técnica aos serviços socioassistenciais, de forma continuada.</li> </ul>
--	---

Na realização da Conferência Municipal de Assistência Social foram novamente discutidas todas essas questões elencadas com os demais participantes dos outros territórios.

#### **2.2.4 Demandas de novos serviços no território Norte**

No território de abrangência do CRAS Norte, conforme dados e informações da equipe que atende essa população, durante a aplicação/discussão do questionário do CENSO SUAS 2016, verifica-se que há presença de: áreas com risco de desabamento, contornos geográficos que dificultam a mobilidade, moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços; altos índices de criminalidade, conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho infantil por causa das reciclagens e fábricas de massas. Os locais menos vulneráveis acerca desses problemas são Santo Antônio e Colina do Sol. As localidades Fátima baixa, Parque Oásis e Kênior tem dificuldade de acesso ao CRAS e os mais próximos ao equipamento, como Belo Horizonte, Portal e Altos da Maestra, são os mais beneficiados. Essa não equidade entre os bairros para acessar o CRAS, aponta para necessidade de melhoria na política de transporte da região norte.

Considerando o indicador de pobreza e extrema pobreza por faixa de renda, identificou-se que em valores proporcionais, os locais com quatro maiores percentuais foram: os Loteamentos São Luis com 70% e Madalosso com 62,9%, os bairros Belo Horizonte (61,1%) e Canyon (60,1%). Porém, em valores absolutos, as localidades Santa Fé, com 391 famílias, Belo Horizonte com 262, Vila Ipê com 212, Centenário I e II com 187, e Canyon com 122, foram os bairros com maior número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

**a) 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 03 SCFV para idosos**

A partir dos atendimentos realizados as famílias da zona norte pela equipe do CRAS, e analisando-se os dados do levantamento das crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 residentes no território e cadastradas no CADÚnico, ilustrado no quadro abaixo, identificou que no Parque Oásis há demanda para SCFV, pois nesse local e no seu entorno não tem nenhum serviço que atenda essa faixa etária.

**QUADRO 48** – Crianças e adolescentes de 06 a 15 Anos do Território do CRAS Norte, incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	COM PBF	%	SEM PBF	%	TOTAL	%
01. SANTA FÉ	328	22,8	345	27,6	673	25,0
02. BELO HORIZONTE	242	16,8	147	11,8	389	14,5
03. VILA IPÊ	219	15,2	133	10,7	352	13,1
04. LOTEAMENTO VICTÓRIO TREZ	57	4,0	154	12,3	211	7,9
05. CANYON	125	8,7	84	6,7	209	7,8
06. CENTENÁRIO	93	6,5	75	6,0	168	6,3
07. CENTENÁRIO II	69	4,8	50	4,0	119	4,4
08. PARQUE OÁSIS	48	3,3	40	3,2	88	3,3
09. NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	46	3,2	37	3,0	83	3,1
10. FÁTIMA BAIXA	43	3,0	38	3,0	81	3,0
11. LOTEAMENTO POP. ALTOS DA MAESTRA	36	2,5	34	2,7	70	2,6
12. LOTEAMENTO MADALOSSO	31	2,2	7	0,6	38	1,4
13. LOTEAMENTO MILLENIUM	17	1,2	21	1,7	38	1,4
14. COLINA DO SOL	19	1,3	17	1,4	36	1,3
15. LOTEAMENTO SANTO ANTÔNIO	20	1,4	11	0,9	31	1,2
16. JARDIM EMBAIXADOR	8	0,6	11	0,9	19	0,7
17. OUTROS	38	2,6	44	3,5	82	3,1
TOTAL	1439	100	1248	100	2687	100
%	53,6		46,4		100	100

Observa-se no quadro acima que no Parque Oásis havia o total de 88 crianças e adolescentes residentes, sendo 48 delas com PBF e 40 sem o benefício. E nas suas proximidades, no Nossa Senhora do Rosário

Quanto ao SCFV para idosos, no quadro a seguir identificam-se as localidades que possuem maior número de idosos que recebem BPC, PBF e que não recebem nenhum benefício.

**QUADRO 49** – Pessoas idosas do Território do CRAS Norte, incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	BPC IDOSO	PBF		TOTAL	%
		SIM	NÃO		
01. SANTA FE	49	13	128	190	28,0
02. VILA IPE	18	7	103	128	18,9
03. BELO HORIZONTE	16	6	64	86	12,7
04. LOTEAMENTO VICTORIO TREZ	2	2	67	71	10,5
05. CENTENARIO	8	6	32	46	6,8
06. CANYON	12	4	21	37	5,5
07. FATIMA BAIXA	2	1	14	17	2,5
08. SANTO ANTONIO	3	2	11	16	2,4
09. PARQUE OASIS	1	2	12	15	2,2
10. LOT. POPULAR ALTOS DA MAESTRA	1	0	10	11	1,6
11. NOSSA SENHORA DO ROSARIO	0	1	8	9	1,3
12. OUTROS	10	4	38	52	7,7
TOTAL	122	48	508	678	100

Fonte: Base de dados – CADÚnico (dezembro/2016) e SUASWEB (novembro/2016).

No quadro acima constata-se o total de 678 idosos cadastrados no CADÚnico que residem no território Norte. A maioria deles concentram-se nos bairros Santa Fé, Vila Ipê e Belo Horizonte. Do total de 190 idosos no Santa Fé, 49 recebiam BPC e 13 PBF. No Vila Ipê, do total de 128 idosos, 18 recebiam BPC e 07 PBF. No Belo Horizonte tinham 86, sendo que 16 recebiam BPC e 06 PBF. E atualmente só há oferta de um SCFV para idosos no CRAS Norte para atender todo território.

## 2.3 Território do CRAS Oeste

### 2.3.1 Perfil das famílias cadastradas

Do total de 51.244 pessoas incluídas no Cadastro Único até dezembro de 2014, 5.025 pessoas, ou 9,8%, pertencem à região do CRAS Oeste. Embora os dados apresentados possibilitem várias caracterizações, não esgotaremos todas nesse diagnóstico, mas apresentaremos as principais tendo em vista questões de vulnerabilidade social. As primeiras variáveis apresentadas são relativas à faixa etária e ao sexo das pessoas incluídas, as quais são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 50 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2014).**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	334	320	654	654	13	13
De 05 e 06 anos	142	138	280	934	5,6	18,6
De 07 a 15 anos	680	615	1295	2.229	25,8	44,4
De 16 a 17 anos	168	134	302	2.531	06	50,4
De 18 a 24 anos	226	347	573	3.104	11,4	61,8
De 25 a 34 anos	168	509	677	3.781	13,5	75,3
De 35 a 39 anos	91	189	280	4.061	5,6	80,9
De 40 a 44 anos	55	166	221	4.282	4,4	85,3
De 45 a 49 anos	63	167	230	4.512	4,6	89,9
De 50 a 54 anos	52	117	169	4.681	3,4	93,3
De 55 a 59 anos	33	92	125	4.806	2,5	95,8
De 60 a 64 anos	38	65	103	4.909	02	97,8
Mais de 65 anos	38	78	116	5.025	2,3	100
Total	2.088	2.937	5.025	5.025	100	100

A partir dos dados apresentados no quadro acima, verificamos que 58,4% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 41,6% do sexo masculino. Verificamos, também, que 18,6% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 31,8%. Dessa forma, verifica-se que 50,4% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 30,4% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos, 14,9% com idade entre 40 e 59 anos e somente 4,3% com idade acima de 60 anos.

Já de acordo com a base de dados do CADÚnico de 22 de julho de 2016, do total de 62.169 pessoas cadastradas no município, 6.129 pessoas residem em

bairros ou localidades pertencentes à área de abrangência do CRAS Oeste. As frequências de cada faixa etária pode ser melhor analisada no quadro abaixo.

**QUADRO 51 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2016).**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	318	301	619	619	10,1	10,1
De 5 e 6 anos	180	165	345	964	5,6	15,7
De 07 a 15 anos	751	695	1446	2.410	23,6	39,3
De 16 a 17 anos	154	150	304	2.714	5,0	44,3
De 18 a 24 anos	372	414	786	3.500	12,8	57,1
De 25 a 34 anos	286	631	917	4.417	15,0	72,1
De 35 a 39 anos	125	244	369	4.786	6,0	78,1
De 40 a 44 anos	84	183	267	5.053	4,4	82,4
De 45 a 49 anos	94	204	298	5.351	4,9	87,3
De 50 a 54 anos	92	171	263	5.614	4,3	91,6
De 55 a 59 anos	61	132	193	5.807	3,1	94,7
De 60 a 64 anos	43	88	131	5.938	2,1	96,9
Mais de 65 anos	72	119	191	6.129	3,1	100
Total	2.632	3.497	6.129	6.129	100	100

Em relação à população adulta, identificamos 33,8% do total de pessoas com idade entre 18 e 39 anos (2.072 pessoas), 16,7% com idade entre 40 e 59 anos (1.021 pessoas) e somente 5,2% com idade acima de 60 anos (322 pessoas).

Abaixo, apresentamos quadro comparativo entre os dois períodos, com o respectivo crescimento observado em cada faixa etária.



**QUADRO 52** – Taxa de crescimento de pessoas incluídas no Cadastro Único entre dezembro de 2014 e julho de 2016.

Faixa Etária	Mês da base e Nº de Pessoas Incluídas		% de Crescimento
	Dezembro de 2014	Julho de 2016	
De 00 a 04 anos	654	619	-5,4
De 05 a 06 anos	280	345	23,2
De 07 a 15 anos	1.295	1.446	11,7
De 16 a 17 anos	302	304	0,7
De 18 a 24 anos	573	786	37,2
De 25 a 34 anos	677	917	35,5
De 35 a 39 anos	280	369	31,8
De 40 a 44 anos	221	267	20,8
De 45 a 49 anos	230	298	29,6
De 50 a 54 anos	169	263	55,6
De 55 a 59 anos	125	193	54,4
De 60 a 64 anos	103	131	27,2
Mais de 65 anos	116	191	64,7
Total	5.025	6.129	22,0

Outro aspecto analisado das famílias incluídas no Cadastro Único diz respeito às variáveis pessoas com deficiência por faixa etária e sexo. No quadro abaixo, apresentamos os dados obtidos em 2014 a partir do cruzamento dessas duas variáveis.

**QUADRO 53 – Número de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2014).**

Faixa Etária	Nº de Pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	Percentual acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	04	03	07	07	2,9	2,9
De 05 e 06 anos	00	03	03	10	1,2	4,1
De 07 a 15 anos	24	17	41	51	17	21,1
De 16 a 17 anos	08	04	12	63	5	26,1
De 18 a 24 anos	15	19	34	97	14,1	40,2
De 25 a 34 anos	13	14	27	124	11,2	51,4
De 35 a 39 anos	06	06	12	136	5	56,4
De 40 a 44 anos	09	09	18	154	7,5	63,9
De 45 a 49 anos	05	14	19	173	7,9	71,8
De 50 a 54 anos	04	03	07	180	2,9	74,7
De 55 a 59 anos	10	09	19	199	7,9	82,6
De 60 a 64 anos	08	10	18	217	7,5	90,1
Mais de 65 anos	09	15	24	241	10	100
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>126</b>	<b>241</b>	<b>241</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

A partir dos dados expostos acima, verificamos que, das 5.025 pessoas cadastradas, 241 destas, ou 4,8% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 63 pessoas, ou 26,1%, tinham entre 00 e 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 56,4% das pessoas com deficiência tinham até 39 anos. Se considerarmos somente as 63 crianças e adolescentes com deficiência e idade entre 07 e 17 anos, identificamos que 23 delas não estavam estudando na data da entrevista, tendo em consideração a base do Cadastro Único de dezembro de 2014. Foram identificadas, ainda, 20 pessoas com deficiência dessa faixa etária que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, das 43 crianças e adolescentes que não recebiam o BPC, 30 delas tinham renda per capita compatível para receber esse benefício.<sup>36</sup>

No que diz respeito ao tipo de deficiência informada pelas pessoas, a frequência de cada uma delas é apresentada no quadro abaixo.

<sup>36</sup> - No momento da entrevista é solicitado ao informante se a pessoa tem alguma deficiência permanente que limite as atividades habituais.

**QUADRO 54 – Tipos de deficiências informadas pelas pessoas entrevistadas**

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)	% Acumulado
Deficiência Física	125	45,0	45
Transtorno Mental	80	28,8	73,8
Deficiência Mental	25	9,0	82,8
Baixa Visão	24	8,6	91,4
Surdez Severa	11	4,0	95,4
Cegueira	6	2,2	97,5
Síndrome de Down	4	1,4	98,9
Surdez Leve	3	1,1	100
TOTAL	278	100	100

Destacamos que as deficiências que mais apresentaram frequência foram deficiências físicas e deficiências/transtornos mentais, totalizando 82,8% do total. Salientamos que 37 pessoas apresentaram ter duas ou mais deficiências.

Considerando a base de dados de 2016, do total de 6.129 pessoas cadastradas na área de abrangência do CRAS Oeste, 320 pessoas, ou 5,2% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 62 pessoas, 19,4% do total de pessoas com deficiência, tinham até 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 54,4% tinham até 44 anos. Se considerarmos somente as 51 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, identificamos que 11 destas não estavam estudando na data da entrevista.

**QUADRO 55 – Nº de Pessoas com Deficiência por Faixa Etária e Sexo (2016).**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	3	2	5	5	1,6	1,6
De 05 e 06 anos	5	1	6	11	1,9	3,4
De 07 a 15 anos	23	18	41	52	12,8	16,3
De 16 a 17 anos	7	3	10	62	3,1	19,4
De 18 a 24 anos	20	22	42	104	13,1	32,5
De 25 a 34 anos	21	17	38	142	11,9	44,4
De 35 a 39 anos	7	8	15	157	4,7	49,1
De 40 a 44 anos	9	8	17	174	5,3	54,4
De 45 a 49 anos	12	18	30	204	9,4	63,8
De 50 a 54 anos	15	11	26	230	8,1	71,9
De 55 a 59 anos	18	11	29	259	9,1	80,9
De 60 a 64 anos	8	14	22	281	6,9	87,8
Mais de 65 anos	14	25	39	320	12,2	100
Total	162	158	320	320	100	100

E, no que diz respeito aos tipos de deficiência, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências física e mental, totalizando 70,8%. Salientamos que 47 pessoas informaram ter duas ou mais deficiências. Indagadas se em decorrência dessa deficiência recebiam cuidados de terceiros, 121 pessoas informaram que não recebiam. Destacamos que esse quesito admite múltiplas marcações e, dessa forma, identificamos que para 189 pessoas foi informado que recebiam cuidados de alguém da família; outras 15 pessoas declararam que recebiam atenção de cuidadores especializados e 42 pessoas recebiam cuidados de instituições da rede socioassistencial. Outras 03 pessoas informaram que recebiam cuidados de vizinhos e 02 pessoas recebiam cuidados de outra forma.

**QUADRO 56** – Tipos de deficiências informadas pelas pessoas entrevistadas (2016)  
- CRAS Oeste

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	163	44,4
Deficiência Mental	97	26,4
Baixa Visão	30	8,2
Surdez Profunda	16	4,4
Surdez Leve	10	2,7
Cegueira	8	2,2
Síndrome de Down	6	1,6
Transtorno Mental	37	10,1
TOTAL	367	100

No que se refere à origem territorial das pessoas, é importante mencionar que, apesar do município receber anualmente aportes significativos de famílias migrantes, identificamos percentual expressivo de pessoas que nasceram no município, conforme podemos apreender no quadro abaixo.

**QUADRO 57** – Local de nascimento das pessoas cadastradas (2014)

Local de Nascimento	Nº de Pessoas	%
Neste Município	3.139	62,5
Em Outro Município	1.871	37,2
Em Outro País	15	0,3
Total	5.025	100

A partir dos dados acima, verificamos que 62,5% das pessoas nasceram em Caxias do Sul, embora tenhamos 37,2% das pessoas nascidas em outros municípios.

Cabe destacar, ainda, 15 pessoas, 0,3% do total, nascidas em outros países, das quais 04 pessoas nasceram no Haiti, 02 pessoas nasceram no Chile, 02 pessoas nasceram no Uruguai e, para 07 pessoas, não havia essa informação, mas verificando os demais dados pertinentes, nasceram em outros países da América do Sul.

Em 2016, segundo registros do serviço de Proteção Integral as Famílias (PAIF), foram atendidos no CRAS Oeste apenas uma família com três pessoas da nacionalidade de Cuba e uma família com duas pessoas do Uruguai.

Para as pessoas que estavam estudando na data da entrevista, tanto na rede pública como na rede particular, realizamos levantamento para fins de verificação de possíveis distorções de idade/série. No quadro abaixo, apresentamos dados relativos a essa questão, realizando cruzamento da variável idade, no ano da última atualização, com a variável ano/série em que as crianças e adolescentes do ensino fundamental freqüentavam na data da entrevista.

**QUADRO 58** – Idade dos estudantes do ensino fundamental e respectivo Ano/Série em que estavam matriculados no ano da última atualização cadastral

IDADE	Ensino Fundamental – Ano/série									Total
(Em anos)	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	
Menos de seis	02	00	00	00	00	00	00	00	00	02
Seis	131	02	00	00	00	00	00	00	00	133
Sete	68	61	03	00	00	00	00	00	00	132
Oito	13	48	57	02	01	00	00	00	00	121
Nove	05	25	75	62	02	00	00	00	00	169
Dez	02	09	31	47	48	00	00	00	00	137
Onze	01	05	10	26	61	41	02	00	00	146
Doze	01	05	05	13	35	48	37	04	00	148
Treze	00	02	00	04	17	34	43	23	02	125
Quatorze	00	00	01	05	06	23	43	35	15	128
Quinze	00	01	01	03	03	11	27	32	10	88
Dezesseis	00	00	02	00	02	13	08	12	03	40
Dezessete	01	02	00	00	03	00	03	04	01	14
Acima de Dezoito	00	00	00	00	01	04	10	04	00	19
Total	224	160	185	162	179	174	173	114	31	1.402

Foram identificadas 1.402 pessoas que estavam matriculadas no ensino fundamental<sup>37</sup> e, a partir dos dados do quadro acima, ***nas células destacadas***, verificamos que 230 crianças ou adolescentes nos bairros de abrangência da região do CRAS Oeste, apresentavam distorção idade-série,<sup>38</sup> perfazendo um total de 16,4% das pessoas que estavam matriculadas no ensino fundamental. O levantamento desse dado permite inferir que, provavelmente, vulnerabilidades sociais podem estar interferindo na vida escolar dessas crianças, fazendo com que esse percentual de estudantes tenha idade superior à recomendada para a série do ensino fundamental em que estavam matriculadas.

Esse indicador pode significar que percentual expressivo das pessoas não continua seus estudos ou, então, após concluírem o ensino fundamental, por algum motivo essas pessoas são excluídas do cadastro. Como fatores para esse decréscimo, podemos citar as condições de vida das famílias cadastradas, bem como a ***possível*** incidência de trabalho infantil ou mesmo de trabalho legalizado que, dependendo das circunstâncias, podem ser atividades laborais que desestimulem as pessoas a manterem frequência à escola.<sup>39</sup>

<sup>370</sup> – Identificamos 06 pessoas que, embora matriculadas no ensino fundamental, apareciam como curso não seriado.

<sup>380</sup> – De acordo com o IBGE, no caso brasileiro, no sistema educacional seriado, considera-se a idade de 07 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 08 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

<sup>390</sup> - À título de exemplificação, em 08/12/2015, recebemos denúncia de técnica do CRAS Centro, a qual informou que a responsável familiar de iniciais C.A.V. e residente no bairro Primeiro de Maio,

Essa constatação foi possível apreender, também, a partir da escolaridade das pessoas que não estavam mais estudando na data da entrevista, como apresentado no Gráfico 06, no qual verificamos que somente 13,3% das pessoas haviam completado o ensino médio.

Há que se ressaltar, também, a possibilidade das famílias que têm adolescentes freqüentando o ensino médio terem seus cadastros excluídos por falta de atualização cadastral ou por desligamento voluntário, uma vez que, após os filhos terem concluído o ensino fundamental, podem ter superado as condições que ocasionaram a inclusão no Cadastro Único. Essas questões devem ser aprofundadas para que tenhamos mais informações sobre os fatores relativos ao baixo número de adolescentes incluídos no Cadastro Único.

No que diz respeito às pessoas que declararam não estar estudando na data da atualização ou inclusão cadastral, foram identificadas 2.147 pessoas nessa situação. Dados mais detalhados são apresentados no quadro abaixo, no que diz respeito à faixa etária, o curso freqüentado e sua conclusão ou não.

**QUADRO 59 – Escolaridade das pessoas cadastradas por faixa etária**

CURSO FREQUENTADO	FAIXA ETÁRIA	Nº DE PESSOAS	CONCLUIU O CURSO?	
			SIM	NÃO
Ensino Fundamental 1ª a 4ª Séries	ATÉ 18 ANOS	01	00	01
	18 A 29	25	14	11
	30 A 39	102	54	48
	40 A 49	162	85	77
	50 A 59	119	65	54
	ACIMA DE 60	110	36	74
	Sub-Total	519	254	265
Ensino Fundamental 5ª a 8ª Séries	ATÉ 18 ANOS	13	07	06
	18 A 29	370	207	163
	30 A 39	302	121	181
	40 A 49	208	74	134
	50 A 59	122	42	80
	ACIMA DE 60	72	20	52
	Sub-Total	1.087	471	616
Ensino Médio	ATÉ 18 ANOS	01	00	01
	18 A 29	284	129	155
	30 A 39	169	94	75
	40 A 49	50	41	9
	50 A 59	30	18	12
	ACIMA DE 60	07	04	03
	Sub-total	541	286	255
TOTAL GERAL		2.147	1.011	1.136

A partir dos dados do quadro acima verificamos que, do total de 2.147

tinha excluído da composição familiar o filho adolescente de 17 anos, há dois anos fora da escola e que, na visita domiciliar, foi informado que o mesmo trabalhava em reciclagem de materiais seletivos.



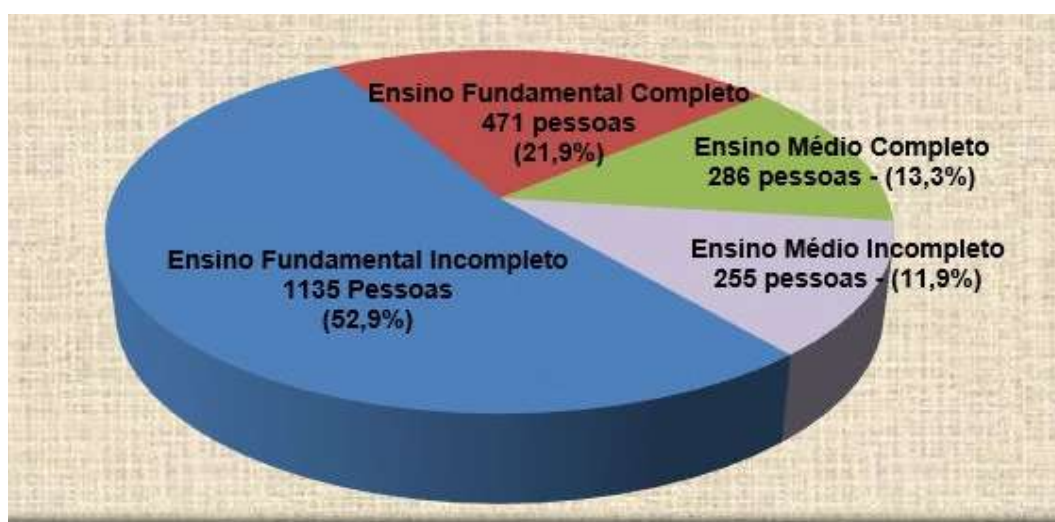
peças que não estavam mais estudando na data da entrevista, 1.606 pessoas freqüentaram, no máximo, séries do ensino fundamental, equivalente a 74,8% do total. As demais 541 pessoas, 25,2%, freqüentaram, por último, alguma série do ensino médio.

Das 519 pessoas que freqüentaram somente séries iniciais do ensino fundamental, 48,9% delas concluíram até a quarta série e, das 1.087 pessoas que freqüentaram as séries finais, somente 471 delas, 43,3%, concluíram o ensino fundamental. Em relação às 541 pessoas que freqüentam alguma série do ensino médio, 286 destas, 52,9%, concluíram o segundo grau.

Em suma, depreende-se do quadro acima que, do total de pessoas que não estavam mais estudando, somente 21,9% destas, têm ensino fundamental completo e, 13,3% concluíram o ensino médio. É importante destacar que 37 pessoas, com idade até 18 anos, iniciaram os estudos, mas por algum motivo, na data da atualização, não estavam mais estudando.

No gráfico abaixo, é possível apreender melhor o nível de escolaridade das pessoas que não estavam mais estudando.

**GRÁFICO 45 – Escolaridade das pessoas que não estudam mais**



Dados preliminares indicam que a baixa escolaridade das pessoas cadastradas, como ilustrado acima, tende a se reproduzir se levarmos em consideração o número de adolescentes matriculados no ensino médio, pois identificamos somente 202 pessoas matriculadas nesse nível de ensino até dezembro de 2014. Essa questão deve ser pesquisada para que possamos identificar questões de vulnerabilidade social que impeçam alunos oriundos do

ensino fundamental em permanecer no ensino médio, pois não há indicadores que, após a conclusão do ensino fundamental dos adolescentes, as famílias deixem de estar em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

### 2.3.2 Indicadores de Vulnerabilidade social

#### a) Situação de pobreza e extrema pobreza

No período de dezembro de 2014, verificou-se que dentre as 1.538 famílias cadastradas nos 11 bairros identificados da região do CRAS Oeste, haviam 966 em situação de pobreza e extrema pobreza. Constatamos, também, que 69,6% das famílias residiam em 04 bairros, os quais apresentavam acima de 100 famílias cadastradas, respectivamente, os bairros Reolon (478), Mariani (391), Cidade Nova (171) e Distrito Industrial (164). Estes possuíam os maiores percentuais de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em relação ao total de famílias cadastradas, sendo o Reolon com 19,9% (306), Mariani com 16,4% (253), Distrito Industrial com 6,6% (102) e Cidade Nova com 5,5% (85), totalizando 48,5% do total de famílias em ambas as situações. Os percentuais em relação ao número de pessoas são similares. Os dados apresentados podem ser visualizados no quadro abaixo.

**QUADRO 60** – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Oeste até julho de 2014

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. REOLON	478	306	64,0
02. MARIANI	391	253	64,7
03. CIDADE NOVA	171	85	49,7
04. DISTRITO INDUSTRIAL	164	102	62,2
05. VALE VERDE	73	51	69,9
06. MARIANI II	70	55	78,6
07. TIJUCA	52	34	65,4
08. CINQUENTENARIO II	51	36	70,6
09. VALE DE ESPERANÇA	48	26	54,2
10. MATTIODA	23	8	34,8
11. SANVITTO	17	10	58,8
TOTAL	1538	966	62,8

No quadro acima são apresentados os percentuais da população em situação de pobreza e extrema pobreza em relação ao total de famílias em cada bairro. Embora alguns bairros apresentem, em valores proporcionais (como Mariani II (78,6%), Cinquentenário II (70,6%)), os bairros que apresentam maiores valores absolutos são os Bairros Reolon, Mariani, Distrito Industrial e Cidade Nova.

Por outro lado, os dados de Julho de 2016, nos 12 bairros/loteamentos identificados, apresentaram acréscimo de 429 famílias cadastradas, com total de 1.967 famílias. Dessas, 1.106 famílias estavam situação de pobreza e extrema pobreza. Passou-se de 4 para 6 localidades com mais de 100 famílias cadastradas, tendo permanecido os mesmos citados anteriormente e incluídos os loteamentos Vale da Esperança (108) e Vale Verde (102). Essas 06 localidades, apresentaram os seguintes percentuais de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em relação ao total de famílias cadastradas no território: Reolon (16,8%); Mariani (16,1%); Distrito Industrial (4,8%), Cidade Nova (5,4%), Vale verde (3,2%) e Vale Esperança (3%). Dessa forma, o total de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza desses 06 bairros totalizam 49,3% do total de famílias nessa situação na área de abrangência do CRAS Oeste.

No quadro abaixo, destaca-se os percentuais dessas famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em relação ao total de pessoas cadastradas em cada bairro/loteamento em 2016.

**QUADRO 61 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Oeste até julho de 2016**

<b>BAIRRO - LOTEAMENTO</b>	<b>TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS</b>	<b>FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA</b>	<b>%</b>
01. REOLON	551	330	59,9
02. MARIANI	515	317	61,6
03. DISTRITO INDUSTRIAL	234	95	40,6
04. CIDADE NOVA	231	106	45,9
05. VALE DA ESPERANÇA	108	58	53,7
06. VALE VERDE	102	64	62,7
07. TIJUCA	69	37	53,6
08. CINQUENTENARIO II	61	43	70,5
09. MARIANI II	44	35	79,5
10. MATTIODA	30	10	33,3
11. SANVITTO	19	10	52,6
12. LOTEAMENTO TRICHES	2	1	50,0
<b>TOTAL</b>	<b>1967</b>	<b>1106</b>	<b>56,2</b>

Outro comparativo que podemos realizar entre os dois períodos é relativo ao percentual de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Em 2014, por exemplo, 62,8% do total de famílias cadastradas estavam em situação de pobreza e de extrema pobreza e, em 2016, esse percentual diminuiu para 56,2%. Essa redução, embora todos os bairros tivessem aumento do número de famílias nessa situação decorrente, em parte, pelo aumento da faixa de renda que as definem, está relacionado ao aumento das famílias incluídas que enquadraram-se nas outras faixas de renda, o que pressupõe que novas demandas das famílias são apresentadas e até por facilidades na inclusão das famílias obtidas com a descentralização do Cadastro Único para aquele CRAS.

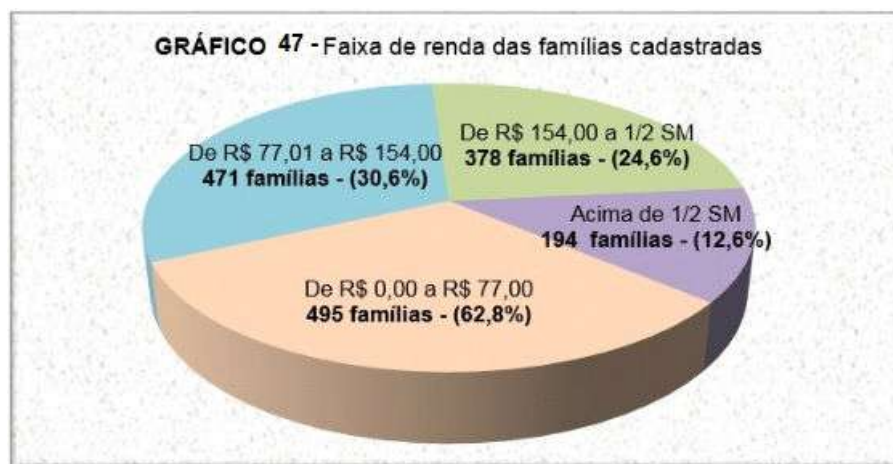
#### **b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família**

No que diz respeito às faixas de renda das famílias residentes nos bairros de abrangência do CRAS Oeste o Gráfico 01, abaixo, relativo aos dados de 2014, apresenta o número de famílias e de pessoas a partir dessa variável.



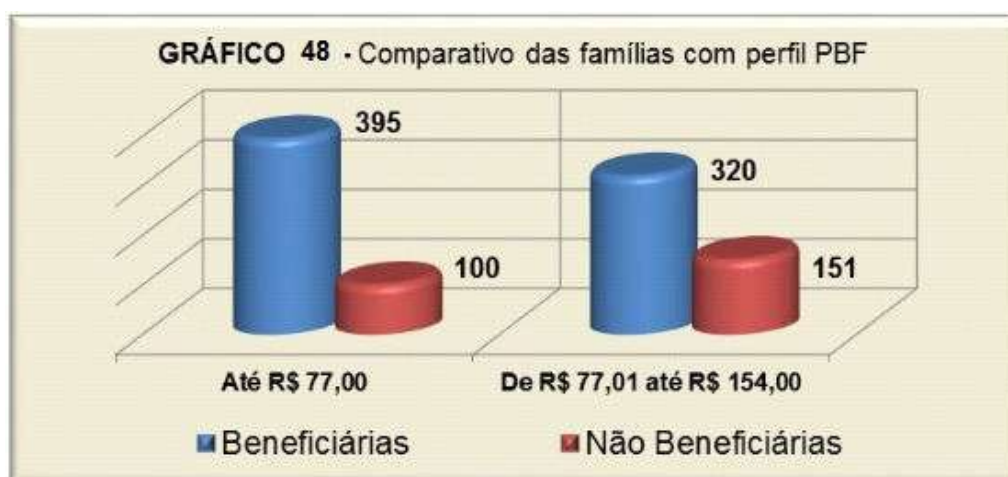
No gráfico acima, podemos constatar que do total de famílias incluídas no Cadastro Único e residentes na região de abrangência do CRAS Oeste, 966 delas, ou 62,8%, estão em situação de extrema pobreza (32,2%) ou em situação de pobreza (30,6%), estando dentro do perfil do Programa Bolsa Família (PBF), correspondente a 3.412 pessoas. Verificamos, ainda, que 378 famílias, 24,6% do total, têm renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e somente 12,6% das famílias têm renda per capita acima de ½ salário mínimo.

A distribuição das famílias por faixas de renda poder ser melhor visualizada no gráfico abaixo.



Como destacado anteriormente, totalizando o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (àquelas com renda per capita de até R\$ 154,00), temos 966 famílias com perfil para o Programa Bolsa Família (PBF), o que corresponde a 3.412 pessoas. É necessário ressaltar que destas, 797 famílias (equivalente a 2.870 pessoas), eram beneficiárias daquele programa e, destas, 715 tinham renda per capita até R\$ 154,00 e, 82 tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e permaneciam como beneficiárias do PBF devido à regra de permanência.<sup>40</sup>

No gráfico abaixo, podemos analisar melhor a diferença entre famílias com perfil para PBF que eram ou não beneficiárias do programa.



Podemos verificar no gráfico acima que das 966 famílias com perfil para o

<sup>40</sup> - Para mais informações, ver Portaria do MDS nº 617, de 11/08/2010, a qual trata, no art. 6º, da regra de permanência das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mesma que a renda per capita ultrapasse o máximo permitido e desde que não exceda ½ salário mínimo.



PBF, 715 recebiam valores do Programa, equivalente a 74% do total de famílias com esse perfil. Outras 251 famílias (26%), embora atendessem aos critérios do Programa, não eram beneficiárias.

No quadro abaixo, realizamos a caracterização do perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis da faixa etária e sexo, incluídas àquelas que tinham renda per capita acima de R\$ 154,00.

**QUADRO 62 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2014)**

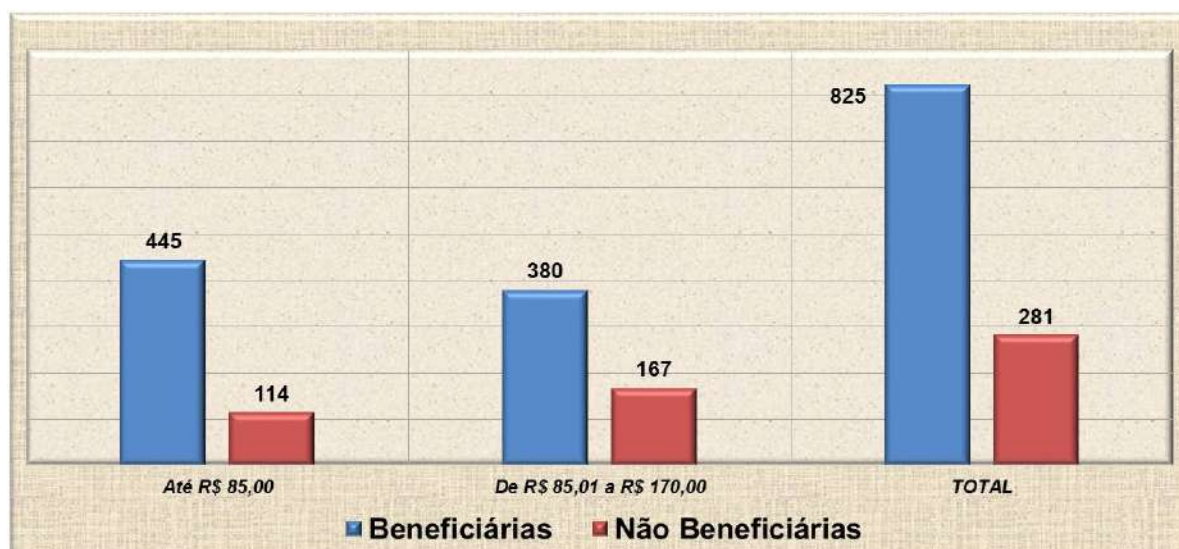
FAIXAS ETÁRIAS	SEXO		Total	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
00 a 06	328	317	645	645	22,5	22,5
07 a 15	436	406	842	1.487	29,3	51,8
16 a 17	103	77	180	1.667	6,3	58,1
18 a 24	109	179	288	1.955	10,0	68,1
25 a 39	113	427	540	2.495	18,8	86,9
40 a 49	41	172	213	2.708	7,4	94,3
50 a 59	36	78	114	2.822	4,0	98,3
Acima de 60	18	30	48	2.870	1,7	100
Total	1.184	1.686	2.870	2.870	100	100

Os dados do quadro acima permitem identificar que 58,1% do total de pessoas beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente, 51,8% das pessoas têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados informam que 40,2% estão na faixa etária dos 18 a 59 anos, cuja frequência absoluta maior está na faixa dos 25 aos 39 anos. Somente 1,7% das pessoas têm idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 58,7% das pessoas cadastradas são do sexo feminino 41,3% do sexo masculino.

Cabe ressaltar a necessidade, caso a situação perdure na atualização desse diagnóstico, da busca ativa das famílias com critérios para receber benefícios do PBF e que não foram incluídas no programa, pois essas famílias podem estar em situação de graves vulnerabilidades sociais, embora o Ministério do Desenvolvimento Social estipule critérios de inexigibilidade para o PBF devido, principalmente, às questões de renda.

No que diz respeito às famílias com perfil PBF em 2016, no gráfico abaixo expusemos os dados relativos às famílias beneficiárias ou não beneficiárias daquele programa, com base no número de famílias incluídas até julho.

**GRÁFICO 49 – Comparativo das Famílias com Perfil PBF (2016)**



A partir dos dados acima verificamos que, do total de 1.106 famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, 74,5% eram beneficiárias do PBF e, por outro lado, 25,5%, mesmo que estivessem dentro dos critérios, não recebiam recursos vinculados ao programa. Para ambas as situações, foram identificadas 3.374 pessoas componentes desses núcleos familiares.

É preciso frisar que 874 famílias (correspondente a 3.041 pessoas) eram beneficiárias do PBF e, destas, 825 tinham renda per capita até R\$ 170,00 e, 49 tinham renda per capita de R\$ 170,00 até R\$  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e permaneciam como beneficiárias em decorrência da regra de permanência.

Em comparação com dados de 2014, identificamos pequeno crescimento do número de famílias atendidas pelo programa, em torno de 28 famílias a mais no período pesquisado. Cabe destacar, o aumento de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, passando de 966 famílias em 2014 para 1.106 famílias em 2016, onde identificamos crescimento de 14,6%. Esse crescimento deve-se, em parte, pela aumento da renda que define as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

No quadro abaixo, expusemos o perfil das pessoas incluídas no PBF, levando em consideração as variáveis relativas à faixa etária e sexo.

#### **QUADRO 63 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF.**



FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	213	209	422	422	13,9	13,9
De 5 e 6 anos	112	107	219	641	7,2	21,1
De 07 a 15 anos	455	405	860	1.501	28,3	49,4
De 16 a 17 anos	76	85	161	1.662	5,3	54,7
De 18 a 24 anos	148	191	339	2.001	11,1	65,8
De 25 a 34 anos	98	344	442	2.443	14,5	80,3
De 35 a 39 anos	50	141	191	2.634	6,3	86,6
De 40 a 44 anos	37	82	119	2.753	3,9	90,5
De 45 a 49 anos	25	73	98	2.851	3,2	93,8
De 50 a 54 anos	26	66	92	2.943	3,0	96,8
De 55 a 59 anos	15	44	59	3.002	1,9	98,7
De 60 a 64 anos	10	17	27	3.029	0,9	99,6
Mais de 65 anos	4	8	12	3.041	0,4	100
Total	1.269	1.772	3.041	3.041	100	100

### c) Beneficiários do BPC

Na região do CRAS Oeste foram identificados 213 usuários do BPC, dos quais 148 eram usuários do BPC PCD e 65 do BPC Idoso, o que corresponde a 7,6% do total de beneficiários do município.

A distribuição espacial a partir do bairro de residência, pode ser melhor analisado no quadro abaixo.

#### **QUADRO 64 – Beneficiários do BPC no território do CRAS Oeste**

BAIRRO	ESPÉCIE		TOTAL
	BPC PCD	BPC IDOSO	
01. MARIANI	42	18	60
02. REOLON	37	12	49
03. CIDADE NOVA	13	10	23
04. DISTRITO INDUSTRIAL	15	5	20
05. MARILAND	8	7	15
06. CENTENARIO II	11	3	14
07. VALE DA ESPERANCA	9	1	10
08. OUTROS	13	9	22
TOTAL	148	65	213

Dessa forma, 62% dos usuários residem em pelo menos três bairros, cuja frequência maior foi identificada no bairro Mariani, seguido pelos bairros Reolon e Cidade Nova.

A faixa etária dos beneficiários do BPC PCD pode ser melhor visualizada no quadro abaixo.

**QUADRO 65** – Faixa etária dos beneficiários do BPC PCD

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5	3	6	9
6 a 12	8	5	13
13 a 17	10	10	20
18 a 24	12	14	26
25 a 39	21	15	36
40 a 59	12	18	30
Acima de 60	8	6	14
TOTAL	74	74	148

Assim, verificamos que 28,4% dos usuários são crianças e adolescentes e que 29,8% têm idade superior a 40 anos.

Da mesma forma, as faixas etárias dos usuários do BPC Idoso pode ser apreendida no quadro abaixo.

**QUADRO 66 – Faixa etária dos beneficiários do BPC Idoso**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
65 a 70	8	14	22
71 a 75	6	16	22
76 a 80	2	7	9
81 a 85	1	9	10
Acima de 85	0	2	2
TOTAL	17	48	65

Do quadro acima, verificamos que 32,3% dos usuários têm idade superior a 76 anos.

### 2.3.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Oeste

O CRAS Oeste foi implantado no município no dia 01 de setembro de 2007 e está localizado em área urbana periférica, na Rua Angelina de Estéfen de Souza nº161 – Bairro Reolon. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h00min. Situa-se entre o Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), a Unidade Básica de Saúde (UBS) Reolon, uma usina de Reciclagem, SCFV Casa Brasil e o SCFV CCPR. Trata-se de uma região de alta vulnerabilidade social, onde concentra-se as margens do Rio Tega (Figura 06), cerca de 64 famílias residindo em situação de extrema pobreza e 58 em situação de pobreza, conforme a base do Cadastro Único de maio de 2016.

**FIGURA 06 – Foto do CRAS Oeste**

No território da região do CRAS Oeste têm Serviços de Proteção Social Básica; Serviços de Proteção Social Especial (alta complexidade); e Serviços da Rede Intersetorial.

## **SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

a) 01 entidade de assistência social que oferta SCFV para crianças e adolescentes:

- Casa Brasil – Associação Mão Amiga (160);

b)) 01 Unidade Pública – CRAS Oeste - que oferta 30 vagas de SCFV para idosos.

## **SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (ALTA COMPLEXIDADE)**

a) 01 Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes na modalidade Casa-Lar:

- Ação Social Aliança – ASA, responsável por 8 vagas, no bairro Cidade Nova.

b) 01 Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas adultas na modalidade Casa de Passagem:

- Celeiro de Cristo. 50 vagas

## **REDE INTERSETORIAL**

a) Secretaria Municipal de Saúde – SMS:

- 03 Unidades Básicas de Saúde – UBS, nos seguintes bairros: Tijuca, Reolon e Mariani.

b) Serviços da SMSPPS:

- 02 Cozinhas Comunitárias

c) Serviços da Secretaria Municipal de Educação – SMED

- 02 Escolas de Educação Infantil:
- 05 Escolas de Ensino Fundamental:

Na Pré Conferência de Assistência Social em 2015, realizada no território do CRAS Oeste com os usuários, trabalhadores do SUAS, Conselheiros e demais participantes da rede intersetorial, foram discutidas e elencadas as seguintes

questões:

**QUADRO 67** – Questões Discutidas na Pré Conferência do Território do CRAS Oeste (2015)

Principais desafios e/ou desproteções que perpassam o território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• violência em função do tráfico de drogas desemprego;</li> <li>• precário ou nulo acesso aos serviços públicos;</li> <li>• Insegurança e violência no âmbito escolar;</li> <li>• Insegurança alimentar</li> </ul>
Grupos mais vulneráveis do território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usuários de substâncias psicoativas;</li> <li>• idosos;</li> <li>• crianças e adolescentes;</li> <li>• famílias pobres;</li> <li>• jovens de famílias pobres</li> </ul>
Propostas elencadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos;</li> <li>• Centro Dia para Idosos;</li> <li>• Aumentar oferta de cursos profissionalizantes;</li> <li>• Iniciativas de geração de trabalho e renda para jovens e mulheres (solicitar parceria com a STDE – no território dos CRAS);</li> <li>• Oferta de cozinha comunitária (SMSPPS);</li> <li>• Segurança pública – módulo policial na região;</li> <li>• Serviço de Proteção e Atendimento no domicílio para pessoas idosas e pessoas com deficiência;</li> <li>• O CRAS, a 4 CRE e a SMED ofertar palestras e campanhas sistemáticas nas escolas com o objetivo de promover a cultura de paz.</li> </ul>
Serviços/programas que devem ser ofertados para ampliar e universalizar os direitos sociais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o Serviço de Atendimento no domicílio</li> <li>• Implantar núcleo do CRAS (PAIF e SCFV) no bairro industrial</li> <li>• Ampliar o SCFV para crianças e adolescentes</li> <li>• Ampliar os grupos de SCFV para idosos</li> </ul>
Sugestões dos usuários:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• garantir a acessibilidade, ampliar e qualificar a estrutura física do CRAS</li> </ul>
Proposta para SMED:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• criar cargo de psicopedagoga</li> </ul>

Estratégias de fomento e fortalecimento da participação dos usuários no CMAS:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar nos grupos do SCFV : o que é Conselho, dias de assembleia;</li> <li>• O Conselho mobilizar os usuários para participarem das assembleias;</li> <li>• Os conselheiros participarem da reunião de rede no território do CRAS.</li> </ul>
Estratégias em relação à cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos</li> <li>• Implantar Centro Dia para Idosos</li> <li>• Implantar Serviço de Proteção e Atendimento no domicílio para pessoas idosas e pessoas com deficiência</li> </ul>
Benefícios Eventuais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhar PL de Lei municipal do SUAS;</li> <li>• Regulamentar os benefícios eventuais no âmbito municipal.</li> </ul>
Transferência de renda:	<p>a) Benefício de Prestação Continuada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar critérios de acesso (idosos a partir de 60 anos, renda).</li> </ul> <p>b) Programa Bolsa Família</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as condições de atendimento e acompanhamento em todas as situações de saúde e educação das famílias do Programa;</li> <li>• Aumentar o valor do benefício e vincular com capacitação profissional</li> </ul> <p>c) Programa Inclusão Social (PBTE, PAI, RENDA MÍNIMA):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Depois de seis anos as famílias poderão solicitar novamente o Renda mínima;</li> <li>• Quem receber os recursos deverá fazer capacitação profissional.</li> </ul>
Sugestão dos usuários:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ter vale transporte de 2 unidades e de 4 unidades no CRAS.</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de defesa e garantia de direitos dos usuários:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esclarecer as competências dos serviços no território.</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de vigilância socioassistencial nos serviços e territórios:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o setor de vigilância socioassistencial;</li> <li>• Ampliar o quadro de recursos humanos.</li> </ul>

Estratégias para potencializar as seguranças de Acolhida, Renda e de Convívio:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter Equipe própria do Cadastro Único;</li> <li>• Aumentar a equipe do SCFV e do PAIF.</li> </ul>
Propostas em relação a gestão do trabalho:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão da estrutura física e das equipes;</li> <li>• Ter outros profissionais (psicopedagogo, entre outros)</li> </ul>

Na realização da Conferência Municipal de Assistência Social foram novamente discutidas todas essas questões elencadas com os demais participantes dos outros territórios.

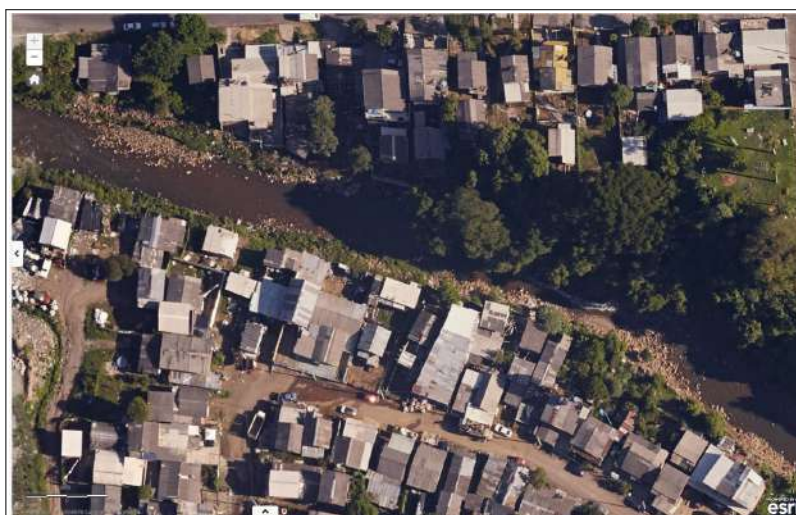
#### **2.3.4 Demandas de novos serviços no território Oeste**

No território de abrangência deste CRAS, conforme dados e informações da equipe que atende essa população, durante a aplicação/discussão do questionário do CENSO SUAS 2016, verifica-se que há presença de: área com risco de desabamento e alagamento, contornos geográficos que dificultam a mobilidade, moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços; altos índices de criminalidade, conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes. E dentre outras características que contribuem para a vulnerabilidade das famílias, destacam-se: miserabilidade, vulnerabilidade econômica, baixa escolaridade, violência escolar, dificuldade de acesso as Políticas Públicas, trabalho infantil e conflito entre os vizinhos.

De acordo com os dados da equipe do CRAS, 50% das famílias acompanhadas na unidade residem em áreas de ocupação irregular nos bairros Reolon, Mariani e Industrial, com destaque para as ruas Sadi Antunes de Souza, Angelo Crócoli e Oliveiros Marcelino Teixeira, a RS 122 - km 71 e 72 (famílias cadastradas para o residencial condomínio Rota Nova), e a extensão da rua Ailton Rodrigues da Costa.



**FIGURA 07** – Área de maior concentração de famílias em situação de extrema pobreza



Nos atendimentos com as famílias, a equipe técnica do CRAS identifica que as pessoas que moram na região são vítimas de preconceito, pois muitas vezes não conseguem emprego, se falam que são do Reolon. Na tentativa de superar essa questão, elas omitem o nome do bairro e criam novas denominações para onde moram.

Diante desse contexto, avalia-se que a maior necessidade desse território diz respeito a implantação de SCFV para crianças, adolescentes e idosos

**a) 03 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 03 SCFV para idosos**

**QUADRO 68** – Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos do Território do CRAS Oeste, incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	COM PBF	%	SEM PBF	%	TOTAL	%
01. REOLON	310	32,19	160	24,24	470	28,959
02. MARIANI	263	27,31	162	24,55	425	26,186
03. DISTRITO INDUSTRIAL	93	9,66	99	15,00	192	11,583
04. CIDADE NOVA	86	8,93	96	14,55	182	11,214
05. VALE DA ESPERANCA	65	6,75	36	5,45	101	6,223
06. VALE VERDE	47	4,88	31	4,70	78	4,8059
07. TIJUCA	30	3,12	27	4,09	57	3,512
08. CINQUENTENARIO II	27	2,80	22	3,33	49	3,0191
09. MARIANI II	20	2,08	17	2,58	37	2,2797
10. MATTIODA	13	1,35	8	1,21	21	1,2939
11. SANVITTO	8	0,83	2	0,30	10	0,6161
12. LOTEAMENTO TRICHES	1	0,10	0	0,00	1	0,0616
TOTAL	963	100	660	100	1623	99,754
%	59,3		40,7		100	100

Conforme os dados do quadro acima, constata-se que no território oeste há 1.623 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 incluídas no Cadastro Único até julho de 2016, sendo que 963 são beneficiárias do Programa bolsa família. Essas 963 seriam público prioritário potencial para atendimento em serviço de Convivência em caso de necessidades. A maioria deste público prioritário, acima de 50, residem nas localidades: Reolon (310), Mariani (263), Distrito Industrial (93), Cidade Nova (86) e Vale da Esperança (65). Convém salientar que além da situação de vulnerabilidade econômica existente no território, também há outros fatores de risco pessoal e social que constituem o perfil prioritário para atendimento em SCFV.

A equipe do CRAS Oeste, conforme os atendimentos e acompanhamentos as famílias, ressaltam a necessidade de implantação de programas de aprendizagem profissional e prática de esportes para Adolescentes de 15 – 18 anos, pois vários adolescentes são captados pelo tráfico de drogas; SCFV no bairro Mariani, pois por haver rixas com o bairro Reolon, muitos adolescentes deixam de acessar o SCFV que existe no Reolon. Há necessidade também de SCFV no bairro Distrito Industrial pela distância que dificulta o acesso a outras localidades, e a concentração de vulnerabilidades.

Quanto ao SCFV para idosos, no quadro a seguir identificam-se as localidades que possuem maior número de idosos que recebiam BPC, PBF ou nenhum benefício. Destaca-se que os bairros Mariani, Reolon e Cidade Nova demandam a implantação de novos serviços.

**QUADRO 69** – Pessoas idosas do Território do CRAS Oeste incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	BPC IDOSO	PBF		TOTAL	%
		SIM	NÃO		
01. MARIANI	18	10	79	107	29,2
02. REOLON	12	9	74	95	26,0
03. CIDADE NOVA	10	1	40	51	13,9
04. DISTRITO INDUSTRIAL	5	2	30	37	10,1
05. VALE DA ESPERANCA	1	3	16	20	5,5
06. VALE VERDE	4	5	10	19	5,2
07. TIJUCA	4	1	7	12	3,3
08. CINQUENTENARIO II	0	1	7	8	2,2
09. MARILAND	7	0	0	7	1,9
10. SANVITTO	1	1	3	5	1,4
11. CENTENARIO II	3	0	0	3	0,8
12. LOTEAMENTO TRICHES	0	0	2	2	0,5
TOTAL	65	33	268	366	100

Fonte: Base de dados – CADÚnico (dezembro/2016) e SUASWEB (novembro/2016).

Como pode ser observado no quadro acima, do total de 107 idosos no Mariani, 18 recebiam BPC e 10 PBF. No Reolon, do total de 95 idosos, 12 recebiam BPC e 09 PBF. No Cidade Nova tinham 51, sendo 10 contemplados com BPC e 01 PBF. Considerando que para atender todo território oeste, há apenas um SCFV para idosos ofertado no CRAS, cujas vagas são insuficientes para contemplar o público acima descrito, ressalta-se a necessidade de implantação de três novos serviços nessa região.

## 2.4 Território do CRAS Leste

### 2.4.1 Perfil das famílias cadastradas

Do total de 51.244 pessoas incluídas no Cadastro Único até dezembro de 2014, 7.183 pessoas, ou 14,02%, pertenciam à região do CRAS Leste. O perfil dessas pessoas, considerando as variáveis relativas à faixa etária e ao sexo das pessoas incluídas é visualizado no quadro abaixo.

**QUADRO 70 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2014)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	400	396	796	796	11,1	11,1
De 05 e 06 anos	200	201	401	1.197	5,6	16,7
De 07 a 15 anos	1.009	951	1.960	3.157	27,3	44,0
De 16 a 17 anos	188	179	367	3.524	5,1	49,1
De 18 a 24 anos	261	425	686	4.210	9,6	58,7
De 25 a 34 anos	240	727	967	5.177	13,5	72,2
De 35 a 39 anos	144	383	527	5.704	7,3	79,5
De 40 a 44 anos	147	267	414	6.118	5,8	85,3
De 45 a 49 anos	88	215	303	6.421	4,2	89,5
De 50 a 54 anos	82	149	231	6.652	3,2	92,7
De 55 a 59 anos	87	111	198	6.850	2,8	95,5
De 60 a 64 anos	52	79	131	6.981	1,7	97,2
Mais de 65 anos	86	116	202	7.183	2,8	100
Total	2.984	4.199	7.183	7.183	100	100

Cabe salientar a proporção entre homens e mulheres em algumas faixas etárias. Entre 00 e 17 anos, a diferença entre pessoas do sexo masculino e feminino é mínima. Nas faixas etárias acima de 18 anos, percebemos em algumas até três vezes mais mulheres do que homens cadastrados.

A partir dos dados apresentados no quadro acima, verificamos que 58,5% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 41,5% do sexo masculino. Verificamos, também, que 16,7% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 32,4%. Dessa forma, verifica-se que 49,1% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 30,3% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos, 16% com idade entre 40 e 59 anos e somente 4,6% com idade acima de 60 anos.

Em relação aos dados de julho de 2016, do total de 62.169 pessoas cadastradas, 8.549 pessoas, ou 13,7%, residem em bairros da região de

abrangência do CRAS Leste.

Desse modo, percebemos acréscimo de aproximadamente 1.366 pessoas, apresentando crescimento de 19%. A faixa etária e o sexo dessas pessoas são apresentados no quadro abaixo.

**QUADRO 71 A – Faixa etária e sexo das pessoas cadastradas (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	373	384	757	757	8,9	8,9
De 5 e 6 anos	230	215	445	1.202	5,2	14,1
De 07 a 15 anos	1100	1050	2150	3.352	25,1	39,2
De 16 a 17 anos	255	245	500	3.852	5,8	45,1
De 18 a 24 anos	390	536	926	4.778	10,8	55,9
De 25 a 34 anos	326	845	1171	5.949	13,7	69,6
De 35 a 39 anos	181	464	645	6.594	7,5	77,1
De 40 a 44 anos	188	351	539	7.133	6,3	83,4
De 45 a 49 anos	113	258	371	7.504	4,3	87,8
De 50 a 54 anos	116	207	323	7.827	3,8	91,5
De 55 a 59 anos	103	142	245	8.072	2,9	94,4
De 60 a 64 anos	82	111	193	8.265	2,3	96,7
Mais de 65 anos	118	167	285	8.550	3,3	100
Total	3.575	4.975	8.550	8.550	100	100

No quadro abaixo, apresentamos dados comparativos da população nos dois períodos pesquisados e o percentual de crescimento para cada faixa etária.

**QUADRO 71 B** – Taxa de crescimento de pessoas incluídas no Cadastro Único entre dezembro de 2014 e julho de 2016.

Faixa Etária	Mês da base e Nº de Pessoas Incluídas		% de Crescimento
	Dezembro de 2014	Julho de 2016	
De 00 a 04 anos	796	757	-4,9
De 05 a 06 anos	401	445	11,0
De 07 a 15 anos	1.960	2150	9,7
De 16 a 17 anos	367	500	36,2
De 18 a 24 anos	686	926	35,0
De 25 a 34 anos	967	1171	21,1
De 35 a 39 anos	527	645	22,4
De 40 a 44 anos	414	539	30,2
De 45 a 49 anos	303	371	22,4
De 50 a 54 anos	231	323	39,8
De 55 a 59 anos	198	245	23,7
De 60 a 64 anos	131	193	47,3
Mais de 65 anos	202	285	41,1
Total	7.183	8.550	19,0

Outro aspecto analisado diz respeito às variáveis pessoas com deficiência por faixa etária e sexo. No quadro abaixo, apresentamos os dados obtidos em 2014 a partir do cruzamento dessas duas variáveis.

**QUADRO 72 – Nº de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2014)**

Faixa Etária	Nº de Pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	Percentual acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	06	06	12	12	3,8	3,8
De 05 e 06 anos	08	05	13	25	4,2	8,0
De 07 a 15 anos	32	20	52	77	16,7	24,7
De 16 a 17 anos	09	06	15	92	4,8	29,5
De 18 a 24 anos	15	18	33	125	10,6	40,1
De 25 a 34 anos	22	24	46	171	14,7	54,8
De 35 a 39 anos	09	11	20	191	6,4	61,2
De 40 a 44 anos	16	13	29	220	9,3	70,5
De 45 a 49 anos	08	10	18	238	5,8	76,3
De 50 a 54 anos	08	7	15	253	4,8	81,1
De 55 a 59 anos	11	09	20	273	6,4	87,5
De 60 a 64 anos	07	06	13	286	4,2	91,7
Mais de 65 anos	10	16	26	312	8,3	100
Total	161	151	312	312	100	100

A partir dos dados acima, constatamos que, das 7.183 pessoas cadastradas, 312 destas, ou 4,3% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência. Dessas, 92 pessoas tinham entre 00 e 17 anos, equivalente a 29,5%. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 54,8% das pessoas com deficiência tinham até 34 anos. Se considerarmos somente as 92 crianças e adolescentes com deficiência entre 07 e 17 anos, identificamos que 49 delas estudavam na data da entrevista, 04 não estavam mais estudando e 39 nunca estudaram. Acrescentamos que, das 38 crianças e adolescentes com deficiência que nunca estudaram, 22 delas tinham até 06 anos e 16 tinham idade entre 07 e 17 anos. Foram identificadas, ainda, 32 pessoas com deficiência dessa faixa etária que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, das 60 crianças e adolescentes que não recebiam o BPC, 26 delas tinham renda per capita compatível para receber esse benefício. <sup>(41)</sup>

No que diz respeito ao tipo de deficiência informada pelas pessoas, a frequência de cada uma delas é apresentada no quadro abaixo.

<sup>41</sup> - No momento da entrevista no Cadastro Único é solicitado ao informante se a pessoa tem alguma deficiência permanente que limite as atividades habituais.



**QUADRO 73 – Tipos de deficiência/transtorno Mental (2014)**

<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>Nº de Pessoas</b>	<b>(%)</b>
Deficiência Física	135	38,2
Deficiência Mental	105	29,6
Baixa Visão	24	6,7
Surdez Severa	18	5,1
Cegueira	15	4,2
Surdez Leve	14	04
Síndrome de Down	13	04
<b>Transtorno Mental</b>	29	8,2
<b>TOTAL</b>	<b>353</b>	<b>100</b>

Destacamos que as deficiências física e mental (67,8%) e os transtornos mentais, apresentaram maior frequência, totalizando 8,2% do total. Salientamos que 41 pessoas apresentaram ter duas ou mais deficiências.

Em relação aos dados de 2016, do total de 8.281 pessoas incluídas, 366 destas, ou 4,4% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 103 pessoas, 28,1% do total de pessoas com deficiência, tinham até 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 52,7% tinham até 34 anos. Se considerarmos somente as 78 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, identificamos que 18 não estavam estudando na data da entrevista, tendo em consideração a base do Cadastro Único de Julho de 2016.

**QUADRO 74 – Nº de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	7	6	13	13	3,6	3,6
De 05 e 06 anos	9	3	12	25	3,3	6,8
De 07 a 15 anos	42	19	61	86	16,7	23,5
De 16 a 17 anos	11	6	17	103	4,6	28,1
De 18 a 24 anos	20	19	39	142	10,7	38,8
De 25 a 34 anos	22	29	51	193	13,9	52,7
De 35 a 39 anos	10	10	20	213	5,5	58,2
De 40 a 44 anos	15	12	27	240	7,4	65,6
De 45 a 49 anos	9	14	23	263	6,3	71,9
De 50 a 54 anos	13	14	27	290	7,4	79,2
De 55 a 59 anos	12	10	22	312	6,0	85,2
De 60 a 64 anos	9	10	19	331	5,2	90,4
Mais de 65 anos	15	20	35	366	9,6	100
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>172</b>	<b>366</b>	<b>366</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

E, no que diz respeito aos tipos de deficiência, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências física e mental, totalizando 68,7%. Salientamos que 50 pessoas informaram ter duas ou mais deficiências. Indagadas se em decorrência dessa deficiência recebiam cuidados de terceiros, 123 pessoas informaram que não recebiam. Destacamos que esse quesito admite múltiplas marcações e, dessa forma, identificamos que para 220 pessoas foi informado que recebiam cuidados de alguém da família; outras 49 pessoas declararam que recebiam atenção de cuidadores especializados e 59 pessoas recebiam cuidados de instituições da rede socioassistencial. Outras 11 pessoas informaram que recebiam cuidados de vizinhos e 07 pessoas recebiam cuidados de outra forma.

**QUADRO 75** – Tipos de Deficiências Informadas pelas Pessoas Entrevistadas (2016) - CRAS Leste

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	162	38,9
Deficiência Mental	124	29,8
Baixa Visão	32	7,7
Surdez Profunda	21	5,0
Cegueira	19	4,6
Síndrome de Down	15	3,6
Surdez Leve	13	3,1
Transtorno Mental	30	7,2
TOTAL	416	99,9

No que se refere ao território de origem das pessoas é importante mencionar que, embora o município receba anualmente aportes significativos de famílias migrantes, identificamos percentual expressivo de pessoas que nasceram no município, conforme podemos apreender no quadro abaixo.

**QUADRO 76** – Local de nascimento das pessoas cadastradas

Local de Nascimento	Nº de Pessoas	%
Neste Município	3.649	50,8
Em Outro Município	3.500	48,7
Em Outro País	34	0,5
Total	7.183	100

A partir dos dados acima, verificamos que 50,8% das pessoas nasceram em Caxias do Sul, embora tenhamos 48,7% das pessoas nascidas em outros

municípios. Cabe destacar, ainda, 34 pessoas, 0,5% do total, nascidas em outros países, majoritariamente nascidas na República do Haiti.

Até dezembro de 2016, o CRAS Leste foi a unidade que mais atendeu Haitianos, com o total de 229 pessoas. Quanto ao perfil desse público atendido, verificou-se que 83 estavam na faixa etária de 25 a 34 anos, 39 eram crianças de 0 a 11, 7 adolescentes de 12 a 17, 22 jovens de 18 a 24 anos, 21 adultos de 35 a 39 anos, 26 de 40 a 54 anos e 2 idosos acima de 60 anos. Estes residiam majoritariamente nos bairros Diamantino e Serrano, como pode ser observado no quadro abaixo.

**QUADRO 77** - Locais de residência dos Haitianos atendidos até 2016

BAIRRO	Nº DE PESSOAS
Diamantino	111
Serrano	39
Ana Rech	21
Presidente Vargas	18
São Cristovão	14
Jardim Eldorado	11
Parada Cristal	10
De Lazzer	4
São Ciro	2
Mariland	2

No primeiro atendimento desses Haitianos, as demandas mais frequentes eram por alimentos, inclusão no CadÚnico, doação de móveis e roupas e busca por emprego e escola de educação infantil. Quanto ao tipo de trabalho que eles exerciam em Caxias, pode-se observar no quadro abaixo que 62 pessoas estavam desempregadas, 20 trabalhavam em frigorífico, 15 em metalúrgica e 12 como auxiliar de produção.

**QUADRO 78** - Tipo de trabalho em Caxias do Sul

Tipo de Trabalho em Caxias	Nº DE PESSOAS
Desempregado	62
Frigorífico	20
Metalúrgica	15
Auxiliar de Produção	12
Trabalha no mercado formal	9
Construção Civil	6
Serviços Gerais	6
Trabalhador Rural	5
Comércio	4
Pintura	4
Escola Regular	2
Carajás - transportadora	1
TOTAL	146

## 2.4.2 Indicadores de Vulnerabilidade social

### a) Situação de pobreza e extrema pobreza

Conforme os dados de dezembro de 2014, constatamos que 70% das famílias residem em 10 localidades, os quais apresentam acima de 100 famílias cadastradas e, destas, os bairros/localidades **Serrano, Diamantino, Ana Rech, São Cristóvão, Vila Seca e Fazenda Souza**, possuem 52,1% do total de famílias incluídas. Os percentuais em relação ao número de pessoas são similares.

Salientamos que dos 10 bairros com mais de 100 famílias cadastradas, aqueles que apresentam, **proporcionalmente**, maior número de famílias em situação pobreza e de extrema pobreza foram, respectivamente, os bairros/localidades Santa Lúcia do Piaí, Vila Seca, Fazenda Souza, Jardim Iracema, Serrano e São Cristóvão <sup>(42)</sup>, como podemos verificar no quadro abaixo.

<sup>42</sup> - Santa Lúcia do Piaí (83,8%), Vila Seca (70,7%), Fazenda Souza (65%), Jardim Iracema (59,6%), Serrano (58,5%) e São Cristóvão (57,5%).

**QUADRO 79 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Leste (2014).**

<b>BAIRRO</b>	<b>TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS</b>	<b>FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA</b>	<b>%</b>
01. SERRANO	494	289	58,5
02. DIAMANTINO	203	100	49,3
03. ANA RECH	147	75	51,0
04. SÃO CRISTÓVÃO	134	77	57,5
05. VILA SECA	116	82	70,7
06. SANTA LUCIA DO PIAÍ	105	88	83,8
07. JARDIM IRACEMA	104	62	59,6
08. FAZENDA SOUZA	103	67	65,0
09. SÃO CIRO I e II	103	53	51,5
10. JARDIM ELDORADO	102	50	49,0
11. SÉCULO XX	95	49	51,6
12. PARADA CRISTAL	93	62	66,7
13. VILA OLIVA	87	67	77,0
14. PRESIDENTE VARGAS	84	40	47,6
15. CRIUVA	65	39	60,0
16. CASTELO	57	34	59,6
17. MARILAND	47	16	34,0
18. INTERLAGOS	36	15	41,7
19. JARDIM DAS HORTENCIAS	34	13	38,2
20. DE LAZZER	28	9	32,1
21. Outros	63	48	76,2
<b>TOTAL</b>	<b>2300</b>	<b>1335</b>	<b>58,0</b>

Do quadro acima, podemos depreender, também, que 58% das famílias incluídas no Cadastro Único e residentes na região do CRAS Leste estão em situação de pobreza e de extrema pobreza. Outra possibilidade, é relativa ao número de famílias, em ambas as situações, vistas através de valores absolutos. Dessa forma, os bairros Serrano (289 famílias), Diamantino (100 famílias), Santa Lúcia do Piaí (88 famílias), Vila Seca (82 famílias), São Cristóvão (77 famílias) e Ana Rech (75 famílias) apresentam-se como aqueles em que há maior número de famílias nessas situações.<sup>43</sup>

Nos dados de julho de 2016 é possível identificar acréscimo de um bairro com mais de 100 famílias cadastradas (Século XX), como podemos verificar na tabela abaixo.

<sup>43</sup> - Vários bairros apresentaram número reduzido de famílias (abaixo de 20 frequências). Desse modo, relacionamos tais bairros com o respectivo número de famílias incluídas, bem como, se houver, o número de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: Santa Bárbara (13/13), São Braz (12/8), Ilheus (8/7), Capivari (7/5), Marianinha de Queiroz (7/6), Lot. Parque dos Pinhais (5/4), Jardim Adorado (3/1), São João da 4ª e 6ª Léguas (2/1), São Jorge da Mulada (2/1), Jardim da Colina (1/0), Lot. Alpes Verdes (11), Lot. Balardim (1/0), Tunas Altas (1/1).

**QUADRO 80** – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da Região do CRAS Leste (2016).

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	Nº DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. SERRANO	516	252	48,8
02. DIAMANTINO	286	129	45,4
03. ANA RECH	193	100	51,8
04. SÃO CRISTÓVÃO	160	76	47,5
05. JARDIM IRACEMA	130	73	56,2
06. FAZENDA SOUZA	128	81	63,3
07. SÃO CIRO I e II	126	61	48,4
08. VILA SECA	125	77	61,6
09. SÉCULO XX	118	55	46,6
10. JARDIM ELDORADO	118	54	45,8
11. SANTA LUCIA DO PIAÍ	110	81	73,6
12. PARADA CRISTAL	98	61	62,2
13. PRESIDENTE VARGAS	98	43	43,9
14. VILA OLIVA	96	55	57,3
15. CRIUVA	78	52	66,7
16. SANTO ANTÔNIO	76	40	52,6
17. CASTELO	72	39	54,2
18. MARILAND	61	12	19,7
19. JARDIM DAS HORTENCIAS	47	24	51,1
20. INTERLAGOS	46	15	32,6
21. DE LAZZER	37	11	29,7
22. SANTA BARBARA	22	13	59,1
23. Outros	68	40	58,0
<b>TOTAL</b>	<b>2809</b>	<b>1444</b>	<b>51,3</b>

Utilizando outro critério para análise, qual seja, o número de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em **valores proporcionais**, Santa Lúcia do Piaí (73,6%), Criúva (66,7%), Fazenda Souza (63,3%), Parada Cristal (62,2) e Vila Seca (61,6%) são os bairros que mais apresentam famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

É importante ressaltar que o aumento de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza verificado em 2016 em comparação com 2014 deve-se, em

parte, pelo aumento da faixa de renda que caracteriza as famílias que enquadram-se nessa situação. Assim, identificamos acréscimo de 8,2% de famílias com esse perfil.

Em relação ao número de famílias com esse perfil por bairro, verificamos que aqueles que concentravam maior número de famílias em 2014, praticamente mantiveram os mesmos percentuais em termos de valores absolutos.<sup>44</sup> Dessa forma, os 05 bairros com maiores valores absolutos de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em 2014 (Serrano, Diamantino, Santa Lúcia do Piaí, Vila Seca, São Cristóvão e Ana Rech), totalizando 711 famílias, apresentaram, em 2016, 715 famílias nessa situação.

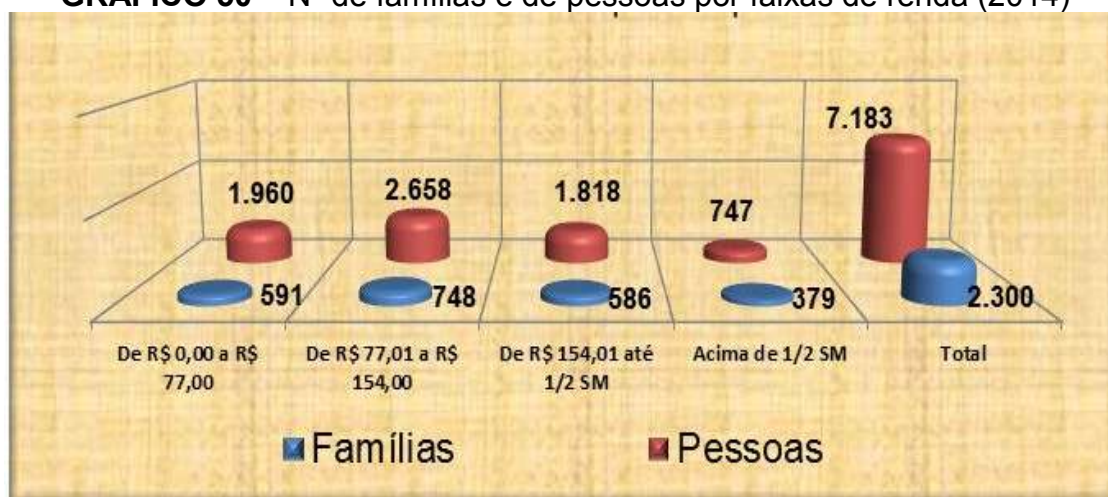
Entretanto, o aumento de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza constatado, deveu-se ao acréscimo de famílias em outros bairros. Constatamos, ainda, que o incremento de famílias incluídas nos bairros de abrangência desse CRAS foi superior ao percentual de famílias que apresentaram situação de pobreza e de extrema pobreza, decorrente, provavelmente, na mudança de perfil das famílias que acessaram os CRAS, que passaram a buscar na política do SUAS, formas de superar as vulnerabilidades decorrentes da crise econômica pela qual passa a sociedade brasileira, com aumento do desemprego, entre outras consequências.

## **b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família**

No que diz respeito às faixas de renda das famílias residentes nos bairros de abrangência do CRAS Leste o Gráfico 01, abaixo, apresenta o número de famílias e de pessoas tendo como parâmetro a base de dados do Cadastro Único de dezembro de 2014.

<sup>44</sup> - Os bairros que apresentaram, em 2016, frequência abaixo de 20 famílias, e o respectivo número de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza foram: Capivari (5/3); Ilhéus (7/3); Jardim Adorado (3/1); Lot. Alpes Verdes (1/1); Lot. Balardim (3/1); Lot. Brasília (7/2); Lot. Marianinha de Queiroz (9/7); Lot. Parque dos Pinhais (7/4); Lot. Santa Rita (1/1); Mulada (3/1); São Braz (14/8); São Gotardo (3/2); São José da 6ª Léguas (1/1); São Valentim da 6ª Léguas (1/1); Tunas Altas e Baixas (4/4).

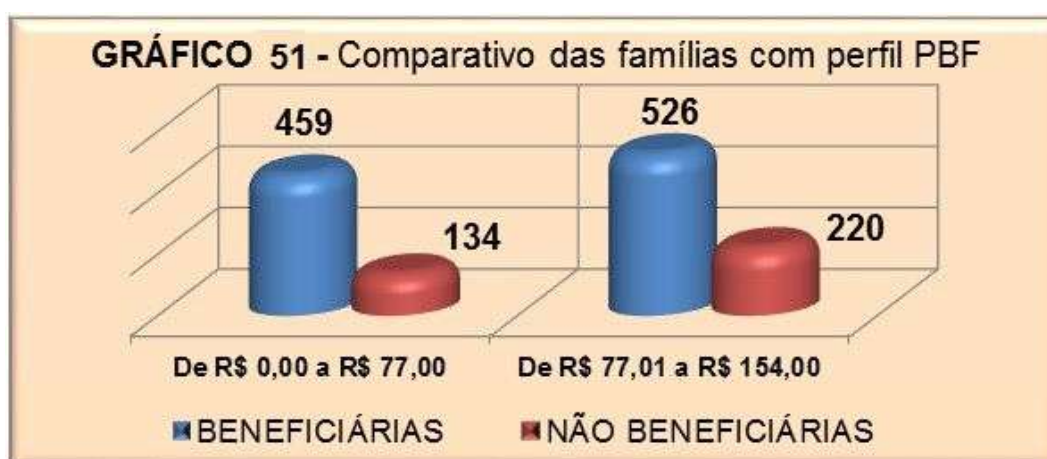


**GRÁFICO 50** – N° de famílias e de pessoas por faixas de renda (2014)

No gráfico acima, podemos constatar que, do total de famílias incluídas no Cadastro Único, 1.339 famílias, ou 58,1%, estão em situação de extrema pobreza (591 ou 25,7%) e em situação de pobreza (748 ou 32,5%), estando dentro do perfil do Programa Bolsa Família, correspondente a 4.618 pessoas. Verificamos, ainda, que 586 famílias, 25,4%, tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e, 379 famílias, 16,4%, possuíam renda per capita acima de ½ salário mínimo.

Ressaltamos que, em dezembro de 2014, das 1.339 famílias com perfil para o Programa Bolsa Família (PBF), 1.094 famílias (equivalente a 3897 pessoas) eram beneficiárias daquele programa e, destas, 983 famílias tinham renda per capita de até R\$ 154,00. Outras 111 famílias tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e permaneciam como beneficiárias do PBF devido à regra de permanência. <sup>(45)</sup>

No gráfico abaixo, podemos analisar melhor a diferença entre famílias com perfil para o PBF que eram beneficiárias ou não do programa.



<sup>450</sup> - Para mais informações sobre a Regra de Permanência, ver Portaria do MDS nº 617, de 11/08/2010.

Dessa forma, verificamos que do total de 1.339 famílias com perfil para PBF, 985 delas recebiam valores do PBF, equivalente a 73,5% do total. Outras 354 famílias, 26,5%, apesar de atenderem aos critérios do programa, não eram beneficiárias.

Cabe ressaltar a necessidade, caso a situação perdure na atualização desse diagnóstico, da busca ativa das famílias com critérios para receber benefícios do PBF e que não foram incluídas no programa, pois o Ministério do Desenvolvimento Social estipula critérios de inexigibilidade para o PBF devido, principalmente, às questões de renda e, somente através da busca ativa, poderemos identificar a situação de vulnerabilidade dessas famílias.

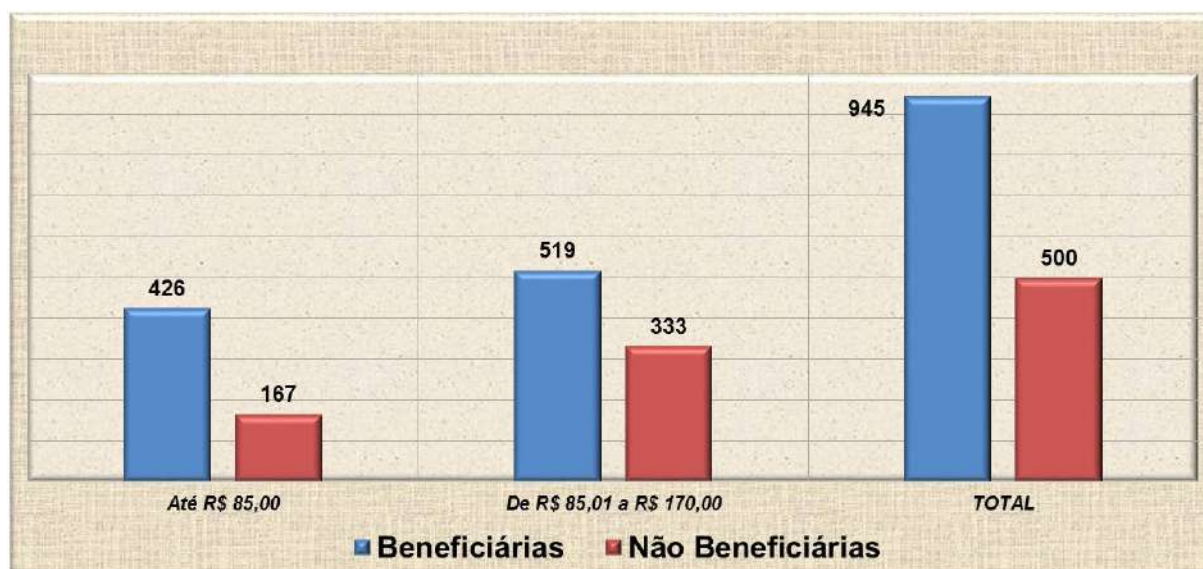
No quadro abaixo, realizamos a caracterização do perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis da faixa etária e sexo, incluindo todas as faixas de renda.

**QUADRO 81 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do BF (2014)**

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO		Total	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
00 a 06	381	364	745	745	19,1	19,1
07 a 15	629	601	1230	1.975	31,5	50,6
16 a 17	111	98	209	2.184	5,4	56,0
18 a 24	111	239	350	2.534	9,0	65,0
25 a 39	165	626	791	3.325	20,3	85,3
40 a 49	112	247	359	3.684	9,2	94,5
50 a 59	69	91	160	3.844	4,1	98,6
Acima de 60	20	33	53	3.897	1,4	100
Total	1.598	2.299	3.897	3.897	100	100

Os dados do quadro acima permitem identificar que, 56% do total de pessoas beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente, 50,6% das pessoas têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados informam que 42,6% estão na faixa etária dos 18 a 59 anos, cuja frequência absoluta maior está na faixa dos 25 aos 39 anos. Somente 1,4% das pessoas têm idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 59% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 41% do sexo masculino.

Em relação às famílias com perfil PBF, no gráfico abaixo expusemos os dados relativos às famílias com e sem benefícios do programa, tendo como referência a base de julho de 2016.

**GRÁFICO 52 – Comparativo das famílias com perfil PBF (2016)**

Conforme gráfico acima verificamos que, do total de 1.445 famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, 65,4% eram beneficiárias do PBF e outros 34,6%, mesmo preenchendo os critérios do programa, não recebiam valores do Programa. Para ambas as situações, totalizamos 4.907 pessoas pertencentes a essas famílias.

É importante ressaltar que 1.025 famílias (equivalente a 3.586 pessoas), eram beneficiárias do PBF e, destas, 945 tinham renda per capita de até R\$ 170,00 e 80 famílias tinham renda per capita entre R\$ 170,00 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e permaneciam como beneficiárias devido à regra de permanência. Comparando com os dados relativos a 2014, percebemos pequeno declínio das famílias beneficiárias do Programa. Mas, o que é preciso destacar é o relativo aumento de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com 8% de aumento decorrente, em grande medida, em função da ampliação da faixa de renda para definição daquelas em situação de pobreza e extrema pobreza.

No quadro abaixo, apresentamos o perfil das pessoas beneficiárias do PBF em julho de 2016, tendo em consideração, faixas etárias e sexo das pessoas incluídas no programa.

**QUADRO 82 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do BF (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	232	242	474	474	13,2	13,2
De 5 e 6 anos	118	107	225	699	6,3	19,5
De 07 a 15 anos	545	512	1057	1.756	29,5	49,0
De 16 a 17 anos	112	111	223	1.979	6,2	55,2
De 18 a 24 anos	123	212	335	2.314	9,3	64,5
De 25 a 34 anos	115	377	492	2.806	13,7	78,2
De 35 a 39 anos	67	206	273	3.079	7,6	85,9
De 40 a 44 anos	62	138	200	3.279	5,6	91,4
De 45 a 49 anos	35	87	122	3.401	3,4	94,8
De 50 a 54 anos	27	51	78	3.479	2,2	97,0
De 55 a 59 anos	27	35	62	3.541	1,7	98,7
De 60 a 64 anos	10	19	29	3.570	0,8	99,6
Mais de 65 anos	8	8	16	3.586	0,4	100
Total	1.481	2.105	3.586	3.586	100	100

**c) Beneficiários do BPC**

Do total de 2786 usuários do BPC identificados no município, 13,2% estão localizados nos bairros do território do CRAS Leste. A distribuição por bairro pode ser verificada no quadro abaixo.

**QUADRO 83** – Nº de beneficiários do BPC do território CRAS Leste

BAIRRO	ESPÉCIE		TOTAL
	BPC PCD	BPC IDOSO	
01. SERRANO	42	24	66
02. ANA RECH	27	10	37
03. DIAMANTINO	24	10	34
04. SAO CRISTOVAO	26	6	32
05. JARDIM ELDORADO	16	7	23
06. SAO CIRO	17	6	23
07. PRESIDENTE VARGAS	11	8	19
08. VILA SECA	12	6	18
09. JARDIM IRACEMA	13	3	16
10. SECULO XX	8	8	16
11. CRIUVA	10	5	15
12. PARADA CRISTAL	7	5	12
13. SANTA LUCIA DO PIAI	9	2	11
14. OUTROS	32	14	46
TOTAL	254	114	368

O quadro acima permite identificar que os bairros Serrano, Ana Rech, Diamantino, São Cristóvão, Jardim Eldorado e São Ciró apresentam, aproximadamente 58,4% do total de beneficiários naquele território.<sup>46</sup>

Relativo à faixa etária dos usuários do BPC PCD, no quadro abaixo apresentamos as frequências identificadas em cada uma das faixas de idade.

**QUADRO 84** – Faixa etária dos usuários do BPC PCD

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5	8	5	13
6 a 12	29	10	39
13 a 17	15	15	30
18 a 24	24	16	40
25 a 39	19	29	48
40 a 59	32	33	65
Acima de 60	7	14	21
TOTAL	134	122	256

Desse modo, identificamos 32% dos usuários com idade entre 0 e 17 anos e 33,6% com idade acima de 40 anos. Relativo às faixas etárias dos usuários do BPC Idoso, no quadro abaixo são apresentados os dados pertinentes.

<sup>46</sup> - No item outros, correspondente a 10 bairros, foram identificados 46 usuários do BPC, dos quais 32 BPCs PCDs e 14 BPCs Idosos, distribuídos em Fazenda Souza (9); Capivari (8); Vila Oliva (7); De Lazzer (6); Interlagos (5); Jardim das Hortências (5); Ilhéus (2); São Jorge Mulada (2); Nossa Senhora Aparecida (1); Tunas Altas (1).



**QUADRO 85 – Faixa etária dos usuários BPC Idoso**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
65 a 70	8	21	29
71 a 75	15	16	31
76 a 80	10	16	26
81 a 85	0	14	14
Acima de 85	4	6	10
TOTAL	37	73	110

Identificamos que 45,6% dos usuários têm idade superior a 76 anos, o que demonstra a efetividade do programa, no que tange às melhorias das condições de vida proporcionado aos usuários.

#### **2.4.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Leste**

O CRAS Leste foi implantado no município no dia 01 de setembro de 2008. Atualmente a equipe atende as famílias/indivíduos que residem em 61 bairros/loteamentos. O equipamento está situado em área urbana, na Rua Oberdan Cavinato, 158 – Bairro De Lazzer. No seu entorno há a BR – 116, a Polícia Rodoviária Federal, o Hotel Pousada Caxiense, Guinchos Dambroz, Lavrale Máquinas agrícolas. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h00min.

**FIGURA 08 – Foto do CRAS Leste**

No território da região do CRAS Leste têm Serviços de Proteção Social Básica e Serviços da Rede Intersetorial.

## SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

a) 03 entidades de assistência social que ofertam SCFV para crianças e adolescentes:

- Programa Florescer Núcleo Interlagos (Instituto Elisabetha Randon) com 200 vagas;
- Mãos Solidárias (Sociedade Educação e Caridade) com 120 vagas;
- Projeto Educativo Nadino (ILEM/IDER) com 60 vagas.

01 Unidade Pública – CRAS Leste que oferta 40 vagas;

## REDE INTERSETORIAL

Na Pré Conferência de Assistência Social em 2015, realizada no território do CRAS Leste com os usuários, trabalhadores do SUAS, Conselheiros e demais participantes da rede intersetorial, foram discutidas e elencadas as seguintes questões:

**QUADRO 86** – Questões discutidas na pré conferência do território do CRAS Leste (2015)

Principais desafios e/ou desproteções que perpassam o território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• violência em função do tráfico de drogas</li> <li>• desemprego</li> <li>• violência urbana</li> <li>• precário ou nulo acesso aos serviços públicos</li> <li>• Precário ou nulo acesso aos serviços – rural</li> <li>• Violência contra mulheres</li> </ul>
Grupos mais vulneráveis do território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mulheres em situação de violência</li> <li>• crianças e adolescentes</li> <li>• usuários de substâncias psicoativas</li> <li>• famílias pobres</li> <li>• idosos</li> </ul>
Propostas elencadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar e fortalecer o trabalho entre as políticas públicas (assistência social, saúde, segurança pública e proteção social , educação)</li> <li>• Ampliar as alternativas de geração de trabalho e renda, cursos profissionalizantes</li> <li>• Fazer parceria com a educação para escolarização de jovens e adultos no</li> </ul>



	<p>território</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar a oferta dos grupos de SCFV no CRAS e realizar grupos no território do CRAS</li> <li>• Criação de mais um CRAS no território</li> <li>• Oferta de PAIF e SCFV, no interior, por equipe volante vinculada ao CRAS Leste</li> <li>• Ampliar a prevenção, proteção, informação e a orientação nos grupos de acompanhamento do PAIF e SCFV, com as demais políticas públicas.</li> </ul>
Serviços/programas que devem ser ofertados para ampliar e universalizar os direitos sociais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o atendimento nos grupos com idosos</li> <li>• Serviços da equipe volante no interior</li> </ul>
Estratégias de fomento e fortalecimento da participação dos usuários no CMAS:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação, informação, orientação da política de assistência social e da importância do CMAS</li> <li>• O CMAS participar das reuniões de rede do território</li> </ul>
Estratégias em relação à cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos CRAS e recursos humanos</li> <li>• Ampliação do custeio dos serviços</li> <li>• Ampliação da equipe do Cadastro Único no CRAS</li> <li>• Fortalecimento do trabalho intersetorial e das políticas públicas</li> </ul>
Benefícios eventuais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encaminhar e aprovar com urgência PL de Lei Municipal do SUAS</li> <li>• Regular os benefícios eventuais no âmbito municipal</li> </ul>
Transferências de renda	<p>a) Benefício de Prestação Continuada:</p> <p>Ampliar critérios de acesso (idosos a partir de 60 anos, renda) Que a avaliação para concessão do BPC seja de responsabilidade da Assistência Social e somente permaneça no INSS a perícia médica.</p> <p>b) Programa Bolsa Família</p> <p>Ampliar o trabalho da rede intersetorial no acompanhamento das famílias Melhoria na qualidade do acesso ao cruzamento de dados do sistema de informação</p> <p>c) Programa Inclusão Social (PBTE, PAI,</p>

	RENDA MÍNIMA): <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do Decreto, dos critérios de acesso e funcionamento do Programa</li> <li>• Unificação do Programa</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de defesa e garantia de direitos dos usuários:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação da Política de Assistência Social</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de vigilância socioassistencial nos serviços e territórios:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o Setor de Vigilância socioassistencial</li> <li>• Ampliar o quadro de recursos humanos</li> </ul>
Estratégias para potencializar as seguranças de Acolhida, Renda e de Convívio:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter equipe própria do Cadastro Único no CRAS</li> <li>• Capacitação permanente para os trabalhadores do SUAS</li> </ul>
Propostas em relação a gestão do trabalho:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir percentual destinado para a Política de Assistência Social – Federal – Estadual e Municipal</li> <li>• Expansão da estrutura física e das equipes, prevendo a acessibilidade</li> <li>• Inserção de profissionais de outras áreas técnicas, conforme NOB SUAS-RH</li> </ul>

Na realização da Conferência Municipal de Assistência Social foram novamente discutidas todas essas questões elencadas com os demais participantes dos outros territórios.

#### **2.4.4 Demandas de novos serviços no território Leste**

No território de abrangência deste CRAS, conforme dados e informações da equipe que atende essa população, durante a aplicação/discussão do questionário do CENSO SUAS 2016, verifica-se que há presença de: área com risco de alagamento, moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços; altos índices de criminalidade, conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes. E dentre outras características que contribuem para a vulnerabilidade das famílias, destacam-se: violência urbana, doméstica/gênero, desemprego, baixa escolaridade, baixa renda e alcoolismo. O bairro Diamantino concentra o maior número dessas vulnerabilidades. Os

alagamentos são mais frequentes na Vila Sapo do Bairro Serrano. Destaca-se que a equipe do CRAS uma vez por semana se desloca para atendimento/acompanhamento das famílias/indivíduos na zona rural do município. A equipe do CRAS Leste identifica que no território há demanda para SCFV de 6 a 15 anos nos bairros: Serrano, Parada Cristal e Santa Bárbara.

**a) 02 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 03 SCFV para idosos**

**QUADRO 87** – Crianças e Adolescentes de 06 a 15 Anos do Território do CRAS Leste, incluídas no CADÚnico (Dez/2016)

BAIRRO	COM PBF	%	SEM PBF	%	TOTAL	%
01. SERRANO	198	17,38	211	17,84	409	17,61
02. DIAMANTINO	100	8,78	135	11,41	235	10,12
03. ANA RECH	90	7,90	77	6,51	167	7,19
04. FAZENDA SOUZA	78	6,85	64	5,41	142	6,12
05. VILA SECA	75	6,58	61	5,16	136	5,86
06. SÃO CRISTÓVÃO	58	5,09	67	5,66	125	5,38
07. SÉCULO XX	35	3,07	88	7,44	123	5,30
08. SANTA LÚCIA DO PIAI	71	6,23	50	4,23	121	5,21
09. VILA OLIVA	67	5,88	38	3,21	105	4,52
10. JARDIM IRACEMA	52	4,57	51	4,31	103	4,44
11. PARADA CRISTAL	53	4,65	40	3,38	93	4,01
12. SÃO CIRO	38	3,34	39	3,30	77	3,32
13. JARDIM ELDORADO	22	1,93	52	4,40	74	3,19
14. CRIÚVA	45	3,95	28	2,37	73	3,14
15. CASTELO	30	2,63	24	2,03	54	2,33
16. SANTO ANTÔNIO	30	2,63	23	1,94	53	2,28
17. INTERLAGOS	13	1,14	22	1,86	35	1,51
18. JARDIM DAS HORTÊNCIAS	15	1,32	18	1,52	33	1,42
19. MARILAND	8	0,70	25	2,11	33	1,42
20. SANTA BARBARA	14	1,23	17	1,44	31	1,34
21. DE LAZZER	10	0,88	19	1,61	29	1,25
22. OUTROS	37	3,25	34	2,87	71	3,06
TOTAL	1139	100	1183	100	2322	100
%	49,1		50,9		100	100,00

No quadro identifica-se que no território Leste tem 2.322 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 anos incluídas no Cadastro Único até julho de 2016, sendo que 1.139 são beneficiárias do Programa bolsa família, público prioritário potencial para atendimento em Serviço de Convivência em caso de necessidades. A maioria deste público prioritário, residem nas localidades: Serrano (409), Diamantino (235), Ana Rech (167), Fazenda Souza (142) e Vila Seca (136). Convém salientar que além da situação de vulnerabilidade econômica existente no

território, também há outros fatores de risco pessoal e social que constituem o perfil prioritário para atendimento em SCFV.

Quanto ao SCFV para idosos, no quadro a seguir identificam-se as localidades que possuem maior número de idosos que recebem BPC, PBF e que não recebem nenhum benefício.

**QUADRO 88** – Pessoas idosas do território do CRAS Leste incluídos no CADÚnico.

BAIRRO	BPC IDOSO	PBF		TOTAL	%
		SIM	NÃO		
01. SERRANO	24	11	78	113	19,5
02. DIAMANTINO	10	4	51	65	11,2
03. ANA RECH	10	3	40	53	9,2
04. SAO CIRO	6	3	29	38	6,6
05. JARDIM ELDORADO	7	2	22	31	5,4
06. SECULO XX	8	2	20	30	5,2
07. CRIUVA	5	2	22	29	5,0
08. PRESIDENTE VARGAS	8	0	19	27	4,7
09. MARILAND	0	2	22	24	4,1
10. SAO CRISTOVAO	6	3	12	21	3,6
11. VILA SECA	6	1	14	21	3,6
12. JARDIM IRACEMA	3	0	11	14	2,4
13. SANTA LUCIA DO PIAI	2	2	10	14	2,4
14. PARADA CRISTAL	5	0	9	14	2,4
15. FAZENDA SOUZA	2	2	9	13	2,2
16. OUTROS	12	4	56	72	12,4
TOTAL	114	41	424	579	100

Fonte: Base de dados – CADÚnico (dezembro/2016) e SUASWEB (novembro/2016).

Como pode ser observado no quadro acima, do total de 113 idosos no Serrano, 24 recebiam BPC e 11 recebiam PBF. No Diamantino, do total de 65 idosos, 10 recebiam BPC e 04 PBF. Em Ana Rech tinham 53, sendo que 10 recebiam BPC e 03 PBF. Diante disso identifica-se a necessidade de dois SCFV, sendo um localizado no bairro Serrano e outro em Fazenda Souza que possa atender também Vila Seca e Santa Lúcia do Piaí.

## 2.5 Território do CRAS Sul

### 2.5.1 Perfil das famílias cadastradas

Do total de 51.244 pessoas incluídas no Cadastro Único até dezembro de 2014, 6.947 pessoas, ou 13,6%, pertencem à região do CRAS Sul. O perfil dessas pessoas cadastradas, considerando as variáveis relativas à faixa etária e ao sexo, são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 89 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2014)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	438	432	870	870	12,5	12,5
De 5 e 6 anos	214	179	393	1.263	5,7	18,2
De 07 a 15 anos	950	812	1762	3.025	25,4	43,6
De 16 a 17 anos	199	150	349	3.374	05	48,6
De 18 a 24 anos	284	436	720	4.094	10,4	59
De 25 a 34 anos	226	689	915	5.009	13,2	72,2
De 35 a 39 anos	93	343	436	5.445	6,3	78,5
De 40 a 44 anos	90	264	354	5.799	5,1	83,6
De 45 a 49 anos	89	204	293	6.092	4,2	87,8
De 50 a 54 anos	80	144	224	6.316	3,2	91
De 55 a 59 anos	69	133	202	6.518	2,9	93,9
De 60 a 64 anos	63	95	158	6.676	2,3	96,2
Mais de 65 anos	119	152	271	6.947	3,9	100
Total	2.914	4.033	6.947	6.947	100	100

A partir dos dados apresentados no quadro acima, verificamos que 58,1% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 41,9% do sexo masculino. Verificamos, também, que 18,2% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 30,4%. Dessa forma, verifica-se que 48,6% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 29,8% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos, 15,4% com idade entre 40 e 59 anos e somente 6,2% com idade acima de 60 anos.

Já de acordo com a base de dados do CADÚnico de 22 de julho de 2016, do total de 61.172 pessoas cadastradas no município, 8.277 pessoas, ou 13,5%, pertencem a região do CRAS Sul, conforme depreendido do quadro abaixo. Comparando-se com os dados de 2014, percebe-se um acréscimo de 1.330 pessoas pertencentes a região do CRAS Sul, o que corresponde a um crescimento de 19,1%.

**QUADRO 90 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	430	418	848	848	10,2	10,2
De 5 e 6 anos	236	229	465	1.313	5,6	15,9
De 07 a 15 anos	1026	934	1960	3.273	23,7	39,5
De 16 a 17 anos	225	225	450	3.723	5,4	45,0
De 18 a 24 anos	409	513	922	4.645	11,1	56,1
De 25 a 34 anos	298	825	1123	5.768	13,6	69,7
De 35 a 39 anos	147	428	575	6.343	6,9	76,6
De 40 a 44 anos	144	321	465	6.808	5,6	82,3
De 45 a 49 anos	112	243	355	7.163	4,3	86,5
De 50 a 54 anos	97	206	303	7.466	3,7	90,2
De 55 a 59 anos	94	169	263	7.729	3,2	93,4
De 60 a 64 anos	80	123	203	7.932	2,5	95,8
Mais de 65 anos	148	197	345	8.277	4,2	100
Total	3.446	4.831	8.277	8.277	100	100

No que diz respeito, à população adulta, constatamos que 31,6% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos (2.620), 16,7% com idade entre 40 e 59 anos (1.386) e somente 6,6% das pessoas têm idade acima de 60 anos (548).

Deste modo, considerando os ciclos vitais propostos por Papália e Feldman (2012), trata-se de um território constituído majoritariamente por adultos 48,3%, sendo 31,6% na adultez jovem e 16,7% na meia idade. Havendo também uma quantidade significativa de crianças e adolescentes (44,9%) e uma minoria de idosos (6,6%).

No que se refere ao crescimento do número de pessoas em termos percentuais e por faixa etária, no quadro abaixo realizamos comparativo entre os dois períodos, quais sejam, as bases do Cadastro Único de dezembro de 2014 e julho de 2016.

**QUADRO 91** – Taxa de crescimento de pessoas incluídas no Cadastro Único entre dezembro de 2014 e julho de 2016

Faixa Etária	Mês da base e Nº de Pessoas Incluídas		% de Crescimento
	Dezembro de 2014	Julho de 2016	
De 00 a 04 anos	870	848	-2,5
De 05 a 06 anos	393	465	18,3
De 07 a 15 anos	1.762	1.960	11,2
De 16 a 17 anos	349	450	28,9
De 18 a 24 anos	720	922	28,1
De 25 a 34 anos	915	1.123	22,7
De 35 a 39 anos	436	575	31,9
De 40 a 44 anos	354	465	31,4
De 45 a 49 anos	293	355	21,2
De 50 a 54 anos	224	303	35,3
De 55 a 59 anos	202	263	30,2
De 60 a 64 anos	158	203	28,5
Mais de 65 anos	271	345	27,3
Total	6.947	8.277	19,1

Outro aspecto analisado diz respeito às variáveis pessoas com deficiência, por faixa etária e sexo. No quadro abaixo, apresentamos os dados obtidos em 2014 a partir do cruzamento dessas duas variáveis.



**QUADRO 92 – Nº de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo**

Faixa Etária	Nº de Pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	Percentual acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	9	6	15	15	4,2	4,2
De 5 e 6 anos	3	3	6	21	1,7	5,9
De 07 a 15 anos	27	25	52	73	14,5	20,4
De 16 a 17 anos	15	3	18	91	5	25,4
De 18 a 24 anos	23	13	36	127	10,1	35,5
De 25 a 34 anos	23	21	44	171	12,3	47,8
De 35 a 39 anos	10	10	20	191	5,6	53,4
De 40 a 44 anos	12	9	21	212	5,9	59,3
De 45 a 49 anos	9	20	29	241	8,1	67,4
De 50 a 54 anos	11	15	26	267	7,3	74,7
De 55 a 59 anos	13	10	23	290	6,4	81,1
De 60 a 64 anos	17	15	32	322	8,9	90
Mais de 65 anos	19	17	36	358	10,1	100
Total	191	167	358	358	100	100

A partir dos dados expostos acima, verificamos que, das 6.947 pessoas cadastradas, 358 destas, ou 5,2% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 91 pessoas, ou 25,4%, tinham entre 00 e 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 53,4% das pessoas com deficiência tinham até 39 anos. Se considerarmos somente as 91 crianças e adolescentes com deficiência, identificamos que 31 delas não estavam estudando na data da entrevista, tendo em consideração a base do Cadastro Único de dezembro de 2014. Foram identificadas, ainda, 27 pessoas com deficiência dessa faixa etária que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, das 64 crianças e adolescentes que não recebiam o BPC, 31 delas tinham renda per capita compatível para receber esse benefício. Atualmente há vários casos atendidos no CRAS Sul que são encaminhadas para avaliação no INSS e tem o benefício indeferido, no caso das crianças justifica-se com não havendo incapacidade a longo prazo ou para o trabalho. Após vir ao CRAS e receber as orientações, há uma demora entre conseguir uma consulta no especialista para o atestado e para agendamento no INSS.

No que diz respeito ao tipo de deficiência informada pelas pessoas, a frequência de cada uma delas é apresentada no quadro abaixo.

**QUADRO 93 – Tipos de deficiências e transtorno mental na Região Sul**

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)	% Acumulado
Deficiência Física	183	43,9	43,9
Deficiência Mental	111	26,6	70,5
Baixa Visão	41	9,8	80,3
Transtorno Mental	35	8,4	88,7
Surdez Severa	18	4,3	93,0
Cegueira	13	3,1	96,1
Surdez Leve	10	2,4	98,5
Síndrome de Down	6	1,4	100
<b>TOTAL</b>	<b>417</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Destacamos que as deficiências que mais apresentaram frequência foram deficiências física e mental (70,5%). Quanto ao transtorno mental, foi identificado 35 pessoas (8,4). Salientamos que 59 pessoas apresentaram ter duas ou mais deficiências.

Na base de dados do Cadastro Único de Julho de 2016, das 8.277 pessoas cadastradas e pertencentes às localidades do CRAS Sul, 446 destas, ou 5,4% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais, 114 pessoas, ou 25,6% tinham até 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 50,7% tinham até 39 anos. Se considerarmos somente as 79 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, identificamos que 10 delas não estavam estudando na data da entrevista.

**QUADRO 94 – Número de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	12	10	22	22	4,9	4,9
De 05 e 06 anos	8	5	13	35	2,9	7,8
De 07 a 15 anos	36	27	63	98	14,1	22,0
De 16 a 17 anos	8	8	16	114	3,6	25,6
De 18 a 24 anos	25	12	37	151	8,3	33,9
De 25 a 34 anos	26	21	47	198	10,5	44,4
De 35 a 39 anos	10	18	28	226	6,3	50,7
De 40 a 44 anos	17	11	28	254	6,3	57,0
De 45 a 49 anos	16	21	37	291	8,3	65,2
De 50 a 54 anos	13	19	32	323	7,2	72,4
De 55 a 59 anos	16	13	29	352	6,5	78,9
De 60 a 64 anos	19	19	38	390	8,5	87,4
Mais de 65 anos	27	29	56	446	12,6	100
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>213</b>	<b>446</b>	<b>446</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

E, no que diz respeito aos tipos de deficiência e transtorno mental, informadas pelas pessoas entrevistadas, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências física e mental, totalizando 69,3%. Salientamos que 65 pessoas informaram ter duas ou mais deficiências. E quanto ao transtorno mental, foi identificado 44 pessoas (8,6), no entanto, é possível haver mais pessoas que não declaram ou não tinham recebido esse diagnóstico no momento da entrevista.

**QUADRO 95** – Tipos de deficiências (CRAS Sul – 2016)

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	231	45,2
Deficiência Mental	123	24,1
Baixa Visão	56	11,0
Surdez Leve	13	2,5
Surdez Profunda	19	3,7
Cegueira	17	3,3
Síndrome de Down	8	1,6
Transtorno Mental	44	8,6
TOTAL	511	100

Indagadas se em decorrência dessa deficiência recebiam cuidados de terceiros, 169 pessoas informaram que não recebiam. Destacamos que esse quesito admite múltiplas marcações e, dessa forma, identificamos que para o total de 446, foi informado que 255 pessoas recebiam cuidados de alguém da família; outras 30 pessoas, declararam que recebiam atenção de cuidadores especializados; 79 pessoas recebiam cuidados de instituições da rede socioassistencial. Outras 05 pessoas informaram que recebiam cuidados de outra forma e 1 pessoa recebia cuidados de vizinho.

No que se refere à origem territorial das pessoas, é importante mencionar que, apesar do município receber anualmente aportes significativos de famílias migrantes, identificamos percentual expressivo de pessoas que nasceram no município, conforme podemos apreender no quadro abaixo.

**QUADRO 96** – Local de nascimento das pessoas cadastradas

Local de Nascimento	Nº de Pessoas	%
Neste Município	4.039	58,1
Em Outro Município	2.887	41,6
Em Outro País	21	0,3
Total	6.947	100

A partir dos dados acima, verificamos que 58,1% das pessoas nasceram em Caxias do Sul, embora tenhamos 41,6% das pessoas nascidas em outros municípios.

Cabe destacar, ainda, 21 pessoas, 0,3% do total, nascidas em outros países, das quais 04 pessoas nasceram na Colômbia, 1 pessoa nasceu na Argentina e 1 pessoa nasceu no Paraguai. Para as demais pessoas, embora tenham sido cadastradas como nascidas em outros países, não está disponível o local de origem.

Desde maio de 2015 até dezembro de 2016, foram atendidas no CRAS Sul 20 famílias e 59 pessoas da República do Haiti, duas famílias e 7 pessoas da Colômbia e uma família e 4 pessoas do Paraguai. Trata-se, portanto, do segundo CRAS que mais atendeu pessoas Haitianas depois do Leste (229) e seguido pelo Centro (51) e o Norte (43), conforme dados encaminhados pelos gerentes.

## **2.5.2 Indicadores de Vulnerabilidade social**

### **a) Situação de pobreza e extrema pobreza**

Na base de dados de 2014, constatou-se que, dentre as 2.314 famílias cadastradas nos 23 bairros identificados da região do CRAS Sul, haviam 1.247 em situação de pobreza e extrema pobreza. Considerando o total dessas localidades, 79,7% das famílias residiam em 07 bairros, os quais apresentaram acima de 100 famílias cadastradas, respectivamente, os bairros Esplanada (587), Kayser (308), Monte Carmelo (298), São Caetano (196), Salgado Filho (169) e Bom Pastor I e II (169) e Nossa Senhora das Graças (118). Os percentuais em relação ao número de pessoas eram similares. Desses 07 bairros, os 03 primeiros apresentaram, proporcionalmente, percentuais acima de 50% de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: Monte Carmelo (65,4%); Kayser (56,5%); Esplanada (52,8%). Outros detalhes podem ser verificados a partir da análise do quadro abaixo.<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> - Identificamos, em 2014, 09 bairros que apresentaram frequência inferior a vinte famílias cadastradas, os quais foram incluídos no item "Outros". O número de famílias cadastradas e de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, são apresentados a seguir: Jardim Teresópolis (14/8); Lot. Vêneto (11/9); Lot. Nossa Sra. do Caravaggio (10/7); São Marcos da Linha Feijó (4/3); Lot. União (3/0); Lot. Vila Brasil (2/0); Lot. Vivendas do Imigrante (2/0); Rosa dos Ventos (1/1); Vila Gauchinha (1/1)

**QUADRO 97** – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da Região do CRAS Sul (2014)

BAIRRO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. ESPLANADA	587	310	52,8
02. KAYSER	308	174	56,5
03. MONTE CARMELO	298	195	65,4
04. SAO CAETANO	196	96	49,0
05. SALGADO FILHO	169	80	47,3
06. BOM PASTOR I e II	169	81	47,9
07. NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	118	53	44,9
08. AEROPORTO	98	54	55,1
09. MONTES CLAROS	75	45	60,0
10. SANTOS DUMONT	70	35	50,0
11. JARDIM ORIENTAL	57	31	54,4
12. ARCO BALENO	55	28	50,9
13. GLORIA	38	22	57,9
14. CONSOLACAO	28	14	50,0
15. Outros	48	29	60,4
TOTAL	2314	1247	53,9

Os dados de Julho de 2016 apontam que houve acréscimo de 531 famílias cadastradas, totalizando 2.845 famílias. Dessas, 1.441 famílias estavam situação de pobreza e extrema pobreza. Passou-se de 7 para 8 localidades com mais de 100 famílias cadastradas, tendo permanecido os mesmos citados anteriormente e incluído o bairro Aeroporto. Desses 08 bairros, Esplanada (356 famílias), Monte Carmelo (219 famílias), Kayser (191 famílias), São Caetano (114 famílias), Bom Pastor (96 famílias) e Salgado Filho (92 famílias) apresentaram os maiores valores absolutos de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, totalizando 74,1% do total de famílias nessa situação.

No quadro abaixo, destacam-se os percentuais das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, em relação ao total de pessoas cadastradas em cada bairro.



**QUADRO 98 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Sul (2016)**

BAIRRO - LOTEAMENTO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. ESPLANADA	694	356	51,3
02. MONTE CARMELO	357	219	61,3
03. KAYSER	355	191	53,8
04. SÃO CAETANO	267	114	42,7
05. BOM PASTOR I e II	208	96	46,2
06. SALGADO FILHO	204	92	45,1
07. NOSSA SRA. DAS GRAÇAS	156	60	38,5
08. AEROPORTO	117	60	51,3
09. SANTOS DUMONT	91	48	52,7
10. MONTES CLAROS	84	44	52,4
11. ARCO BALENÓ	67	28	41,8
12. JARDIM ORIENTAL	66	37	56,1
13. GLORIA	52	31	59,6
14. LOT. VÊNETO	37	19	51,4
15. CONSOLACAO	34	20	58,8
16. JARDIM TERESÓPOLIS	20	11	55,0
17. Outros	36	15	41,7
<b>TOTAL</b>	<b>2845</b>	<b>1441</b>	<b>50,7</b>

Os Relatórios Mensais de Atendimento (RMA) do CRAS – Sul de janeiro de 2014 a outubro de 2016, registraram o total de 155 novas famílias com perfil em situação de extrema pobreza inseridas em acompanhamento no PAIF. Se levarmos em consideração as 773 famílias cadastradas no CADÚnico até julho de 2016 em situação de extrema pobreza, podemos perceber que aproximadamente apenas 20% (155) dessas famílias tem sido acompanhadas em PAIF. Sendo esse um público prioritário, constata-se a necessidade de ampliar o número de acompanhamentos dessas famílias para auxiliá-las na superação dessa condição.

Tendo em vista que a maioria dos atendimentos realizados nos CRAS acontece por busca espontânea (387) em comparação com a busca ativa (23), de acordo com os dados do RMA de janeiro a outubro de 2016, é possível supor que a maioria dessas famílias não estão conseguindo acessar o equipamento. Seria necessário aumentar o número de buscas ativa para garantir esse acesso. Quais as dificuldades enfrentadas que impedem essa realização? A equipe é pequena e a

<sup>48</sup> - Foram identificados 11 bairros nos quais encontramos número reduzido de famílias cadastradas, abaixo de 20 frequências, cuja relação segue, com a informação do número de famílias cadastradas e, se existir, o número de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: Lot. Nossa Sra. do Caravagio (13/6), São Marcos da Linha Feijó (7/5); Loteamento União (2/0); Loteamento Vila Brasil (2/0); Lot. Vivendas do Imigrante (2/1); Rosa dos Ventos (2/1); Vila Gauchinha (2/1); Lot. São Mateus (3/1); Lot. São Salvador (1/0); Lot. Santa Marta (1/0); Lot. Nova Esperança (1/0).

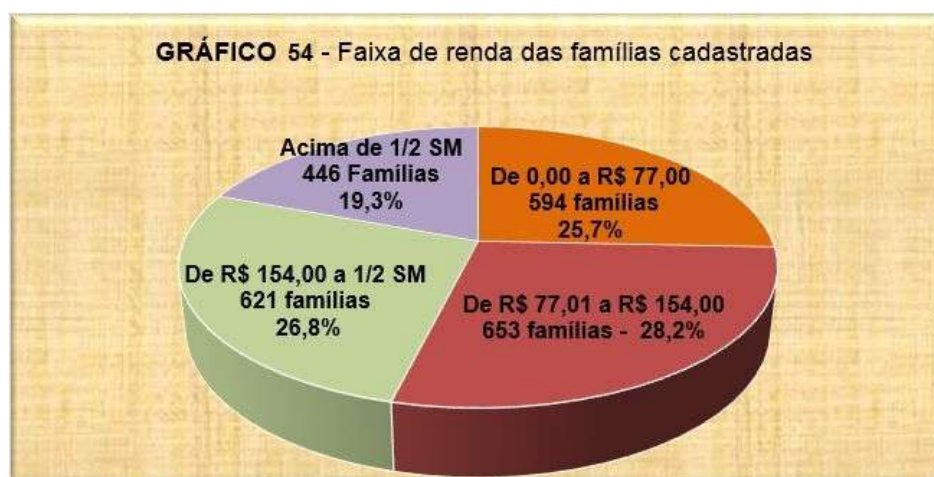
maioria com carga-horária de 20 horas. Atualmente as ações do CRAS em relação a essa questão está na busca pelo descumprimento das condicionalidades.

## b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família

No que diz respeito às faixas de renda das famílias residentes nos bairros de abrangência do CRAS Sul o Gráfico 01, abaixo, apresenta o número de famílias e de pessoas a partir dessa variável (Dados de 2014).



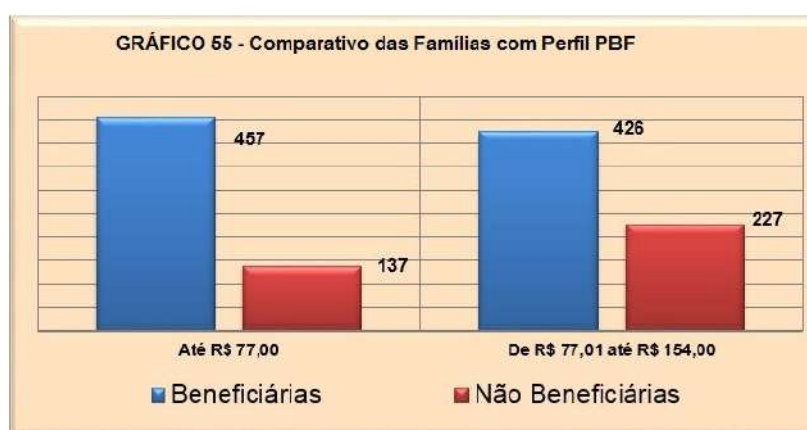
No gráfico acima, podemos constatar que do total de famílias incluídas no Cadastro Único e residentes na região de abrangência do CRAS Sul, 1.247 delas, ou 53,9%, estão em situação de extrema pobreza (25,7%) ou em situação de pobreza (28,2%), estando dentro do perfil do Programa Bolsa Família (PBF), correspondente a 4.152 pessoas. Verificamos, ainda, que 446 famílias, 26,8% do total, têm renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e somente 19,3% das famílias têm renda per capita acima de ½ salário mínimo. A distribuição das famílias por faixas de renda poder ser melhor visualizada no gráfico abaixo.





É necessário ressaltar que 996 famílias (equivalente a 3.421 pessoas), eram beneficiárias do PBF e, destas, 883 tinham renda per capita até R\$ 154,00 e, 113 tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e permaneciam como beneficiárias do PBF devido à regra de permanência.<sup>49</sup>

No gráfico abaixo, podemos analisar melhor a diferença entre famílias com perfil para PBF que eram ou não beneficiárias do programa.



Podemos verificar no Gráfico acima que, das 1.247 famílias com perfil para o PBF, 883 recebiam valores do Programa, equivalente a 70,8% do total de famílias com esse perfil. Outras 364 famílias (29,2%), embora atendessem aos critérios do Programa, não eram beneficiárias.

Cabe ressaltar a necessidade, caso a situação perdure na atualização desse diagnóstico, da busca ativa das famílias com critérios para receber benefícios do PBF e que não foram incluídas no programa, pois essas famílias podem estar em situação de graves vulnerabilidades sociais, embora o Ministério do Desenvolvimento Social estipule critérios de inexigibilidade para o PBF devido, principalmente, às questões de renda.

No quadro abaixo, realizamos a caracterização do perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis da faixa etária e sexo, incluindo as pessoas de todas as faixas de renda que eram beneficiárias do PBF.

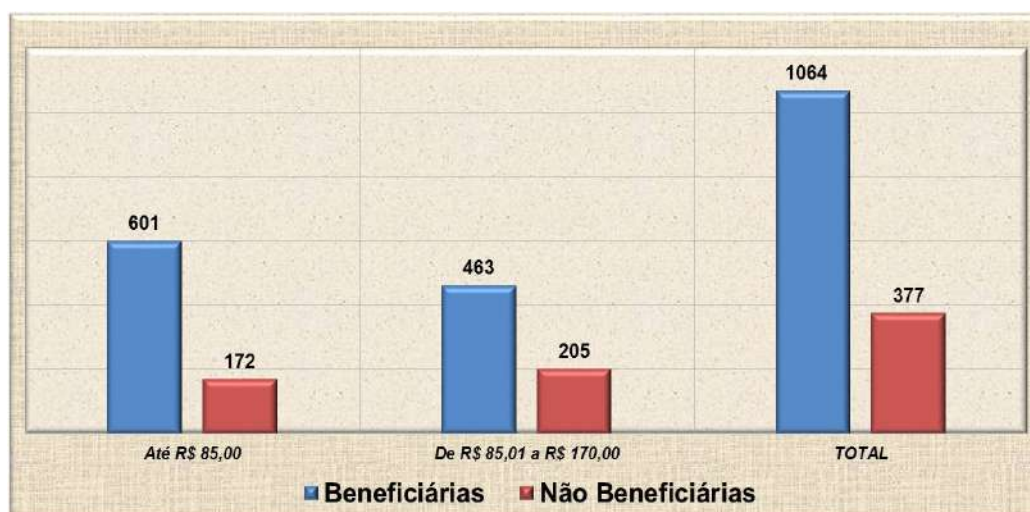
<sup>49</sup> - Para mais informações, ver Portaria do MDS nº 617, de 11/08/2010, a qual trata, no art. 6º, da regra de permanência das famílias beneficiárias do PBF, mesma que a renda per capita ultrapasse o máximo permitido, desde que não exceda  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

**QUADRO 99 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2014)**

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO		Total	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
00 a 06	397	363	760	760	22,2	22,2
07 a 15	551	479	1030	1.790	30,1	52,3
16 a 17	109	79	188	1.978	5,5	57,8
18 a 24	114	221	335	2.313	9,8	67,6
25 a 39	102	535	637	2.950	18,6	86,2
40 a 49	59	212	271	3.221	7,9	94,1
50 a 59	44	90	134	3.355	3,9	98
Acima de 60	28	38	66	3.421	1,9	100
Total	1.404	2.017	3.421	3.421	100	100

Os dados do quadro acima permitem identificar que 57,8% do total de pessoas beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente, 52,3% das pessoas têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados informam que 40,3% estão na faixa etária dos 18 a 59 anos, cuja frequência absoluta maior está na faixa dos 25 aos 39 anos. Somente 1,9% das pessoas têm idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 59% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 41% do sexo masculino.

No que se refere aos dados de julho de 2016, no gráfico abaixo são apresentados os dados relativos às famílias com perfil PBF.

**GRÁFICO 56 – Comparativo das famílias com perfil PBF (2016)**

De acordo com os dados acima, do total de 1.441 famílias, identificamos 1.064 famílias beneficiárias do PBF, correspondente a 73,8% do total de famílias em

situação de pobreza e de extrema pobreza. Por outro lado, 26,1% das famílias com perfil PBF não recebiam valores vinculados ao Programa até julho de 2016. Para ambas as situações, foram identificadas 4.600 pessoas. É importante registrar que 1.145 famílias (correspondente a 3.704 pessoas) eram beneficiárias do PBF e, destas, 1.064 tinham renda per capita de até R\$ 170,00 e 81 famílias tinham renda per capita entre R\$ 170,01 e  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e eram beneficiárias em função da regra de permanência.

Comparando os dois períodos, identificamos aumento relativo de famílias beneficiárias, aproximadamente 68 famílias. Identificamos, ainda, aumento de 15,6% de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, de 1.247 famílias em 2014, para 1.441 famílias em 2016, cujo percentual deve-se, em parte, pelo aumento da faixas de renda que caracteriza ambas as situações.

No quadro abaixo, apresentamos o perfil das pessoas beneficiárias do PBF, independente da faixa de renda, tendo por parâmetro as variáveis idade e sexo.

**QUADRO 100 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	282	260	542	542	14,6	14,6
De 5 e 6 anos	143	118	261	803	7,0	21,7
De 07 a 15 anos	543	504	1047	1.850	28,3	49,9
De 16 a 17 anos	114	113	227	2.077	6,1	56,1
De 18 a 24 anos	131	228	359	2.436	9,7	65,8
De 25 a 34 anos	81	407	488	2.924	13,2	78,9
De 35 a 39 anos	48	210	258	3.182	7,0	85,9
De 40 a 44 anos	39	124	163	3.345	4,4	90,3
De 45 a 49 anos	38	93	131	3.476	3,5	93,8
De 50 a 54 anos	32	72	104	3.580	2,8	96,7
De 55 a 59 anos	22	47	69	3.649	1,9	98,5
De 60 a 64 anos	14	28	42	3.691	1,1	99,6
Mais de 65 anos	5	8	13	3.704	0,4	100
Total	1.492	2.212	3.704	3.704	100	100

Os dados acima indicam que 56,1% do total de pessoas beneficiárias são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, com ênfase na faixa etária dos 07 aos 15 anos, com 49,9% do total. No que se refere à população adulta, 42,5% das pessoas têm idade entre 18 e 59 anos e somente 1,4% das pessoas têm idade superior a 60 anos. Identificamos, ainda, que 59,7% das pessoas cadastradas são mulheres e 40,3% são homens.

### c) Beneficiários do BPC

Do total de 2786 beneficiários do BPC no município, 13,5% estavam residindo nos bairros do território do CRAS Sul, dos quais 230 eram beneficiários do BPC PCD e 147 do BPC Idoso. A distribuição por espécie de benefício e por bairro pode ser melhor visualizada no quadro abaixo.

**QUADRO 101 – Beneficiários do BPC no território do CRAS Sul.**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5	13	12	25
6 a 12	15	18	33
13 a 17	17	9	26
18 a 24	19	8	27
25 a 39	21	16	37
40 a 59	33	25	58
Acima de 60	13	11	24
TOTAL	131	99	230

Conforme dados acima, verificamos que 74% dos beneficiários residem em 06 bairros, dos quais destacamos Esplanada, Kayser, Nossa Senhora das Graças, São Caetano, Salgado Filho e Monte Carmelo, como as localidades que apresentaram maior frequência.<sup>50</sup>

Quanto à distribuição dos usuários do BPC PCD, no quadro abaixo podemos verificar a frequência por faixas etárias.

**QUADRO 102 – Faixa etária dos usuários do BPC PCD**

BAIRRO	ESPÉCIE		TOTAL
	BPC PCD	BPC IDOSO	
01. ESPLANADA	47	36	83
02. KAYSER	30	20	50
03. NOSSA SENHORA DAS GRACAS	34	9	43
04. SAO CAETANO	26	13	39
05. SALGADO FILHO	18	15	33
06. MONTE CARMELO	19	12	31
07. BOM PASTOR	15	14	29
08. SANTOS DUMONT	9	3	12
09. ARCO BALENO	7	4	11
10. MONTES CLAROS	6	5	11
11. OUTROS	19	16	35
TOTAL	230	147	377

<sup>50</sup> - Na região do CRAS Sul, 10 bairros apresentaram frequência abaixo de 10 usuários, totalizando 35 pessoas, dos quais 19 eram BPC PCD e 16 BPC Idoso, conforme distribuição seguinte: Aeroporto (9); Jardim Oriental (6); Glória (5); Consolação (4); Oriental (4); Loteamento Vêneto (2); Loteamento Vila Brasil (2); Jardim Teresópolis (1); Rosa Dos Ventos (1); São Marcos da Linha Feijó (1).

Verificamos que 36,5% dos beneficiários são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. No que diz respeito às faixas etárias dos beneficiários do BPC Idoso, no quadro abaixo apresentamos as respectivas frequências.

**QUADRO 103** – Faixas etárias dos usuários do BPC Idoso

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
65 a 70	19	37	56
71 a 75	20	20	40
76 a 80	6	22	28
81 a 85	7	8	15
Acima de 85	2	6	8
TOTAL	54	93	147

Embora o BPC Idoso seja concedido para pessoas acima de 65 anos, é interessante mencionar as faixas etárias desses beneficiários, uma vez que podem demonstrar a melhoria da qualidade de vida, bem como a sobrevida que essas pessoas podem receber em decorrência da concessão do benefício. A partir dos dados acima, verificamos que 34,7% dos beneficiários têm idade acima de 76 anos.

### 2.5.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Sul

O CRAS Sul foi implantado no município no dia 12 de abril de 2011. Atualmente atende as famílias/indivíduos que residem em 34 bairros e loteamentos. O CRAS está em área urbana periférica, na Rua Laudelino Ribeiro, 157 – Bairro Bom Pastor. Ao lado do seu prédio situa-se a Escola de Educação Infantil Frei Ambrósio e nas proximidades há a UBS Esplanada, a Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental São Caetano, indústrias alimentícias e empresas. O seu horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h00min.

**FIGURA 09** – Foto do CRAS Sul



No território da região do CRAS Sul têm Serviços de Proteção Social Básica; Serviços de Proteção Social Especial (média complexidade); e Serviços da Rede Intersetorial.

### **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

a) 01 Entidade de Assistência Social oferta SCFV para crianças e adolescentes:

- Casa do Adolescente (LEFAN) inicialmente conveniada com 70 vagas e depois ampliou-se para 100 devido ao fechamento do SCFV Esperança.

b) 01 Unidade Pública – CRAS Sul – que oferta 20 vagas de SCFV para Jovens e Adultos e 20 vagas de SCFV para Idosos;

### **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA COMPLEXIDADE)**

a) 02 Centros-Dia:

- Centro de Convivência Capuchinhos – CCC (LEFAN), 30 vagas por turno;
- Centro-Dia Paz e Bem (LEFAN), 30 vagas por turno;

### **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (ALTA COMPLEXIDADE)**

a) Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes:

- 03 Casas-Lar: contrato com a Ação Social Aliança – ASA, responsável por 3 casas com 8 vagas cada, nos bairros Salgado Filho e Kayser.
- 01 Abrigo Recanto ofertado pela Associação Mão Amiga com 20 vagas.

### **REDE INTERSETORIAL**

a) Segurança Alimentar e Inclusão Social – SAIS:

- 01 Cozinha Comunitária localizada na rua Flávio Chaves, 203/ Aeroporto;

b) Serviços da Secretaria Municipal de Saúde:

- 05 Unidades Básicas de Saúde – UBS, nos seguintes bairros: Alvorada (Rua: Sargento Venino Vargas, 201/Alvorada); Esplanada (Av. Bom Pastor, 2225/Esplanada); Salgado Filho (Rua: Marcelo Fellipi, 260/ Salgado Filho); São Caetano (Av. Pixinguinha, 2466/São Caetano).

c) Serviços da Secretaria Municipal de Educação – SMED:

- 07 Escolas Municipais de Educação Infantil;
- 07 Escolas Municipais de Ensino Fundamental;
- 01 Escola Estadual de Ensino Fundamental;
- 02 Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio;
- 11 Escolas de Educação Infantil (particular);

Na Pré Conferência de Assistência Social em 2015, realizada no território do CRAS Sul com os usuários, trabalhadores do SUAS, Conselheiros e demais participantes da rede intersetorial, também foram discutidas e elencadas as seguintes questões:

**QUADRO 104** – Questões discutidas na Pré Conferência do Território do CRAS Sul (2015)

Principais desafios e/ou desproteções que perpassam o território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• violência em função do tráfico de drogas;</li> <li>• desemprego;</li> <li>• violência urbana;</li> <li>• fragilidade dos vínculos familiares e/ou relacionais pobreza.</li> </ul>
Grupos mais vulneráveis do território:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• idosos;</li> <li>• famílias pobres;</li> <li>• pessoas com deficiência;</li> <li>• usuários de substâncias psicoativas;</li> <li>• crianças e adolescentes</li> </ul>
Propostas elencadas:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhar a prevenção do uso de drogas;</li> <li>• Ampliar a oferta de SCFV. Reabrir a Casa Brasil/SDETE;</li> <li>• Realizar uma articulação entre o CRAS, o ACESSUAS/Trabalho – Mundo do Trabalho, a SDETE e as empresas, para oportunizar a inserção no mercado de trabalho;</li> <li>• Ampliar os recursos humanos do CRAS, bem como os SCFV e PAIF;</li> <li>• Implantar equipes volantes para atendimento da população nos</li> </ul>



	bairros de referência do CRAS; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificar a estrutura física e ampliar a equipe do SCFV no território;</li> <li>• Qualificar a gestão do território (reuniões de rede, articulação entre os serviços, estabelecimento de fluxo, entre outras)</li> <li>• Aumentar a segurança nas escolas da região (guarda municipal e brigada militar);</li> </ul>
Serviços/programas que devem ser ofertados para ampliar e universalizar os direitos sociais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar os SCFV para os diferentes ciclos de vida (criança, adolescente, adultos, idosos, entre outros);</li> <li>• Ofertar cursos profissionalizantes e capacitações no território;</li> <li>• Realizar parceria do CRAS com serviço judiciário gratuito, para atendimento no território;</li> </ul>
Estratégias de fomento e fortalecimento da participação dos usuários no CMAS:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação do calendário das assembleias do CMAS;</li> <li>• Realização de assembleias nos territórios;</li> <li>• Participação de representantes do CMAS nas reuniões de rede;</li> <li>• As discussões devem ser feitas em linguagem acessível à população usuária.</li> </ul>
Estratégias em relação à cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos recursos para custeio da política de assistência social;</li> <li>• Estabelecimento de percentual para repasse de recursos à política de assistência social, por parte da União, Estado e Município;</li> <li>• Ampliação dos recursos humanos no CRAS;</li> <li>• Realização de concurso próprio da FAS com carga horária de 30 horas para os técnicos e possibilidade de ofertar o RTC para os concursados de 20 horas.</li> </ul>
Benefícios eventuais:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de lei municipal do SUAS e regulamentação dos benefícios eventuais;</li> <li>• Repassar para a SAIS a responsabilidade da distribuição de alimentos, garantindo a segurança alimentar e nutricional.</li> </ul>
Transferências de renda:	a) Benefício de Prestação Continuada: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a renda per capita para concessão do BPC Reduzir a idade de 65 para 60 anos, conforme o Estatuto do Idoso e OMS</li> </ul>

	<p>b) Programa Bolsa Família</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o valor do benefício, a fim de atender as necessidades da família;</li> <li>• Qualificar o acompanhamento das famílias por parte das três políticas públicas responsáveis.</li> </ul> <p>c) Programa Inclusão Social (PBTE, PAI, RENDA MÍNIMA):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisar a lei dos critérios de acesso e funcionamento do programa;</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de defesa e garantia de direitos dos usuários:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esclarecer as competências dos serviços no território;</li> <li>• Criar conselho local de assistência social.</li> </ul>
Propostas para potencializar a função de vigilância socioassistencial nos serviços e territórios:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o setor de vigilância socioassistencial e garantir as condições necessárias para sua efetivação;</li> <li>• Capacitar os trabalhadores do SUAS, para coletar informações e reportá-las ao setor.</li> </ul>
Estratégias para potencializar as seguranças de Acolhida, Renda e de Convívio:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar planejamento estratégico da política de assistência social;</li> <li>• Ampliar e qualificar os trabalhadores do SUAS, na perspectiva da educação permanente.</li> </ul>
Propostas em relação a gestão do trabalho:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o NEPAS;</li> <li>• Ampliar e capacitar a equipe de trabalho.</li> </ul>

Na realização da Conferência Municipal de Assistência Social foram novamente discutidas todas essas questões elencadas com os demais participantes dos outros territórios.

#### **2.5.4 Demandas de novos serviços no território Sul**

No território de abrangência deste CRAS, conforme dados e informações da equipe que atende essa população e durante a aplicação/discussão do questionário do CENSO SUAS 2016, verificou-se que há presença de: área com risco de desabamento, moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços; altos índices de criminalidade, conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes. E dentre outras características que contribuem

para a vulnerabilidade das famílias, destacam-se: violência doméstica/gênero, rixas entre gangues, fragilidade de saneamento básico. Na região dos bairros Consolação, Montes Claros e Aeroporto há uma grande concentração de tráfico de drogas que associado a fragilidade da segurança pública, torna-se extremamente vulnerável para o funcionamento dos serviços de assistência social. Sendo este um dos fatores que levou, acompanhado da inadequação do espaço físico, ao fechamento do SCFV para crianças e adolescentes (“Esperança”) que estava localizado no bairro Aeroporto.

A equipe do CRAS Sul também identifica que no território há demanda para SCFV de crianças, adolescentes e idosos nos bairros: Bom Pastor, Kayser, Salgado Filho. Ressaltam a necessidade de reabertura do SCFV “Esperança” na região do aeroporto, porém não indicam o mesmo local devido à periculosidade da falta de segurança. No prédio onde funcionava esse serviço, sugere-se que após a reforma, seja ofertado um Centro de Aprendizagem Profissional, tendo em vista que essa é outra carência do território, pois muitos adolescentes são captados pelo tráfico de drogas.

**a) 04 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 03 SCFV para idosos**

No quadro a seguir identifica-se a quantidade de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos incluídos no CADÚnico nos bairros da região de abrangência do CRAS.

**QUADRO 105** – Crianças e adolescentes de 06 a 15 Anos do território do CRAS Sul incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	COM PBF	%	SEM PBF	%	TOTAL	%
01. ESPLANADA	271	23,2	228	22,4	499	22,8
02. MONTE CARMELO	192	16,4	162	15,9	354	16,2
03. KAYSER	153	13,1	118	11,6	271	12,4
04. SÃO CAETANO	101	8,6	99	9,7	200	9,1
05. SALGADO FILHO	71	6,1	71	7,0	142	6,5
06. BOM PASTOR	73	6,2	63	6,2	136	6,2
07. NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	46	3,9	64	6,3	110	5,0
08. AEROPORTO	63	5,4	39	3,8	102	4,7
09. MONTES CLAROS	35	3,0	25	2,5	60	2,7
10. JARDIM ORIENTAL	31	2,6	28	2,7	59	2,7
11. SANTOS DUMONT	31	2,6	27	2,6	58	2,6
12. ARCO BALENÓ	27	2,3	22	2,2	49	2,2
13. GLÓRIA	23	2,0	24	2,4	47	2,1
14. CONSOLAÇÃO	21	1,8	9	0,9	30	1,4
15. OUTROS	32	2,7	40	3,9	72	3,3
TOTAL	1170	100	1019	100	2189	100
%	53,4		46,6		100	100

Conforme os dados do quadro acima, constata-se que no território Sul há 2.189 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 15 incluídas no Cadastro Único até julho de 2016, sendo que 1.170 são beneficiárias do Programa bolsa família. Essas 1.170 seriam público prioritário em potencial para atendimento em serviço de Convivência em caso de necessidades. A maioria deste público prioritário, acima de 100, residem nas localidades: Esplanada (271), Monte Carmelo (192), Kayser (153), São Caetano (101).

E como foi informado, a região territorial Sul conta apenas com a entidade de assistência social Associação Literária São Boaventura que oferta 100 vagas de SCFV para crianças e adolescentes na Casa do Adolescente, localizada no bairro Consolação. Em outubro de 2016 haviam 108 usuários atendidos, sendo esses pertencentes as localidades: Aeroporto (37), Monte Carmelo (29), Esplanada (13), Loteamento Teresópolis (8), Consolação (4), São Caetano (4), Arco Baleno (2), Bom Pastor (2), Nossa Senhora das Graças (2), São Mateus (2), Galópolis (2), Kayser (1), Salgado filho (1) e Santa Corona (1). Nesse mesmo período havia uma **demanda reprimida** de 21 usuários oriundos do: Monte Carmelo (10), Aeroporto (8), Consolação (3).

Quanto ao SCFV para idosos, no quadro a seguir identificam-se as localidades que possuem maior número de idosos que recebiam BPC, PBF e nenhum benefício.

**QUADRO 106** – Pessoas idosas do território do CRAS Sul incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	BPC IDOSO	PBF		TOTAL	%
		SIM	NÃO		
01. ESPLANADA	36	10	110	156	23,3
02. KAYSER	20	9	52	81	12,1
03. BOM PASTOR	14	8	55	77	11,5
04. SALGADO FILHO	15	1	49	65	9,7
05. SAO CAETANO	13	1	42	56	8,4
06. MONTE CARMELO	12	6	36	54	8,1
07. NOSSA SENHORA DAS GRACAS	9	1	30	40	6,0
08. AEROPORTO	3	1	20	24	3,6
09. MONTES CLAROS	5	2	14	21	3,1
10. ARCO BALENO	4	1	15	20	3,0
11. JARDIM ORIENTAL	3	2	13	18	2,7
12. SANTOS DUMONT	3	4	10	17	2,5
13. OUTROS	10	1	29	40	6,0
TOTAL	147	47	475	669	100

Fonte: Base de dados – CADÚnico (dezembro/2016) e SUASWEB (novembro/2016).

Como pode ser observado no quadro acima, do total de 156 idosos no Esplanada, 36 recebiam BPC e 10 PBF. No Kayser, do total de 81 idosos, 20 recebiam BPC e 09 PBF. No Bom Pastor tinham 77, sendo que 14 recebiam BPC e 08 PBF. Diante disso identifica-se a necessidade de quatro SCFV, sendo um localizado nos bairros: Esplanada, Kayser, Salgado Filho e Bom Pastor.

## 2.6 Território do CRAS Sudeste

### 2.6.1 Perfil das famílias cadastradas

Do total de 51.244 pessoas incluídas no Cadastro Único até dezembro de 2014, 5.756 pessoas, ou 11,2%, pertencem à região do CRAS Sudeste. O perfil dessas pessoas, considerando as variáveis faixa etária e sexo, são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 107 – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2014)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	366	365	731	731	12,70	12,70
De 05 e 06 anos	156	156	312	1043	5,42	18,12
De 07 a 15 anos	770	751	1521	2.564	26,42	44,54
De 16 a 17 anos	151	168	319	2.883	5,54	50,08
De 18 a 24 anos	223	355	578	3.461	10,04	60,12
De 25 a 34 anos	151	604	755	4.216	13,12	73,24
De 35 a 39 anos	92	300	392	4.608	6,81	80,05
De 40 a 44 anos	80	226	306	4.914	5,32	85,37
De 45 a 49 anos	58	163	221	5.135	3,84	89,21
De 50 a 54 anos	57	127	184	5.319	3,20	92,41
De 55 a 59 anos	28	111	139	5.458	2,41	94,82
De 60 a 64 anos	47	73	120	5.578	2,09	96,91
Mais de 65 anos	67	111	178	5.756	3,09	100
Total	2.246	3.510	5.756	5.756	100	100

A partir dos dados apresentados no quadro acima, verificamos que 61% das pessoas cadastradas são do sexo feminino e 39% do sexo masculino. Verificamos, também, que 18,1% das pessoas cadastradas têm idade entre 00 e 06 anos e, entre 07 e 17 anos, 32%. Dessa forma, verifica-se que 50,1% das pessoas cadastradas são crianças e adolescentes. No que diz respeito à população adulta, constata-se que 30% das pessoas possuem idade entre 18 e 39 anos, 14,8% com idade entre 40 e 59 anos e somente 5,2% com idade acima de 60 anos.

Os dados de julho 2016 apontam para aumento do número de pessoas cadastradas, onde contabilizamos 1.060 pessoas a mais, cujo percentual de crescimento foi de 18,4%. No quadro abaixo, poderemos verificar o crescimento do número de pessoas cadastradas a partir da faixa etária.

**QUADRO 108** – Faixa etária por sexo das pessoas cadastradas (2016)

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	338	362	700	700	10,3	10,3
De 5 e 6 anos	201	194	395	1.095	5,8	16,1
De 07 a 15 anos	822	822	1644	2.739	24,1	40,2
De 16 a 17 anos	186	174	360	3.099	5,3	45,5
De 18 a 24 anos	312	467	779	3.878	11,4	56,9
De 25 a 34 anos	241	710	951	4.829	14,0	70,8
De 35 a 39 anos	119	366	485	5.314	7,1	78,0
De 40 a 44 anos	113	256	369	5.683	5,4	83,4
De 45 a 49 anos	85	221	306	5.989	4,5	87,9
De 50 a 54 anos	74	165	239	6.228	3,5	91,4
De 55 a 59 anos	41	129	170	6.398	2,5	93,9
De 60 a 64 anos	54	103	157	6.555	2,3	96,2
Mais de 65 anos	90	171	261	6.816	3,8	100
Total	2.676	4.140	6.816	6.816	100	100

No quadro abaixo, podemos visualizar o crescimento por faixa etária das pessoas residentes nos bairros pertencentes à região do CRAS Sudeste.

**QUADRO 109** – Taxa de crescimento de pessoas incluídas no Cadastro Único entre dezembro de 2014 e julho de 2016.

Faixa Etária	Mês da base e Nº de Pessoas Incluídas		% de Crescimento
	Dezembro de 2014	Julho de 2016	
De 00 a 04 anos	731	700	-4,2
De 05 a 06 anos	312	395	26,6
De 07 a 15 anos	1.521	1.644	8,1
De 16 a 17 anos	319	360	12,9
De 18 a 24 anos	578	779	34,8
De 25 a 34 anos	755	951	26,0
De 35 a 39 anos	392	485	23,7
De 40 a 44 anos	306	369	20,6
De 45 a 49 anos	221	306	38,5
De 50 a 54 anos	184	239	29,9
De 55 a 59 anos	139	170	22,3
De 60 a 64 anos	120	157	30,8
Mais de 65 anos	178	261	46,6
Total	5.756	6.816	18,4



Como observado nos demais CRAS, houve diminuição da população da faixa etária dos 0 aos 4 anos, mas aumento nas demais faixas etárias relativas a crianças e adolescentes, com destaque para o crescimento de 26,6% das crianças e adolescentes da faixa etária dos 05 aos 06 anos. As demais faixas etárias também registraram crescimento, variando de 8,1%, caso dos adolescentes dos 16 aos 17 anos, a 46,6% para as pessoas com mais de 65 anos.

Outro ponto abordado nesse diagnóstico está relacionado às variáveis pessoas com deficiência por faixa etária e sexo. No quadro abaixo, apresentamos os dados obtidos a partir do cruzamento dessas duas variáveis.

**QUADRO 110 – Número de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo.**

Faixa Etária	Nº de Pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	Percentual acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	6	2	8	8	3,6	3,6
De 05 e 06 anos	5	3	8	16	3,6	7,2
De 07 a 15 anos	17	9	26	42	11,6	18,8
De 16 a 17 anos	5	4	9	51	4,0	22,8
De 18 a 24 anos	23	12	35	86	15,6	38,4
De 25 a 34 anos	17	10	27	113	12,1	50,5
De 35 a 39 anos	7	10	17	130	7,6	58,1
De 40 a 44 anos	8	13	21	151	9,4	67,5
De 45 a 49 anos	6	8	14	165	6,3	73,8
De 50 a 54 anos	7	4	11	176	4,9	78,7
De 55 a 59 anos	4	10	14	190	6,3	84,9
De 60 a 64 anos	6	7	13	203	5,8	90,7
Mais de 65 anos	11	10	21	224	9,4	100
Total	122	102	224	224	100	100

A partir dos dados expostos acima, verificamos que, das 5.756 pessoas cadastradas, 224 destas, ou 3,9% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência, das quais 22,8%, ou 51 pessoas, tinham entre 00 e 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 58,1% das pessoas com deficiência tinham até 39 anos. Realizamos levantamento preliminar e, se considerarmos somente as 51 crianças e adolescentes com deficiência e idade entre 07 e 17 anos, identificamos que 20 delas não estavam estudando na data da entrevista, tendo em consideração a base do Cadastro Único de dezembro de 2014. Foram identificadas, ainda, 16 pessoas com deficiência dessa faixa etária que recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, das 35 crianças e adolescentes que não recebiam o BPC, 14 delas tinham renda per capita compatível para receber esse benefício.<sup>51</sup>

<sup>51</sup> - No momento da entrevista é solicitado ao informante se a pessoa tem alguma deficiência permanente que limite as atividades habituais.

No que diz respeito ao tipo de deficiência informada pelas pessoas, a frequência de cada uma delas é apresentada no quadro abaixo.

**QUADRO 111 – Tipos de deficiências informadas pelas pessoas entrevistadas**

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)	% Acumulado
Deficiência Física	89	35,7	35,7
Deficiência Mental	60	24,1	59,8
Baixa Visão	37	14,9	74,7
Transtorno Mental	26	10,4	85,1
Síndrome de Down	12	4,8	89,9
Surdez Leve	9	3,6	93,5
Surdez Severa	8	3,2	96,7
Cegueira	8	3,2	100
TOTAL	249	100	100

Destacamos que as deficiências que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências físicas e mental, totalizando 59,8% do total. Salientamos que 25 pessoas apresentaram ter duas ou mais deficiências.

Em julho de 2016, das 6.816 pessoas cadastradas e pertencentes às localidades do CRAS Sudeste, 284 destas, ou 4,6% do total, foram incluídas como pessoas com deficiência. Informações sobre a faixa etária e sexo das pessoas incluídas como pessoas com deficiência são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 112 – Número de pessoas com deficiência por faixa etária e sexo (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 00 e 04 anos	3	1	4	4	1,4	1,4
De 05 e 06 anos	4	1	5	9	1,8	3,2
De 07 a 15 anos	21	13	34	43	12,0	15,1
De 16 a 17 anos	5	2	7	50	2,5	17,6
De 18 a 24 anos	27	14	41	91	14,4	32,0
De 25 a 34 anos	27	14	41	132	14,4	46,5
De 35 a 39 anos	9	9	18	150	6,3	52,8
De 40 a 44 anos	9	17	26	176	9,2	62,0
De 45 a 49 anos	12	12	24	200	8,5	70,4
De 50 a 54 anos	4	12	16	216	5,6	76,1
De 55 a 59 anos	8	10	18	234	6,3	82,4
De 60 a 64 anos	10	12	22	256	7,7	90,1
Mais de 65 anos	14	14	28	284	9,9	100
Total	153	131	284	284	100	100

Do quadro acima, podemos depreender que 50 pessoas, ou 17,6% tinham até 17 anos. Outra constatação, dentre outras possíveis, aponta que 52,8% tinham até 39 anos. Se considerarmos somente as 41 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, identificamos que 06 delas não estavam estudando na data da entrevista.

E, no que diz respeito aos tipos de deficiência, as que mais apresentaram frequência absoluta foram as deficiências física e mental, totalizando 61,5%, como pode ser observado no quadro abaixo.

**QUADRO 113** – Tipos de deficiências informadas pelas pessoas entrevistadas (2016)

Tipo de Deficiência	Nº de Pessoas	(%)
Deficiência Física	122	38,9
Deficiência Mental	71	22,6
Baixa Visão	38	12,1
Surdez Leve	13	4,1
Surdez Profunda	10	3,2
Cegueira	10	3,2
Síndrome de Down	9	2,9
Transtorno Mental	41	13,1
TOTAL	314	100,1

Salientamos que 30 pessoas informaram ter duas ou mais deficiências. Indagadas se em decorrência dessa deficiência recebiam cuidados de terceiros, 107 pessoas informaram que não recebiam. Destacamos que esse quesito admite múltiplas marcações e, dessa forma, identificamos que para 158 pessoas foi informado que recebiam cuidados de alguém da família; outras 27 pessoas, declararam que recebiam atenção de cuidadores especializados; 32 pessoas recebiam cuidados de instituições da rede socioassistencial. Outras 9 pessoas informaram que recebiam cuidados de vizinhos e 03 pessoas recebiam cuidados de outra forma.

## 2.6.2 Indicadores de Vulnerabilidade social

### a) Situação de pobreza e extrema pobreza

Com base nos dados de dezembro de 2014 identificamos que, das 1.938 famílias cadastradas, 1.021 destas estavam em situação de pobreza e de extrema

pobreza, correspondente a 52,7% do total de famílias cadastradas. Constatamos, também, que as famílias incluídas residem em 20 bairros da região do CRAS Sudeste. Constatamos, ainda, que 80,4% das famílias, independente da faixa de renda, residiam em 05 bairros, os quais apresentam acima de 100 famílias cadastradas, respectivamente, os bairros Planalto, Cruzeiro, Bela Vista, São Victor Cohab e Cristo Redentor. Tais bairros possuem, também, os maiores percentuais, em valores absolutos, de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Os percentuais em relação ao número de pessoas são similares. No quadro abaixo, podemos observar melhor a configuração apresentada pelos dados obtidos.

**QUADRO 114 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Sudeste (2014).**

BAIRRO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. PLANALTO	537	312	58,1
02. CRUZEIRO	378	201	53,2
03. BELA VISTA	319	145	45,5
04. SÃO VICTOR COHAB	207	109	52,7
05. CRISTO REDENTOR	118	53	44,9
06. PLANALTO II	92	53	57,6
07. LOTEAMENTO VITÓRIA	85	54	63,5
08. PANAZZOLO	84	41	48,8
09. VILA LEON	61	30	49,2
10. SÃO VIRGILIO (todas as léguas)	20	6	30,0
11. VILA MARI	16	8	50,0
12. Outros	21	9	42,9
TOTAL	1938	1021	52,7

Ao selecionarmos os cinco primeiros bairros relacionados acima, encontramos 80,3% do total de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em relação ao total de famílias que apresentaram essa característica.<sup>52</sup>

Em relação aos dados de julho de 2016, há configuração semelhante no que se refere aos percentuais de famílias em ambas as situações, como podemos verificar no quadro abaixo.

<sup>52</sup> - Em 2014, encontramos 05 bairros com menos de 10 famílias cadastradas. Para esses, relacionamos o número de famílias cadastradas e de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: Lot. Monte Reale (8/2); Lot. Vila Verde (6/1); Lot. Jardim La Paloma (4/3); Vila Verde (1/0); Paiquere (1/1).

**QUADRO 115 – Número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dos principais bairros da região do CRAS Sudeste (2016).**

BAIRRO	TOTAL DE FAMÍLIAS CADASTRADAS	FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA	%
01. PLANALTO	645	353	54,7
02. CRUZEIRO	470	216	46,0
03. BELA VISTA	348	145	41,7
04. SÃO VÍCTOR COHAB	247	116	47,0
05. PLANALTO II	159	83	52,2
06. CRISTO REDENTOR	138	61	44,2
07. LOTEAMENTO VITÓRIA	97	55	56,7
08. PANAZZOLO	110	41	37,3
09. VILA LEON	70	30	42,9
14. LOTEAMENTO VILA VERDE	20	16	80,0
10. VILA MARI	28	15	53,6
11. SÃO VIRGÍLIO	25	10	40,0
14. OUTROS	24	7	21,4
TOTAL	2381	1148	48,2

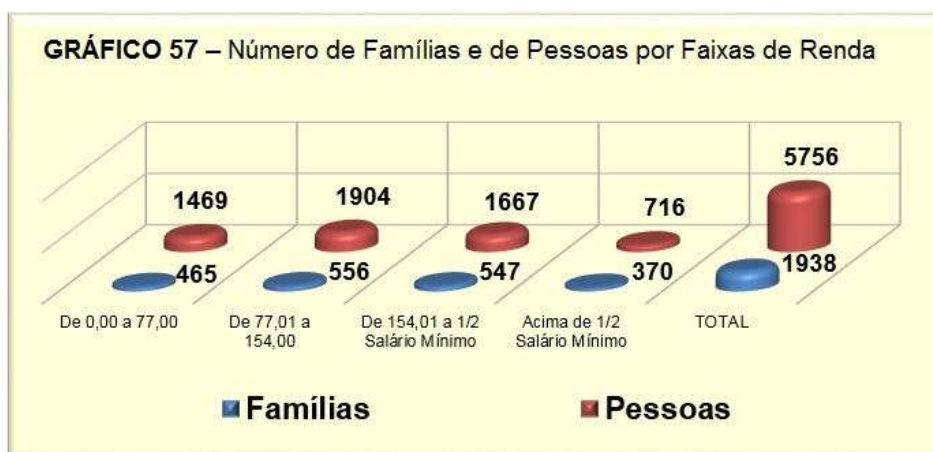
O percentual de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, com perfil PBF, corresponde a 48,2% do total de famílias cadastradas no território. Como já verificado nos outros territórios, há aumento da população em ambas as situações, mas igualmente há incremento de famílias de outras faixas de renda, que caracterizam a população de baixa renda. A partir dos dados acima, identificamos outros 02 bairros que passaram a ter número superior a 100 famílias cadastradas.<sup>53</sup>

**b) Beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família**

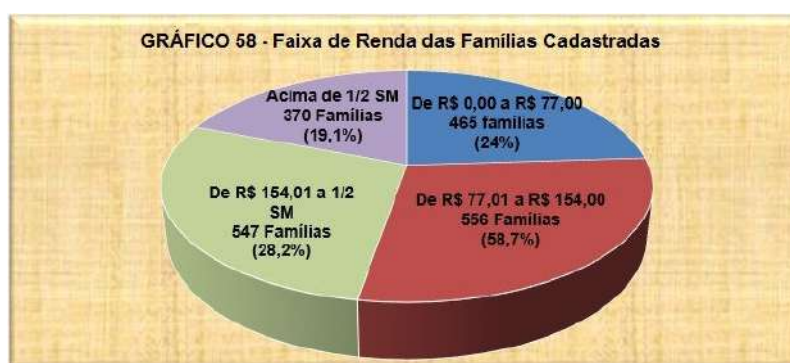
No que diz respeito às faixas de renda das famílias residentes nos bairros de abrangência do CRAS Sudeste, o Gráfico 57, abaixo, apresenta o respectivo número de famílias e de pessoas a partir dessa variável.

<sup>53</sup> - Em 2016, identificamos 05 bairros com menos de 10 famílias cadastradas, os quais são relacionados com o respectivo número de famílias e de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza: Lot. Monte Reale (14/3); Lot. Jardim La Paloma (4/3); Loteamento Paiquere (2/1); Lot. Bortolini (1/0); Vila Ipiranga (3/0).





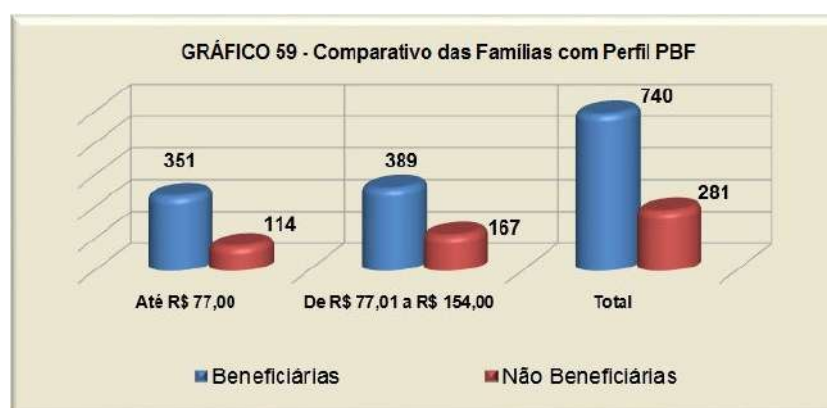
No gráfico acima, podemos constatar que do total de famílias incluídas no Cadastro Único e residentes na região de abrangência do CRAS Sudeste, 1.021 delas, ou 52,7%, estão em situação de extrema pobreza (24%) ou em situação de pobreza (28,7%), estando dentro do Perfil do Programa Bolsa Família, correspondente a 3.373 pessoas. Verificamos, também, que 547 famílias, 28,2% do total, têm renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e somente 19,1% das famílias, têm renda per capita acima de ½ salário mínimo. A distribuição das famílias por faixas de renda poder ser melhor visualizada no gráfico abaixo.



Como destacado anteriormente, totalizando o número de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (àquelas com renda per capita de até R\$ 154,00), temos 1.021 famílias com perfil para o Programa Bolsa Família (PBF). É necessário ressaltar que 839 famílias (equivalente a 2.857 pessoas), eram beneficiárias daquele programa e, destas, 740 tinham renda per capita até R\$ 154,00 e, 99 famílias, tinham renda per capita entre R\$ 154,00 e ½ salário mínimo e permaneciam como beneficiárias do PBF devido à regra de permanência.<sup>54</sup>

<sup>54</sup> - Para mais informações, ver Portaria do MDS nº 617, de 11/08/2010, a qual trata, no art. 6º, da regra de permanência das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mesma que a renda per capita ultrapasse o máximo permitido, desde que não exceda ½ salário mínimo.

No gráfico abaixo, podemos analisar melhor a diferença entre famílias com perfil para PBF que eram ou não beneficiárias do programa.



Podemos identificar que, das 1.021 famílias com perfil para o PBF, 740 recebiam valores do Programa, equivalente a 68,3% do total de famílias com esse perfil. Outras 445 famílias (37,9%), embora atendessem aos critérios do Programa, não eram beneficiárias.

Cabe ressaltar a necessidade, caso a situação perdure na atualização desse diagnóstico, da busca ativa das famílias com critérios para receber benefícios do PBF e que não foram incluídas no programa, pois essas famílias podem estar em situação de graves vulnerabilidades sociais, embora o Ministério do Desenvolvimento Social estipule critérios de inexigibilidade para o PBF devido, principalmente, às questões de renda.

No quadro abaixo, realizamos a caracterização do perfil das pessoas incluídas no PBF, a partir das variáveis da faixa etária e sexo.

**QUADRO 116 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2014)**

FAIXAS ETÁRIAS	SEXO		Total	Frequência Acumulada	%	% acumulado
	Masculino	Feminino				
00 a 06	314	314	628	628	22,0	22,0
07 a 15	443	425	868	1.496	30,4	52,4
16 a 17	83	84	167	1.663	5,8	58,2
18 a 24	103	171	274	1.937	9,6	67,8
25 a 39	98	457	555	2.492	19,4	87,2
40 a 49	41	184	225	2.717	7,9	95,1
50 a 59	28	70	98	2.815	3,4	98,5
Acima de 60	12	30	42	2.857	1,5	100
Total	1.122	1.735	2.857	2.857	100	100

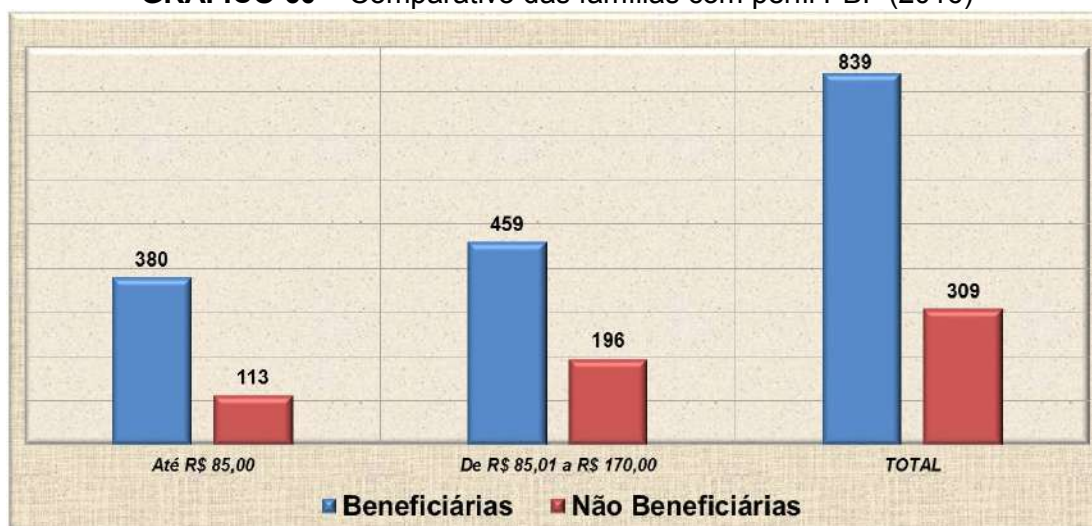
Os dados do quadro acima permitem identificar que 58,2% do total de



peças beneficiárias do PBF são crianças e adolescentes e, mais especificamente, 52,4% das peças têm idade entre 00 e 15 anos. Em relação à população adulta, os dados informam que 40,3% estão na faixa etária dos 18 a 59 anos, cuja frequência absoluta maior está na faixa dos 25 aos 39 anos. Somente 1,5% das peças têm idade acima de 60 anos. Verificamos, ainda, que 60,7% das peças cadastradas são do sexo feminino e 39,3% do sexo masculino.

Levantamento realizado com a base do Cadastro Único de julho de 2016, apresenta percentuais semelhantes aos encontrados em 2014, como pode ser observado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 60 – Comparativo das famílias com perfil PBF (2016)**



Os dados acima indicam que, do total de 1.148 famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, 839 delas, ou 73,1% estavam incluídas no PBF, embora outras 309 (26,9%), não recebiam valores do Programa. Foram identificadas 3.704 pessoas nessa situação, independente de estarem ou não recebendo benefícios. Cabe registrar que 906 famílias eram beneficiárias do PBF e, destas, 839 tinham renda per capita de até R\$ 170,00, e, as outras 67 famílias tinham renda per capita de R\$ 170,00 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e eram beneficiárias em decorrência da regra de permanência. Nesse território encontramos relativo aumento do número de famílias beneficiárias, passando de 839 famílias em 2014, para 906 famílias em 2016.

No quadro abaixo, é apresentado o perfil das pessoas beneficiárias do PBF, a partir das variáveis idade e sexo.

**QUADRO 117 – Sexo e faixa etária das pessoas beneficiárias do PBF (2016)**

FAIXA ETÁRIA	Nº de pessoas		Total de pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 0 e 4 anos	282	260	542	542	14,6	14,6
De 5 e 6 anos	143	118	261	803	7,0	21,7
De 07 a 15 anos	543	504	1047	1.850	28,3	49,9
De 16 a 17 anos	114	113	227	2.077	6,1	56,1
De 18 a 24 anos	131	228	359	2.436	9,7	65,8
De 25 a 34 anos	81	407	488	2.924	13,2	78,9
De 35 a 39 anos	48	210	258	3.182	7,0	85,9
De 40 a 44 anos	39	124	163	3.345	4,4	90,3
De 45 a 49 anos	38	93	131	3.476	3,5	93,8
De 50 a 54 anos	32	72	104	3.580	2,8	96,7
De 55 a 59 anos	22	47	69	3.649	1,9	98,5
De 60 a 64 anos	14	28	42	3.691	1,1	99,6
Mais de 65 anos	5	8	13	3.704	0,4	100
Total	1.492	2.212	3.704	3.704	100	100

### c) Beneficiários do BPC

Do total de usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), 294 pessoas residiam em bairros do território do CRAS Sudeste, equivalente a 11% do total. Destes, 195 eram beneficiários do BPC PCD e 99 do BPC Idoso.

A frequência por espécie de benefício bem como o bairro de residência dos usuários pode ser melhor visualizado no quadro abaixo.

**QUADRO 118 – Beneficiários do BPC no território do CRAS Sudeste**

BAIRRO	ESPÉCIE		TOTAL
	BPC PCD	BPC IDOSO	
01. PLANALTO I e II	65	29	94
02. CRUZEIRO	45	18	63
03. BELA VISTA	32	25	57
04. SAO VICTOR COHAB	15	9	24
05. CRISTO REDENTOR	13	3	16
06. PANAZZOLO	7	7	14
07. LOTEAMENTO VITORIA	10	2	12
08. OUTROS	14	9	23
TOTAL	195	99	294

O quadro acima permite identificar que os Planalto, Cruzeiro e Bela Vista apresentam, aproximadamente 72,8% do total de beneficiários naquele território.

Relativo à faixa etária dos beneficiários no quadro abaixo apresentamos a frequência de cada faixa de idade.

**QUADRO 119 – Faixa etária dos usuários do BPC PCD**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 5	3	3	6
6 a 12	14	10	24
13 a 17	13	7	20
18 a 24	20	11	31
25 a 39	20	20	40
40 a 59	23	31	54
Acima de 60	10	10	20
TOTAL	103	92	195

Dessa forma, verificamos que na faixa etária de 0 a 17 anos, temos aproximadamente 25,6% do total de usuários dessa espécie de benefício. Já as faixas etárias dos usuários do BPC Idoso, as respectivas frequências são apresentadas no quadro abaixo.

**QUADRO 120 – Faixa etária dos usuários do BPC Idoso**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	TOTAL
65 a 70	11	28	39
71 a 75	7	15	22
76 a 80	4	16	20
81 a 85	3	8	11
Acima de 85	1	6	7
TOTAL	26	73	99

Embora o BPC Idoso seja concedido para pessoas acima de 65 anos, é interessante incluir as faixas etárias desses beneficiários, uma vez que podem demonstrar a melhoria da qualidade de vida, bem como a sobrevivência que essas pessoas podem receber em decorrência da concessão do benefício. A partir dos dados acima, verificamos que 60,6% dos beneficiários têm idade acima de 70 anos.

### **2.6.3 Cobertura da Rede Socioassistencial Sudeste**

Nessa região localiza-se o CRAS Sudeste, equipamento implantado no município no dia 12 de fevereiro de 2016. Atualmente atende as famílias/indivíduos que residem em 20 bairros/loteamentos. O CRAS está em área urbana periférica, Rua Nadyr Antônio Antonioli, 21 – Bairro Planalto. No seu entorno há residências, terrenos baldios e uma indústria e comércio de confecções. O seu horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h00min.

**FIGURA 10** – Foto do CRAS Sudeste



No território da região do CRAS Sudeste têm Serviços de Proteção Social Básica; Serviços de Proteção Social Especial (média complexidade); e Serviços da Rede Intersetorial.

### **SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

a) 01 Unidade Pública que oferta SCFV para crianças e adolescentes:

- Cruzeiro do Sol com 50 vagas. Conforme os prontuários de acompanhamento

de outubro de 2016, havia 54 atendidos e a maioria deles, cerca de 46 % (25 usuários) pertenciam ao bairro Cruzeiro, onde o equipamento está localizado. Quanto aos demais, 8 eram oriundos do Loteamento Campos da Serra, 7 do Portinari, 5 do vila Leon e 1 do Bela Vista, de Zorzi e São Virgílio.

b) 01 Entidade de Assistência Social que oferta SCFV para Crianças e Adolescentes:

- Centro Assistencial Vitória, que oferta 80 vagas;

c) 01 Entidade de Assistência Social que oferta SCFV para idosos:

- Associação Jesus Senhor – SCFV para Pessoas Idosas, com 80 vagas.

d) 01 Unidade Pública – CRAS Sudeste – que oferta 11 vagas para idosos.

### **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA COMPLEXIDADE)**

a) 02 Entidades de Assistência Social que atendem pessoas com deficiência e suas famílias:

- Associação Helen Keller (95 vagas);
- Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais – APADEV (43 vagas);
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE “1ª Extensão Dovíglia” oferta 30 vagas.

b) 01 Entidade de Assistência Social que atende idosos e suas famílias:

- SPEI Domiciliado (Associação Jesus Senhor) com 100 vagas;

### **SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (ALTA COMPLEXIDADE)**

a) 01 Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI:

- Lar do Idoso Bela Vista (20 vagas);

### **REDE INTERSETORIAL**

Torna-se necessário que haja reuniões de rede intersetorial da região para haver articulação com o cronograma das agendas, principalmente da saúde e

educação, pois há falta de conhecimento dos fluxos de um para o outro que dificultam o atendimento das demandas das famílias.

#### **2.6.4 Demandas de novos serviços no território Sudeste**

No território de abrangência deste CRAS, conforme dados e informações da equipe que atende essa população, durante a aplicação/discussão do questionário do CENSO SUAS 2016, verifica-se que há presença de: área com risco de desabamento e alagamento, contornos geográficos que dificultam a mobilidade, moradias irregulares como favelas, invasões, grotas, cortiços; altos índices de criminalidade, conflito/violência vinculado ao tráfico de drogas. E dentre outras características que contribuem para a vulnerabilidade das famílias, destacam-se: desemprego, uso de substâncias psicoativas, insuficiência de Serviços de Proteção Social básica, baixa escolaridade, evasão escolar, ausência de planejamento familiar e projeto de vida, doenças, deficiências, migração, extrema pobreza e subemprego.

O CRAS até agosto de 2016, possuía o total de 463 famílias cadastradas, sendo 107 acompanhadas no PAIF, 209 beneficiárias do Programa bolsa família e 53 com BPC. E a partir dos registros dos atendimentos realizados a essas famílias é possível identificar, no que diz respeito a faixa etária, 724 pessoas com idade de 18 – 59 anos, 315 pessoas entre 7 – 14 anos, 272 pessoas de 0-6 anos, 131 entre 15 a 17 anos. E quanto ao bairro de maior concentração dessas famílias, 217 estão localizadas no bairro Planalto (incluindo frente e II), 63 no bairro Cruzeiro, 52 no bairro Bela vista e São Vitor respectivamente, 21 no Cristo Redentor e 20 em Vila verde II. Considerando apenas o bairro Planalto, onde concentra-se a maioria das famílias atendidas, constata-se o número de 174 crianças e adolescentes entre 7 – 14 anos, 164 crianças de 0-6 anos e 77 adolescentes entre 15-17 anos.

Verifica-se, portanto, uma demanda expressiva de público-alvo para Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos que não existe no bairro. Havia uma unidade pública da FAS, denominada “Arco-íris”, que ofertava esse serviço, mas que foi fechado devido a falta de infraestrutura.

***a) 02 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 02 SCFV para idosos***

**QUADRO 121** – Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos do Território do CRAS Sudeste incluídas no CADÚnico (Dez/2016)

BAIRRO	COM PBF	%	SEM PBF	%	TOTAL	%
01. PLANALTO	288	30,97	242	28,64	530	29,86
02. CRUZEIRO	194	20,86	182	21,54	376	21,18
03. BELA VISTA	96	10,32	128	15,15	224	12,62
04. SAO VICTOR COHAB	85	9,14	100	11,83	185	10,42
05. PLANALTO II	97	10,43	44	5,21	141	7,94
06. CRISTO REDENTOR	42	4,52	45	5,33	87	4,90
07. PANAZZOLO	37	3,98	37	4,38	74	4,17
08. LOTEAMENTO VITORIA	42	4,52	26	3,08	68	3,83
09. VILA LEON	28	3,01	23	2,72	51	2,87
10. LOTEAMENTO VILA VERDE II	12	1,29	3	0,36	15	0,85
11. SAO VIRGILIO	5	0,54	10	1,18	15	0,85
12. LOTEAMENTO MONTE REALE	1	0,11	4	0,47	5	0,28
13. LOTEAMENTO JARDIM LA PALOMA	3	0,32	0	0,00	3	0,17
14. VILA IPIRANGA	0	0,00	1	0,12	1	0,06
TOTAL	930	100	845	100	1775	100
%	52,4		47,6		100	

Quanto ao SCFV para idosos, no quadro a seguir identificam-se as localidades que possuem maior número de idosos que recebiam BPC, PBF e nenhum benefício.

**QUADRO 122** – Pessoas Idosas do Território do CRAS Sudeste Incluídas no CADÚnico.

BAIRRO	BPC IDOSO	PBF		TOTAL	%
		SIM	NÃO		
01. PLANALTO	26	8	82	116	23,0
02. CRUZEIRO	18	6	73	97	19,2
03. BELA VISTA	25	2	69	96	19,0
04. SAO VICTOR COHAB	9	4	29	42	8,3
05. PANAZZOLO	7	0	24	31	6,1
06. CRISTO REDENTOR	3	3	24	30	5,9
07. VILA LEON	4	3	22	29	5,7
08. PLANALTO II	3	0	25	28	5,5
09. LOTEAMENTO VITORIA	2	6	8	16	3,2
10. OUTROS	2	3	15	20	4,0
TOTAL	99	35	371	505	100

Fonte: Base de dados – CADÚnico (dezembro/2016) e SUASWEB (novembro/2016).

Como pode ser observado no quadro acima, do total de 116 idosos no Planalto, 26 recebiam BPC e 08 PBF. No Planalto II, do total de 28 idosos, 03 recebem BPC. No Cruzeiro tinham 97, sendo que 18 recebiam BPC e 06 PBF. No Bela Vista do total de 96, 25 recebem BPC e 02 PBF. Diante disso identifica-se a necessidade de dois SCFV, sendo um localizado no bairro Planalto, para atender também o Planalto II, e no Cruzeiro para atender também os idosos do Bela Vista.



### **3 DESCUMPRIMENTO DE CONDICIONALIDADES DO BOLSA FAMÍLIA**

O Programa Bolsa Família configura-se como programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, mediante o cumprimento de condicionalidades. A verificação e acompanhamento do cumprimento ocorre de forma intersetorial, englobando as políticas sociais da saúde, educação e da assistência social.

As informações das famílias existentes no Cadastro Único, no Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) e no Sistema de Condicionalidades (SICON) do MDS, determinam o público com perfil para inclusão no Programa Bolsa Família e acompanhamento das condicionalidades.

Incluídas as famílias no PBF, o MDS envia para os Ministérios da Educação e Saúde a relação de famílias com o público que passará a ter acompanhamento em cada área, o que ocorre através de sistemas específicos (Sistema Presença e Sistema de Gestão do PBF na Saúde). A partir dessa relação, os municípios acompanham e coletam os dados da frequência escolar e dos atendimentos em saúde e os registram nos sistemas pertinentes.

Para as famílias incluídas no Programa e que tenham crianças e adolescentes entre 06 e 17 anos deverão ser aferidas a frequência escolar (85% para crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos e 75% para adolescentes acima de 16 anos). Para aquelas que têm crianças de 0 a 6 anos, deverão ter o calendário vacinal, o peso e a altura verificados, além do acompanhamento para mulheres em idade fértil para identificação das gestantes e acompanhamento no período do pré-natal.

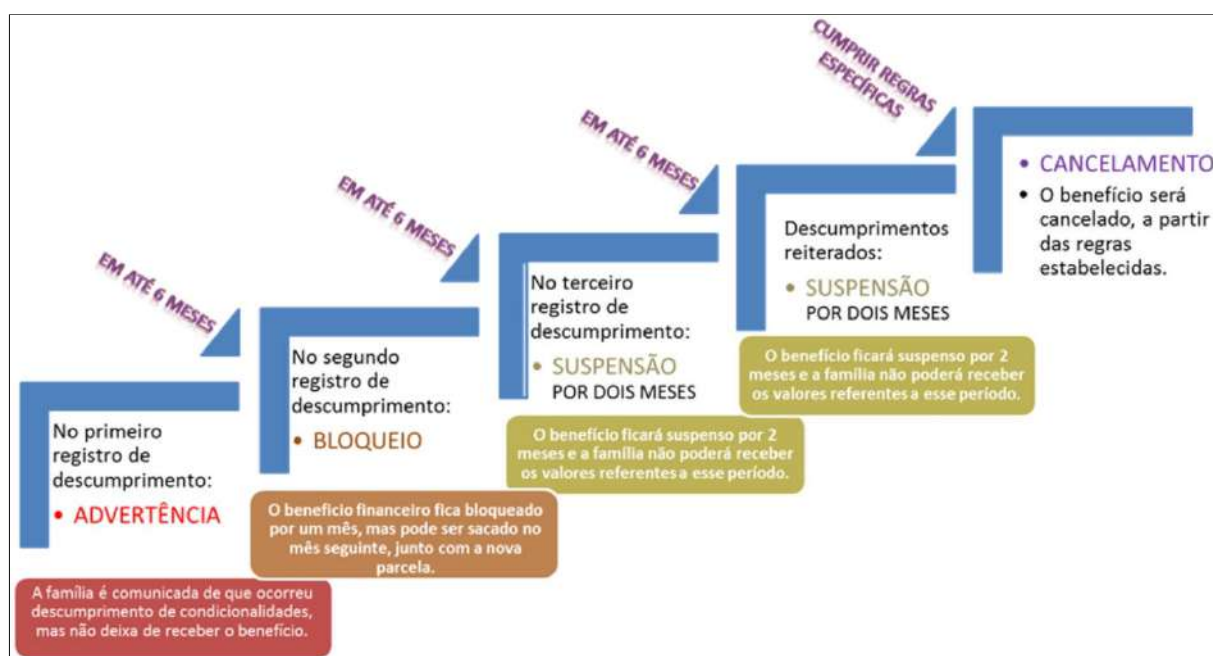
A frequência escolar das crianças e adolescentes é acompanhada bimestralmente e, as condicionalidades na área da saúde, têm verificação semestral. O MDS centraliza e sistematiza o resultado dos acompanhamentos das condicionalidades, identificando as famílias que não as cumpriram. Desse modo, parte-se da premissa que alunos com baixa frequência escolar, crianças com vacinação e acompanhamento do crescimento desatualizados e gestantes que não realizam o pré-natal, sinalizam ao gestor municipal a possibilidade da família encontrar-se em situação de vulnerabilidade e risco social.

Identificadas as famílias com descumprimentos de condicionalidades, são aplicados efeitos que podem repercutir nos benefícios, os quais são gradativos,

podendo ocasionar advertência,<sup>55</sup> bloqueio,<sup>56</sup> suspensão<sup>57</sup> ou até mesmo o cancelamento<sup>58</sup> e variam conforme o histórico de descumprimentos das famílias, o qual é registrado no SICON.

Para ocorrer a progressão de um efeito para outro, é necessário atentar para o período de seis meses. Caso a família incorra em um dos efeitos e volta a incorrer no mesmo efeito em período menor de seis meses, ocorre a progressão para o efeito seguinte. Passando esse prazo, a família recebe o efeito inicial novamente. A forma de progressão pode ser melhor visualizada no gráfico abaixo.

**FIGURA 11** – Progressão dos efeitos dos descumprimentos de condicionalidades do PBF



Fonte: MDS

Para que ocorra o cancelamento de benefícios, são necessárias a ocorrência de três situações simultâneas: a família estar em fase de suspensão; ter registro de acompanhamento familiar ativo no SICON; apresentar, após passados doze meses do ingresso em fase de suspensão e de ter registro no SICON, novo descumprimento de condicionalidades.

É importante frisar que famílias com reiterados descumprimentos de

<sup>55</sup>- A família é informada que um ou mais integrantes do núcleo familiar descumpru condicionalidades. Nesse caso, a família não deixa de receber o benefício.

<sup>56</sup>- O benefício é bloqueado por um mês e poderá ser sacado no mês posterior.

<sup>57</sup>- Ocorre a suspensão por dois meses e a família não terá direito aos valores relativos ao período da suspensão.

<sup>58</sup>- Ocorrido o cancelamento, a família é desligada do Programa.

condicionalidades podem indicar vulnerabilidades sociais que estejam interferindo nas suas condições de vida. A partir das situações identificadas no acompanhamento das condicionalidades é possível a identificação das famílias que precisam de acompanhamento familiar para superar as condições impeditivas de sua função protetiva.

Os técnicos dos CRAS têm acesso ao SICON e podem registrar os resultados do acompanhamento familiar interrompendo por até seis meses os efeitos oriundos do descumprimento de condicionalidades, caso houver o entendimento que a continuidade da vigência do benefício seja necessário para que família supere as vulnerabilidades.

O acompanhamento familiar poderá fazer com que as famílias superem as vulnerabilidades sociais e enfrentem os riscos vinculados à pobreza e extrema pobreza, potencializando a capacidade de autonomia e de emancipação. É necessário ressaltar que o acompanhamento das condicionalidades possibilita o município identificar situações de vulnerabilidade social ocorridos nas famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza e podem apontar para circunstâncias que exijam a intervenção da Fundação de Assistência Social (FAS). Possibilita, também, a elaboração de diagnósticos socioterritoriais para subsidiar a formulação ou tornar mais eficazes as políticas públicas sociais, orientando, desde que utilizados, a atuação do poder público.

Sob essa perspectiva, as motivações para a baixa frequência escolar, as informações sobre a situação nutricional das crianças e gestantes e o acompanhamento familiar realizado pelas políticas públicas relacionadas tornam-se ferramenta para esse escopo.

Nas páginas que seguem, a partir dos diversos relatórios disponibilizados pelo SICON, entre outras fontes, realizamos levantamento do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como o número de crianças e adolescentes que foram acompanhadas pelas condicionalidades da educação e da saúde. Em momento posterior, apresentamos dados sobre as motivações para o descumprimento de condicionalidades, tanto para aquelas que não tiveram repercussões nos benefícios do PBF, como para aquelas cujos efeitos redundaram em repercussões.

Em relação ao quantitativo de famílias beneficiárias do PBF, o gráfico abaixo apresenta a evolução do número de famílias entre 2004 e 2016.

**GRÁFICO 61 – Famílias beneficiárias do PBF (2004-2016)**

O gráfico acima permite apreender o número de famílias beneficiárias do PBF no período<sup>59</sup> através de duas formas. Na primeira, apresentou-se o número de famílias beneficiárias, indicando o quantitativo em que houve maior frequência absoluta em cada ano. Dessa forma, identificamos maior número de famílias em 2009, ano em que 9.628 famílias chegaram a ser beneficiadas e, a média de famílias incluídas no período de 2004 e 2016 foi de 7.673 famílias.

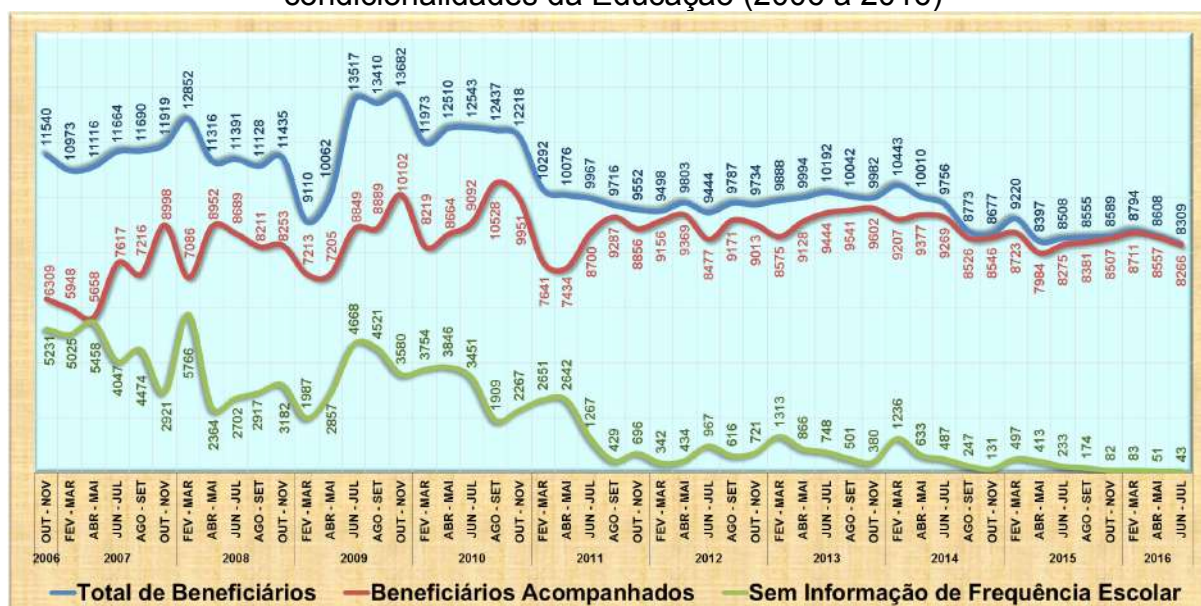
Na segunda forma, foi apresentado o número médio de famílias em cada ano e, do mesmo modo, a maior frequência foi encontrada em 2009, com 8.316 famílias, cuja média no período de 2004 a 2016, foi de 6.909 famílias.

O montante de recursos financeiros repassados às famílias no período analisado foi de R\$ 97.917.297,00. Cabe salientar que, mesmo que esses valores tenham sido creditados para as famílias beneficiárias, parcela desses recursos não foram sacados, por vários motivos: desconhecimento pelas famílias da inclusão no programa, desligamento voluntário, entre outros motivos possíveis.

No que diz respeito às crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, o número de alunos beneficiários do Programa no período de 2006 a 2016 apresentou variações significativas no cômputo total, tanto no número de beneficiários quanto no número de beneficiários acompanhados, como podemos depreender do gráfico abaixo.

<sup>59</sup>- Em 2016, foram levantados dados das famílias beneficiárias até setembro de 2016.

**GRÁFICO 62** – Beneficiários do PBF de 06 a 15 Anos acompanhados pelas condicionalidades da Educação (2006 a 2016)



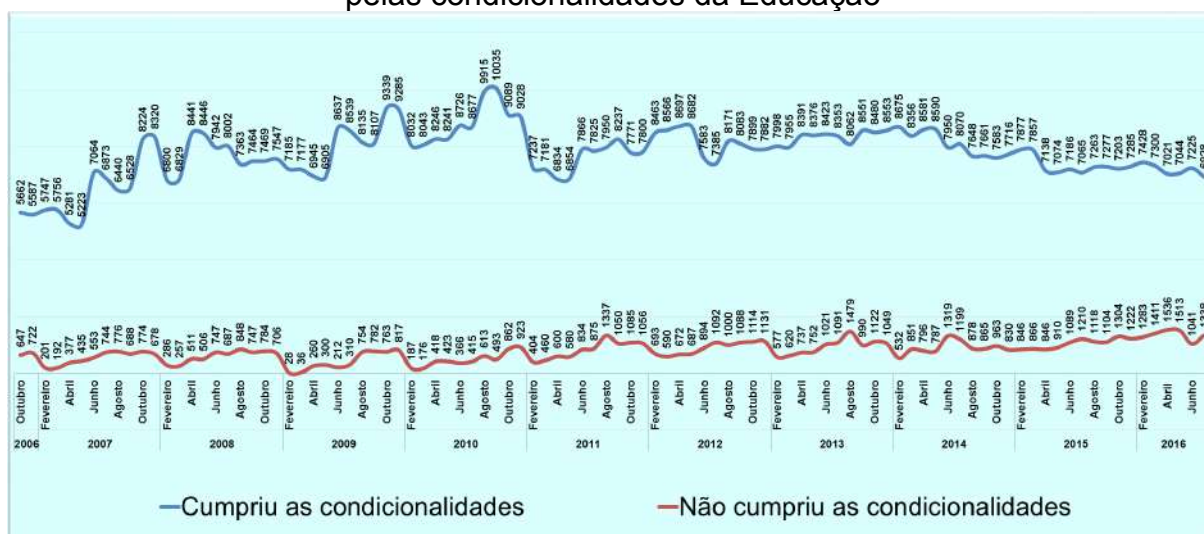
De acordo com os dados acima, em 2006 identificamos, no período de outubro e novembro daquele ano, 11.540 alunos nessa faixa etária e, no período de junho e julho de 2016, 8.309 alunos, um decréscimo de 28%. Encontramos, ainda, em novembro de 2009, a maior frequência no período analisado, com 13.862 alunos nessa faixa etária e, no período de 2006 a 2016, foi apurada a média de 10.832 alunos.

Depreendemos, também, redução acentuada do número de alunos sem informação de frequência escolar, cujo ápice ocorreu em março de 2008, com 5.766 alunos nessa situação e, em julho de 2016, encontramos somente 43 alunos sem informação, o que demonstra a efetividade da política pública da área da educação.

Em relação ao número de alunos beneficiários do PBF e acompanhados pela área da educação, no gráfico abaixo apresentamos as frequências mensais entre outubro de 2006 e julho de 2016 e a informação se cumpriram ou não as condicionalidades pertinentes.



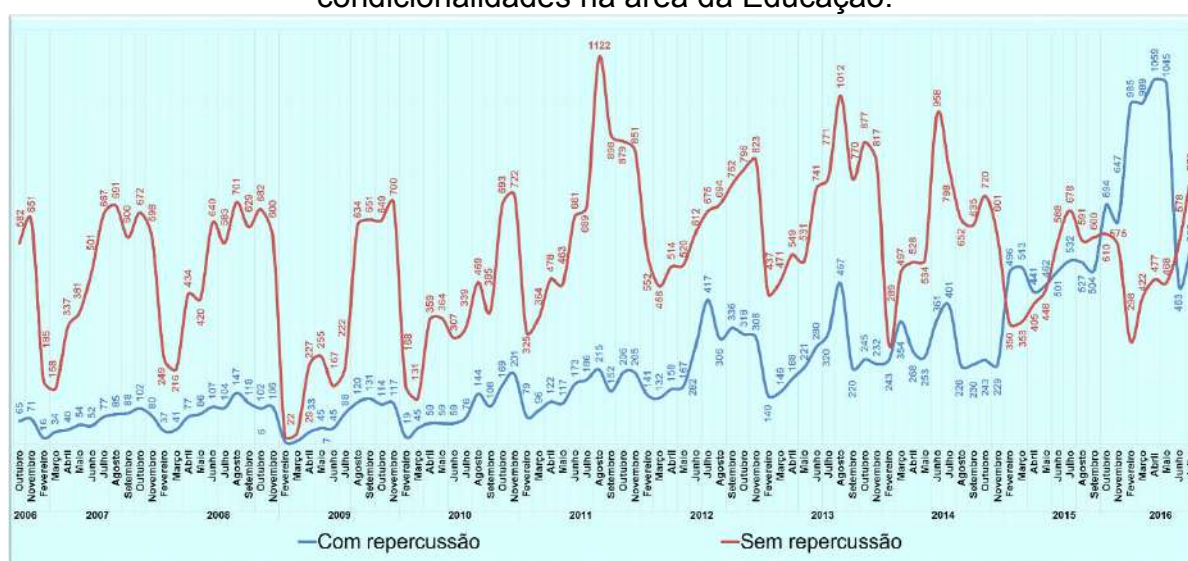
**GRÁFICO 63** - Dados dos beneficiários do PBF de 06 a 15 anos acompanhados pelas condicionalidades da Educação



Foram contabilizados no período 76.341 descumprimentos de condicionalidades, cuja média mensal foi de 779 descumprimentos, com média percentual de 10% de alunos com descumprimentos em relação ao total de alunos acompanhados.

Apesar da baixa frequência registrada pelos alunos, cabe registrar que nem todos os descumprimentos tiveram repercussão nos benefícios do PBF, como podemos apreender no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 64** - Beneficiários do PBF de 06 a 15 Anos com descumprimentos de condicionalidades na área da Educação.



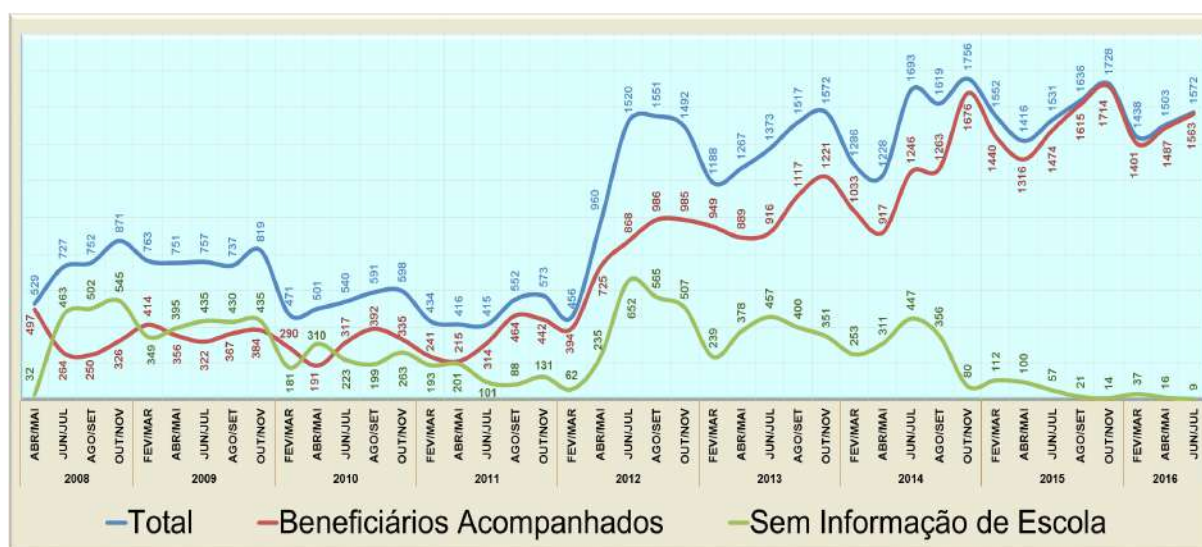
A partir dos dados apresentados acima, verificamos que percentual significativo dos registros de baixa frequência não apresentaram repercussão nos benefícios das famílias. Dessa forma, salientamos que, do total de 76.341 registros

de baixa frequência, 23.143 tiveram alguma repercussão nos benefícios, equivalente a 30,3%.<sup>60</sup>

Cabe salientar que até novembro de 2014, os descumprimentos de condicionalidades que tiveram alguma repercussão nos benefícios do PBF se mantinham em patamares inferiores àqueles que tiveram repercussão. A partir de fevereiro de 2015, percebemos que se intercalaram os dois tipos de descumprimento, com maior proeminência para os registros com repercussão nos benefícios, possível consequência do aumento do índice de acompanhamento.

No que diz respeito aos alunos da faixa etária dos 16 a 17 anos, no gráfico abaixo, são apresentados os dados relativos aos beneficiários do Benefício Variável Jovem (BVJ).

**GRÁFICO 65** - Beneficiários do PBF de 16 a 17 anos acompanhados pelas condicionalidades da Educação (2008 a 2016).



Salientamos que, como verificado na faixa etária dos 06 aos 15 anos, encontramos decréscimo do número de alunos sem registro de informação sobre escola. Outro ponto importante a ser ressaltado do gráfico acima, é o acréscimo de beneficiários nessa faixa etária, pois encontramos, em abril de 2008, 529 alunos que foram acompanhados e, em julho de 2016, esse número subiu para 1.572 alunos, apresentando crescimento na ordem de 197,2%, embora tenhamos encontrado maior frequência em novembro de 2014, com 1756 alunos. Esse aumento não

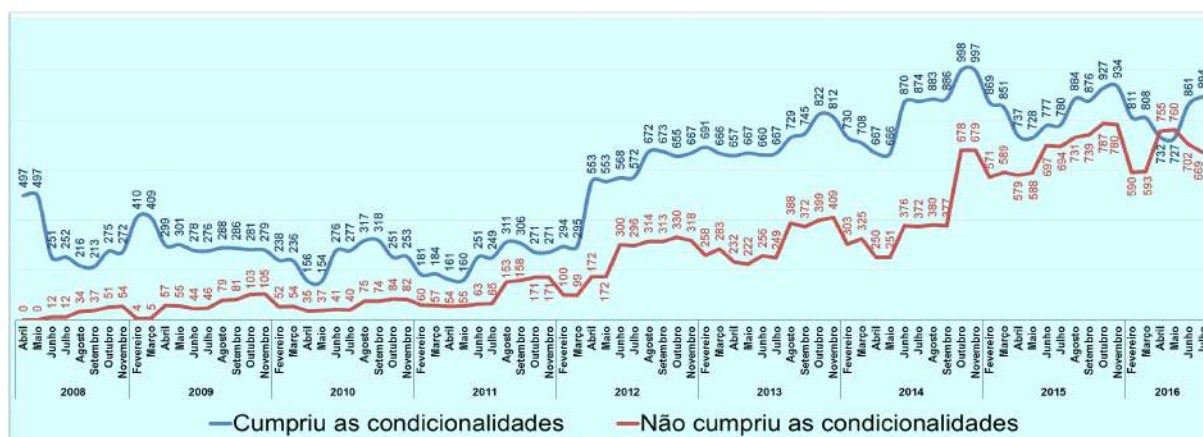
<sup>60</sup> O MDS, em seus relatórios, distingue dois tipos de descumprimento de condicionalidades: aqueles cujo descumprimento está relacionado às situações que estão sob a governabilidade da família e aqueles que estão fora da governabilidade da família e, por isso, não podem ser responsabilizadas pelo não cumprimento da condicionalidade da educação.



ocorreu somente pelo efetivo acompanhamento dos alunos, mas também pelo incremento de famílias incluídas no PBF.

Em que pese o número de beneficiários do BVJ ter aumentado, encontramos nessa faixa etária, também, maior proporção de alunos que incorreram em frequência escolar abaixo do exigido, requisito para que os alunos sejam considerados como descumpridores de condicionalidades e, dependendo da motivação, ter repercussões ou não nos benefícios do PBF. Enquanto que na faixa etária dos 6 aos 15 anos o percentual médio de descumprimento no período foi de 10% em relação ao total de alunos acompanhados, independentemente de ter repercussão ou não nos benefícios, esse percentual médio chegou a 42,5% na faixa etária dos 16 aos 17 anos. Essa correlação poder ser melhor visualizada no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 66** - Cumprimento das condicionalidades da Educação pelos beneficiários do PBF de 16 a 17 anos.

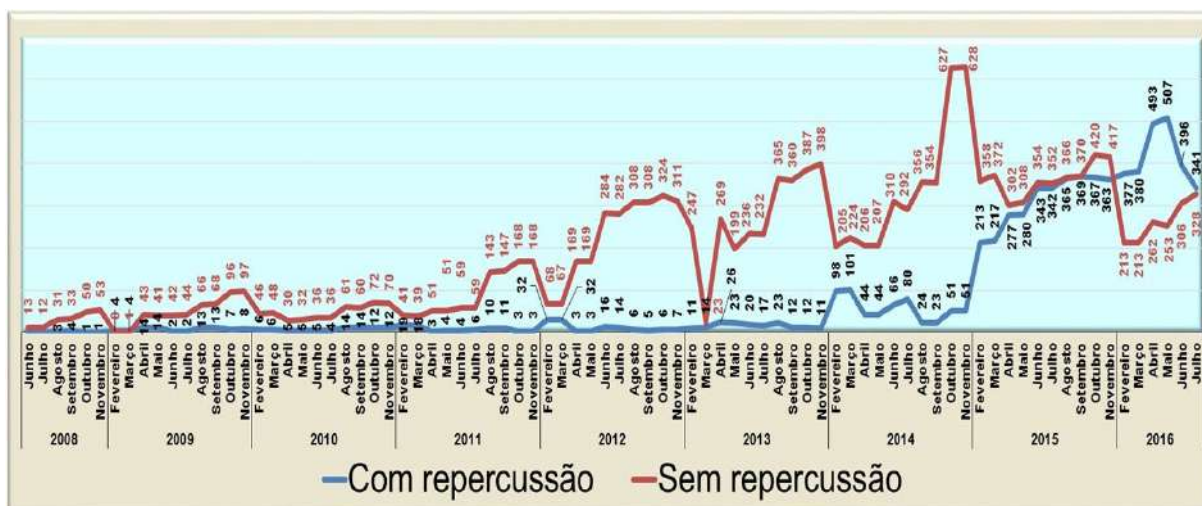


Conforme gráfico acima e para exemplificar o maior número de registros com descumprimentos de condicionalidades dessa faixa etária em relação à outra, em julho de 2016, do total de 1.563 adolescentes acompanhados, 669 destes, ou 42,8%, apresentaram descumprimento de condicionalidades. Para fins de comparação, na faixa etária dos 6 aos 15 anos e no mesmo período, o percentual apresentado foi de 16,2%.

Embora tenhamos maior percentual de alunos com descumprimento de condicionalidades na faixa etária dos 16 aos 17 anos, quando comparamos o número de repercussões efetivas nos benefícios do PBF verificamos que, proporcionalmente, os beneficiários do BVJ são aqueles que apresentam menos

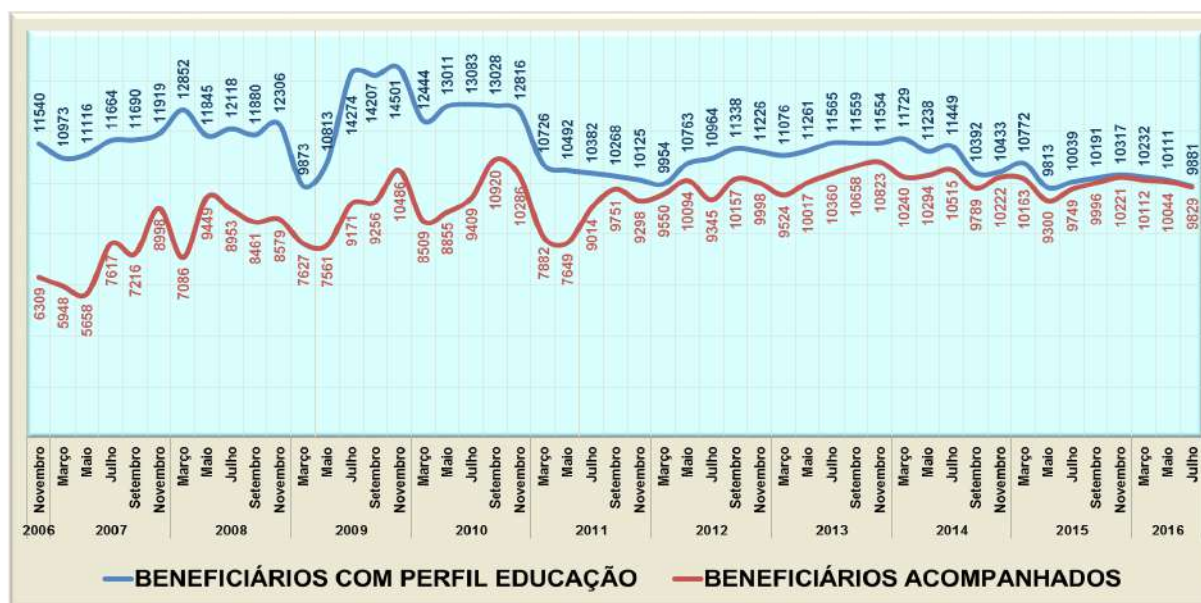
repercussões nos benefícios, como podemos inferir do gráfico abaixo.

**GRÁFICO 67 – Beneficiários do PBF de 16 a 17 anos com descumprimentos de condicionalidades na área da Educação.**



Desse modo, comparando os percentuais dos dois grupos de alunos beneficiários do PBF, em julho de 2016, verificamos que, proporcionalmente, os alunos da faixa etária dos 6 aos 15 anos apresentam maior percentual médio de descumprimentos de condicionalidades com repercussões nos benefícios, aproximadamente, 26,3% do total. Por outro lado, os alunos beneficiários dos 16 aos 17 anos, tiveram menor percentual médio de repercussões, com 21,1%.

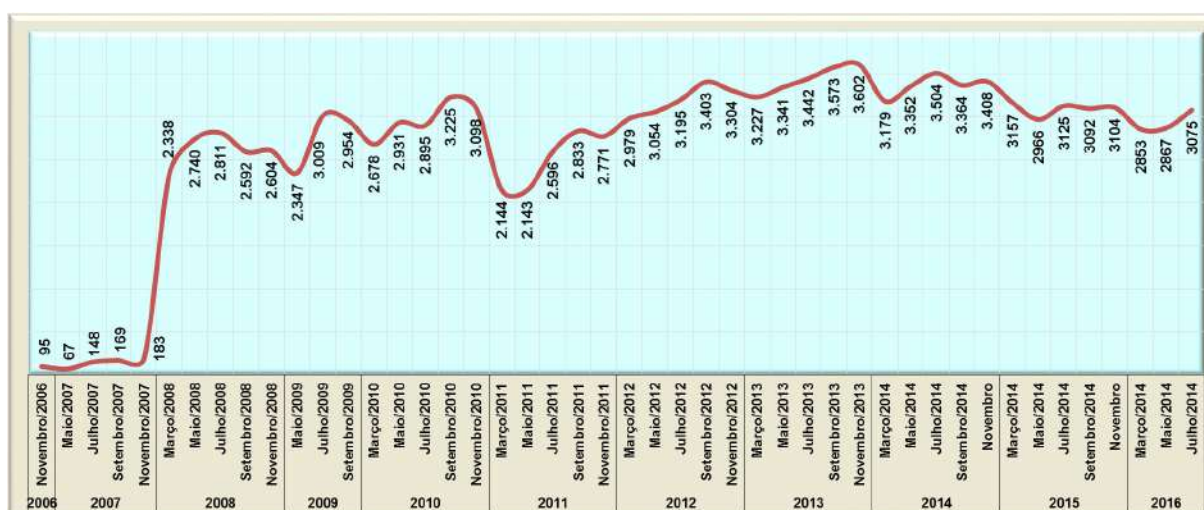
Salientamos que o número de alunos acompanhados pela área da educação e da saúde reflete no maior ou menor valor repassado ao município em termos de Índices de Gestão Descentralizada (IGD). Dessa forma, verificamos que na área da educação, o percentual de alunos acompanhados teve aumento gradativo entre 2006 e 2014, contribuindo para o aumento do IGD, conforme depreende-se do gráfico abaixo.

**GRÁFICO 68 - Acompanhamento pela Educação - Resultado para IGD.**

Verificamos, assim, que em 2006, a taxa de acompanhamento dos alunos era 54,7% do total de alunos beneficiários do PBF. Já no último período analisado, em julho de 2016, esse percentual subiu para 99,5%. Como verificado nos gráficos 00 e 00 o percentual de alunos acompanhados pela rede municipal de ensino, através da Secretaria Municipal de Educação (SMED), foi substancial, tanto para os beneficiários do BFA, quanto para os beneficiários do BVJ.

Como fatores para o aumento da taxa de acompanhamento em ambos grupos de alunos os técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SMED) citam: (1) consulta diária ao sistema do Educacenso, após atualização (1º semestre 2016); (2) consulta bimestral à Central de Matrículas; (3) acompanhamento diário no Sistema Presença; (4) parceria entre a 4ª CRE e Escolas da Rede Municipal para localização de alunos e (5) busca ativa dos alunos não localizados e sem vínculo escolar.

Tais fatores contribuíram, também, para o incremento do acompanhamento pelas escolas estaduais, conforme verificado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 69** - Acompanhamento Educação - Resultado das Escolas Estaduais.

Verificamos que o acompanhamento realizado pelas escolas estaduais atinge praticamente 100% das metas atendidas, visto que o número de alunos ainda não acompanhados em novembro de 2014, aproximadamente 52 beneficiários, são todos vinculados à rede municipal, o que não desmerece o trabalho realizado pela SMED, pois, como assinalado, o acompanhamento pelas condicionalidades da área da educação saltou, de 54,7% em 2006, para 99,5% do total de alunos em julho de 2016.

Em relação às condicionalidades da área da saúde, igualmente verificamos pelos relatórios apresentados no SICON, o aumento do acompanhamento das famílias com “Perfil Saúde”, embora não na mesma proporção verificada na área de educação.<sup>61</sup> O gráfico abaixo apresenta dados sobre esse acompanhamento.

<sup>61</sup>- Famílias beneficiárias pelo PBF com crianças menores de 7 anos e/ou mulheres em idade fértil (o intervalo de idade utilizado foi de 10 a 50 anos até o 1º sem/2008 e 14 a 44 anos desde o 2º sem/2008).

**GRÁFICO 70 – Famílias beneficiárias do PBF com “Perfil Saúde”**

Depreende-se que o número de famílias em acompanhamento das condicionalidades da área da saúde teve aumento na taxa respectiva, a qual foi da ordem de 28,6% no primeiro semestre de 2006. Essa taxa se manteve inferior ao número de famílias não acompanhadas, a qual só foi suplantada no primeiro semestre de 2012, período no qual verificamos que o percentual de famílias em acompanhamento foi de 54,9%. No primeiro semestre de 2016, esse percentual subiu para 82,1%.

Verificamos, ainda, crescimento do número de famílias com “*Perfil Saúde*”, de 6.279 famílias no segundo semestre de 2006, para 6.756 famílias no primeiro semestre de 2016, crescimento de 7,6% no período, embora, em 2009, identificamos a maior frequência, com 8.070 famílias com esse perfil cuja média, entre 2006 e 2016, foi de 6.521 famílias.

Cabe ressaltar que no total de famílias com “*Perfil Saúde*”, ocorreram casos em que houve acompanhamento parcial, visto que parte dos integrantes das famílias tiveram acompanhamento, mas sempre foram em percentual reduzido, com 8,9% de famílias com acompanhamento parcial no primeiro semestre de 2007 (maior percentual verificado). No primeiro semestre de 2016, o percentual de famílias com acompanhamento parcial foi de 3,6%.

Quanto ao número de crianças de 0 a 7 anos acompanhadas pela política pública de saúde constatamos, igualmente, aumento do número de crianças com esse perfil, bem como o aumento da taxa de acompanhamento de crianças de 0 a 7 anos, como apresentado abaixo.

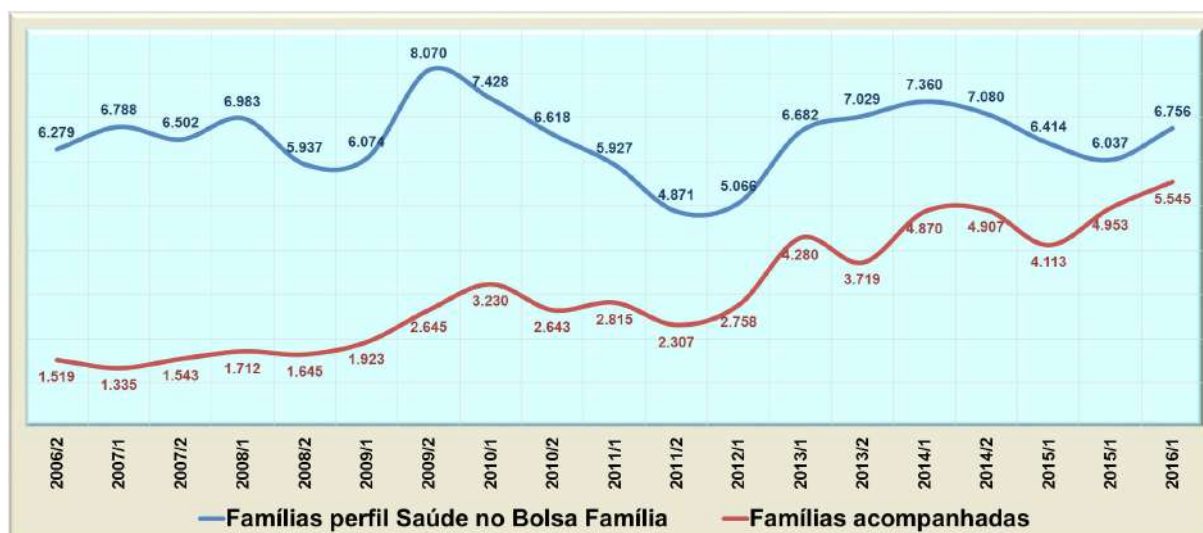


**GRÁFICO 71** - Número de crianças de 0 a 7 anos acompanhadas nas condicionalidades da área da Saúde e dados sobre acompanhamento



Dessa forma, no primeiro semestre de 2011, 4.078 crianças tinham o “Perfil Saúde” e, no primeiro semestre de 2016, o número de crianças era de 5.902 pessoas, crescimento de 44,7%. Em termos de crianças acompanhadas, constatamos que os percentuais eram semelhantes em termos de acompanhamento do primeiro semestre de 2011, tendo leve declínio no segundo semestre daquele ano. A partir de 2012, essa taxa de acompanhamento teve acentuada elevação, pois se o percentual era praticamente 50% do total de crianças com esse perfil em 2011, no primeiro semestre de 2016 esse percentual subiu para 81,4%, embora tenhamos 18,6% das crianças sem acompanhamento.

Portanto, os dados apresentados pelo acompanhamento da Saúde, o qual serve para composição do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), apresentam gradativo crescimento, como podemos verificar no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 72 – Acompanhamento em Saúde – Resultados do IDG**

Assim, de uma taxa de 24,2% apresentado no segundo semestre de 2006, obtivemos a taxa de 82,1% no primeiro semestre de 2016.

No que diz respeito ao acompanhamento das famílias pelas equipes dos CRAS, cuja taxa de acompanhamento serve para cálculo do IGD-M, é necessário mencionar alguns pormenores. Inicialmente, cabe salientar que nem todas as famílias em descumprimento de condicionalidades são acompanhadas, uma vez que advertências, por exemplo, não são passíveis de bloqueios dos benefícios do PBF. Somente são passíveis de acompanhamento familiar para cálculos do IGD as famílias com reiterados descumprimentos de condicionalidades e que ingressaram em fase de suspensão. Dessa forma, a diferença entre o total de famílias em fase de suspensão e famílias em fase de suspensão com registro de acompanhamento familiar,<sup>62</sup> é utilizada para cálculo do IGD.<sup>63</sup>

No gráfico abaixo é apresentado o número de famílias que apresentaram suspensão dos benefícios do PBF, bem como aquelas que tiveram registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON).

Os meses relacionados são aqueles em que houve repercussão por descumprimento de condicionalidades até 6 meses antes da última repercussão, considerados para identificação das famílias em fase de suspensão.

Conforme destacado pelo MDS, a fase de suspensão aponta para famílias em

<sup>62</sup>- Número de famílias que estavam em Fase de Suspensão e tiveram registro de Acompanhamento Familiar ativo no SICON no período de apuração, excluídas aquelas com recurso deferido antes do período de apuração.

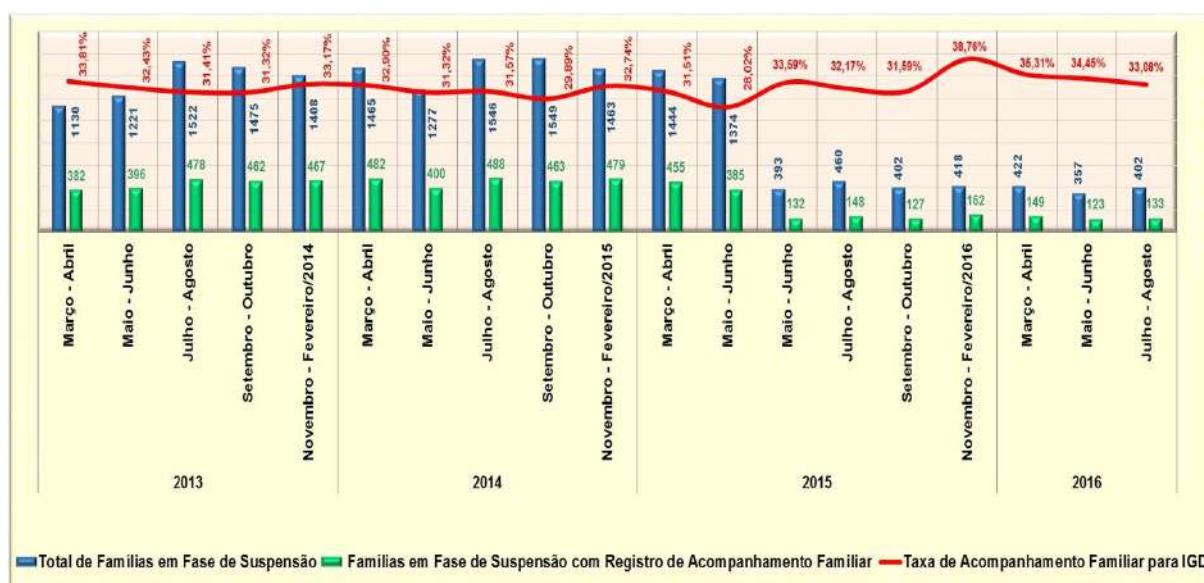
<sup>63</sup>- A taxa de acompanhamento familiar para o IGD é o resultado da divisão entre o número de famílias em fase de suspensão com registro de acompanhamento familiar e o total de famílias em fase de suspensão. Este valor deve ser multiplicado por 5% para calcular o incentivo do IGD.



situação mais crítica de vulnerabilidade por possuírem vários descumprimentos reiterados, estando em período de insegurança de renda, pois o recebimento regular dos benefícios é descontinuado em virtude da suspensão por 60 dias a cada efeito de suspensão recebido.

Os dados relativos ao total de famílias em fase de suspensão, entre 2013 e 2016, bem com o número de famílias com registro de acompanhamento familiar são apresentados no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 73 – Acompanhamento Familiar – Resultados para IGD**



É importante mencionar que os bimestres assinalados dizem respeito ao **período de apuração do acompanhamento familiar**, cujas taxas servem para definição do cálculo do IGD para dois ou mais meses no período. Assim, pelos relatórios gerados, verificamos que em 2015 há período de apuração de acompanhamento idêntico, meses de maio e junho, mas com número de famílias em fase de suspensão diferentes, pois no primeiro período, foram apontadas 1.374 famílias em fase de suspensão, que serviu para o cálculo do IGD do mês de julho. No mesmo período foram apontadas, ainda, 393 famílias em fase de suspensão, cuja taxa de acompanhamento serviu para cálculo do IGD do mês de agosto.

Cabe ressaltar que o cálculo do IGD anterior a agosto de 2015 considerava todas as famílias com efeito válido (advertência, bloqueio e suspensão). Posteriormente, somente as famílias em fase de suspensão foram consideradas para efeito do cálculo do incentivo. Por esse motivo, por exemplo, encontramos 1.374 famílias no período de maio e junho de 2015 e, julho e agosto do mesmo ano,

foram identificadas 460 famílias.

De acordo com o gráfico acima, depreende-se que a taxa de acompanhamento familiar teve poucas oscilações no período analisado, de março/abril de 2013 (33,81%) a julho/agosto de 2016 (33,08%). A maior taxa de acompanhamento familiar foi verificada no período de novembro de 2016 a fevereiro de 2016, com 38,76% das famílias acompanhadas. Da mesma forma, a menor taxa foi verificada no primeiro período de maio/junho de 2015, com percentual de 28,02%. Assim, verificamos que o percentual médio de famílias acompanhadas girou em torno de aproximadamente 32,6%.

Cabe salientar o baixo acompanhamento destas, o que repercute, em conjunto com outras variáveis, nos valores recebido pelo município através IGD, cujo montante gira em torno de 50% do total que o município poderia receber se estivesse com maior taxa de acompanhamento das famílias em fase de suspensão, bem como o número de famílias acompanhadas pelas condicionalidades da área da saúde.<sup>64</sup>

Em relação aos alunos com descumprimentos de condicionalidades na área da educação, ressaltamos que, apesar do Sistema de Condicionalidades (SICON) disponibilizar dados relativos ao acompanhamento de crianças e adolescentes incluídos no Programa e matriculados na rede municipal e estadual de ensino desde 2006, somente são apresentados dados relativos às motivações para a baixa frequência a partir de 2012.

E, em 2012 e nos meses de fevereiro e março de 2013, os relatórios são parciais, onde são apresentadas somente as motivações principais das baixas frequências. Já para os demais meses de 2013 e o período de 2014, além das motivações principais, são apresentadas também desmembramentos dessas motivações informando, por exemplo, se nos registros sobre **negligência dos pais e responsáveis**, a escola analisou essa questão com as famílias, informação que inexistia nos períodos anteriores.

Dessa forma, abaixo apresentamos os dados relativos a esse período, onde são apresentados somente as causas principais no primeiro período e, no segundo, além das motivações principais, informações sobre seus desmembramentos.

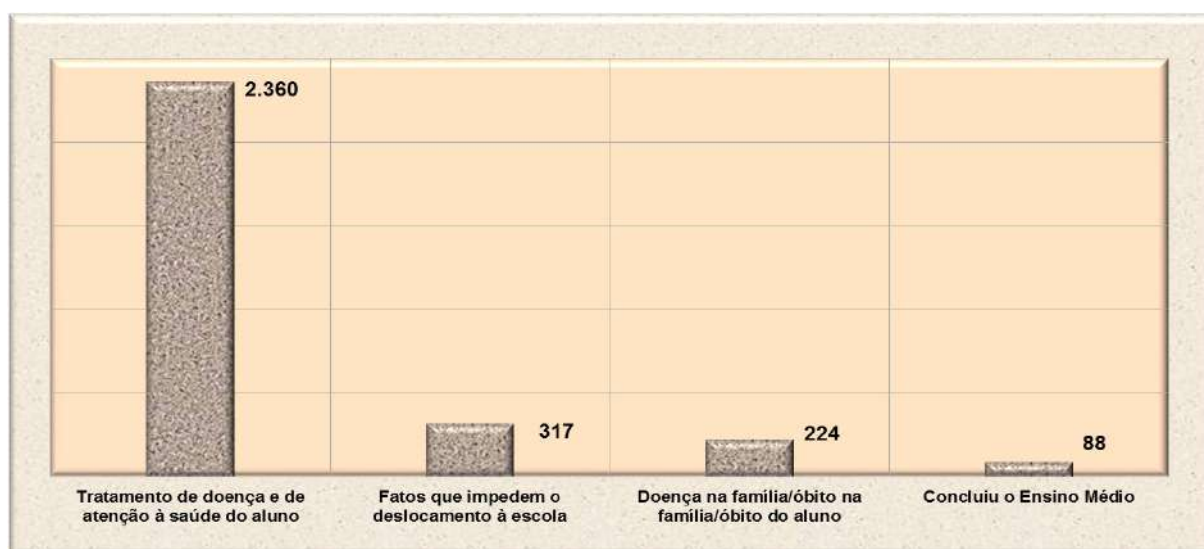
No que diz respeito ao período de fevereiro de 2012 a março de 2013, foram identificados 11.439 alunos beneficiários do PBF, dos quais 9.888 eram crianças e

---

<sup>64</sup>- Para fins de esclarecimento, para o mês de julho de 2016, o teto de repasse do IGD-M era de R\$ 56.935,45. O valor repassado para aquele mês foi de R\$ 32.377,08, percentual de 56,9% do total que o município poderia ter recebido no período.

adolescentes entre 6 e 15 anos e 1.551 adolescentes acima de 16 anos. Para esse período, foram identificados 8.943 registros de baixa frequência, sendo que 67% destes tiveram repercussões nos benefícios do PBF. Inicialmente, apresentamos as principais motivações para a baixa frequência escolar que não implicou no descumprimento de condicionalidades.

**GRÁFICO 74 –** Motivos da baixa frequência que não caracterizam descumprimento de condicionalidades (Fevereiro de 2012 a Março de 2013)

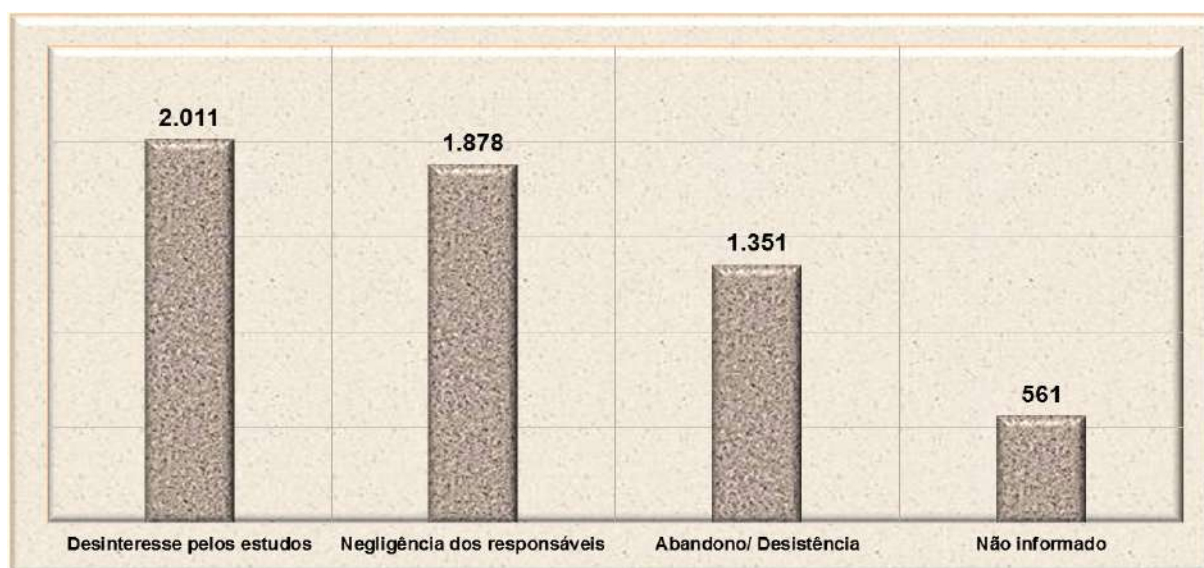


Salientamos, dos dados acima, questões referentes à saúde dos alunos, com 2.360 registros, sendo a principal motivação para a baixa frequência, a qual corresponde a 79% do total de registros. Por conseguinte, fatores que impedem o deslocamento à escola, configura-se como a segunda maior frequência, seguida de problemas de saúde ou de óbitos familiares.<sup>65</sup>

Já para as causas que repercutiram nos benefícios do PBF, 5.950 registros, salientamos que 74% tiveram como público crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e outros 26% adolescentes acima de 16 anos. As frequências das principais causas são apresentadas no quadro abaixo.

<sup>65</sup>- Encontramos outros quatro registros que fogem da padronização acima: 03 alunos frequentavam EJA Semipresencial e 01 estava em suspensão escolar.

**GRÁFICO 75** – Motivos da baixa frequência que caracterizam descumprimento de condicionalidades (Fevereiro de 2012 a Março de 2013)



Destacamos do gráfico acima que o desinteresse pelos estudos é a principal causa para a baixa frequência verificada no período e que repercutiram em descumprimento de condicionalidades, seguida da negligência dos pais ou responsáveis e do abandono ou desistência dos estudos.

Acrescentamos aos registros relacionados acima, outros 149 apontamentos, dos quais 76 referentes à gravidez, 65 relativos a trabalho dos alunos, 05 de exploração ou abuso sexual e 03 registros de trabalho infantil.

Em 2013, no período de abril a novembro, de acordo com o Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON), foram acompanhados 11.764 alunos beneficiários do PBF, dos quais 10.192 tinham idade entre 6 e 15 anos e 1.572 eram adolescentes com idade entre 16 e 17 anos. Para esses, foram apontados 10.768 registros de baixa frequência, dos quais 21,5% eram causas que não caracterizaram descumprimento de condicionalidades e os demais 78,5% implicaram em repercussões nos benefícios do PBF.

As causas dos registros de baixa frequência que não repercutiram nos benefícios do PBF, são apresentadas no gráfico abaixo. Foram selecionados os três principais motivos, que representam 93,7% do total.

**GRÁFICO 76 – Motivos da baixa frequência que não caracterizam descumprimento de condicionalidades (2013)**



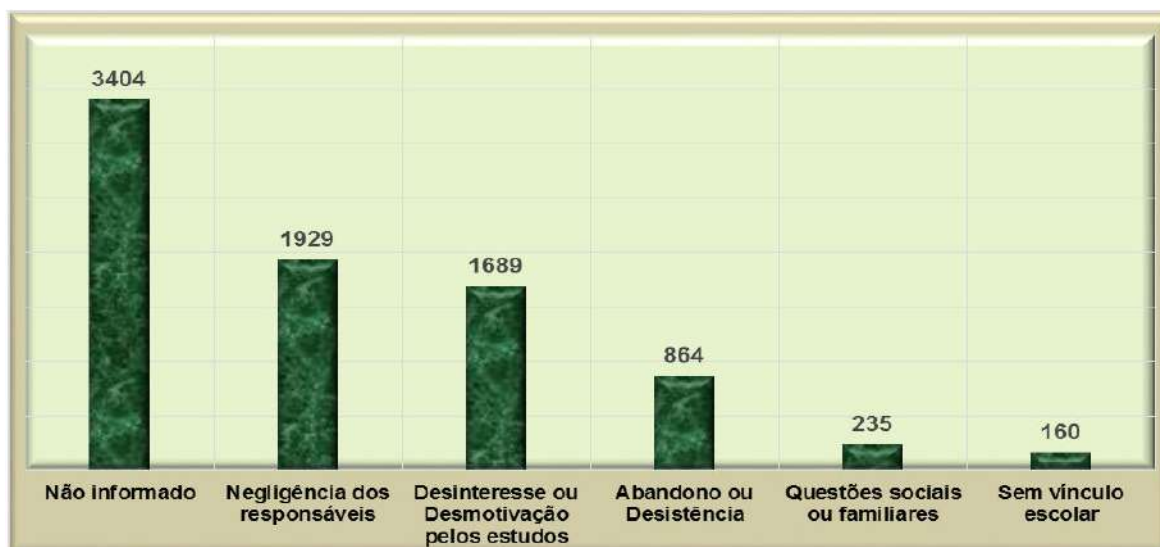
Dessa forma, salientamos que a principal causa para a baixa frequência foi decorrente de situações envolvendo a saúde dos alunos (1794 registros), para os quais 1.683 registros eram relacionados com doenças ou problemas físicos e 71 registros motivados por doenças ou problemas psicológicos ou mentais. Percentual reduzido era vinculado a questões de pós-parto, gravidez de risco ou TPM. Para os fatos que **impedem o deslocamento à escola**, 60 registros foram ocasionados pela grande distância entre residência e o estabelecimento de ensino.

Para os casos de doenças e óbitos nas famílias ou óbito dos alunos, destacamos que 18 registros estavam relacionados com óbito dos alunos e 32 apontamentos por óbitos de pessoas família.

Para as motivações que implicaram em descumprimento de condicionalidades e que repercutiram de alguma forma nos benefícios do PBF, foram identificados 8.451 registros, dos quais 71,7% estavam vinculados aos alunos de 6 a 15 anos e 28,3% às pessoas com idade acima de 16 anos.

Selecionamos, inicialmente, àquelas que apresentaram frequência acima de 100 registros, correspondente a 98% do total. As frequências das principais causas de baixa frequência são apresentadas abaixo.

**GRÁFICO 77 – Motivos da baixa frequência que caracterizam descumprimento de condicionalidades (2013)**



Depreende-se, do gráfico acima, que as **causas não informadas** são as principais que implicaram na baixa frequência, para as quais foi apontado que 1.966 registros não tiveram o motivo informado pela família e, para outros 1.164 apontamentos, não foi identificado motivo adequado na tabela de descumprimentos. Para os demais 281 registros, foi apontado que a escola não informou ou não procurou saber o motivo.

No que diz respeito à frequência seguinte, relacionada à **negligência dos pais ou responsáveis**, responsáveis por 1.929 registros, para a grande maioria desses foi informado que a escola examinou essa questão com as famílias.

No que se refere ao **desinteresse ou desmotivação dos alunos**, da mesma forma foi informado que a escola estava agindo para identificar as causas desse desinteresse, o que ocorre também em relação ao **abandono ou desistência**.

No item vinculado às **questões sociais ou familiares**, identificamos que 75 registros informaram que os pais não tinham domínio dos filhos e 40 apontamentos estavam relacionados à separação dos pais. Outros 45 registros foram apontados como relativos à necessidade dos alunos de cuidar de familiares. Para a última causa, sem **vínculo escolar**, foi informado que o aluno foi encontrado, mas não queria mais estudar.

Em relação às demais causas com repercussão nos benefícios do PBF, no gráfico abaixo apresentamos as frequências absolutas.



**GRÁFICO 78** – Outros motivos da baixa frequência que caracterizam descumprimento de condicionalidades (2013)



Salientamos do gráfico acima que a maior frequência reside nos registros relacionados ao **trabalho infantil ou do jovem**. Foram mencionados 2 registros de trabalho infantil e que a escola não sabe se o aluno tinha alguma proteção social. Para os demais registros, 45 foram informados como trabalho formal acima de 16 anos e 34 registros foram incluídos como alunos no trabalho informal.

Para os 57 registros como **gravidez**, consideradas como gravidez sem riscos, é importante salientar que 49 registros foram de alunas até 15 anos e somente 8 registros para adolescentes acima de 16 anos. Ambas as situações foram as que mais apresentaram frequência.

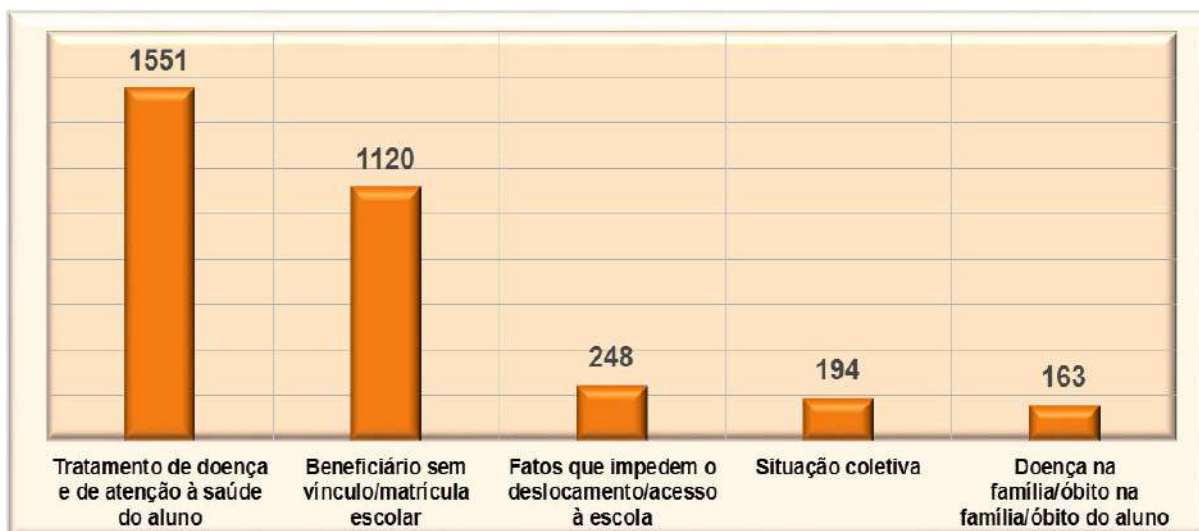
No ano de 2014 foram contabilizados 12.199 alunos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), das quais 10.443 tinham de 6 a 15 anos (85,6%) e 1.756 de 16 a 17 anos (14,4%). Para esse total de beneficiários em idade escolar, foram identificados 13.011 apontamentos de baixa frequência escolar e, destes, 3390 registros foram ocasionados por motivos que não caracterizam descumprimento.

Para esses, selecionamos as motivações que apresentaram acima de 100 frequências, 3.276 registros,<sup>66</sup> totalizando 96,6% do total de descumprimentos, as quais são apresentadas no gráfico abaixo.

<sup>66</sup>– As motivações apuradas com frequência abaixo de 100 registros foram: conclusão do ensino médio (78) e participação na EJA semipresencial (19), gravidez de risco (7), violência e preconceito no ambiente escolar (8), alunos com necessidades especiais sem estimulação (2).



**GRÁFICO 79 – Motivos da baixa frequência que não caracterizam descumprimento de condicionalidades (2014)**



Depreende-se do gráfico acima que as maiores frequências são registradas para as situações de tratamento de saúde<sup>67</sup> e para os casos de alunos sem vínculo ou matrícula escolar<sup>68</sup>, as quais totalizam 81,5% do total de causas dos descumprimentos.

No que diz respeito aos alunos com baixa frequência para os quais foram informadas motivações impeditivas do deslocamento à escola, com frequência de 248 registros, foram relacionados: grande distância entre residência e escola (77); violência na área onde mora (26); falta de transporte (17); inexistência de responsável que pudesse levar à escola (15); e, outros motivos (113).

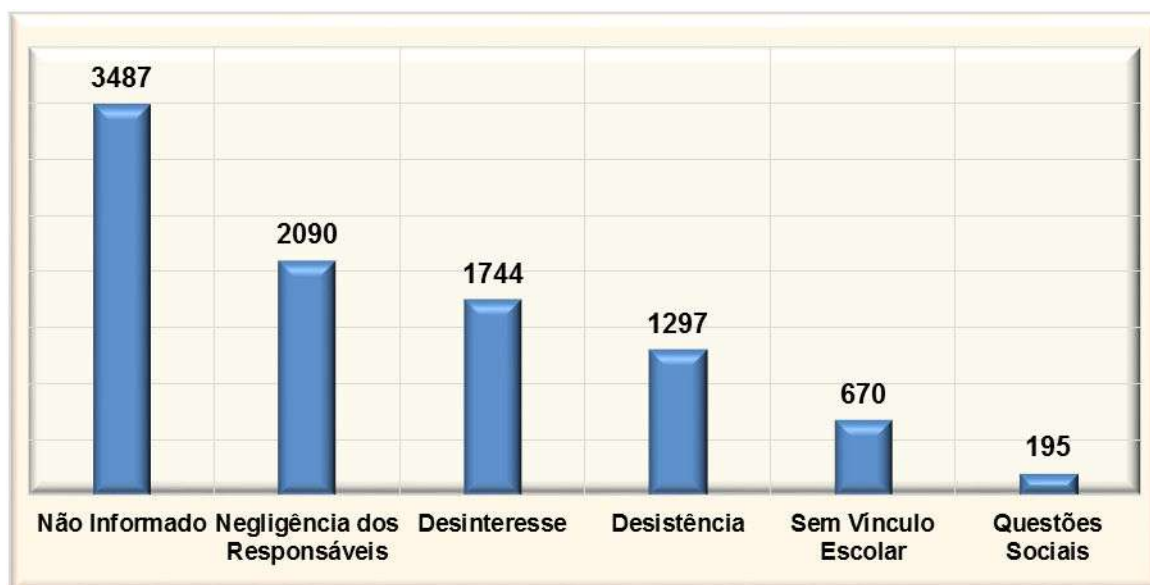
Cabe registrar que do total de 3.390 registros de baixa frequência que não repercutiram no benefício do PBF, 2.808 eram relativos a crianças de 6 a 15 anos e 582 apontamentos eram vinculados a adolescentes de 16 a 17 anos.

Para as motivações das baixas frequências que representaram descumprimento de condicionalidades, foram identificados 9.621 registros, dos quais foram selecionados aqueles com frequência superior a 100 casos. Desse modo, foram arroladas 98,6% do total de motivações a partir desse critério, cujas frequências estão abaixo representadas.

<sup>67</sup>– Doença-Problemas físicos (1474); Doença/problemas psicológicos ou mentais (55); Pós-parto/gravidez de risco/TPM (22).

<sup>68</sup>– Transferência em andamento (678); Conclusão do ensino fundamental ou EJA e inexistência da próxima etapa (260); pessoas com dados errados impedindo identificação (110); conclusão do ensino médio (40); pessoa falecida (20); inexistência do ensino fundamental onde mora (10); inexistência de atendimento de educação especial (02)

**GRÁFICO 80** – Motivos da baixa frequência que caracterizam descumprimento de condicionalidades (2014)



No gráfico acima percebemos que as maiores causas para a baixa frequência apontada pelas escolas residem em aspectos não informados, negligência dos pais ou responsáveis, desinteresse e desistência.

Quanto as causas **não informadas**, ressaltamos que 2492 registros indicam que a família não informou o motivo e outros 958 registros indicam que não foi identificado motivo adequado na tabela de descumprimentos. Para outros 37 registros, a escola não procurou saber ou não informou o motivo.

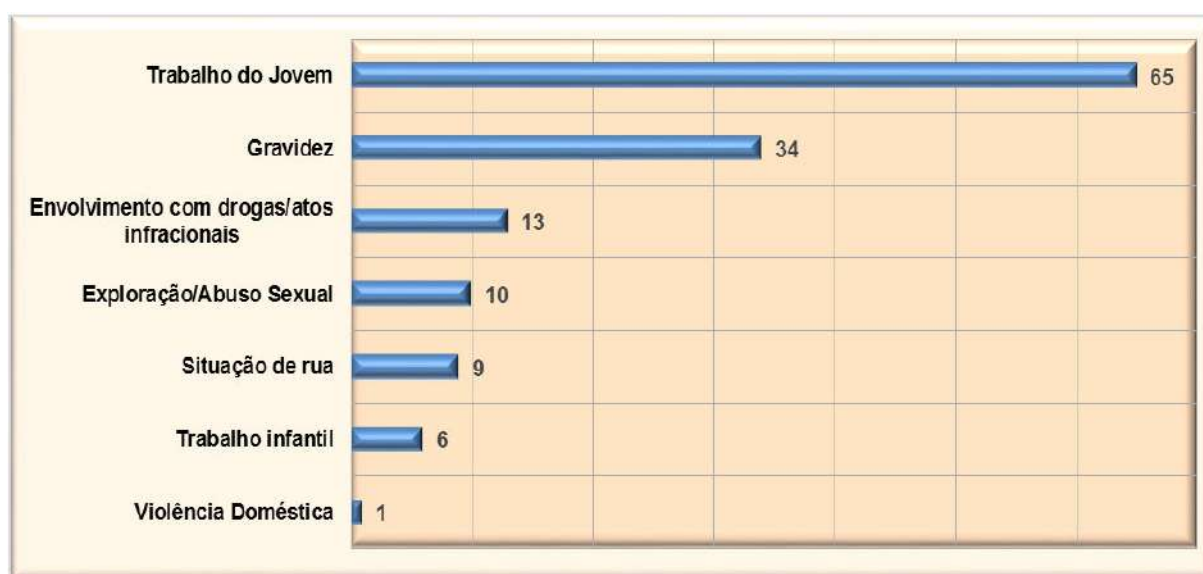
No que diz respeito à **negligência dos pais ou responsáveis**, nos relatórios analisados há indicação de que a escola examinou essa questão com as famílias, embora foram identificados 50 registros nos quais a escola não abordou essa situação. Outra causa apontada para 1.744 registros, identificado como **desinteresse ou desmotivação** dos alunos, apontam que as escolas estavam agindo para identificar as causas desse desinteresse.

Nos casos de **desistência dos alunos**, a escola estaria trabalhando para identificar as causas para esse dado, embora para 295 registros a escola não teria conseguido agir na situação apresentada. Para os 670 registros apontados como “**sem vínculo escolar**”, foi informado para 642 registros que os alunos foram encontrados, mas manifestaram desejo de não mais estudar e, para os 28 registros restantes consta a informação de que houve resistência da família em matricular pelos alunos serem pessoas com deficiência ou que tinham “necessidades especiais”.

Relativo às causas apontadas como “**questões sociais**”, com 195 registros, foram informadas como motivações pais sem domínio dos filhos (72), necessidade de cuidar de familiares (43), viagem com a família (42), separação dos pais (19), casamento do aluno (7), falta de uniforme ou calçado ou vestuário inadequado (6) e famílias que desconheciam as faltas na escola (6).

No que tange aos demais registros determinantes da baixa frequência que repercutiu no descumprimento de condicionalidades, abaixo de 100 registros, expomos no gráfico as respectivas frequências.

**GRÁFICO 81** – Outros motivos que caracterizam descumprimento de condicionalidades (2014)



A maior frequência identificada nos outros motivos da baixa frequência, diz respeito ao trabalho realizado pelos jovens. Do total de 65 registros, 50 deles eram relacionados a trabalho formal de adolescentes acima de 16 anos e, outros 15 registros, eram vinculados ao trabalho informal.

Sobre o item gravidez, foram identificados 10 registros de alunas com até 15 anos e 24 de adolescentes acima de 16 anos. Referente aos 10 registros de exploração ou abuso sexual, salientamos que foram registrados para alunos entre 6 e 15 anos e foi informado que a escola tinha ciência de que a rede de proteção foi acionada.

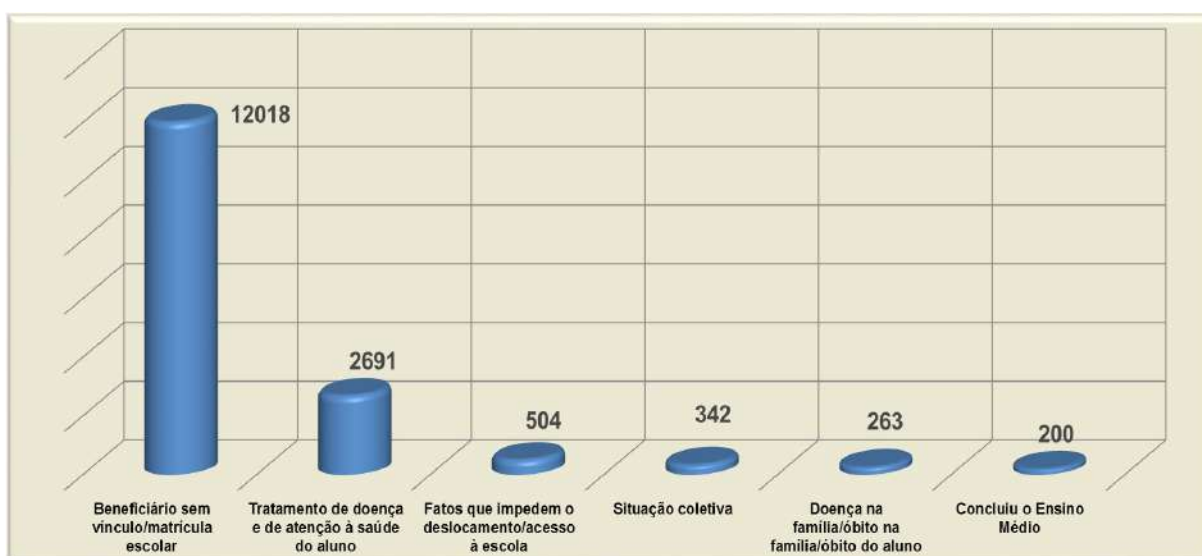
É importante destacar que do total de 9.621 registros de baixa frequência que repercutiram no descumprimento de condicionalidades, 64,6% estavam relacionados com alunos de 6 a 15 anos e 35,4% com adolescentes entre 16 e 17

anos.

No período de fevereiro de 2015 até julho 2016, de acordo com dados obtidos nos relatórios do Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON), foram acompanhados 10.948 alunos, dos quais 9.220 tinham de 06 a 15 anos (84,2%) e 1.728 de 16 a 17 anos (15,8%). Foram identificados, no período, 29.461 registros de baixa frequência, dos quais 54,5% destes, ou 16.058 apontamentos, eram relativos a motivações que não caracterizam descumprimento de condicionalidades.

No gráfico apresentamos as frequências relativas a esses registros, indicando, primeiramente, aqueles que apresentam patamar acima de 100 registros.

**GRÁFICO 82** - Motivos da baixa frequência escolar que não caracterizam descumprimento de condicionalidades (fevereiro de 2015 a julho 2016)



Através dos dados do gráfico acima, verificamos que o maior número de registros está vinculado aos **alunos sem vínculo ou matrícula escolar**, com 12.018 registros. Embora não explícitos acima, para esses, 93,6%, ou 11.244 registros, devem-se a transferências em andamento ou pendentes de confirmação. Para outros 588 registros, consta a informação de que houve conclusão do ensino fundamental, ensino médio ou EJA. Em outros 158 registros, é assinalado que os alunos em questão estão com dados de identificação incorretos, o que impossibilita sua identificação. Consta, ainda, 16 registros relativos a pessoas falecidas e 12 apontamentos indicam que inexistente ensino fundamental no local onde os alunos

moram.

Para os 2.691 registros vinculados ao **tratamento de doença e de atenção à saúde do aluno**, 93,4% destes, equivalentes a 2.513 apontamentos, estão relacionados a doenças/problemas físicos. Para outros 121 registros, há indicação de doença/problemas psicológicos ou mentais. Somente 57 registros têm indicação de problemas relacionados pós-parto/gravidez de risco/TPM.

Para os 504 registros relacionados a **fatos que impedem o deslocamento ou acesso à escola**, 119 destes têm a informação de falta de transporte e 100 relacionados a grandes distâncias entre a residência do aluno e a escola em que estavam matriculados. Para 17 registros há indicação da ausência de pessoa responsável que pudesse levar os alunos à escola e outros 11 registros há existência de violência no bairro onde mora. Para a grande maioria dos registros vinculados a esse fator, 257 apontamentos, não há indicação de qual a motivação, apresentando-se sob a informação de “*outros*”.

Os apontamentos relacionados a **situações coletivas**, indicam 180 registros vinculados a greves e para outros 162 não há indicação da motivação.

Já para as situações que envolveram **doença e óbito nas famílias ou óbito dos alunos**, 222 registros vinculam-se a doença em integrantes do núcleo familiar. Para 33 registros há indicação de óbito na família e 08 registros há indicação de óbito do aluno.

Para os 200 registros que dispunham sobre a **conclusão do ensino médio**, 182 destes há indicação de desconhecimento se houve continuidade dos estudos e, para outros 18 registros, houve conhecimento do ingresso em outro curso, superior ou não.

Para os demais 40 registros, salientamos a violência ou agressividade no ambiente escolar, com 15 registros. Os demais apontamentos são diversos, como podemos verificar no gráfico abaixo.

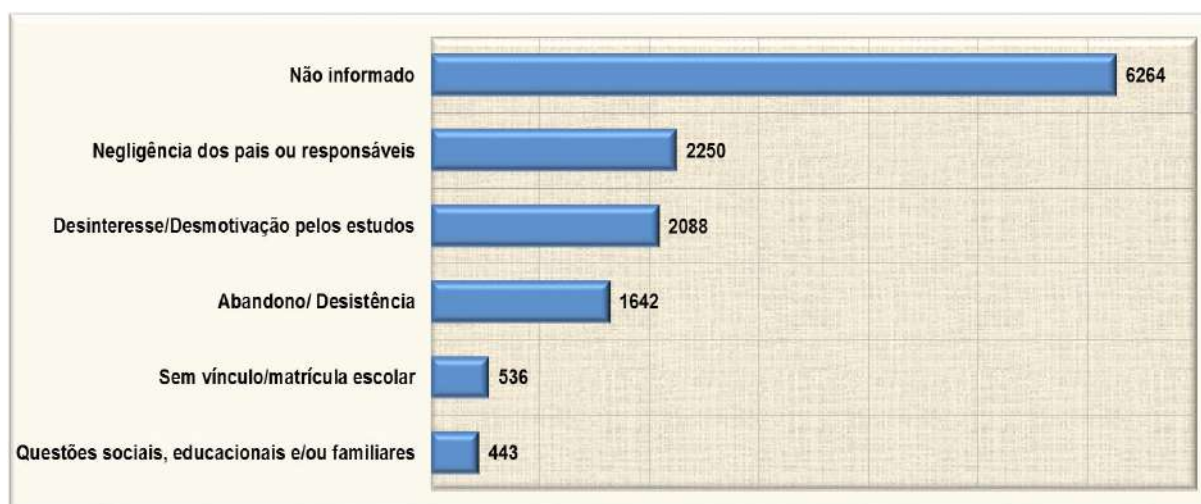
**GRÁFICO 83** - Motivos da baixa frequência que não caracterizam descumprimento de condicionalidades



Destacamos, do gráfico acima, as frequências relativas à violência ou agressividade com 15 registros e os 10 apontamentos sobre gravidez.

Para os 13.048 registros de baixa frequência e que repercutiram de alguma forma nos benefícios do Programa Bolsa Família destacamos, inicialmente, aqueles que tiveram frequência acima de 400 registros. No gráfico abaixo, apontamos as principais motivações a partir desse critério.

**GRÁFICO 84** - Motivações das baixas frequências dos alunos beneficiários do PBF que ocasionaram descumprimento de condicionalidades



De acordo com o gráfico acima, identificamos que não foi possível identificar

a causa principal da baixa frequência no período, cujos registros apontam para motivações **não informadas**, com 6264 registros. Destacamos que para 4.080 desses apontamentos, consta a informação de que a família não informou o motivo para a baixa frequência identificada. Para outros 2.127 registros, não foi possível identificar motivação adequada na tabela de motivos e, para os demais 57 registros, há informação de que a escola não procurou ou não soube o motivo para a baixa frequência.

Nos registros que indicam **negligência dos pais ou responsáveis**, com 2.250 ocorrências, há indicação de que para 2.112 registros a escola examinou essas questões com a família e, para os outros 138 apontamentos não houve esse contato.

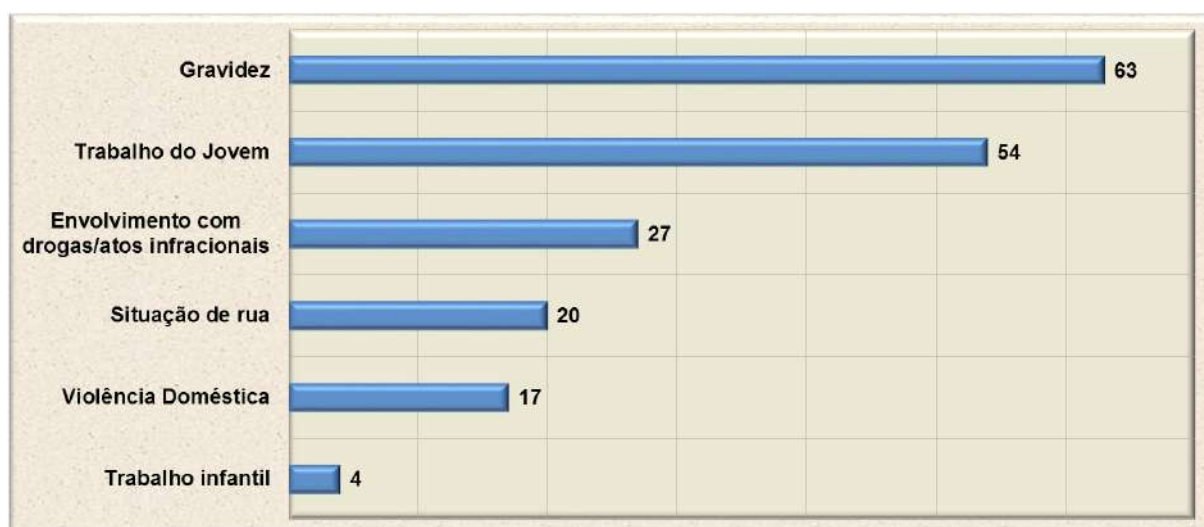
No item relativo **ao desinteresse ou desmotivação pelos estudos**, há indicação de que a escola está agindo para identificar as causas. Nos casos de **abandono ou desistência**, 1642 registros, 1277 destes têm tido acompanhamento para identificar as causas, embora a escola não tem conseguido agir na situação em outros 365 registros. Nos registros em que são apontados casos de alunos **sem vínculo ou matrícula escolar**, foi informado que a pessoa foi encontrada, mas não que mais estudar.

Por fim, no item que trata de **questões sociais, educacionais e/ou familiares**, responsável por 443 registros, há vários desdobramentos, com ênfase para pais ou responsáveis “*sem domínio dos filhos*”, com 282 registros. Incluímos nessa relação de motivações, a necessidade de cuidar de familiares e separação dos pais, entre outras, também assinaladas como motivações para a baixa frequência dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família.

Além das motivações apresentadas acima, relativas a 98,6% dos registros de alunos com descumprimento de condicionalidades, incluímos outras com menor frequência, conforme podemos verificar no gráfico abaixo.



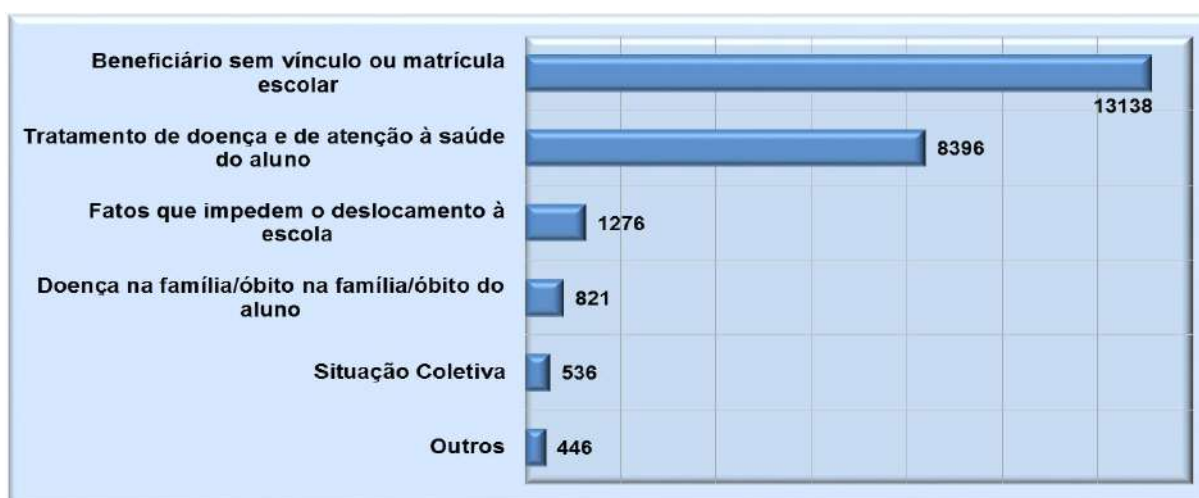
**GRÁFICO 85** - Motivações das baixas frequências dos alunos beneficiários do PBF que ocasionaram descumprimento de condicionalidades.



Com maior frequência, destacamos a baixa frequência dos alunos beneficiários do PBF decorrentes de casos de **gravidez** (63 registros), as quais não são gravidez de risco. Posteriormente, sobressaem-se os casos de **trabalho dos alunos** (54 registros), cuja maior parte é decorrente de emprego formal, acima de 16 anos. Há apontamento de 8 registros de trabalho informal. Posteriormente, o envolvimento com drogas e atos infracionais (27), situação de rua (20), violência doméstica (17) e trabalho infantil, com 04 registros, completam o quadro de motivações para a baixa frequência dos alunos beneficiários do PBF com repercussão nos benefícios.

A partir dos dados referentes às motivações das baixas frequências apresentadas pelos alunos das redes estadual, municipal e particular de ensino, agrupamos os dados dos quatro períodos investigados, os quais são apresentados nos instrumentos abaixo.

**GRÁFICO 86** - Causas da baixa frequência que não acarretam descumprimento de condicionalidades (2012 a 2016)



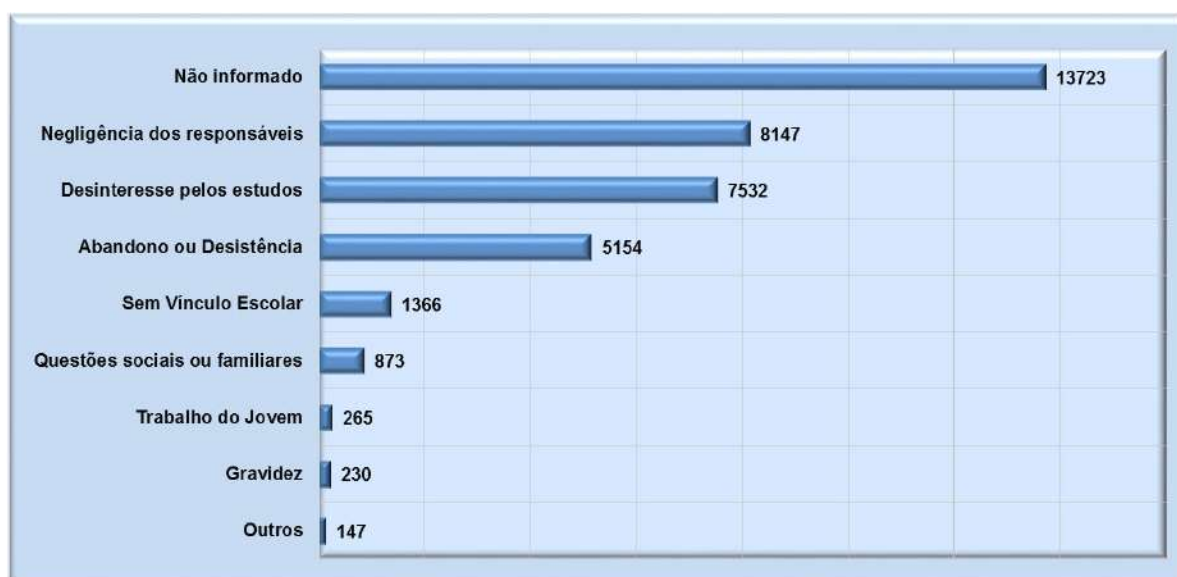
No gráfico acima, verificamos que a principal motivação para a baixa frequência dos alunos beneficiários do PBF entre os anos de 2012 a 2016 e que não ocasionou descumprimentos de condicionalidades, está vinculada a alunos sem vínculo ou matrícula escolar. Essa motivação principal teve maior frequência no período entre 2015 e 2016 e, como verificado, diz respeito a transferências em andamento ou pendentes de confirmação. O tratamento de doença ou de problemas relacionados à saúde do aluno segue logo após com 8396 registros. Os fatos que impedem o deslocamento à escola, bem como problemas de saúde dos familiares ou óbitos, apresentam número de registros significativos.

Posteriormente, as situações coletivas, relacionadas a greves do magistério e outros motivos,<sup>69</sup> completam as causas da baixa frequência que não repercutiram nos benefícios do PBF.

Em relação aos dados de baixa frequência dos alunos incluídos no PBF e que repercutiram nos benefícios apresentamos, abaixo, o quantitativo no período pesquisado.

<sup>69</sup>– Para as situações levantadas, identificamos: conclusão do ensino médio (366); frequência à EJA semipresencial (23); gravidez (17); violência escolar (15); discriminação no ambiente escolar (13); suspensão escolar (06); questões sociais ou familiares (04); alunos com necessidades especiais (02).

**GRÁFICO 87** - Causas da baixa frequência que acarretam descumprimento de condicionalidades (2012 a 2016)



Depreende-se, do gráfico acima, que a maior frequência absoluta reside no item **não informado** para o que, como apontamos em períodos específicos, a família não apresentou justificativas para a baixa frequência dos alunos. Da mesma forma, nesse item foi informada a inexistência de motivo adequado na tabela de descumprimentos. Após, os maiores quantitativos identificados foram a negligência dos responsáveis, o desinteresse pelos estudos e abandono ou desistência. Somadas essas quatro motivações principais para a baixa frequência, temos o percentual de 92,3% do total.

Cabe destacar número elevado de registros nos quais há, ou negligência dos responsáveis, desinteresse pelos estudos ou a ocorrência de abandono ou desistência. Para essas 20.833 motivações, equivalente a 55,6% do total, em quase a totalidade a escola examinou a questão com as famílias ou a escola vem agindo para identificar as causas. Dessa forma é necessário, como próxima etapa desse diagnóstico, prevista no cronograma inicial, a realização de pesquisas com a rede de ensino para identificar as causas para a baixa frequência apontada pelas escolas.

Acrescente-se às motivações acima, questões vinculadas aos alunos **sem vínculo escolar**, para os quais a escola procurou o aluno, e este manifestou que não quer mais estudar, o que igualmente demanda pesquisas específicas para identificar quais as causas para essa desistência, uma vez que são alunos em situação de pobreza e de extrema pobreza e a baixa escolaridade torna-se entrave para o ingresso no mercado de trabalho.

Complementam a relação de causas para a baixa frequência com repercussão nos benefícios do PBF, questões sociais ou familiares, trabalho do jovem, gravidez e outros.<sup>70</sup>

Expusemos, acima, entre outros, as motivações para a baixa frequência dos alunos beneficiários do PBF, tanto para aquelas motivações que geraram alguma repercussão nos benefícios do programa, como para aquelas que não tiveram repercussões.

Os dados acima utilizados para a apresentação das motivações foram obtidos no Sistema de Condicionais do Programa Bolsa Família (SICON). As informações obtidas nos **Relatórios com Motivos da Baixa Frequência Escolar** são referentes ao período de acompanhamento, o qual é bimestral. Por isso, em cada bimestre o número de alunos acompanhados será sempre o mesmo, mas em cada mês do bimestre, o número de alunos que apresenta frequência acima ou abaixo do necessário pode variar, dependendo da frequência de cada aluno. Cabe salientar que os dados apresentados dizem respeito a todos os registros, podendo as famílias e os alunos apresentarem vários descumprimentos por baixa frequência no período de 2012 a 2016, pelas mesmas ou diferentes motivações.

Da mesma forma, no SICON são obtidos os **Relatórios de Efeitos por Descumprimentos**, os quais trazem a relação nominal de alunos com descumprimentos de condicionais no período de repercussão, o que pressupõe que estes relatórios não são bimestrais. Tais relatórios apresentam os dados da Responsável Familiar (nome, NIS, endereço completo e fone) e os dados dos alunos que tiveram descumprimentos de condicionais (nome, NIS, tipo de descumprimento, motivo do descumprimento, efeito, tipo de benefício, quantidade de suspensões, tempo em atenção prioritária, situação do recurso, motivo da avaliação do recurso, existência de acompanhamento familiar).

Os relatórios do período foram trabalhados no sentido de identificarmos somente pessoas diferentes para as quais foram aplicadas as repercussões do PBF. Dessa forma, para que possamos identificar o número de alunos diferentes que apresentaram as motivações para a baixa frequência expusemos, no quadro abaixo, o código do descumprimento e a respectiva motivação, o número de registros para cada código e o número de alunos diferentes, por faixa etária.

---

<sup>70</sup>- Para as 147 motivações consideradas como outros, relacionamos: envolvimento com drogas ou atos infracionais (45); situação de rua (36); violência doméstica (29); exploração ou abuso sexual (22); trabalho infantil (13); participação em jogos infantis (02).

**QUADRO 123 – Causas dos descumprimentos de condicionalidades dos alunos beneficiários do PBF (2012 – 2016)<sup>71</sup>**

Código do Descumprimento	Motivação	Nº de Registros	Nº de Alunos Diferentes		Total de Alunos Diferentes	% de Alunos Diferentes
			BFA	BVJ		
58	Escola não informou o motivo	7062	2932	687	3619	29,28
53	Negligência dos pais ou responsáveis	4391	2131	262	2393	19,36
64	Desinteresse/Desmotivação pelos estudos	3943	1443	694	2137	17,29
59	Motivo inexistente na tabela	2265	1206	366	1572	12,72
65	Abandono Escolar/Desistência	2336	496	813	1309	10,59
72	Beneficiário sem Vínculo/matricula escolar	638	114	398	512	4,14
68	Questões Sociais, Educacionais e/ou Familiares	471	340	31	371	3,00
100	Vacinação não realizada	157	154	0	154	1,25
62	Trabalho do Jovem	127	26	68	94	0,76
51	Gravidez	119	51	33	84	0,68
66	Necessidade de cuidar de familiares	44	33	8	41	0,33
70	Envolvimento com Drogas/Atos Infracionais	24	10	9	19	0,15
71	Violência Doméstica	17	16	0	16	0,13
52	Mendicância - Trajetória de Rua	15	6	9	15	0,12
100	Pré Natal não realizado	12	12	0	12	0,10
54	Trabalho Infantil	6	4	2	6	0,05
63	Exploração/Abuso Sexual/Violência Doméstica	5	4	0	4	0,03
TOTAL		21632	8978	3380	12358	100

Destacamos do quadro acima que no período de fevereiro de 2012 a julho de 2016 foram registrados 21.632 apontamentos de descumprimentos de condicionalidades do PBF. Constatamos que esse total de registros corresponde a 12.358 crianças e adolescentes diferentes, dos quais 72,6% são alunos de 6 a 15 anos e 27,4 adolescentes acima de 16 anos.

Dessa forma, verificamos que a principal motivação para a baixa frequência dos alunos beneficiários do PBF é decorrente da **não informação por parte das escolas**, com 29,28% do total de alunos diferentes. Posteriormente, a **negligência dos pais ou responsáveis** apresentou 19,36% dos alunos que tiveram alguma repercussão nos benefícios. O **desinteresse ou desmotivação pelos estudos** vêm logo após, com 17,29%, seguidos dos **motivos inexistentes na tabela e abandono escolar ou desistência**, com 12,72% e 10,59, respectivamente. Essas motivações foram responsáveis por 89,24% do total de alunos diferentes com alguma repercussão nos benefícios.

As demais motivações totalizam 10,75%, e envolvem questões sociais, educacionais e/ou familiares, vacinação não realizada, trabalho do jovem, gravidez, necessidade de cuidar de familiares, envolvimento com drogas e atos infracionais, violência doméstica, mendicância ou trajetória de rua, trabalho infantil e exploração

<sup>71</sup>- O código 59, Motivo Inexistente na Tabela, foi identificado nos relatórios até março de 2013.

ou abuso sexual.

Em relação às causas arroladas acima, destacamos a negligência de pais ou responsáveis, desinteresse ou desmotivação pelos estudos e abandono escolar ou desistência, as quais totalizam 47,24% do total de motivações para alunos diferentes. Esse percentual merece maior atenção por parte da vigilância socioassistencial no sentido de verificar possíveis questões que envolvam vulnerabilidades sociais destas famílias, o que demandará estudos específicos, como ressaltado em outros momentos.

Os dados indicam que a ocorrência dessas motivações possa interferir na trajetória social dessas crianças e adolescentes no sentido de auferir de melhores condições de vida, fazendo com que a reprodução social da pobreza e extrema pobreza se perpetue através de gerações.

Embora algumas repercussões nos benefícios do PBF possam acarretar interrupção no seu pagamento, é importante relacionar os tipos de repercussão deferidas às famílias, uma vez que nem todas implicam na sua interrupção, como podemos verificar no quadro abaixo.

**QUADRO 124 –** Repercussões nos benefícios do Programa Bolsa Família a partir do descumprimento de condicionalidades e respectiva frequência (2012 – 2016)

Tipo de	2012			2013			2014			2015			2016			TOTAL		
Repercussão	BFA	BVJ	Subtotal	BFA	BVJ	Subtotal	BFA	BVJ	Subtotal	BFA	BVJ	Subtotal	BFA	BVJ	Subtotal	BFA	BVJ	Subtotal
Advertência	1095	445	1540	1816	504	2320	1765	523	2288	1566	773	2339	915	317	1232	7157	2562	9719
Bloqueio	884	0	884	859	304	1163	853	314	1167	795	412	1207	326	176	502	3717	1206	4923
Cancelamento	299	122	421	0	0	0	49	4	53	6	11	17	9	3	12	363	140	503
Suspensão	989	261	1250	1150	337	1487	1111	479	1590	787	617	1404	472	284	756	4509	1978	6487
TOTAL	3267	828	4095	3825	1145	4970	3778	1320	5098	3154	1813	4967	1722	780	2502	15746	5886	21632

Verificamos que, do total de 21.632 registros de descumprimentos e que tiveram repercussões nos benefícios do PBF, 44,9% referem-se a advertências. As suspensões, por sua vez, correspondem a 30%; as situações de bloqueios e cancelamentos totalizam 25,1% do total de repercussões o que implicou, em algum momento, na interrupção do pagamento correspondente.

No que se refere ao CRAS de referência das famílias e alunos com descumprimento de condicionalidades, no quadro abaixo apresentamos o tipo de benefício do PBF e de descumprimento gerado a partir do descumprimento de condicionalidades. Além disso, é apresentado qual o CRAS as famílias deveriam



acessar para inserção de recursos no Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON).

**QUADRO 125 – Repercussões nos benefícios do PBF a partir do descumprimento de condicionalidades - Por CRAS de Referência (2012 – 2016)**

Benefício	Repercussão	CRAS						TOTAL	%
		CENTRO	NORTE	OESTE	SUL	LESTE	SUDESTE		
BFA	Advertência	2286	1364	978	1024	820	688	7160	33,1
	Bloqueio	1218	745	531	455	420	347	3716	17,2
	Cancelamento	93	98	54	39	36	41	361	1,7
	Suspensão	1480	1009	675	386	513	448	4511	20,9
	SubTotal	5077	3216	2252	1904	1789	1524	15762	72,9
BVJ	Advertência	819	444	284	386	326	300	2559	11,8
	Bloqueio	388	204	139	168	164	146	1209	5,6
	Cancelamento	56	19	12	14	25	11	137	0,6
	Suspensão	653	331	200	208	313	273	1978	9,1
	SubTotal	1916	998	638	776	828	730	5886	27,1
TOTAL		6993	4214	2873	2680	2617	2254	21631	100
%		32,3	19,5	13,3	12,4	12,1	10,4	100	100

Conforme quadro acima, verificamos que 32,3% dos registros de descumprimento de condicionalidades estavam vinculados ao CRAS Centro, até em função do número de bairros que atende, seguido do CRAS Norte (19,5%), CRAS Oeste (13,3%), CRAS Sul (12,4%) CRAS Leste (12,15) e CRAS Sudeste (10,4%). Cabe registrar que os dados acima dizem respeito ao total de alunos com descumprimento de condicionalidades, podendo ocorrer situações no período analisado em que alunos começaram com advertência podendo, com reiterados descumprimentos, entrar no período de suspensão ou até mesmo no cancelamento dos benefícios e consequente desligamento do programa.

Quanto aos recursos implantados pelos CRAS de referência a partir da procura das famílias ou através da busca ativa das famílias em descumprimento, no quadro abaixo apresentamos o número de recursos implantados, bem como os casos não inseridos no SICON.



**QUADRO 126 – Recursos implantados ou não implantados em decorrência do descumprimento das condicionalidades (2012 – 2016)**

Situação do Recurso	ANO					TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	
Cadastrado	12	1	12	15	15	55
Deferido	252	260	221	370	272	1375
Indeferido	12	64	31	25	16	148
Sem Recurso	3819	4645	4834	4557	2199	20054
TOTAL	4095	4970	5098	4967	2502	21632

Como verificado percebemos que, do total de 21.632 descumprimentos de condicionalidades, ou foram implantados, ou estavam em situação de recurso cadastrado ou mesmo não tiveram indeferidas as justificativas para o descumprimento 1.578 recursos no período analisado, o que significa que somente 7,3% dos descumprimentos tiveram algum recurso implantado. Portanto, 92,7% dos descumprimentos não tiveram recursos implantados no sistema do SICON. Cabe ressaltar, no entanto, que conforme Quadro 125, foram identificados 44,9% dos descumprimentos de condicionalidades (somando as advertências dos BFA e dos BVJ) que estavam relacionados com advertências, as quais não interferem de imediato no pagamento do benefício, mas podem gerar efeitos posteriores em casos de reiterados descumprimentos.

Foram identificados 20.054 registros de descumprimentos de condicionalidades para os quais foi informado “**Sem Recurso**”. Destes, 14.661 registros constavam informações de que não tinham acompanhamento familiar. Por outro lado, para 5.393 registros foi informado que estavam em acompanhamento. Da mesma forma, para os descumprimentos de condicionalidades em que havia informações de “**Deferido**”, “**Indeferido**” e “**Cadastrado**”, totalizando 1.578 registros, 920 registros não havia a informação da existência de acompanhamento familiar e, para 658 registros, constava a informação sobre esse acompanhamento.

Importante ressaltar as motivações deferidas para a implantação dos recursos decorrentes do descumprimento de condicionalidades, conforme apresentado no quadro abaixo.

**QUADRO 127 – Motivo da avaliação do recurso (2012 – 2016)**

Motivo da Avaliação do Recurso	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL	%
Sem Informação	3831	4646	4846	4572	2214	20109	92,96
Outro	116	147	101	151	123	638	2,95
Doença Aluno/Família	63	83	93	150	103	492	2,27
Erro no Registro	47	47	24	38	37	193	0,89
Cadastro Desatualizado	28	39	28	37	15	147	0,68
Ameaça na Escola	10	7	5	17	9	48	0,22
Medida Socioeducativa	0	1	1	2	1	5	0,02
<b>TOTAL</b>	<b>4095</b>	<b>4970</b>	<b>5098</b>	<b>4967</b>	<b>2502</b>	<b>21632</b>	<b>100</b>

Em decorrência do baixo número de descumprimentos sem o respectivo recurso para justificativa encontramos, igualmente, número aproximado de recursos “sem informação”, o que pressupõe que os recursos não foram implantados. Nas justificativas para avaliação dos recursos foram considerados, como motivos para o descumprimento de condicionalidades, a ocorrência de situações vinculadas à saúde dos alunos ou familiares, com 2,27% do total de descumprimentos. Posteriormente, encontramos “erros no registro” como outra determinante para o descumprimento de condicionalidades.

Situações apontadas nas auditorias do MDS, como cadastros desatualizados, o que gera repercussões nos benefícios, na medida em que aquele Ministério bloqueia benefícios em caso de não atendimento às averiguações cadastrais ou auditorias, também são alegadas como justificativa para a implantação de recursos. Ameaças na escola e o cumprimento de medidas socioeducativas completam a relação de motivos para avaliação de recursos e, destacamos outros motivos, como sendo o maior percentual para motivos de avaliação de recursos.

É importante quantificarmos o número de alunos e de famílias que tiveram acompanhamento familiar no período analisado, de acordo com relatórios gerados. Sobre o número de famílias que tiveram ou não acompanhamento familiar, abaixo apresentamos os dados relativos, os quais estão dispostos por CRAS de referência.

**QUADRO 128 – Acompanhamento familiar às famílias com descumprimento de condicionalidades (2012 – 2016)**

Acompanhamento Familiar	CRAS												TOTAL	
	CENTRO		NORTE		SUL		LESTE		OESTE		SUDESTE			
	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%	Famílias	%
Não	1442	80,6	852	89,8	403	58,7	525	79,1	532	82,2	428	80	4182	79,3
Sim	348	19,4	97	10,2	284	41,3	139	20,9	115	17,8	107	20	1090	20,7
TOTAL	1790	100	949	100	687	100	664	100	647	100	535	100	5272	100
%	34		18		13		12,6		12,3		10,1		100	

Dessa forma, foram identificadas 5.272 famílias com descumprimentos de condicionalidades no período de 2012 a 2016. Destas, 34% pertencem aos bairros de abrangência do CRAS Centro, seguido pelo CRAS Norte, com 18% do total de famílias, o que é compreensível devido ao número de bairros atendidos por cada CRAS. Os demais CRAS têm percentuais semelhantes de famílias, partindo de 10% do total, caso do CRAS Sudeste, até 13%, a exemplo do CRAS Sul.

O que importa registrar é o percentual de famílias acompanhadas por cada CRAS, cujo percentual de atendimentos foi de 20,7%. Na comparação entre os CRAS, verificamos que o CRAS Sul apresenta percentual maior de acompanhamento, com 41,3%. O CRAS Norte, por sua vez, apresenta o menor percentual de acompanhamento, para o qual encontramos o percentual de 10,2%.

Quanto ao número de alunos cujas famílias foram acompanhadas pelos CRAS de referência, os dados obtidos apresentam percentuais semelhantes, como podemos observar no quadro abaixo.

**QUADRO 129 – Número de alunos em acompanhamento familiar.**

Acompanhamento Familiar	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Sim	1362	1535	1405	1181	568	6051
Não	2733	3435	3693	3786	1934	15581
TOTAL	4095	4970	5098	4967	2502	21632

Quanto ao número de alunos em acompanhamento familiar, destacamos o percentual de 28% dos alunos que tiveram algum acompanhamento no período analisado, percentual semelhante ao número de famílias, conforme destacado no Quadro 128. Cabe registrar que encontramos exemplos de famílias com descumprimento de condicionalidades que possuem registro relativo à realização de recurso, mas não tem registro de acompanhamento familiar. E, na seleção das

famílias diferentes, há casos em que as famílias foram acompanhadas em determinados períodos, mas nos últimos descumprimentos registrados não havia informações sobre acompanhamento familiar e, por esse motivo, foram consideradas como não tendo este acompanhamento.

Relativo ao número de suspensões, no quadro abaixo apresentamos a quantidade de suspensões deferidas aos alunos, por ano de ocorrência.

**QUADRO 130 – Número de suspensões deferidas para os alunos beneficiários do PBF com descumprimento de condicionalidades (2012 – 2016).**

Quantidade de Suspensões	Número de alunos					TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	
UMA	179	256	544	299	232	1510
DUAS	116	128	372	217	167	1000
TRÊS	87	178	230	193	103	791
QUATRO	32	83	110	127	63	415
CINCO	26	75	68	68	42	279
SEIS	18	63	50	12	11	154
SETE	9	17	12	10	7	55
OITO	8	9	9	0	0	26
NOVE	12	18	11	0	0	41
DEZ	0	0	0	0	0	0
ONZE	1	11	4	0	0	16
TOTAL	488	838	1410	926	625	4287

A partir dos dados acima, constatamos que o número de alunos com suspensões teve ápice em 2014, com 1410 crianças ou adolescentes, baixando para 926 no ano seguinte. Em relação à quantidade de suspensões deferidas para cada aluno, verificamos que 3.301 de suspensões foram deferidas até 3 vezes, correspondendo a 77% do total.

Para concluir a etapa do diagnóstico socioterritorial referente aos descumprimentos de condicionalidades, nos Quadros 131 a 137, anexos, são apresentados o número de registros de descumprimentos de condicionalidades de duas formas.

Na primeira, são relacionados todos os bairros que apresentaram registros de descumprimentos de condicionalidades, por ordem numérica decrescente, o que possibilita identificar os bairros que mais apresentam registros; e, para cada bairro é definido, através de cores distintas, o CRAS de pertencimento.

Na segunda forma, são apresentados os bairros de cada CRAS individualmente, possibilitando analisar, dentro do território de cada CRAS, os bairros que mais apresentaram registros.

#### **4 INDICADORES DE SITUAÇÕES DE RISCO PESSOAL E SOCIAL POR VIOLAÇÃO DE DIREITOS**

No âmbito de atuação da Assistência Social, as situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, se expressam na iminência ou ocorrência de eventos como: violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, ato infracional, trabalho infantil, situação de rua, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosos em situação de dependência e pessoas com deficiência com agravos decorrentes de isolamento social, dentre outros. Tais situações que incidem nas famílias e indivíduos sofrem influência e se expressam diferentemente nos territórios, de acordo com as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado contexto. Salienta-se que alguns grupos são particularmente vulneráveis à vivência destas situações, como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), mulheres e suas famílias (PNAS, 2004; Orientações técnicas do CREAS, 2011, p. 14).

Deste modo, esses eventos serão discutidos a seguir enquanto indicadores de situações de risco no contexto de Caxias do Sul. Inicia-se a discussão desses riscos apresentando dados coletados dos CREAS, instâncias da Proteção Social Especial de Média Complexidade responsáveis pelo atendimento de famílias com essas demandas. Em seguida, aborda-se aqueles com maior frequência no município e os respectivos segmentos mais afetados, trazendo dados de outras fontes como relatórios: dos Conselhos Tutelares, Serviços de Acolhimento Institucional, Núcleo de Avaliação e Acolhimento, Delegacia de proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Apoiar - Ambulatório Municipal de Atenção à Criança e ao Adolescente vítimas de Maus-Tratos.

A partir de dados compilados dos atendimentos realizados no período de 01/01/2016 a 01/11/2016<sup>72</sup>, constatou-se os seguintes motivos para inclusão das famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) nos dois CREAS da cidade: negligência, violência física e psicológica, afastamento do convívio familiar e comunitário/desacolhimento, trabalho infantil, violência sexual (abuso sexual + exploração sexual comercial), abuso financeiro, abandono e discriminação por orientação sexual. Especificamente no CREAS norte houve situações de autonegligência e no CREAS sul de situações que

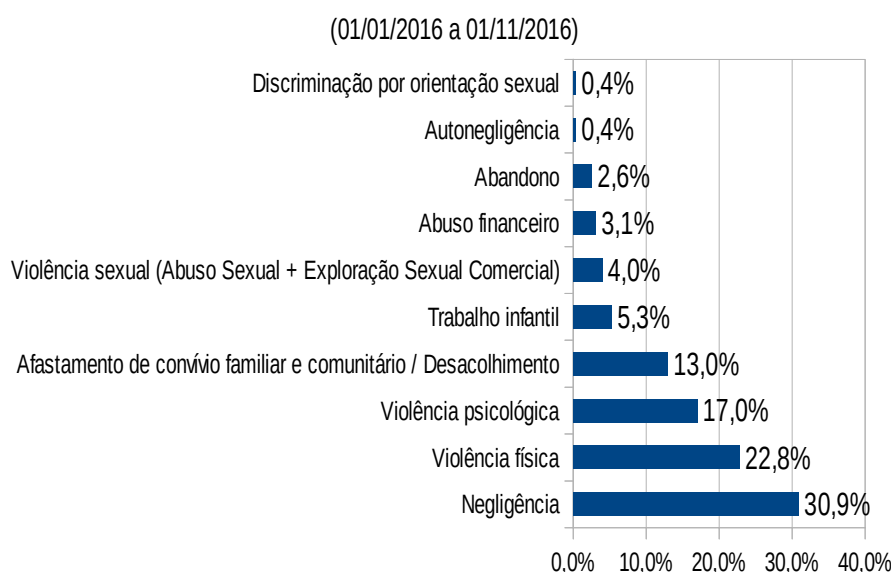
---

<sup>72</sup>Disponível no relatório de serviços e atendimentos dos CREAS para comissão de transição (2016).

agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. A seguir, serão apresentados separadamente os dados obtidos em cada CREAS acerca desses motivos.

**CREAS NORTE:** O Gráfico 88 apresenta os motivos de encaminhamento das famílias para o PAEFI do CREAS Norte. O número de motivos é maior que o número de famílias porque cada família pode vivenciar mais de um tipo de risco pessoal e social por violação de direitos. O total de riscos identificados foi 241. Foram calculadas as frequências percentuais de ocorrência em relação ao total de riscos. Salienta-se que, em seis situações, os riscos identificados estavam associados ao abuso de substâncias psicoativas (SPA).

**GRÁFICO 88 - Riscos pessoais e sociais por violação de direitos que motivaram a inclusão em PAEFI - CREAS NORTE**



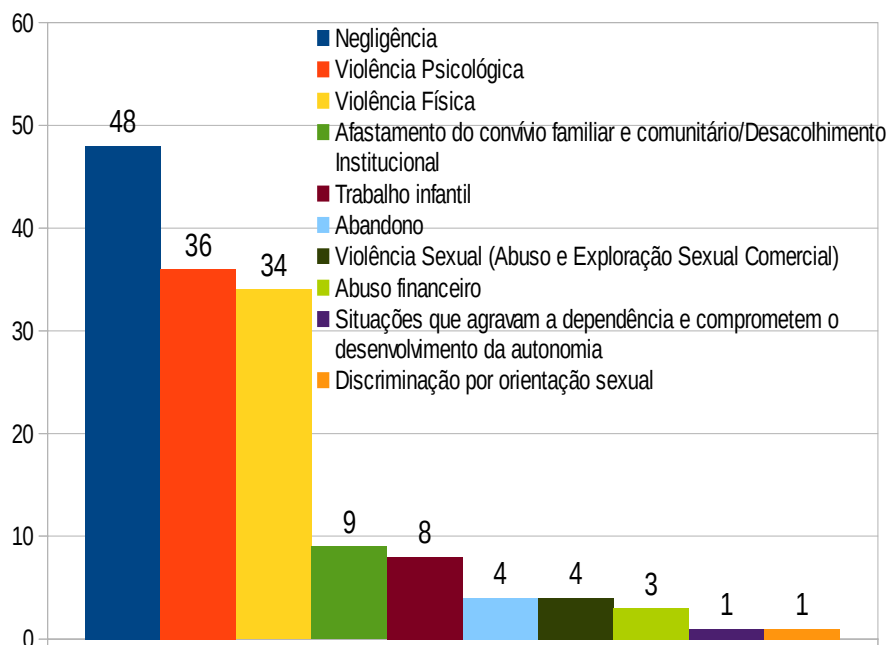
Observa-se que a negligência, seguida pela violência física, pela violência psicológica e pelas situações de acompanhamento pós desacolhimento institucional são os principais motivos de inclusão de famílias em PAEFI no CREAS Norte.

**CREAS SUL:** O Gráfico 89 apresenta os motivos de encaminhamento das famílias para o PAEFI do CREAS Sul. Salienta-se que, em seis situações, os riscos identificados estavam associados ao abuso de substâncias psicoativas (SPA). Comparando-se com os dados do CREAS Norte, a negligência continua sendo o risco mais identificado. No entanto, é a violência psicológica (e não a física) a segunda mais prevalente, embora os índices sejam bem próximos.



### GRÁFICO 89 - Riscos pessoais e sociais que motivaram a inclusão em PAEFI - CREAS SUL

(01/01/2016 a 01/11/2016)



Considerando o segmento ao qual pertence a pessoa nessas situações de risco por violação de direitos que foram incluídas no PAEFI, em ambos os CREAS há uma predominância de famílias que foram encaminhadas em decorrência da situação da criança e adolescente. O segundo segmento predominante foi o idoso, seguido por situações de violência contra a mulher. Começam a aparecer, também, situações chamadas “multissegmentos”, em que mais de uma pessoa está em risco na família. Por esse motivo, a indicação do MDS é a superação da atuação por segmentos já que, na mesma família, uma criança, uma mulher e um idoso podem estar sofrendo violência ou negligência. A questão é trabalhar com o risco enquanto uma situação de crise na família, independentemente de quem seja o sujeito “vitimado”. Por isso o olhar do PAEFI é para a família como um todo, com o foco de melhorar sua capacidade protetiva, principalmente quando percebe-se que, ao analisar o banco de dados dos CREAS, cada família/indivíduo vivencia mais de uma situação de risco pessoal e social, tratando-se de múltiplas violações de direitos.

Quanto aos territórios onde emergiram os riscos elencados acima, não foi identificado uma diferença significativa na frequência desses eventos entre os bairros ou loteamentos referenciados tanto ao CREAS Norte quanto ao Sul. O que é possível inferir que esses riscos emergem de forma descentralizada em diferentes

locais do município.

#### 4.1 Situações de Negligência e Violências

Comparando-se esse dado dos CREAS de Caxias do Sul com o levantamento das denúncias recebidas pelo Disque 100<sup>73</sup> da Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 2015, percebe-se que a negligência, violência física e psicológica são as violações de direitos mais frequentes também a nível nacional e estadual.

A negligência consiste na omissão injustificada por parte do responsável em supervisionar ou prover as necessidades básicas de criança, adolescente ou pessoa com deficiência, os quais face ao estágio de desenvolvimento no qual se encontram e de suas condições físicas e psicológicas, dependem de cuidados prestados por familiares ou responsáveis. Podem incluir situações diversas, como: a privação de cuidados necessários à saúde e higiene, o descumprimento do dever de encaminhar a criança ou adolescente à escola; o fato de deixar a pessoa sozinha em situação que represente risco à sua segurança, etc (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2012).

Conforme o relatório de serviços e atendimentos para comissão de transição (2016, p.44), elaborado pelos CREAS Norte e Sul, nem toda situação de negligência é objeto de intervenção da Proteção Social Especial no município:

Em Caxias do Sul, a Negligência é objeto de atendimento em CREAS/PAEFI em suas formas Moderada ou Severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos, observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, podendo comprometer severamente a saúde, as crianças são muitas vezes deixadas sozinhas por diversos dias. A literatura registra entre esses pais um consumo elevado de drogas, álcool ou uma presença **significativa de desordens** severas de personalidade. O termo vem sendo ampliado para incorporar a chamada supervisão perigosa. (Cf. Azevedo, Maria Amélia e Guerra, Viviane N. de Azevedo (1998:184). Infância e violência fatal em família. São Paulo: Iglu).

A violência física ocorre quando a força física é praticada de forma intencional e não-acidental, com o objetivo de causar danos, ferimentos ou até a morte da vítima. Já a violência psicológica acontece quando, por meio da comunicação verbal ou não verbal, a vítima é exposta a situações de rejeição, depreciação,

<sup>73</sup> O disque direitos humanos é um serviço telefônico de recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias de violação de direitos humanos.

discriminação, desrespeito, cobrança, ameaças ou punição excessivas, o que pode lhe causar intenso sofrimento psíquico, rebaixamento da auto-estima e danos ao desenvolvimento biopsicossocial. Ela é de difícil identificação e, muitas vezes, praticada conjuntamente com outras formas de violência (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2012).

Assim, considerando que no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul, os segmentos mais vulneráveis a estes riscos são crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência e mulheres, será abordado uma breve discussão sobre a situação de cada um desses segmentos a partir de diferentes fontes de dados.

#### a) Segmento Crianças e Adolescentes

Além de ser o motivo mais frequente nos atendimentos as famílias realizados pelos CREAS em decorrência desse segmento, a negligência é também o maior motivo que gera acolhimento institucional na cidade. Segundo dados coletados, no período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, dos relatórios mensais de atendimento dos serviços de acolhimento institucional Estrela Guia e Sol Nascente<sup>74</sup>, que atendem crianças e adolescentes, apresenta-se as motivações para acolhimento nesses abrigos, cuja frequência absoluta e relativa pode ser visualizada no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 90 – Motivo do acolhimento institucional das crianças e adolescentes dos Serviços de Acolhimento Estrela Guia e Sol Nascente 2016-2017**



Como motivação principal para o acolhimento das crianças e adolescentes de

<sup>74</sup> Há também o abrigo Recanto amigo, ofertado por entidade socioassistencial privada, mas como houve troca de entidade gestora no último ano, não havia informações completas nos relatórios mensais que pudessem ser contempladas assim como nos outros abrigos.

ambos os serviços de acolhimento, identificamos a negligência ou abandono familiar com 59,9%, seguida pela Violência Intrafamiliar com 11,6% e outras motivações, com 11,5%.

Posteriormente, foi identificado como causa para o acolhimento, o abuso sexual (4,4%), mendicância (4%) e revogação de guarda judicial (3,3%). Por fim, as adoções ilegais (2,8%) e a exploração sexual (2,7%) encerram o levantamento das motivações para o acolhimento institucional realizado no período.

Com relação as 12 casas lares existentes no município, não houve alteração no perfil desses motivos, uma vez que conforme o fluxo de acolhimentos, todas as crianças são acolhidas inicialmente nos abrigos e só são encaminhadas para as Casas Lar após avaliação das equipes técnicas dos abrigos e autorização judicial.

No que diz respeito ao número de casos de violação de direitos das crianças/adolescentes que tiveram acompanhamento dos Conselheiros Tutelares durante o ano de 2016, obtemos diferentes números entre o Conselho que atende a metade norte da cidade e o outro que a atende a parte sul. o Conselho Tutelar Norte acompanhou 1.120 casos de violação de direitos, sendo 205 situações envolvendo violências (física, psicológica e sexual) e 165 envolvendo negligência. As localidades com maior número de denúncias, foram os bairros Fátima, Santa Fé, Jardim América, Diamantino, Reolon, Serrano, Ana Rech, Centro, Vila Ipê, Pioneiro, Primeiro de Maio e Santa Lúcia (Cohab), conforme pode-se visualizar no quadro abaixo:

**QUADRO 138** - Bairros com maior número de denúncias no Conselho Tutelar Norte (2016)

BAIRROS	CRAS de referência	Total de denúncias
Fátima	Centro	67
Santa Fé	Norte	45
Jardim América	Centro	26
Diamantino	Leste	25
Reolon	Oeste	25
Serrano	Leste	25
Ana Rech		23
Centro (parte norte)	Centro	23
Vila Ipê	Norte	23
Pioneiro	Centro	22
Primeiro de Maio		21
Santa Lúcia (Cohab)		20

Já o Conselho Tutelar Sul recebeu 982 denúncias sobre negligência dos

pais/responsáveis, violência física, negligência, abandono de incapaz, falta de SCFV, FICAIS, notificações escolares e SINAN, sendo 123 de violência física e 146 de negligência. Os bairros com maior número de denúncias foram Desvio Rizzo, Esplanada com, Planalto I e II, Centro e Lourdes, Campos da Serra, Mariani e Planalto Rio Branco como pode ser observado no quadro abaixo.

**QUADRO 139** - Bairros com maior número de denúncias no Conselho Tutelar Sul (2016)

BAIRROS	CRAS de referência	Total de denúncias
Desvio Rizzo	Centro	88
Esplanada	sul	67
Planalto I e II	Sudeste	44
Centro e Lourdes	Centro	42
Campos da Serra	Centro	40
Mariani	Oeste	20
Planalto Rio Branco	Centro	13

A partir do levantamento do número de ocorrências sobre violência contra crianças e adolescentes no período de janeiro a dezembro de 2016, solicitado à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul, pode-se visualizar na tabela abaixo os fatos que tiveram maior frequência por sexo.

**QUADRO 140** - Número de ocorrências sobre violências contra crianças e adolescentes na DPCA de Caxias do Sul (2016)

FATO	Crianças		Adolescentes		Total
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	
Lesão Corporal	51	42	113	138	344
Crimes Contra Liberdade Individual (ameaça, constrangimento...)	25	18	73	121	237
Estupro	18	38	4	50	110
Outros Crimes	58	83	85	138	364
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>181</b>	<b>275</b>	<b>447</b>	<b>1055</b>

É possível perceber, a partir desse levantamento, que os fatos de maior frequência no total de 1055 ocorrências foram: lesão corporal (344), crimes contra

liberdade individual (237) e estupro (110), sendo os adolescentes mais vitimados do que as crianças, especialmente do sexo feminino. Assim, verifica-se nessa fonte de dados que a violência física e psicológica continua sendo o risco mais vivenciado por crianças e adolescentes no município.

## b) Segmento Idoso

Analizando o banco de dados dos CREAS como um todo, percebe-se que cada família/indivíduo vivencia mais de uma situação de risco pessoal e social, tratando-se de múltiplas violações de direitos. No segmento Idoso um total de 157 idosos atendidos em 2016 vivenciava um total de 464 situações de risco pessoal e social. As mais prevalentes são violência psicológica (vivenciada por 41% dos idosos) e negligência (vivenciada por 39% dos idosos). Logo a seguir, aparecem outras situações que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (38%), abuso financeiro ou patrimonial (34%) e violência física (vivenciada por 24% dos idosos). É interessante também a alta taxa de autonegligência (21% dos idosos são autonegligentes). Situações de Proteção Social Básica acompanham as situações de risco em 36 casos. Como o número de riscos é maior que o número total de idosos, compreende-se que essas situações são simultâneas ao risco. O gráfico abaixo sumariza esses dados em números absolutos.

**GRÁFICO 91** - Riscos pessoais e sociais por violação de direitos SPEPCD-I - Segmento IDOSO

(N=157 idosos, N=428 riscos identificados)





Esses riscos que tiveram maior incidência nos idosos atendidos pelos CREAS estão em consonância com as categorias que são estabelecidas internacionalmente para as violências mais praticadas contra a população idosa (MINAYO, 2005, p.15):

- *Abuso físico ou violência física* – expressões que se referem ao uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar-lhes dor, incapacidade ou morte;
- *Abuso psicológico ou violência psicológica* – correspondem a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social;
- *Abuso ou violência sexual* – se referem ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou hetero-relacional, utilizando pessoas idosas. Esses abusos visam a obter excitação, relação sexual, ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças;
- *Abuso financeiro e econômico* – consiste na exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar;
- *Auto-negligência* – diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança, pela recusa de prover cuidados necessários a si mesma;
- *Abandono* – é uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção;
- *Negligência* – refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência mais presentes no país. Se manifesta associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para as que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade.

Além desses dados resultantes dos atendimentos realizados nos CREAS, buscou-se coletar informações também no setor da FAS, denominado Núcleo de Avaliação e Acolhimento, onde são realizados Estudos Sociais sobre situações violações de direitos contra idosos a partir de solicitações advindas do Ministério Público, Disque 100, Conselho Municipal do Idoso, Rede Socioassistencial, Judiciário, etc. Conforme os dados apresentados no relatório<sup>75</sup> deste Núcleo, entre o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, houve 459 solicitações. Desse total, 64% emergiram de bairros/loteamentos referenciados ao CRAS Centro, 12% do CRAS Sudeste, 9% do Leste, 8% do Sul, 5% do Norte e 2% do Oeste. Sendo que a 5ª Promotoria foi a que mais encaminhou essas solicitações nos territórios do Centro, Sudeste e Sul.

Tendo em vista que o território do CRAS Centro envolveu a maior parte das denúncias, se considerarmos os dez primeiros bairros com maior número de solicitações nessa região, observa-se conforme a tabela abaixo, que dentro do total

<sup>75</sup> Os dados oriundos desse relatório foram oriundos de uma planilha de controle do Núcleo de Avaliação e Acolhimento, que é alimentada conforme a demanda. O levantamento desses dados foram realizados pela estagiária de Serviço Social do Núcleo.

de 294 solicitações, o bairro Centro ficou em primeiro lugar com 33, em segundo o Rio Branco com 27, em terceiro Lourdes com 23 e em quarto o Fátima Alta com 19 solicitações.

**QUADRO 141** - Relação entre os bairros com maior número de solicitações e seus respectivos órgãos solicitantes

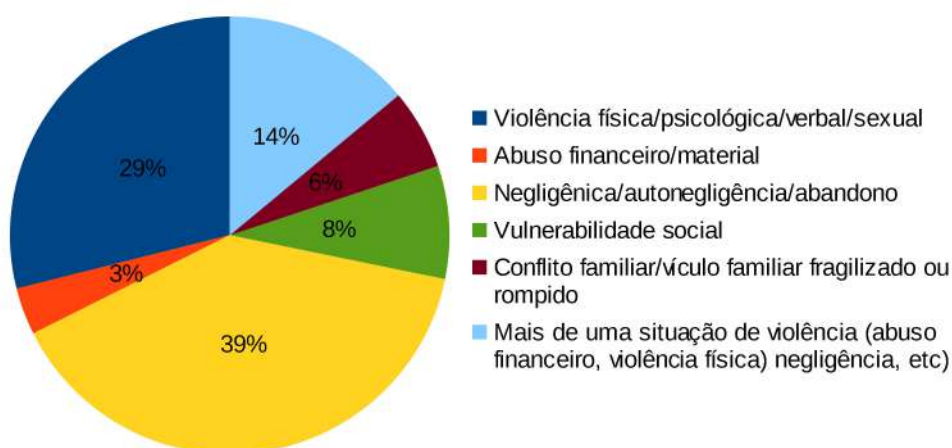
<b>Bairros / Loteamentos</b>	<b>Número de solicitações</b>
Centro	<b>33 solicitações</b> – 10 CMI; 08 Disque 100; 12 MP; 01 Judiciário; 02 Saúde.
Rio Branco	<b>27 solicitações</b> – 06 CMI; 05 Disque 100; 07 MP; 06 Saúde; 03 Rede Socioassistencial.
Lourdes	<b>23 solicitações</b> – 01 CMI; 09 Disque 100; 07 MP; 04 Saúde; 01 Rede Socioassistencial; 01 DEAM
Fátima Alta	<b>19 solicitações</b> – 02 CMI; 06 Disque 100; 07 MP; 02 Saúde; 02 Judiciário.
Universitário	<b>18 solicitações</b> – 04 CMI; 07 Disque 100; 03 MP; 02 Saúde; 02 DEAM.
Pioneiro	<b>18 solicitações</b> – 03 CMI; 08 Disque 100; 05 MP; 02 Rede Socioassistencial.
Jardim América	<b>18 solicitações</b> – 03 CMI; 06 Disque 100; 04 MP; 03 Rede Socioassistencial; 01 Saúde; 01 DEAM.
São Pelegrino	<b>16 solicitações</b> – 03 CMI; 05 Disque 100; 08 MP.
Desvio Rizzo	<b>16 solicitações</b> – 04 CMI; 07 Disque 100; 03 MP; 02 Saúde.
Pio X	<b>14 solicitações</b> – 01 CMI; 03 Disque 100; 03 MP; 05 Rede Socioassistencial; 02 Saúde.

Uma das explicações possíveis para esta maior quantidade de solicitações terem vindo dessas localidades (294), e especificamente dos bairros Centro e Rio Branco, deve-se ao fato de serem regiões onde residem o maior número de idosos. Isso foi constatado em levantamento realizado nos dados do IBGE (2010) sobre a população total de idosos, incluindo a faixa etária a partir de 55 anos, tendo em vista que estes em 2017 já estariam com 60 anos. Na classificação de frequência por local de residência, do total de 68.536, em primeiro lugar, no bairro Centro, constituído por 27 setores censitários (SC), haveria a probabilidade de 3.631 idosos residentes. E em segundo lugar, no bairro Rio Branco, com 20 setores, haveria

3.453 pessoas acima de 60 anos, seguidos pelos bairros Santa Catarina (27SC e 3.119 idosos), São Pelegrino (13SC e 2.204) e Pio X (14SC e 2.133), também pertencentes ao território do CRAS Centro.

No que diz respeito aos tipos de violação de direitos avaliadas, conforme pode-se visualizar no gráfico abaixo, no território do CRAS Centro, que correspondeu ao maior número de solicitações, identificou-se que 39% foram sobre negligência/autonegligência/abandono, 29% violência física/psicológica/verbal/sexual, 14% mais de uma situação de violência (abuso financeiro, violência física, negligência, etc.), 8% vulnerabilidade social, 6% conflito familiar/vínculo familiar fragilizado ou rompido e 3% abuso financeiro/material.

**GRÁFICO 92** - Tipos de violação de direitos referentes ao Território do CRAS Centro



Nos demais territórios dos outros CRAS constatou-se que a negligência/autonegligência/abandono também tiveram a maior frequência, 44% no Sudeste, 33% no Norte e Leste e 60 % no Oeste. Com exceção do Sul que teve 34% em mais de uma situação de violência. Esta surgiu como a segunda situação mais frequente no Sudeste (27%) e Oeste (20%).

Comparando-se as faixas etárias dos idosos com denúncias de violação de direitos em cada território de referência dos CRAS, através da tabela abaixo, constata-se que a maioria deles por território tinham: 80 anos ou mais, sendo 28% no Centro, 37% no Leste e 42% no Norte; 71 a 75 anos, sendo 38% no Sudeste e 50% no Oeste; e 60 a 65 anos, sendo 26% no Sul.

**QUADRO 142** – Porcentagem das faixas etárias dos idosos por Territórios dos CRAS

Faixas etárias	Territórios de Referência dos CRAS					
	Centro	Sudeste	Leste	Sul	Norte	Oeste
60 a 65 anos	20%	25%	27%	<b>26%</b>	4%	30%
66 a 70 anos	14%	11%	10%	17%	21%	0%
71 a 75 anos	23%	<b>38%</b>	12%	17%	17%	<b>50%</b>
76 a 80 anos	15%	0%	15%	20%	17%	10%
80 anos ou mais	<b>28%</b>	26%	<b>37%</b>	20%	<b>42%</b>	10%

Convém salientar que a maior parte desses idosos não estavam referenciados a nenhum serviço da rede socioassistencial e de saúde, como o CRAS, SPEI, UBS, etc. A porcentagem desse não referenciamento correspondeu a 64% Centro, 63% no Sudeste, 78% no Leste, 67% no Norte. Uma das hipóteses para essa ausência de referenciamento, pode estar relacionado a condição socioeconômica desses idosos com violação de direitos, eles podiam estar acima do corte de renda familiar de até três salários-mínimos, critério para inclusão no Cadastro Único e público prioritário para acessar os serviços nos CRAS. E pertencendo a classe socioeconômica média ou alta, podiam custear um plano privado de saúde, não tendo necessidade de acessar as UBS. A confirmação dessa hipótese pode ratificar o argumento de que a associação entre pobreza e maior violação de direitos contra idosos trata-se de um equívoco, uma vez que tais violações podem estar acontecendo de forma mais frequente no município em classes socioeconômicas mais elevadas.

Embora a ocorrência desses riscos sejam os motivos que geram o acompanhamento pela rede, torna-se necessário também a realização de ações preventivas a essas situações de risco social, antes que elas se efetivem. E nesse sentido, Paz, Melo e Soriano (2012) sinalizam que é necessário considerar que as violências contra pessoas mais velhas precisam ser vistas sob, pelo menos, três parâmetros: demográficos, sócio-antropológicos e epidemiológicos e entendidas em seus diferentes níveis: individual, institucional e estatal.

Assim, devemos contextualizar a violência ao segmento idoso e traçar uma relação com a lógica do sistema capitalista e a teia das mediações intergeracionais. A violência contra a pessoa idosa está situada nesse contexto de negação da vida, de destruição do poder legitimado pelo direito, seja pela transgressão da norma e da tolerância, seja pela transgressão da confiança intergeracional, pela negação da diferença, pela negação das mediações do conflito e pelo distanciamento das realizações efetivas dos

potenciais dos idosos ou ainda pelo impedimento de sua palavra, de sua participação (FALEIROS, 2004, p. 13, in PAZ, MELO e SORIANO, 2012, 64)

A criação de leis específicas para o segmento Idoso como a Política Nacional do idoso e dos conselhos de idosos (Lei 8842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei 10471/03) foram criadas para garantia dos direitos desse segmento, tendo em vista que o Brasil apresenta enorme envelhecimento populacional, com previsão para ser, em 2025, o sexto país em população idosa. Tais leis possuem limites e possibilidades na sua aplicabilidade, considerando-se que desde a aprovação do Estatuto do Idoso, ainda não houve diminuição dos vários tipos de violências que os idosos são submetidos, mas viabilizam o resgate ao respeito a essas pessoas, pretendendo mudar direta e indiretamente as atuais relações sociais dos idosos com a sociedade, a família e o Estado (PAZ, MELO E SORIANO, 2012).

### **c) Pessoas com deficiência (PCD)**

Os principais riscos pessoais e sociais por violação de direitos estão citados na PNAS e foram conceituados nacionalmente através da Resolução 04 da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). No entanto, um conjunto de outros riscos pessoais e sociais, citados na tipificação nacional como critérios de ingresso para o SPEPCD-I não estão definidos claramente em um documento único. Tais riscos são os seguintes: agravos devidos ao isolamento social; exploração da imagem, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas na família, falta de cuidados adequados, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, outras situações que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. Tais riscos estão dispersos em uma série de Guias de Orientação Técnica, exigindo sistematização e conceituação comum entre os técnicos do SPECD-I.

O gráfico abaixo ilustra, em números absolutos, os riscos pessoais e sociais que motivaram o acompanhamento na Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE-MC) para o segmento PCD, no período de janeiro a outubro de 2016.

**GRÁFICO 93 - Riscos pessoais e sociais por violação de direitos SPEPCD-I - Segmento PCD**

(N=526 PCD; N=411 situações de risco)



Nesse segmento observa-se situação diversa daquela identificada no segmento idoso. Enquanto o total de riscos era quase três vezes maior que o total de idosos (identificando, em média, 3,7 situações de risco vivenciadas por cada idoso), o total de PCD é inferior ao número total de situações de risco. As 526 PCD atendidas estão submetidas a um total de 411 situações de risco. Isso indica que, se cada PCD vivenciasse apenas uma situação de risco, 115 PCD estão na média complexidade sem necessidade (22% do total de PCD na PSE-MC). Caso cada PCD vivencie mais de uma situação de risco, o número de PCD sem indicação de estar nesse nível de proteção social seria ainda maior. Isso indica um “inchaço” da rede de PSE-MC no segmento PCD, o que vai demandar análise por parte do município. Paralelamente, chama a atenção que há, entre os motivos de atendimento, grande quantidade de situações de Proteção Social Básica e de atendimento em outras políticas (totalizando 107 situações ou 20% dos PCD). No caso dos idosos, fica claro que elas são simultâneas, já que o número de situações de risco é superior ao número de idosos atendidos na média. No caso das PCD, em que há mais sujeitos do que riscos, essas situações possivelmente acabam justificando o atendimento. Dessa forma, há que aprofundar a análise caso a caso em 2017, de modo que sejam respondidas algumas questões, tais como: essas pessoas estão na PSE-MC pela falta de outros serviços socioassistenciais (PSB da Assistência Social) ou intersetoriais (saúde, educação)? Como o município e as organizações não governamentais podem buscar soluções para essa demanda? Uma possibilidade no campo do SUAS é a abertura de SCFV para as PCD que



tiverem indicação de PSB e de ações que estimulem a convivência social. Sabe-se que tais serviços não podem ser exclusivos para PCD na atual legislação, de modo que uma sugestão é que entidades com expertise no atendimento a PCD e acessibilidade em suas instalações ofertem SCFV abertos à comunidade (para PCD, irmãos de PCD e pessoas que não tenham deficiência). O gráfico acima sumarizou as situações de risco classificadas como de PSE-MC e sua distribuição em números absolutos. Em percentagem, verifica-se que o alto grau de estresse do cuidador é identificado em 21% das famílias. A negligência é vivenciada por 13% das PCD e o terceiro risco, o isolamento social, é vivenciado por 8,5% das PCD. Em seguida, aparecem situações como violência física (7,8%) e desvalorização da potencialidade/capacidade (6,8% dos PCD) (CREAS, 2016).

#### **d) Mulheres**

Segundo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006) a violência doméstica e familiar contra a mulher é uma das formas de violação de direitos humanos e configura-se como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (artigo 5º)

Esta lei esclarece que essa violência contra mulher pode ser de diferentes formas: física (entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal); psicológica (qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação); sexual, (qualquer conduta que a

constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos); patrimonial (qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; e moral (qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria).

Em um estudo sobre o perfil de mulheres vítimas de violência no Brasil, Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul, estratificado por faixa etária, raça e grau de escolaridade, partir dos dados do SINAM, RAIS, FIRJAN e do IBGE para o ano de 2012, identificou-se que o perfil das mulheres vitimadas pela violência doméstica é composto por crianças e mulheres jovens até 39 anos, negras ou pardas e com baixa escolaridade (Filho, Mincato e Grazi, 2014).

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de Caxias do Sul, registrou-se a diminuição dos indicadores de violência contra a mulher, embora esteja em patamares elevados para o tamanho da população do município. No gráfico abaixo, identificamos o número de lesões corporais e de ameaças contra a mulher, no período de 2012 a 2016.

**GRÁFICO 94 – Violência contra mulher/Lei Maria da Penha  
(Lesão Corporal e Ameaça – 2012/2016)**



Conforme levantamento acima, no período pesquisado foram contabilizados 7.435 registros de lesões corporais e 4.540 ameaças contra mulheres, crimes tipificados de acordo com a Lei Maria da Penha.

Em relação aos crimes de feminicídios (tentados e consumados) e estupros, os dados apresentados pela SSPM/RS também apresentaram redução, o que pode ser verificado no quadro abaixo.

**QUADRO 143 – Violência contra mulher (Feminicídios e Estupros – 2013/2016)**

<b>Tipo de Violência</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
<b>01. Femicídio Tentado</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>31</b>
<b>02. Femicídio Consumado</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>17</b>
<b>03. Estupro</b>	<b>46</b>	<b>22</b>	<b>35</b>	<b>23</b>	<b>126</b>
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>32</b>	<b>45</b>	<b>35</b>	<b>174</b>

Fonte: SSP-RS

Embora tenhamos encontrado diminuição desse tipo de violência, identificamos no período de 4 anos a ocorrência de 17 feminicídios consumados, 31 tentativas de feminicídios e 126 estupros. Cabe registrar que a ocorrência desse tipo de crime nem sempre é registrada pelas vítimas e, portanto, há que se considerar a existência de mais casos não registrados.

Já de acordo com os relatórios da Casa Viva Raquel, Serviço de Acolhimento Institucional na cidade para mulheres vítimas de violência, sobre o número e motivos dos acolhimentos realizados entre 2015 e 2016, constatou-se aumento no número de acolhimentos por ameaça de morte, de 56 mulheres em 2015 para 70 em 2016.

**QUADRO 144 - Número de atendimentos na Casa Viva Raquel**

<b>Ano</b>	<b>Mulheres atendidas</b>	<b>Motivos do Acolhimento</b>		<b>Tempo de permanência</b>
		<b>Ameaça de morte</b>	<b>Ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral.</b>	<b>Menos de 1 mês</b>
2016	80	70	10	61 (76,25%)
2015	80	56	24	52 (65%)

## 4.2 Ato infracional

**Ato Infracional** corresponde a toda conduta considerada crime ou contravenção penal, quando praticada por menores de 18 anos. Trata-se de um dos riscos pessoais e sociais por violação de direitos citados na Política Nacional de

Assistência Social (PNAS). Os adolescentes que cometeram ato infracional recebem as sanções aplicadas pela Justiça da Infância e Juventude, denominadas de **Medidas Socioeducativas (MSE)**, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal 8.069/90)<sup>76</sup> e fundamentadas na Doutrina da Proteção Integral: em função de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, crianças e adolescentes necessitam de especial proteção do Estado (Constituição Federal, 1988). As MSE são aplicadas a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens adultos de 18 a 21 anos, que praticaram o ato antes da maioridade. As medidas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) são acompanhadas especificamente no Serviço dos CREAS.

De acordo com os dados dos CREAS Norte e Sul em outubro de 2016, foi possível identificar os atos infracionais que mais geraram o encaminhamento para atendimentos nas unidades. Conforme pode-se visualizar nos gráficos abaixo, os atos infracionais que motivaram a aplicação das MSE em ambos os CREAS, percebe-se, que eles possivelmente se relacionam às expressões da questão social: sendo furto e roubo os mais prevalentes, seguidos pelo tráfico de entorpecentes que, em muitas vezes, representa uma forma de visibilidade e ascensão social.

---

<sup>76</sup>O ECA (1990) é a legislação especial que prevê MSE aplicáveis aos adolescentes em conflito com a lei.

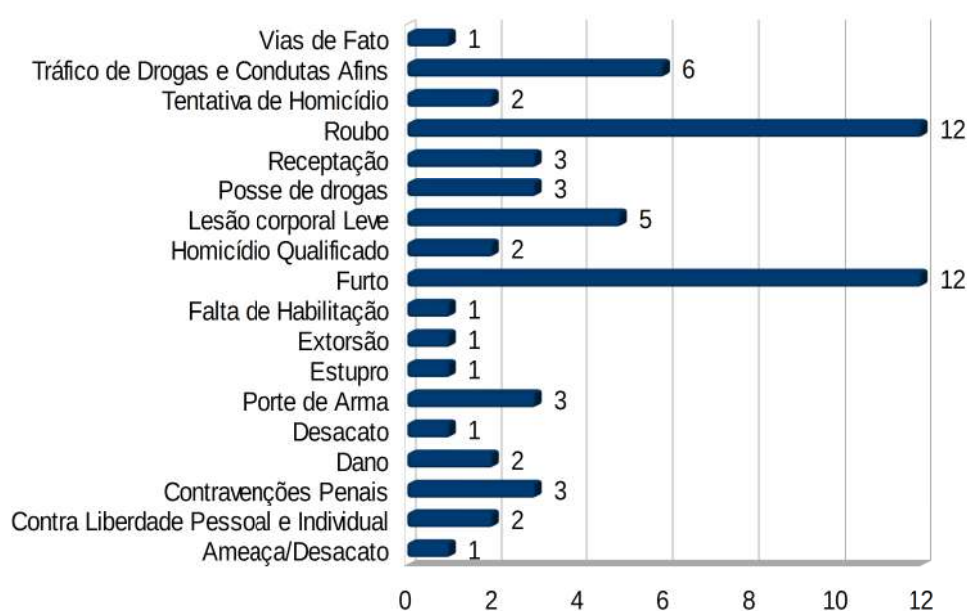
GRÁFICO 95 - Atos infracionais que motivaram a aplicação de MSE - CREAS Norte - Outubro 2016

(N=80 adolescentes; 84 atos infracionais)



GRÁFICO 96 - Atos Infracionais que Motivaram a Aplicação de MSE - CREAS SUL (Outubro de 2016)

(N=53 adolescentes, 61 atos infracionais)



Comparando-se esses dados com os que foram coletados no período de julho de 2012 a julho de 2014 sobre a caracterização dos atos infracionais cometidos, apresentados no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Caxias do Sul (2014), percebe-se que não houve mudanças nos tipos de atos

infracionais mais cometidos e sua classificação de frequência.

Cruzando os atos infracionais com o total de adolescentes (e não de atos, posto que há adolescentes que cometeram mais de um), obtêm-se, em números arredondados, os seguintes dados: 26% dos adolescentes cometeram “Roubo”, enquanto 23% cometeram “Furto”. Ou seja, quase metade (49%) dos adolescentes em MSE no CREAS no período analisado praticaram estes atos infracionais. Ambos os atos envolvem apossar-se de coisa alheia, em um contexto de capitalismo exacerbado e de necessidades de consumo cada vez mais imperiosas, de modo isso pode estar indicando justamente uma questão social, de inacessibilidade de bens. Em terceiro lugar aparecem os atos infracionais relacionados a drogas (19% dos adolescentes) o que reflete duas questões: primeiro, a mesma desigualdade social apontada no dado anterior, de modo que tais jovens estão enxergando na droga uma “promessa” de “ganhos” financeiros maiores. Segundo, uma questão de saúde pública, uma vez que, boa parte deles, não só praticou atos infracionais relacionados, como tem histórico de uso, abuso ou dependência. Essas questões apontam, mais uma vez, o quanto o ato infracional pode ser uma expressão de direitos não assegurados e necessidades não atendidas (P.47).

De acordo com o perfil dos adolescentes em MSE de LA e PSC no CREAS que foi descrito no Plano (2014) dentro do período investigado, havia uma predominância do sexo masculino (552 ou 86%) com média de idade de 15,5 anos. Quanto a escolaridade, a maioria deles possuía ensino fundamental incompleto (299), seguidos pelos que possuía ensino médio incompleto (130 adolescentes). E residiam majoritariamente em regiões pertencentes a área de abrangência do CRAS Centro (que tem uma enorme quantidade de bairros), do CRAS Norte e CRAS Sul, principalmente nos bairros Marechal Floriano, Santa Fé, Desvio Rizzo, Vila Ipê, Cinquentenário I e II, Nossa Senhora de Fátima (Alto e Baixo) e Esplanada. Já em agosto de 2016, nos dados do CREAS Sul que havia 77 adolescentes em MSE, identificou-se que 13 residiam no Loteamento Campos da Serra e nos dados do CREAS Norte, não foi encontrada uma diferença significativa entre os bairros onde residiam esses adolescentes.

De acordo com dados disponibilizados pela DPCA (2016) acerca das ocorrências envolvendo adolescentes que cometeram atos infracionais, percebe-se no quadro abaixo que do total de 633 ocorrências, os fatos mais recorrentes foram crimes contra liberdade individual (191) e lesão corporal (157), sendo que a maioria desses atos foram cometidos por adolescentes do sexo masculino (448).

**QUADRO 145 – Atos infracionais cometidos por adolescentes (DPCA – 2016)**

<b>Ocorrências Criminais</b>	<b>MASCULINO</b>	<b>FEMININO</b>	<b>Total</b>
Crimes Contra Liberdade Individual (ameaça, constrangimento...)	131	60	<b>191</b>
Lesão Corporal	99	58	<b>157</b>
Estupro	3	1	<b>4</b>
Outros Crimes	215	66	<b>281</b>
<b>Total</b>	<b>448</b>	<b>185</b>	<b>633</b>

Considerando os atos infracionais que mais motivaram o cumprimento de medidas socioeducativas nos CREAS: roubo, furto e tráfico de drogas, nos dados da DPCA de janeiro a dezembro de 2016, verificou-se o total de 276 ocorrências de roubo, 124 de furto e 17 de tráfico, sendo a posse de drogas mais elevada do que o tráfico, com 64 ocorrências. Delitos de trânsito ao dirigir sem habilitação foram registrados 70 situações. Destaca-se nesses dados da DPCA (2016) o número de 257 ocorrências no que diz respeito a violência em Estabelecimento de Ensino.

### 4.3 Trabalho infantil

Consiste nas atividades realizadas por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos, com fins econômicos ou de sobrevivência, remuneradas ou que visem lucro, mas também aquelas que não geram remuneração ou lucro. Não estão incluídas neste contexto, as atividades de trabalho na condição de aprendiz, que são permitidas por lei a partir dos 14 anos, independente da sua condição ocupacional, mas resguardando a proteção de todas as situações que interfiram em seu bem estar (Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, 2004). Para discussão dessa situação de risco em Caxias do Sul, buscou-se dados do IBGE 2010 e do Ministério do Trabalho e emprego.

Os dados disponíveis e obtidos no site do Censo do IBGE de 2010 apresentam dados sobre o número de crianças e adolescentes que desenvolviam alguma atividade laboral na semana de referência, entendida como aquela semana fixada para a investigação das características de trabalho e rendimento, corresponde ao período de 25 a 31 de julho de 2010.

Nesse sentido, são apresentados dados de algumas variáveis básicas de toda a população na faixa etária dos 10 aos 17 anos e, após, dados específicos das crianças e adolescentes que declararam ter alguma atividade de trabalho na semana



de referência. No período investigado, havia no município 52.441 pessoas na faixa etária dos 10 aos 17 anos, percentual correspondente a 12% das 435.564 pessoas recenseadas em 2010.

As faixas etárias e gênero das pessoas de 10 a 17 anos são apresentadas abaixo.

**GRÁFICO 97 – N° de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos (Censo 2010).**



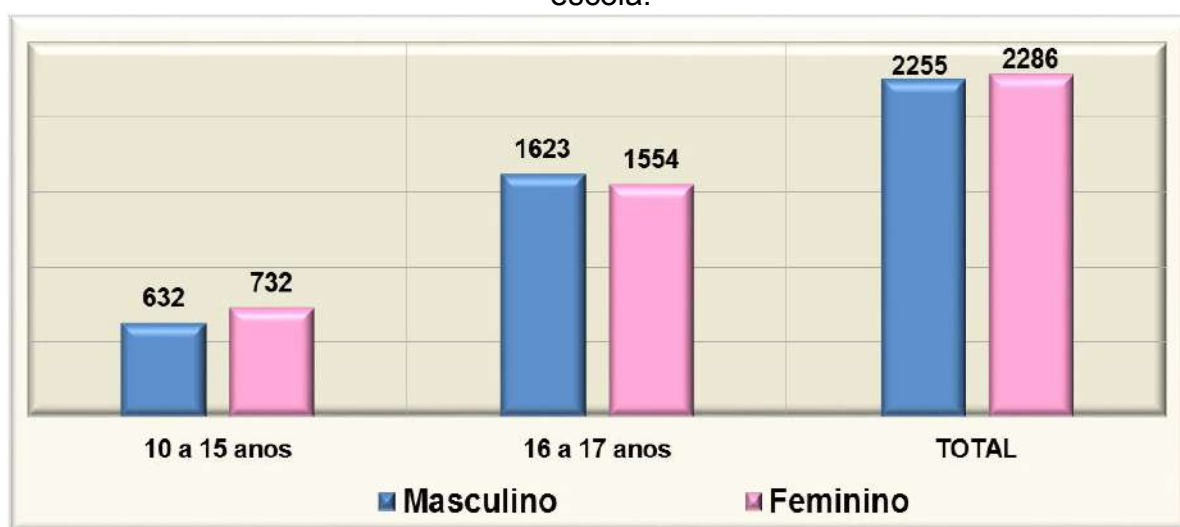
Destacamos do gráfico acima o percentual de 49,1% de pessoas na faixa etária dos 10 aos 13 anos, 25,6% de 14 a 15 anos e 25,2% de 16 a 17 anos, localizados principalmente na zona urbana, na qual situavam-se 50.456 pessoas (96,2%) e outras 1.983 (3,8%) crianças e adolescentes residentes no meio rural, cuja proporção se manteve semelhante no que diz respeito à população total. Destes, 77,1% eram de cor ou raça branca e 22,2% da cor preta ou parda, conforme gráfico abaixo, havendo poucas diferenças em cada faixa etária do percentual correspondente.

**GRÁFICO 98 – Cor ou raça das pessoas de 10 a 17 Anos (Censo 2010)**



Quanto às condições de alfabetização, 1,2% (615 pessoas) foram consideradas não alfabetizadas. Do total de pessoas de 10 a 17 anos, conforme Censo de 2010, 47.898 pessoas frequentavam escola e 4.542 pessoas não frequentavam. É importante registrar que as variáveis das pessoas que não estavam estudando são indicativas do seu perfil. Assim, dos que não frequentavam escola, 1.364 pessoas (30%) estavam na faixa etária dos 10 aos 15 anos e 3.177 pessoas (70%) na faixa etária dos 16 a 17 anos, de acordo com os dados abaixo.

**GRÁFICO 99** – Faixa etária das pessoas de 10 a 17 anos que não frequentavam escola.



Ressalta-se, do gráfico acima, a pouca diferença em questões de gênero no total de pessoas que não estavam estudando na semana de referência. Das pessoas que não frequentavam escola a grande maioria, 4.335 pessoas, viviam no meio urbano, embora 206 pessoas informaram residir no meio rural. Quanto à cor ou raça das pessoas que não estavam estudando, no gráfico abaixo são apresentados os dados pertinentes.

**GRÁFICO 100** – Cor ou raça das pessoas que não estavam estudando na semana de referência.



Realizando comparação dos dados entre o total de pessoas de 10 a 17 anos com o total de pessoas da mesma faixa etária que não estavam estudando na semana de referência, identificamos aspecto importante a ser ressaltado. Enquanto no total de pessoas de 10 a 17 anos a proporção de pessoas pretas ou pardas era de 22,2%, no total de pessoas que não estavam estudando essa proporção era de 31,7%, ou seja, o número de pessoas pretas ou pardas que não estava estudando era proporcionalmente superior ao total de pessoas pretas e pardas que estavam estudando em comparação com os totais de pessoas recenseadas como brancas.

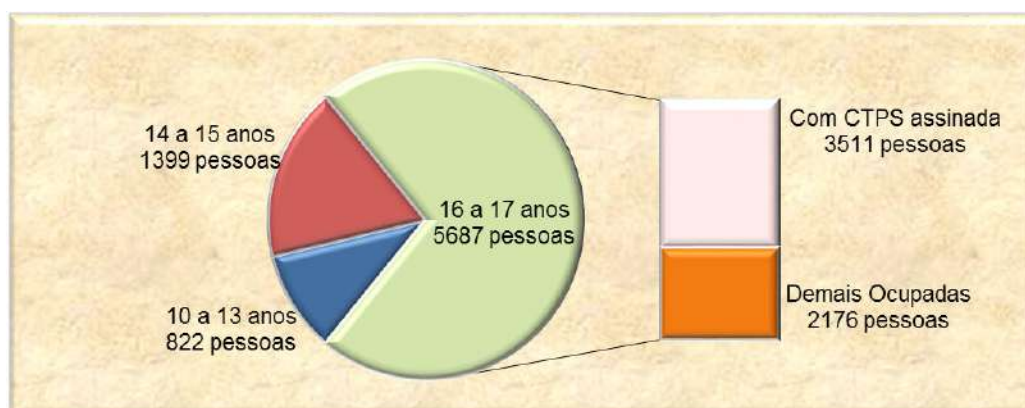
Esse aspecto pode ser melhor analisado no gráfico abaixo, no qual são expostos os percentuais por cor ou raça para cada grupo de idade.

**GRÁFICO 101** – Percentual por cor ou raça das pessoas que não estavam estudando na semana de referência em comparação com o total de pessoas por grupos de idade



Dessa forma, o percentual de pessoas da cor ou raça preta ou parda de 10 a 17 anos, embora seja minoritária em relação ao total da população dessa faixa etária (22,2%), apresenta maior proporção de pessoas que não estavam estudando na semana de referência em comparação ao grupo ao qual pertence. Assim, enquanto o total de pessoas brancas que não estava estudando era de 7,6% em relação ao total das pessoas brancas de 10 a 17 anos, a população preta ou parda da mesma faixa etária que não estava estudando era de 12,2%, com maior diferença percentual na faixa etária dos 16 aos 17 anos.

Analisando acima aspectos iniciais apresentados pelo IBGE no que diz respeito ao total da população de 10 a 17 anos, apresentamos abaixo os dados pesquisados pelo Censo 2010 relativos às pessoas dessa faixa etária que desenvolveram alguma atividade de trabalho na semana de referência. Inicialmente, destacamos dados por faixa etária.

**GRÁFICO 102** – Pessoas de 10 anos a 17 anos ocupadas na semana de referência

Conforme dados acima, verificamos que 10,4% do total de pessoas ocupadas na semana de referência tinham entre 10 e 13 anos, 17,7% tinham entre 14 e 15 anos e 71,9% com idade entre 16 e 17 anos. Dos 1399 adolescentes de 14 e 15 anos ocupados, 35,2% trabalhavam com CTPS assinada. Dos adolescentes de 16 a 17 anos, a situação era inversa, onde 61,7% trabalhavam com CTPS assinada e 38,3% trabalhavam em atividades sem CTPS assinada. Quanto às questões de gênero, embora não apresentados acima, verificamos que 57,6% das pessoas são do sexo masculino e 42,4% do sexo feminino. A maior proporção de pessoas do sexo masculino ocupadas na semana de referência foi na faixa etária dos 16 aos 17 anos, na qual 40,8% eram do sexo masculino e 31,1% do sexo feminino.

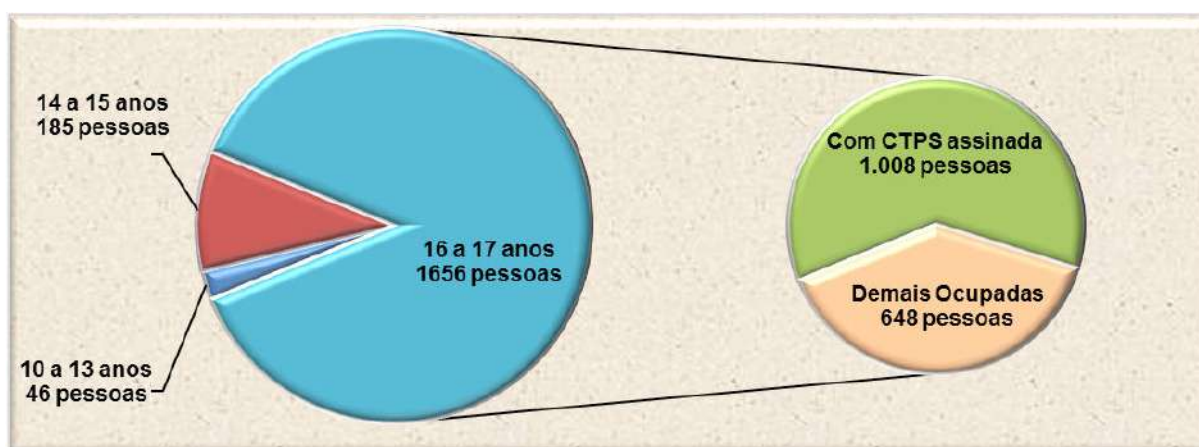
Verificou-se que o percentual de crianças e adolescentes ocupadas na semana de referência era, em sua maioria, residente no meio urbano, com 7.453 pessoas (94,2%) do total e 456 (5,8%) pessoas residiam no meio rural. Quanto à cor ou raça das pessoas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência, verificamos que há preponderância das pessoas da cor branca, com 74,1% do total, equivalente a 5.860 pessoas e 25,2% da cor preta ou parda.

O percentual de pessoas brancas de 10 a 17 anos ocupadas na semana de referência e o percentual do total de pessoas brancas da mesma faixa etária, revela alguns pontos importantes de se destacar. O primeiro é que o total de pessoas pretas e pardas em relação ao total de pessoas dessa faixa etária é de 22,2%. Se compararmos somente as pessoas para as quais foi informada alguma ocupação na semana de referência, o percentual de pessoas pretas ou pardas em relação ao total de pessoas que estiveram ocupadas na semana de referência foi de 25,2%, o que revela que o trabalho infantil tem maior incidência sobre a população preta ou parda. Quanto às condições de alfabetização, somente 07 crianças ou adolescentes, da

faixa etária de 10 a 13 anos foram consideradas como não alfabetizadas.

No que diz respeito à frequência ou não à escola das pessoas ocupadas na semana de referência, 6.020 pessoas frequentavam e 1.889 não frequentavam escola. No gráfico abaixo, é possível identificar dados das pessoas que não frequentavam escola por faixas etárias.

**GRÁFICO 103** – Faixa etária das pessoas que não frequentavam escola e que estavam ocupadas na semana de referência.



Destacamos do gráfico acima que, do total de pessoas que não frequentavam escola e que estavam ocupadas na semana de referência, 1.656 pessoas, ou 87,7% tinham entre 16 e 17 anos, dos quais 60,9% trabalhavam com CTPS assinada e outros 39,1% desenvolviam suas atividades laborais sem CTPS assinada. As demais faixas etárias apresentaram número de pessoas em proporções menores, com 185 pessoas de 14 a 15 anos e 46 pessoas de 10 a 13 anos que não frequentavam escola e estavam ocupadas na semana de referência, equivalente a 12,3%.

Os dados do gráfico acima revelam que as crianças e adolescentes não estavam trabalhando como jovens aprendizes ou outro programa similar (como o Pro-Jovem, por exemplo) uma vez que a frequência ao ensino formal era requisito para inclusão em um ou outro programa.

Em relação ao número de horas semanais trabalhadas pelas crianças e adolescentes, destacamos que as pessoas de 16 a 17 anos são as que mais apresentaram número de horas médias semanais trabalhadas, conforme podemos depreender do gráfico abaixo.



**GRÁFICO 104** – Número médio de horas trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas acima de 10 anos ocupadas na semana de referência



Nesse sentido, os adolescentes de 16 a 17 anos tinham média de 34,8h horas semanais trabalhadas. Já as pessoas de 14 a 15 anos apresentaram média semanal de 25,1h trabalhadas. As pessoas de 10 a 13 anos, por sua vez, apresentaram menor número de horas trabalhadas, 18,6h.

Os dados disponibilizados pelo IBGE sobre trabalho infantil apresentam, também, o número médio de horas trabalhadas por grupos de idade e por cor ou raça, conforme dispostos abaixo.

**GRÁFICO 105** – Número médio de horas trabalhadas por semana no trabalho principal das pessoas acima de 10 anos ocupadas na semana de referência, por cor ou raça



Os dados obtidos apontam que as pessoas de cor ou raça preta ou parda, trabalham mais que as pessoas brancas em todas as faixas etárias, sendo que na faixa etária dos 14 a 15 anos essa diferença de horas médias trabalhadas está mais evidente. Esse dado também revela que os adolescentes dessa faixa etária, na totalidade, não estão trabalhando como jovens aprendizes, pois caso estivessem, a



diferença de horas médias trabalhadas não seria tão discrepante, uma vez que não haveria carga horária diferenciada para pessoas de cor ou raça diferentes no mesmo programa.

Nos dados divulgados pelo IBGE, não expostos graficamente, para a faixa etária das pessoas entre 16 e 17 anos encontramos duas situações distintas. Para aquelas que estavam empregadas com carteira de trabalho assinada, tanto para as pessoas de cor branca e de cor preta ou parda, o número médio de horas trabalhadas era praticamente a mesma: para o primeiro grupo de pessoas, o número médio de horas trabalhadas foi de 37h e para as pessoas de cor preta ou parda, foi de 37,9h.

No entanto, para as demais pessoas ocupadas, sem CTPS assinada, as pessoas de cor branca trabalhavam, em média, 30,2h e, por outro lado, as pessoas de cor preta ou parda trabalharam 32,6h, demonstrando que os vínculos de trabalho para as pessoas pretas ou pardas são mais excludentes, uma vez que trabalhavam maior número de horas médias semanais.

Cabe salientar que o número de horas médias semanais trabalhadas por grupos de idade e por faixa etária, conforme apresentado acima, diz respeito ao número médio de horas. Os dados obtidos especificam, também, o número de horas habitualmente trabalhadas pelas pessoas de 10 a 17 anos, de acordo com o disposto abaixo.

**GRÁFICO 106** – Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência e grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana.



Como podemos verificar, o gráfico acima apresenta valores absolutos em número de pessoas que trabalhavam na semana de referência por grupo de horas. Em valores relativos, 13,8% das pessoas trabalhavam até 14 horas semanais, 37,9% trabalhavam de 15 a 39 horas, 34,9% trabalhavam de 40 a 44 horas e

surpreendentes 13,5% das pessoas trabalhavam acima de 45 horas, em patamares superiores ao que é estabelecido pela legislação trabalhista.

No gráfico abaixo, são especificados o número de pessoas que trabalhavam em cada grupo de horas por faixa etária.

**GRÁFICO 107** – Pessoas de 10 a 17 Anos de idade, ocupadas na semana de referência por faixas etárias e grupo de horas habitualmente trabalhadas por semana.



Salientamos do gráfico acima, em cada grupo de horas, as faixas etárias que se sobressaem em cada um deles. Desse modo, no grupo de até 14 horas semanais trabalhadas, destacamos a faixa de idade de 10 a 13 anos, com 410 pessoas. No grupo de 15 a 39 horas, os adolescentes de 16 a 17 anos têm maior frequência, embora tenhamos número expressivo, 768 pessoas, de 14 a 15 anos que estavam incluídas nesse grupo. Nos demais grupos, os adolescentes de 16 a 17 anos se sobressaíram. Cabe destacar, ainda, 162 pessoas de 10 a 13 anos que trabalhavam acima de 40 horas.

Quanto ao tipo de trabalho realizado, os dados do Censo classificam às ocupações exercidas em 4 grupos: (a) ocupações elementares, (b) trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, (c) trabalhadores qualificados da agropecuária e (d) outros. A classificação para as pessoas de 10 a 17 anos é apresentada abaixo.

**GRÁFICO 108** – Pessoas de 10 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação.



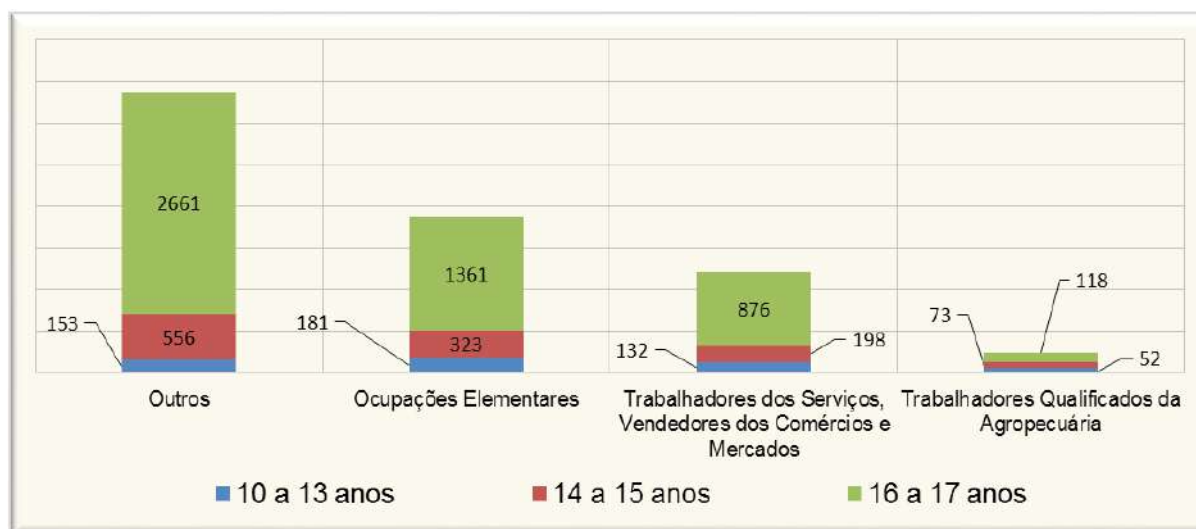
A maior frequência identificada ocorreu no grupo “Outros”, com 3.370 pessoas incluídas, seguidas pelas “Ocupações Elementares” com 1.866 pessoas. Posteriormente, os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados aparecem com 1.206 pessoas e, por fim, os trabalhadores qualificados da agropecuária, com 243 pessoas.

Frisamos que as ocupações elementares <sup>(77)</sup> que, de acordo com o IBGE, incluem desde trabalhadores domésticos, ajudantes de cozinha, pessoal de limpeza, lavadores de veículos, até trabalhadores elementares da agropecuária, da construção civil, da indústria de transformação e do transporte e parte dos vendedores ambulantes, entre outros, são responsáveis por 23,6%. Os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados correspondem a 18% e os trabalhadores qualificados da agropecuária 3,6%. Os dados acima não definem com clareza o que seria o grupo “outros”, podendo englobar desde atividades relacionadas ao tráfico de entorpecentes ou outras das categorias das piores formas de trabalho infantil relacionadas pelo Decreto nº 6.481 de 12 de junho de 2008, ou outras atividades não classificadas nas opções anteriores. Da mesma forma, ressaltamos que o somatório desses quatro grupos totaliza 6.685 pessoas. As demais 1.223 pessoas foram recenseadas exercendo ocupações mal definidas, o que impossibilita definir em qual categoria profissional se enquadrariam.

A distribuição das faixas etárias nas ocupações citadas acima, pode ser visualizada no gráfico abaixo.

<sup>770</sup> – Para ver a relação completa das ocupações elementares de acordo com a classificação do IBGE, acesse [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/metodologia/anexos/anexo\\_7\\_ocupacao\\_cod.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/anexos/anexo_7_ocupacao_cod.pdf)

**GRÁFICO 109** – Pessoas de 10 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, por grandes grupos de ocupação e faixas etárias.



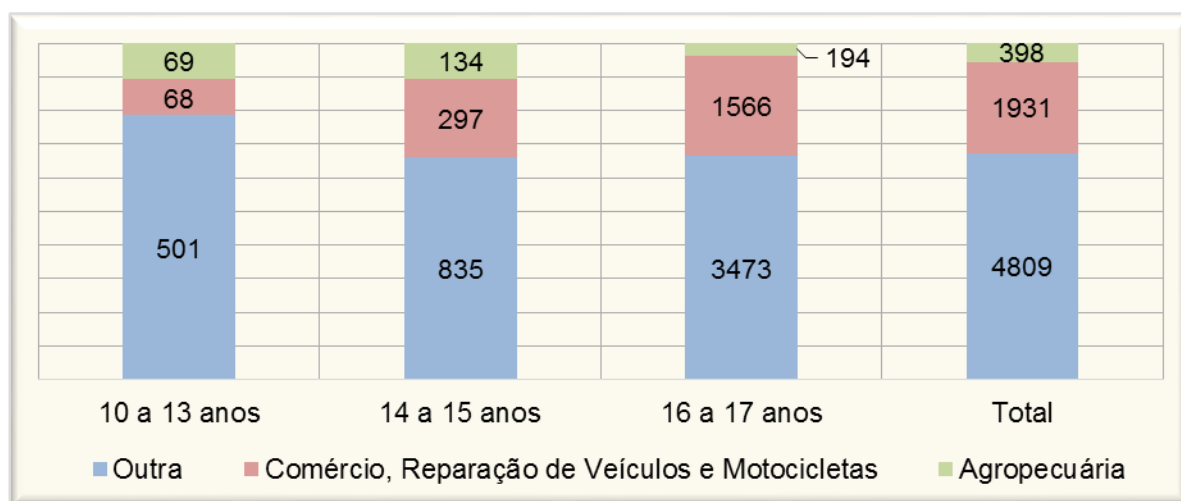
Analisando valores relativos por faixa etária, verificamos que as pessoas de 10 a 13 anos (518 pessoas), representam 7,7% do total de pessoas com alguma ocupação definida, as pessoas de 14 a 15 anos (1150 pessoas), 17,3% e, os adolescentes de 16 a 17 anos (5016 pessoas), 75%.

Como assinalado anteriormente, 1.223 pessoas foram recenseadas exercendo “ocupações mal definidas” e, em cada faixa etária, foram encontradas pessoas que se incluíam nessa situação. Nesse sentido, identificamos 304 pessoas de 10 a 13 anos, 249 adolescentes de 14 a 15 anos e 671 adolescentes da faixa etária de 16 a 17 anos que foram classificados em ocupações mal definidas.

Verificamos que adolescentes de 16 a 17 anos têm prevalência em todos os grupos de ocupação. Esse percentual varia de 72,6% no grupo dos trabalhadores de serviços até 79% do grupo “Outros”. Nos trabalhadores Qualificados da Agropecuária, por sua vez, os adolescentes dessa faixa etária representavam 48,6% do total de pessoas identificadas nesse grupo. É importante frisar que, para os adolescentes de 16 a 17 anos, há possibilidade de classificá-los por “Empregadas com CTPS assinada” e “Demais Ocupadas”. Dessa forma, do total de 5016 adolescentes dessa faixa etária 1.962 exerciam suas atividades laborais sem CTPS assinada.

Especificando de outra forma os tipos de atividades realizadas pelas crianças e adolescentes de 10 a 17 anos apontadas como em trabalho infantil pelo IBGE, no gráfico abaixo, apresentamos tabulação com a definição do total de pessoas que trabalhavam com comércio, reparação de veículos e motocicletas.

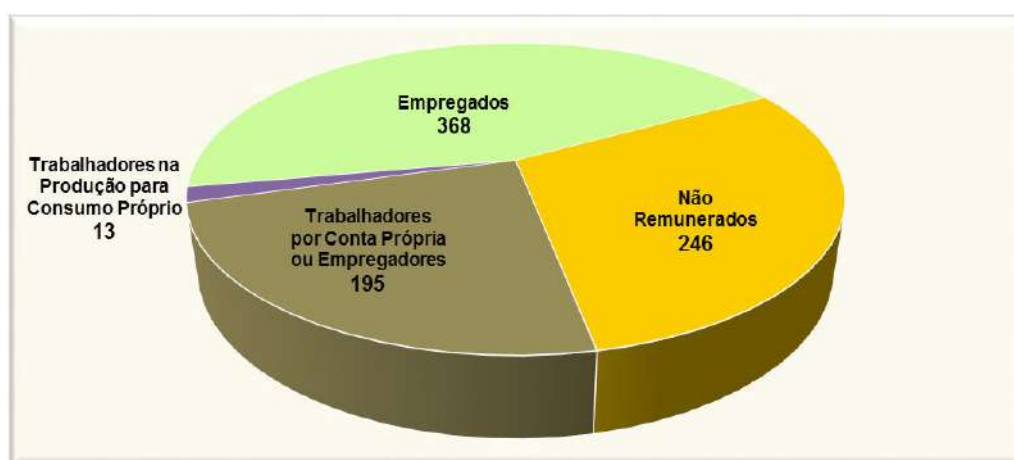
**GRÁFICO 110** – Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade e seção de atividade do trabalho principal



Diferente da tabulação anterior, no gráfico acima pode-se quantificar o total de crianças e adolescentes que trabalhavam especificamente com o comércio, reparação de veículos e de motocicletas. Assim, foram identificadas 1931 pessoas que trabalhavam nessa seção de atividade, com maior frequência na faixa etária de 16 a 17 anos, com 1.566 pessoas. As demais situações, como “**Outra**” foi especificada anteriormente. Da mesma forma, o item “**Agropecuária**” (palavra conceitual para enquadrar situações de trabalho com agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura), foi de certo modo tabulado anteriormente. Nessa tabulação foram totalizadas 7138 pessoas; outras 771 foram classificadas realizando ocupações mal definidas.

Nos três gráficos seguintes, é possível identificar a posição na ocupação do trabalho das pessoas identificadas como em trabalho infantil. As opções para essa variável foram (a) trabalhadores por conta própria ou empregadores, (b) empregados, (c) trabalhadores na produção para consumo próprio, (d) trabalhadores não remunerados, (e) com CTPS assinada e (f) sem CTPS assinada.

**GRÁFICO 111** – Posição na ocupação do trabalho das pessoas de 10 a 13 anos na semana de referência.



Para 822 pessoas pertencentes à faixa etária dos 10 aos 13 anos, 44,8% foram declarados como empregados, o que pressupõe trabalhavam sem proteção e garantia de direitos trabalhistas, uma vez que a legislação não permite vínculos trabalhistas para essa faixa etária. Outros 30% eram considerados como não remunerados e 23,7% trabalhavam por conta própria.

No que se refere ao tempo habitualmente empregado para o deslocamento do domicílio para o trabalho das pessoas dessa faixa etária, e que trabalhavam fora do domicílio, no gráfico abaixo são apresentadas as frequências relativas.

**GRÁFICO 112** – Tempo habitual de deslocamento do domicílio para o trabalho das pessoas de 10 a 13 anos, na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio.



Assim, do total de 822 pessoas de 10 a 13 anos, 403 pessoas, ou 49%, trabalhavam fora do seu domicílio e retornavam diariamente do trabalho para o domicílio. Destas, 24,1% destinavam de meia até uma hora para deslocar da residência para o trabalho. Outros 39,2% gastavam de 6 minutos até 30 minutos para esse deslocamento e, em frequência menor, 36,7% dedicavam até 5 minutos para se deslocar.

Para as pessoas de 14 a 15 anos, além das categorias relacionadas acima, são quantificados adolescentes que trabalhavam com e sem CTPS assinada.

**GRÁFICO 113** – Posição na ocupação do trabalho das pessoas de 14 a 15 anos na semana de referência.



Para 37,1% das pessoas dessa faixa etária, foi declarado que trabalhavam sem CTPS assinada e para outros 35,2%, por outro lado, constavam como pessoas que exerciam suas atividades através de CTPS assinada, sendo essas as categorias com maior frequência. Destaca-se, ainda, 13,5% que não eram remunerados e

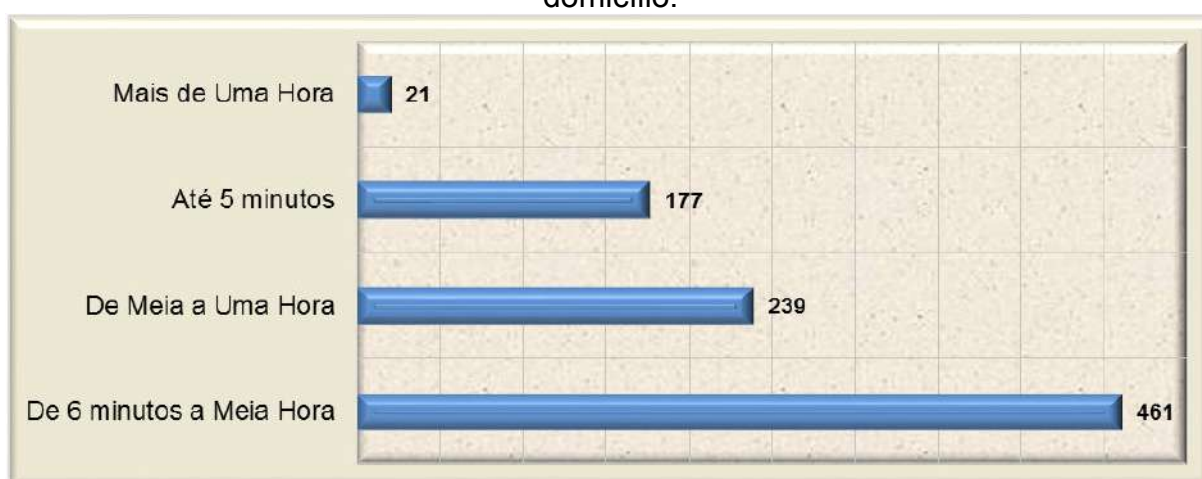


12,6% das pessoas que trabalhavam por conta própria.

Do total de 1.399 pessoas dessa faixa etária, 898 pessoas, ou 64,2% trabalhavam fora do domicílio. Quanto ao tempo de deslocamento da residência para o trabalho dessa faixa etária, salientamos que a maior frequência foi verificada no grupo de 6 minutos até meia hora, com 51,3% do total de pessoas que trabalhavam fora do seu domicílio. Para outros 26,6%, o tempo habitual de deslocamento da residência para o trabalho era de meia até uma hora.

Os demais grupos de horários também são apresentados no gráfico abaixo.

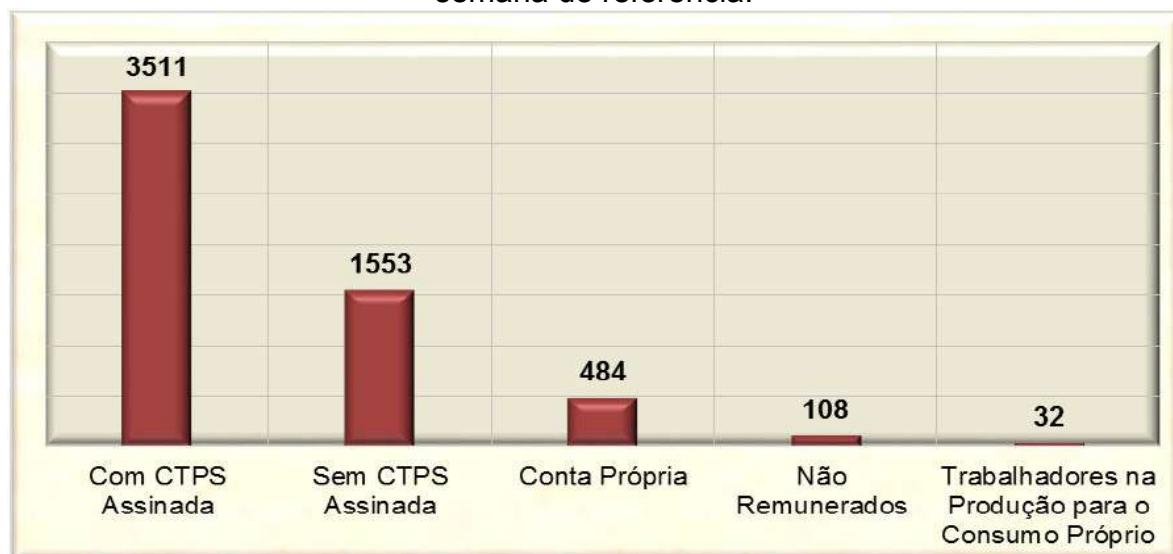
**GRÁFICO 114** – Tempo habitual de deslocamento do domicílio para o trabalho das pessoas de 14 a 15 anos, na semana de referência, que trabalhavam fora do domicílio.



Embora em percentual reduzido, cabe citar que 2,3% das pessoas destinavam mais uma hora para esse deslocamento.

As pessoas de 16 a 17 anos apresentam situação inversa à faixa etária anterior no que diz respeito àquelas que trabalhavam com CTPS assinada.

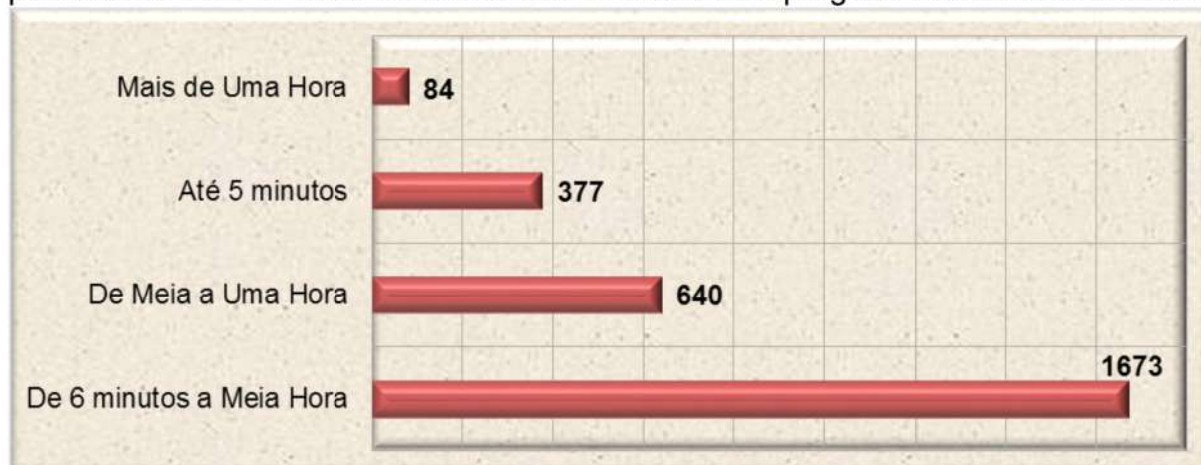
**GRÁFICO 115 – Posição na ocupação do trabalho das pessoas de 16 a 17 anos na semana de referência.**



Destacamos do gráfico acima que 61,7% dos (as) adolescentes trabalhavam com CTPS assinada e 27,3% sem CTPS assinada, sendo essas as frequências mais relevantes, embora foram identificadas 8,5% das pessoas que trabalhavam por conta própria.

Quanto ao tempo habitual destinado para o deslocamento da residência ao trabalho, no gráfico abaixo são apresentadas as frequências pertinentes a partir de dois grupos distintos: com e sem CTPS assinada. Destacamos que, do total de 5.687 pessoas que declararam na semana de referência ter algum trabalho, 4.193, ou 73,7%, informaram que esse trabalho era executado fora de sua residência. No gráfico abaixo, é apresentado o tempo destinado para as pessoas realizarem esse deslocamento.

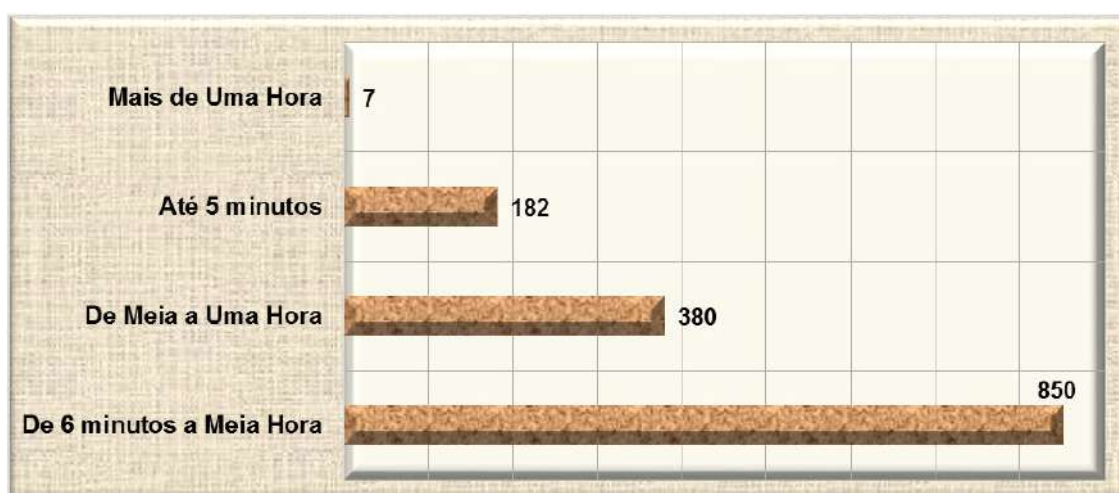
**GRÁFICO 116 – Tempo habitual de deslocamento do domicílio para o trabalho das pessoas de 16 a 17 anos na semana de referência empregadas com CTPS assinada**



Para as 2.774 pessoas que trabalhavam com CTPS assinada, 60,3% delas gastavam de 6 minutos a meia hora para esse deslocamento e, para 23,1%, o tempo destinado era de meia a uma hora. Para parcela reduzida, 13,6%, esse deslocamento demorava até 5 minutos e para 3% o deslocamento era de mais de uma hora.

Para os 1.419 adolescentes que trabalhavam sem CTPS assinada, os percentuais são semelhantes àqueles que trabalhavam com CTPS assinada, conforme verificado no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 117** – Tempo habitual de deslocamento do domicílio para o trabalho das pessoas de 16 a 17 anos na semana de referência empregadas sem CTPS assinada



Para as pessoas que despendiam de seis minutos até meia hora, esse percentual era de 59,9%. Já para o grupo que gastava de meia até uma hora, esse percentual foi de 26,8% e, para aquelas pessoas que se deslocavam em até cinco minutos para o trabalho, esse percentual era de 12,8%.

Em relação aos rendimentos médios mensais dos trabalhadores de 10 a 17 anos, nos gráficos abaixo são apresentados dados relativos ao valor médio mensal do trabalho por grupos de idade, por sexo e por cor ou raça.

**GRÁFICO 118** – Valor do rendimento médio mensal do trabalho das pessoas acima de 10 anos na semana de referência (em R\$).



Tendo por base o valor do salário mínimo de 2010, em torno de R\$ 510,00, verificamos que todas as faixas etárias apresentaram ganhos médios inferiores ao do salário mínimo, à exceção dos adolescentes que trabalhavam com CTPS assinada. Para as pessoas de 10 a 13 anos, o valor médio dos rendimentos ficou em R\$ 433,71. Para os adolescentes de 14 a 15 anos, esse valor era um pouco inferior, aproximadamente R\$ 414,00. Para os adolescentes de 16 a 17 anos que não trabalhavam com CTPS assinada, esse valor médio era de R\$ 484,95.

A título de exemplo, o rendimento médio mensal das pessoas acima de 18 anos era, em 2010, de R\$ 1.660,45, o que demonstra os baixos valores médios recebidos pelas crianças e adolescentes que exerciam alguma atividade de trabalho na semana de referência.

No que se refere aos rendimentos médios mensais por sexo, verificamos que os dados seguem a tendência das diferenças salariais entre homens e mulheres acima de 18 anos, característica da sociedade brasileira, embora para as pessoas de 10 a 17 anos essa diferença não era tão contundente.

**GRÁFICO 119** – Valor do rendimento médio mensal do trabalho das pessoas acima de 10 anos na semana de referência, por sexo e grupos de idade.



Como podemos depreender do gráfico acima e relativo às pessoas acima de 18 anos, a diferença de salários entre homens e mulheres é evidente, embora para as pessoas entre 10 e 13 anos e do sexo feminino, verificamos que tiveram ganhos superiores às pessoas do sexo masculino.

Nas demais faixas etárias, a diferença refletida para o conjunto da população fica evidente, apesar de não ser na mesma proporção, o que fica evidenciado para os adolescentes com CTPS assinada.

Já os dados obtidos sobre os rendimentos médios mensais por cor ou raça revelam que os rendimentos das pessoas de cor ou raça preta ou parda foram superiores aos das pessoas de cor ou raça branca, o que foge um pouco da tendência encontrada na sociedade brasileira, cuja característica aponta para ganhos superiores das pessoas de cor branca em relação às pessoas de cor ou raça preta ou parda.

**GRÁFICO 120** – Valor do rendimento médio mensal do trabalho das pessoas acima de 10 anos na semana de referência, por cor ou raça e grupos de idade.



Desse modo, a diferença verificada fica mais evidente para as pessoas de 10 a 13 anos e, nos demais grupos de idade, a diferença é menos acentuada. Os dados obtidos no site do IBGE, também revelam os rendimentos obtidos pelas crianças e adolescentes por faixas de rendimentos e grupos de idade, conforme o quadro abaixo.

**QUADRO 146** – Pessoas de 10 a 17 Anos ocupadas na semana de referência por grupos de idade e classes de rendimento mensal do trabalho.

Classes de Rendimentos	10 a 13 Anos	14 a 15 Anos	16 a 17 anos		TOTAL	%
			Com CTPS	Sem CTPS		
Sem Rendimentos	319	241	0	199	759	9,6
Até 1/4	127	92	0	77	296	3,7
De 1/4 a 1/2	66	297	208	317	888	11,2
De 1/2 a 1 SM	177	512	1362	977	3028	38,3
De 1 a 2 SM	103	220	1779	554	2656	33,6
Mais de 2 SM	30	37	162	52	281	3,6
TOTAL	822	1399	3511	2176	7908	100
%	10,4	17,7	44,4	27,5	100	100

Como verificado no quadro acima, 9,6% das pessoas de 10 a 17 anos não tinham rendimentos do trabalho realizado e 3,7% obtiveram ganhos até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Com rendimentos de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, foram identificados 11,2% do total de 7.908 com declaração de algum trabalho na semana de referência.

Na faixa de renda de  $\frac{1}{2}$  a 01 salário mínimo reside a maior frequência, com 38,3% das pessoas. Posteriormente, completam o quadro as pessoas que obtiveram

rendimentos de 1 a 2 salários mínimos com 33,6% e 3,6% das pessoas com rendimentos acima de 2 salários mínimos.

Selecionando a maior frequência obtida em cada grupo de idade, as pessoas de 10 a 13 anos apresentaram a maior frequência na classe sem rendimentos, com 319 pessoas, equivalente a 38,8%. Por outro lado, as pessoas de 14 a 15 anos tiveram a maior frequência no grupo de  $\frac{1}{2}$  a 01 salário mínimo, com 36,6%, na qual registrou-se 512 adolescentes. As pessoas de 16 a 17 anos, com CTPS assinada, tiveram maior registro na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos, na qual foi verificada a frequência de 50,7%, com 1.779 adolescentes. Na sequência, os adolescentes de 16 a 17 anos sem CTPS assinada, tiveram a frequência mais representativa na faixa de renda de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo, onde foi registrado 44,9%, equivalente a 977 adolescentes.

Para concluir a apresentação dos dados obtidos no IBGE, relativos ao Censo de 2010, tabulamos os bairros nos quais foram identificadas pessoas na faixa etária dos 10 aos 13 anos que estavam ocupadas na semana de referência. Apesar do IBGE disponibilizar dados gerais sobre trabalho para as pessoas entre 10 e 17 anos, não foram apresentados dados da faixa etária dos 14 aos 17 anos no que diz respeito aos bairros nos quais residiam aqueles adolescentes.



**QUADRO 147** – Pessoas de 10 a 13 Anos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência.

BAIRRO	OCUPADAS	DESOCUPADAS	TOTAL
01. Rural	134	9	143
02. Fátima, Pioneiro e Por do Sol	77	19	96
03. Cruzeiro e Bela Vista	74	11	85
04. Charqueadas e Sanvitto	57	23	80
05. Santa Catarina	77	0	77
06. Ana Rech, São Cristóvão e Parada Cristal	60	12	72
07. Esplanada e Salgado Filho	56	9	65
08. Planalto	31	15	46
09. São Ciro N. Sra. do Rosário e Delazer	26	10	36
10. Universitário, Jardim América e Madureira	33	0	33
11. São Caetano e N. Sra. Graças	21	11	32
12. São Victor, Corona, Galópolis e São Virgílio	31	0	31
13. Kayser e São Leopoldo	30	0	30
14. Desvio Rizzo e Cidade Nova	22	0	22
15. Exposição, Panazzolo e Cristo Redentor	0	21	21
16. Urbano Noroeste	20	0	20
17. Presidente Vargas e Diamantino	18	0	18
18. Rio Branco	15	0	15
19. Sagrada Família e Jardelino	14	0	14
20. Serrano, Eldorado e Santo Antonio	14	0	14
21. Pio X e São José	9	0	9
22. Centro	8	0	8
23. Cinquentenário e Marechal Floriano	8	0	8
24. Santa Fé e Centenário	7	0	7
TOTAL	842	140	982

Outra fonte de dados pesquisada é o Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De acordo com aquele Ministério, parafraseando o Plano Nacional de Prevenção e

Erradicação do Trabalho Infantil, é considerado trabalho infantil as atividades econômicas ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças e adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente de sua condição ocupacional. Da mesma forma, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre praticado por adolescentes menores de 18 anos, também é considerado trabalho infantil.

O MTE inibe, por meio das inspeções e fiscalizações, o trabalho infantil em todo o território nacional, retirando as crianças e adolescentes do trabalho e facilitando o acesso às políticas públicas, atuando em parceria com organizações governamentais e não-governamentais. No SITI, podemos encontrar dados sobre as fiscalizações realizadas pelo MTE e o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil, bem como as atividades econômicas às quais estavam vinculadas, de forma territorializada.

Nesse sentido, no quadro abaixo disponibilizamos o número de fiscalizações realizadas pelo MTE em cada ano de referência e o número de crianças e adolescentes verificados em cada fiscalização, entre os anos de 2010 e 2016.

**QUADRO 148** – Nº de fiscalizações e de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho infantil

ANO	Nº DE FISCALIZAÇÕES	Nº DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
2010	2	4
2011	6	9
2012	54	115
2013	22	16
2014	29	27
2015	19	26
2016	3	5
TOTAL	135	202

Relacionamos acima, somente as fiscalizações nas quais foram encontrados indícios de trabalho infantil, pois o MTE realizou fiscalizações nas quais não foram encontradas pessoas trabalhando nessa condição. Pelos dados acima, no período pesquisado, foram identificadas 202 crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil. O SITI permite obter os dados pertinentes de várias formas e, dependendo, dos filtros utilizados, foram encontrados número maior ou menor de crianças e adolescentes, provavelmente por questões relacionadas ao

preenchimento do sistema com informações das fiscalizações.

Dessa forma, ao utilizar os filtros sexo e gênero, identificamos 212 crianças e adolescentes, cujos dados pertinentes são relacionados no gráfico abaixo.

**GRÁFICO 149** – Faixa etária e gênero das crianças e adolescentes identificados nas fiscalizações do ministério do trabalho em Caxias do Sul (2010-2016)



Desse total, 72,6% são do sexo masculino e 27,4% do sexo feminino. Em ambos, a faixa etária dos 16 aos 17 anos teve a maior frequência, com 75% do total e 25% das pessoas tinham entre 10 e 15 anos.

No que diz respeito aos territórios nos quais houve a incidência das situações de trabalho infantil, relacionamos os seguintes bairros: Bela Vista, Fazenda Souza, Santa Catarina, Vila Oliva, Petrópolis, São Pelegrino, Bom Pastor, Rio Branco, Ana Rech, Centro, Parque Oásis, Nossa Senhora de Lourdes, Sagrada Família, Salgado Filho, Desvio Rizzo, Exposição, Cinquentenário, Belo Horizonte, Vila Cristina, Nossa Senhora da Saúde e Criúva.

Salientamos que os bairros listados acima são os locais dos estabelecimentos flagrados na condição de empregar crianças e adolescentes em seu processo produtivo. Quanto às atividades econômicas dessas empresas e empreendimentos, no quadro abaixo, listamos o tipo de trabalho realizado ou a atividade da empresa e o número de fiscalizações e de pessoas encontradas nessa situação.

**QUADRO 150 – Atividades econômicas das empresas que empregavam crianças ou adolescentes no processo produtivo**

Atividade	Nº de Fiscalizações	Nº de Crianças e Adolescentes
01. COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	1	82
02. COLHEITA DE CÍTRICOS, PIMENTA MALAGUETA E SEMELHANTES, CULTIVO DE MAÇA, CULTIVO DE ALHO, CULTIVO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS	5	13
03. TRABALHO COM LEVANTAMENTO, TRANSPORTE, CARGA OU DESCARGA MANUAL DE PESO	5	13
04. SERVIÇOS DE USINAGEM, SOLDA, TRATAMENTO E REVESTIMENTO EM METAIS	2	13
05. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL, CONSTRUÇÃO CIVIL E PESADA, INCLUÍDO CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO, REFORMA E DEMOLIÇÃO	7	8
06. TRABALHO AO AR LIVRE, SEM PROTEÇÃO ADEQUADA CONTRA EXPOSIÇÃO À RADIAÇÃO SOLAR, CHUVA, FRIO	3	6
07. RESTAURANTES E SIMILARES	8	4
08. RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	1	4
09. NO BENEFICIAMENTO DO FUMO, SISAL, CASTANHA DE CAJU E CANA-DE-AÇÚCAR	1	2
10. RECREAÇÃO INFANTIL	1	1
11. FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS	1	1
12. FABRICAÇÃO DE MATERIAIS PARA MEDICINA E ODONTOLOGIA	1	1
13. PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA	1	1
14. CASAS DE FESTAS E EVENTOS	1	1
15. IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS	1	1
16. FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS-FERRAMENTA, PEÇAS E ACESSÓRIOS	1	1
17. FABRICAÇÃO DE OUTROS BRINQUEDOS E JOGOS RECREATIVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	1	1
18. SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	2	1
19. LOJAS DE VARIEDADES, EXCETO LOJAS DE DEPARTAMENTOS OU MAGAZINES	1	1
20. TRABALHO EM ALTURAS SUPERIORES A 2,0 (DOIS) METROS	1	1
TOTAL	45	156

Foi possível, no entanto, definir para 45 fiscalizações e 156 crianças e adolescentes, o ramo da atividade econômica das empresas e empreendimentos que empregaram de forma indevida crianças e adolescentes no seu processo produtivo. Dessa forma, trata-se de amostra representativa e que definem as atividades econômicas que mais empregam crianças e adolescentes no município no período tabulado. Assim, e de acordo com dados do MTE, foi realizada única fiscalização, na qual foram identificados 82 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em estabelecimento de **comércio de combustíveis para veículos** (popular Posto de Gasolina). Posteriormente, com 13 adolescentes em cada atividade econômica, foram informadas atividades vinculadas à **agricultura** (cultivo de hortifrutigranjeiros, maçã, alho e colheita de cítricos), ao **setor de transportes de cargas** (trabalho com levantamento, transporte, carga ou descarga manual de peso) e ao **setor metalúrgico** (serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais). Posteriormente, nas fiscalizações em empresas de **construção civil** foram identificados 8 adolescentes.

Os dados acima apresentados demonstram que a temática do trabalho infantil no município configura-se como aspecto a ser melhor investigado, pois questões culturais demonstram que o emprego de crianças e adolescentes é aceitável sob o pretexto de que trabalhando não estão nas ruas mendigando ou fazendo uso de substâncias psicoativas. Da mesma forma, o desemprego que atinge as famílias atualmente e a necessidade de complementar a renda familiar impele adolescentes a procurar trabalho precocemente, em ramos de atividade que sujeitam as pessoas a trabalharem de forma insalubre, como apresentado pelos dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Embora não seja frequente, ou ao menos não se tem conhecimento, é representativo o que aconteceu com adolescente de 15 anos, ao se deslocar da residência onde morava com os pais para trabalhar, de forma informal, em fábrica artesanal de massas. No deslocamento, entre às 5h30m e 6h da manhã, a adolescente foi ferida gravemente, sofrendo abuso sexual por usuários de substâncias psicoativas, cujos fatos ocorreram no Bairro Vila Ipê-Canyon.<sup>78</sup> Embora, isso possa acontecer com qualquer pessoa, é interessante citar esse fato, pois demonstra que nas regiões onde residem as famílias de baixa renda, a incidência do trabalho infantil é recorrente.

#### **4.4 Pessoas Adultas em Situação de Rua**

Em Caxias do sul, não foi encontrado até o momento registros de ocorrências e atendimentos envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua. Por essa razão, ao abordarmos esse tipo de risco, centraremos nossas discussões apenas sobre as pessoas adultas em situação de rua. Podemos concebê-las, conforme o Decreto Federal nº 7.053/2009, o qual institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p.01).

<sup>78</sup> – <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2014/09/adolescente-encontrada-em-matagal-foi-atacada-no-caminho-para-o-trabalho-em-caxias-do-sul-4594488.html>

No estudo etnográfico de Oliveira (2016) desenvolvido sobre essa população no centro do município de Caxias do Sul, acrescenta-se o reconhecimento de que são pessoas com intensa mobilidade espacial que ao compor o espaço urbano, por meio do seu modo de vida, também expressam as mudanças sociopolítico-econômicas ocorridas no curso da história da própria cidade. Os modos de habitar as ruas e algumas de suas táticas de sobrevivência, conflituam com a legislação vigente, como a prática do “Flanelinha” ou cuidador de carro.

A partir das bases de dados do Cadastro Único dos meses de março dos anos de 2013 a 2016, podemos verificar, no Gráfico 121, substancial aumento do número de pessoas incluídas.

**GRÁFICO 121** – Pessoas em situação de rua incluídas no Cadastro Único (2013/2016)



Fonte: Base de dados do Cadastro Único (2013 a 2016)

Em março de 2013, tínhamos 71 pessoas incluídas como pessoas em situação de rua e, em 2016, esse número subiu para 249 pessoas, um crescimento de aproximadamente 250,7%. Embora tenhamos verificado gradativo crescimento, há que se ressaltar que nem toda a população em situação de rua está incluída no Cadastro Único, circunstância também percebida em relação às pessoas e famílias que residem em domicílios particulares permanentes e que têm perfil de renda para sua inclusão.

Outro desafio que se coloca no atendimento à população em situação de rua é relativo ao número de pessoas que são beneficiárias do PBF que não sacam os valores dos benefícios de forma contínua. A Caixa Econômica Federal, responsável pelo pagamento do PBF, envia mensalmente a relação de beneficiários do Programa e que não sacam o benefício, os quais serão cancelados por ausência de retirada de saques. Realizamos levantamento dos anos de 2015 e 2016<sup>79</sup> e identificamos 63 usuários que foram apontados

<sup>79</sup> - Em 2015 foram selecionados os beneficiários que não sacaram os benefícios nos meses de abril, junho, julho, agosto, novembro e dezembro e, em 2016, os meses de janeiro, março e abril.

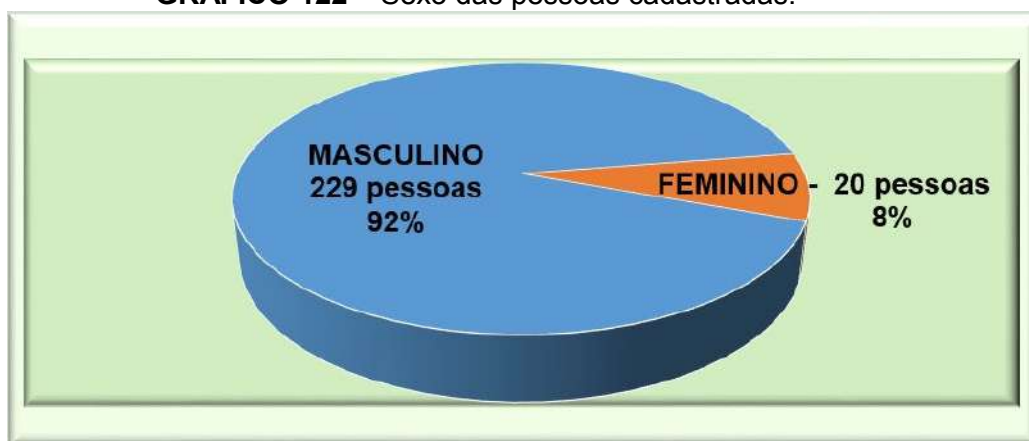


como prováveis beneficiários que tiveram ou terão seus benefícios cancelados por ausência de saque.

Ambas as situações, a falta de inclusão no Cadastro Único ou atualização cadastral de número considerável de pessoas e o número considerável de pessoas que não efetivaram o saque do benefício, apontam para desafios postos aos serviços e programas de atendimento à população em situação de rua.

No que diz respeito à população em situação de rua incluída no Cadastro Único, conforme própria base de dados de março de 2016, eram consideradas como tal 249 pessoas e, sua inclusão, ocorreu em diferentes momentos. No gráfico abaixo, é especificado o sexo das pessoas cadastradas.

**GRÁFICO 122 – Sexo das pessoas cadastradas.**



Fonte: Base de dados do Cadastro Único (2016).

Pelos dados apresentados acima, identificamos que 92% das pessoas são do sexo masculino e 8% do sexo feminino. Conforme podemos verificar no Quadro 02, as pessoas em situação de rua são majoritariamente jovens.

**QUADRO 151 – Faixa etária das pessoas em situação de rua**

FAIXA ETÁRIA	Número de pessoas		Total	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
De 18 a 24 anos	20	2	22	22	8,8	8,8
De 25 a 34 anos	86	7	93	115	37,3	46,1
De 35 a 39 anos	39	5	44	159	17,7	63,8
De 40 a 44 anos	27	2	29	188	11,6	75,4
De 45 a 49 anos	26	0	26	214	10,4	85,8
De 50 a 54 anos	12	3	15	229	6,1	91,8
De 55 a 59 anos	10	0	10	239	4,1	95,8
De 60 a 64 anos	7	1	8	247	3,2	99,0
Mais de 65 anos	2	0	2	249	0,8	99,8
Total	229	20	249	249	100	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).



Apreendemos do quadro acima que 63,8% das pessoas incluídas tem até 39 anos, cuja maior frequência é identificada na faixa etária de 25 a 34 anos, com 37,3% do total. Outros 32,2% estão na faixa etária dos 40 aos 59 anos; identificamos, ainda, que 4% das pessoas cadastradas em situação de rua tem 60 anos ou mais.

No que diz respeito à cor ou raça, no quadro abaixo são apontados os dados desse quesito.

**Quadro 152 – Cor ou raça das pessoas em situação de rua**

Cor ou Raça	Nº de cadastros	(%)
Branca	146	58,6
Parda	70	28,1
Preta	28	11,2
Indígena	1	0,5
Não informado	4	1,6
Total	249	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Salientamos que 58,6% das pessoas cadastradas se autodeclararam da cor branca. Outros 39,3% são afrodescendentes, sendo ambas frequências as mais prevalentes.

Nas variáveis pertinentes às questões de deficiência, é importante ressaltar que, além de solicitar se as pessoas têm deficiências, permanentes ou não, são solicitadas, também, quais são as deficiências informadas e se recebem cuidados permanentes de terceiros.

Nesse sentido, foram identificadas 15 pessoas que declararam ter uma ou mais deficiências, das quais 08 declararam ter deficiência física, 06 baixa visão, 02 possuíam surdez leve, 01 deficiência mental e 01 pessoa transtorno mental. Do total de pessoas incluídas como pessoas com deficiência, 12 informaram que não recebem cuidados de terceiros. Das outras 03 pessoas, 01 pessoa recebe ajuda de vizinho, 01 pessoa recebe de instituição da rede socioassistencial e 01 pessoa informou que recebe ajuda de outra forma, excluídas as alternativas anteriores.

Outra das variáveis solicitadas, diz respeito às questões pertinentes à escolaridade das pessoas incluídas. A primeira variável solicitada é relativa à capacidade de ler e escrever, para a qual 240 pessoas informaram saber ler e escrever e outras 09 declararam não saber.

Sobre as variáveis atinentes à frequência ou não aos cursos oficiais de ensino, somente 02 pessoas declararam estudar, das quais 01 pessoa frequentava curso de alfabetização para adultos e outra frequentava o primeiro ano do ensino médio. Por outro lado, 242 pessoas declararam que não estudam mais e 05 pessoas informaram que nunca estudaram.

Para as pessoas que declararam não estudar mais, elaboramos quadro quantificando o total de pessoas a partir da última série concluída, o sexo e se houve ou não a conclusão do curso.

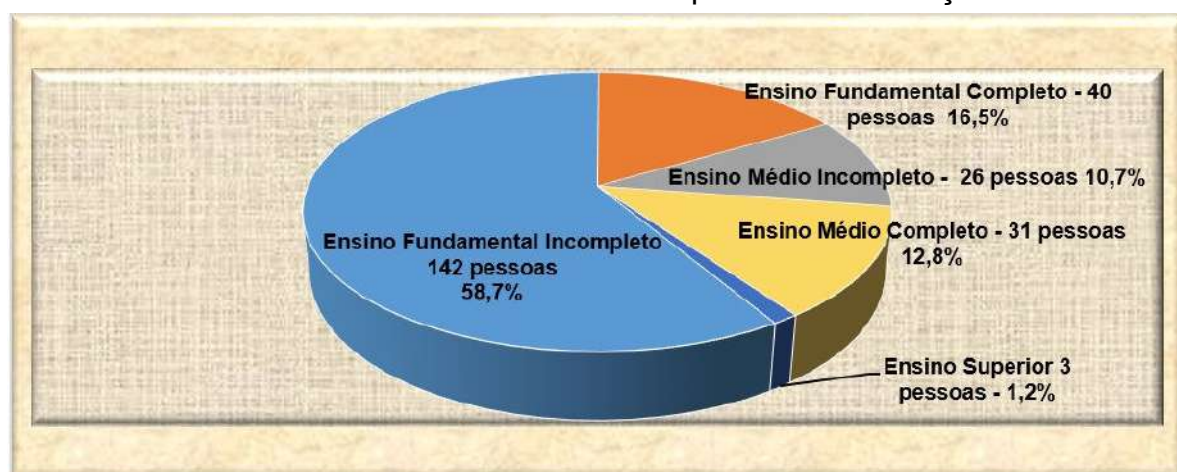
**QUADRO 153 – Escolaridade das pessoas que declararam não estudar mais.**

Curso	Nº de Pessoas		Total	%	Concluíram o Curso?	
	Masculino	Feminino			Sim	Não
Ensino Fundamental (1ª a 4ª Séries)	51	5	56	23,1	30	26
Ensino Fundamental (5ª a 8ª Séries)	117	9	126	52,1	40	86
Ensino Médio	47	6	53	21,9	26	27
Ensino Médio Supletivo	4	0	4	1,7	SI	SI
Superior	3	0	3	1,2	SI	SI
Total	222	20	242	100	-	-

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Do quadro acima verificamos que, das 242 pessoas que declararam não estudar na data da entrevista, 56 pessoas frequentaram, por último, alguma série do ensino fundamental, da 1ª a 4ª séries. Outras 126 pessoas frequentaram séries do ensino fundamental, da 5ª a 8ª séries. Da mesma forma, 57 pessoas cursaram séries do ensino Médio. No gráfico abaixo, é apresentada a escolaridade das pessoas, a partir da conclusão ou não do curso frequentado.

**GRÁFICO 122 – Escolaridade das pessoas em situação de rua.**



Dos dados acima podemos depreender que 58,7% das pessoas em situação de rua tem o ensino fundamental incompleto e somente 16,5% concluíram este nível de ensino. No que tange ao ensino médio, 10,7% das pessoas iniciaram esse curso, mas não o concluíram e 12,8% concluíram o segundo grau. Foram identificadas, ainda, 03 pessoas que iniciaram cursos de nível superior <sup>80</sup>.

<sup>80</sup> Para os cursos de nível superior e supletivo do ensino médio não são solicitadas informações sobre a conclusão ou não do curso. Portanto, para as 04 pessoas que declararam ter frequentado o

No que tange aos quesitos relativos a trabalho e remuneração, no grupo de questões pertinentes são solicitadas, entre outras, informações sobre trabalho na semana anterior e nos últimos doze meses anteriores à entrevista, bem como as remunerações recebidas naqueles períodos

A primeira informação solicitada é referente à realização de algum trabalho. Questionados se trabalharam na semana anterior à entrevista, 71 pessoas informaram que tiveram algum trabalho, dos quais 68 delas informaram ter rendimentos através de “bicos”. Para as demais pessoas, 01 exercia suas atividades como trabalhador temporário em área rural, 01 pessoa trabalhava como empregado sem Carteira de Trabalho assinada e 01 pessoa trabalhava como empregado com carteira de trabalho assinada. Destacamos, dessa forma, que 28,5% das pessoas tiveram rendimentos de algum trabalho.

No quadro abaixo, expusemos os rendimentos das pessoas que declararam ter trabalhado na semana anterior, através de faixas de renda, bem como o sexo das pessoas que tiveram esses rendimentos.

**QUADRO 154 – Rendimentos recebidos pelas pessoas em situação de rua**

Faixas de Renda (R\$)	Nº de Pessoas		Nº de Pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
	Masculino	Feminino				
Até 100,00	37	3	40	40	56,3	56,3
101,00 a 200,00	20	1	21	61	29,6	85,9
201,00 a 300,00	3	2	5	66	7,0	92,9
301,00 a 883,00	5	0	5	71	7,0	99,9
TOTAL	65	6	71	71	100	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Percebemos, pelos dados tabulados acima, que 56,3% das pessoas receberam, na semana anterior, valores até R\$ 100,00 e que, aproximadamente 30% das pessoas receberam de R\$ 101,00 a R\$ 200,00, sendo essas as maiores frequências relativas.

Como as pessoas não vivenciaram toda sua trajetória social em situação de rua, alguns quesitos solicitados estão relacionados com a história de vida das pessoas. Nesse sentido,

---

supletivo do ensino médio, consideramos como pessoas que não concluíram essa modalidade de ensino.

é solicitado aos usuários se alguma vez tiveram emprego com carteira de trabalho assinada (CTPS), para o que responderam positivamente 228 pessoas, embora foram identificadas 21 pessoas que nunca trabalharam no mercado formal, por não terem trabalhado com CTPS assinada.

Anteriormente, verificamos que somente 01 pessoa declarou estar trabalhando com CTPS assinada na data da entrevista. Dessa forma, verificamos preliminarmente que, apesar de encontraram-se em situação de rua, percentual significativo estava vinculado a atividades no mercado informal, como pode ser verificado no quadro abaixo.

**QUADRO 155 – Forma de obtenção de dinheiro das pessoas em situação de rua**

Formas de Obtenção	Nº de Pessoas	%
Ganha Dinheiro de Outra Forma	72	25
Catador de Material Reciclável	66	22
Construção Civil	39	13
Guardador de Carro / Flanelinha	28	9,5
Serviços Gerais / Limpeza / Outro	27	9,2
Pede dinheiro	27	9,2
Não respondeu	23	7,8
Vendas	8	2,7
Carregador / Estivador	4	1,4
Total	294	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Depreende-se, do quadro acima, que aqueles que trabalhavam na construção civil, em serviços gerais, vendas e carregador, somam 26,3% do total, os quais trabalham na informalidade. Declararam ganhar dinheiro de outra forma 25% do total e, os catadores de material reciclável, compreendem 22%, sendo essas as maiores frequências.

Quanto ao local de nascimento das pessoas incluídas como em situação de rua, é solicitado o local de nascimento, cujas respostas são apresentadas no quadro 06.

**QUADRO 156 – Local de nascimento**

Local de Nascimento	Nº de Pessoas	%
Em Outro Município	170	68,3
Neste Município	79	31,7
Total	249	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

As pessoas que declararam ter nascido em Caxias do Sul correspondem a 31,7% do total de pessoas incluídas e, percentual significativo (68,3%), nasceu em outros municípios do estado ou de outras Unidades Federativas, conforme podemos observar no quadro seguinte.

**QUADRO 157 – Unidade Federativa de Origem**

UF	Nº de Pessoas	%
RS	129	75,9
SC	11	6,5
PR	11	6,5
SP	5	2,9
BA	3	1,8
RJ	3	1,8
ES	3	1,8
AP	1	0,6
MA	1	0,6
RO	1	0,6
PA	1	0,6
PB	1	0,6
TOTAL	170	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

As pessoas que nasceram em outros municípios do Estado do RS totalizam 75,9% do total das pessoas que não nasceram em Caxias do Sul, embora tenhamos 24,1% das pessoas que nasceram em outros Estados, majoritariamente nas Unidades Federativas da Região Sul. É solicitado o tempo de residência no município, conforme apresentado no Quadro 08.

**QUADRO 158 – Tempo de residência no Município**

Tempo	Nº de Pessoas	Frequência Acumulada	%	% Acumulado
Até 06 meses	35	35	14,1	14,1
Entre 06 meses e 01 anos	13	48	5,2	19,3
Entre 01 e 02 anos	11	59	4,4	23,7
Entre 02 e 05 Anos	25	84	10,0	33,7
Entre 05 e 10 Anos	25	109	10,0	43,7
Mais de 10 anos	140	249	56,2	100
Total	249	249	100	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Os dados acima revelam que 19,3% das pessoas residem no município por período menor que um ano, correspondente a 48 pessoas. A maior frequência foi encontrada para as pessoas que residem no município há mais de 10 anos, cujos dados apontam para 56,2% do total. Esse dado revela que no Cadastro Único estão incluídas, majoritariamente, as pessoas que estão residindo no município há mais de 10 anos, o que não significa que estejam em situação de rua por igual período, mas que ocorrências de vulnerabilidades sociais levaram as pessoas a estar nessa condição.

Quanto à motivação pela qual as pessoas passaram a morar na rua, no quadro abaixo, são apresentadas as frequências levantadas, cujas opções podem ser de múltiplas escolhas.

**QUADRO 159 – Motivos pelos quais as pessoas passaram a morar na rua**

Principal Motivo	Nº de Pessoas	%
Alcoolismo / Drogas	149	37
Problemas com Familiares	108	27
Desemprego	78	19
Perda de Moradia	37	9,1
Outro	11	2,7
Ameaça / Violência	8	2
Preferência / Opção Própria	8	2
Tratamento de Saúde	6	1,5
Não respondeu	1	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>406</b>	<b>100</b>

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Podemos depreender do quadro acima que 37% das pessoas declararam morar na rua em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas <sup>(81)</sup> e, outros 27%, informaram problemas com familiares. Ambas motivações podem estar correlacionadas uma vez que o uso de entorpecentes é fator para conflitos familiares. Cabe registrar o desemprego e perda da moradia, correspondente a aproximadamente 28% das motivações, que igualmente podem estar relacionadas.

As motivações apresentadas acima denotam que as principais causas para que as pessoas estivessem em situação de rua não estão vinculadas a questões relacionadas a modo de vida, mas a situações que demonstram vulnerabilidade social, resultado do contexto de desigualdades sociais que caracterizam violação de direitos, não configurando idiosincrasias pessoais. Essa premissa está embasada pelo número de pessoas que declararam viver na rua por preferência ou opção própria, cujo percentual é de somente 2%, ou 8 pessoas.

Outro bloco de questões, revelam como ocorre a participação dos usuários em atividades comunitárias ou frequência a programas/serviços da rede socioassistencial. Podemos perceber de antemão a baixa participação em instituições que possam revelar algum empoderamento como movimento social, o que pode ser corroborado nos quadros abaixo.

<sup>81</sup> O Movimento Nacional de População de Rua ressalta que o uso de drogas e álcool não deve ser entendido como a causa, mas sim como consequência da situação de exclusão a que essas pessoas estão expostas.

**QUADRO 160** – Frequência a alguma atividade comunitária

Instituição	Nº de Pessoas	%
Escola	5	2,0
Associação	7	2,8
Cooperativa	2	0,8
Movimento Social	6	2,4
Não sabe / Não lembra	157	63,1
Não respondeu	72	28,9
Total	249	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Dessa forma, verifica-se que número diminuto da população em situação de rua participa de alguma atividade comunitária, onde foram contabilizadas 20 pessoas que declararam frequentar escola, associação, cooperativa ou movimento social. A grande maioria das pessoas não respondeu a esse quesito ou não sabe ou não lembra.

Por outro lado, verificamos que a participação em instituições e/ou programas da rede socioassistencial que atendem a esse público-alvo é relevante, ao menos para aquelas que estão incluídas no Cadastro Único, como podemos verificar no Quadro 161.

**QUADRO 161** – Número de pessoas em situação de rua que acessaram programas da Rede Socioassistencial.

Instituição	Nº de Pessoas	%
Centro POP	206	52
Instituição de Acolhimento Governamental	123	31
CREAS	21	5,3
Instituição de Acolhimento Não Governamental	16	4,1
CRAS	14	3,6
Hospital / Clínica Geral	9	2,3
Nenhum	4	1
Total	393	100

Fonte: Base de dados do Cadastro Único (março de 2016).

Como esse quesito admite múltiplas marcações, verificamos que 52% pessoas acessaram ou acessam o Centro POP, as quais eventualmente podem acessar, também, os demais programas. As instituições de acolhimento, sejam elas governamentais ou não governamentais, representam outros 35,1% do total de pessoas que acessaram algum dos programas da rede socioassistencial.

Outros levantamentos e estudos foram realizados relacionados a esse segmento populacional. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por exemplo, assumiu o compromisso de formular políticas públicas dirigidas para a população em situação de rua.



E, para atingir esse escopo, foi contratado instituto de pesquisa para realizar, em 2007 e 2008, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Foram selecionadas todas as capitais e os municípios com população acima de 300 mil habitantes, totalizando 71 municípios, dentre os quais, o município de Caxias do Sul.

Na época, foram identificadas 58 pessoas em situação de rua no município, das quais 91,4% era do sexo masculino. Aproximadamente 50% tinham entre 25 e 44 anos e 75,5% não concluíram o ensino fundamental. Outra característica identificada, apontou que 55,2% das pessoas se declararam brancos, outros 22,4% pardos e, se declararam pretos 19% do total.

Sobre o local escolhido para pernoitar, 43,1% informaram que utilizavam a rua para esse fim e, outros 41,4%, declararam utilizar espaços como o albergue. Em relação à trajetória e deslocamento das pessoas, 46,6% sempre viveram no município. Dos demais, 48,3% vieram de outros municípios do Rio Grande do Sul e somente 5,2% vieram de outras unidades federativas.

Os principais motivos pelos quais as pessoas passaram a viver na rua foram o alcoolismo / drogas (21,3%), problemas com familiares (7,5%) e ameaça / violência (6,3%). Os demais, não responderam a essa questão (47,1%).

Sobre as formas para obtenção de dinheiro para sua sobrevivência, 24,1% afirmaram ser catadores de material reciclável, 5,2% eram flanelinhas e 5,2% trabalhavam com vendas. Somente 8,6% das pessoas declararam pedir dinheiro para sua sobrevivência.

Um segundo levantamento realizado com pessoas em situação de rua, foi realizado a partir de abril de 2012, pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Proteção Social<sup>(82)</sup>. Com o título “Avaliação do Processo de Cadastramento de Populações em Situação de Rua com uso de Substâncias Psicoativas”, essa pesquisa teve, como marco inicial, situações levantadas pela mídia impressa e televisiva, que apontava para o abuso de substâncias psicoativas, principalmente o crack, “tendo em vista que as repercussões transcendem os aspectos do comprometimento dos usuários, produzindo o aumento dos índices de violência e criminalidade e gerando uma identificação inicial com a política da segurança”. (Caxias do Sul, 2012, p. 1).

Na ocasião, foram citados 14 pontos de consumo de entorpecentes, mapeadas pela Brigada Militar, denominadas cracolândias. Iniciadas as discussões entre as políticas de segurança pública, saúde e assistência social para fins de estruturação de ações articuladas, as equipes de saúde e da assistência social “expuseram fragilidades com relação a operacionalização de abordagens, em virtude de vínculos terapêuticos estabelecidos, bem como do possível risco oferecido aos profissionais” (Caxias do Sul, 2012, p.1).

A ação tinha como objetivos: (1) mapear locais mais incidentes (de consumo),

<sup>82</sup> Divisão da Guarda Municipal – CAP/GM – Centro de Ações Preventivas.

enquanto ação precursora às ações da saúde pública voltada a usuários de substâncias psicoativas como o "consultório de rua", (2) dimensionar a problemática do abuso de crack entre as populações em situação de rua, estabelecendo perfil dos dependentes químicos de forma a subsidiar a constituição de ações articuladas entre a rede assistencial e (3) colaborar com a rede de saúde e assistência social, oferecendo suporte na redução de agravos nos casos de dependência, no desenvolvimento da autonomia individual dos usuários e de suas famílias na busca de novos projetos de vida (Caxias do Sul, 2012, p. 1).

Foram preenchidos 68 cadastros em 23 pontos de 17 bairros <sup>(83)</sup> utilizados para consumo do crack. Como resultados encontrados pela equipe, expomos o perfil das pessoas em situação de rua (principais aspectos):

- Faixa etária: 57% tinham entre 20 e 30 anos e, acima de 40 anos, 16%;
- Sexo: 72% masculino e 28% feminino;
- Naturalidade: 47% eram nascidos em Caxias do Sul;
- Tempo de residência: 30% dos usuários que não nasceram no município residem há mais de 5 anos e somente 10% foram caracterizados como população flutuante;
- Escolaridade: 60% com ensino fundamental incompleto; 7,4% com ensino médio completo; 11,7% ensino fundamental completo; 5,8% com ensino médio incompleto; 5,8% com nível superior incompleto;
- Uso de substâncias psicoativas: 51% somente crack; 35% crack e outras substâncias; 7,35% somente álcool;
- Acesso à rede socioassistencial (principais serviços): Comunidade terapêutica (25%); CAPS Reviver (25%); Desintoxicação (19,11%); Centro POP (2,95%); Nunca acessou (42,65%).

Cabe ressaltar as percepções da equipe que realizou o levantamento quando da abordagem às pessoas em situação de rua:

- Os usuários apresentaram comportamento receptivo, não oferecendo resistência e colaborando nas entrevistas;
- Não foram encontrados foragidos da justiça e nem pessoas com antecedentes criminais;

<sup>83</sup> - Aeroporto, Centro, Cinquentenário, Exposição, Jardelino Ramos, Lourdes, Marechal Floriano, Mariani, Monte Carmelo, Montes Claros, Panazzolo, Pio X, Primeiro de Maio, Reolon, São José, São Pelegrino e Serrano.

- Foram identificadas condições sub-humanas em que viviam, tão problemático quanto o próprio uso do crack;
- Sofrimento imensurável dos sujeitos, o que pode obscurecer as expectativas quanto à inserção nas modalidades assistenciais oferecidas;
- O que leva as pessoas a fazerem uso abusivo do crack, é a exclusão social, falta de acesso às políticas de educação, saúde, habitação, em suma, privação da cidadania e identidade.

Um dado interessante salientado, neste levantamento, foi o de que é o quase nulo acesso destes usuários ao Centro POP Rua e, o percentual expressivo das pessoas em situação de rua que nunca acessaram nenhuma das políticas públicas pertinentes.

Outro estudo que teve a população em situação de rua como foco de sua pesquisa, foi a dissertação de Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social, redigida pela Assistente Social Eler Sandra de Oliveira<sup>(84)</sup>. Com o título “Sem uma Casa Sou um Indigente: Uma Etnografia das Formas de Trocas Sociais Vividas por Pessoas em Situação de Rua em Caxias do Sul”, foi realizado estudo etnográfico com a observação do cotidiano, análise da trajetória social e narrativa biográfica de amostra representativa da população em situação de rua. Através dessas análises é demonstrado como vivem e como são percebidos por várias instituições, enquanto sujeitos de direitos, as pessoas que vivem nessa condição, apontando para a ausência de políticas públicas sociais, entre outros possíveis encaminhamentos da pesquisa.

Embora não haja nenhum levantamento oficial, há que se ressaltar, também, que no município foram noticiados a morte de pessoas em situação de rua que utilizaram containers de lixo orgânico como local para pernoitar e, ainda, casos de pessoas em situação de rua que foram encontradas mortas, em decorrência, provavelmente, de hipotermia. Cabe salientar, ainda, a ocorrência de violação de direitos à população em situação de rua, com a identificação de casos de violência e com o registro de pessoas que foram queimadas, uma das quais tendo perdido a vida. Para essa, foi prestada homenagem pelo município, com a troca da denominação do antigo albergue municipal para Casa de Passagem Carlos Miguel dos Santos.

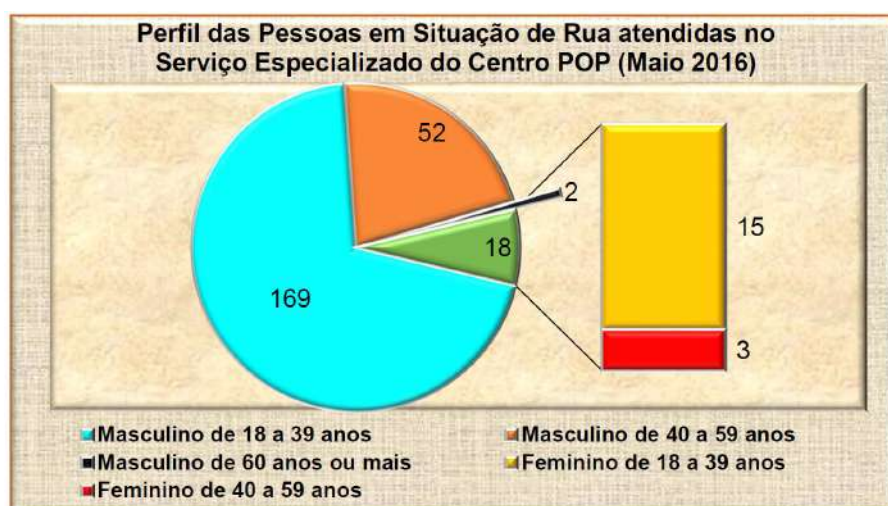
Para esse diagnóstico da população de rua, também obteve-se dados do Centro Pop – Rua, unidade pública que atende esse público no município ofertando o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua<sup>85</sup> e o Serviço Especializado em

<sup>84</sup> - Ex-Coordenadora do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua da Fundação de Assistência Social (FAS), atualmente Assistente Social do CRAS Centro da FAS.

<sup>85</sup> - Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que

Abordagem Social<sup>86</sup>, conforme mencionado anteriormente na cobertura da rede dois serviços. Considerando-se as listagens dos nomes contidos nos relatórios de atendimentos desses serviços e sendo eliminadas as repetições de pessoas que foram atendidas em ambos, referentes ao mês de maio de 2016, constatou-se o número total de 293 pessoas diferentes que foram atendidas. E especificando essa quantidade por tipo de serviço, segundo os dados obtidos no Relatório Mensal de Atendimento (RMA) do Centro Pop, durante o mesmo mês de referência, 241 pessoas em situação de rua foram atendidas apenas pelo Serviço Especializado. No que diz respeito ao sexo e a faixa etária, a maioria deles eram do sexo masculino, nas faixas etárias de 18 a 39 anos (169 pessoas), 40 a 59 anos (52) e a minoria do sexo feminino na faixa etária 18 a 39 anos (15), conforme o Gráfico 123.

**GRÁFICO 123 – Sexo e faixa etária das pessoas em situação de rua**



Fonte: Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop Rua (2016).

Enquanto características específicas dessa população, foi identificado nesses atendimentos: 186 pessoas usuárias de Crack ou outras drogas, 103 que fazem uso abusivo de bebidas alcoólicas, 17 migrantes e 9 pessoas com doença ou transtorno mental.

oportunizem a construção de novos projetos de vida. Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientação individual e grupal e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência. Além disso, promove o acesso a espaço de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação, provisão de documentação civil e proporciona endereço institucional para utilização, como referência, do usuário (RESOLUÇÃO Nº109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009).

<sup>86</sup> - O serviço de abordagem funciona das 8:00 às 18:00 horas de segunda a sexta e das 18:00 às 22:00 horas durante toda a semana. A equipe trabalha de duas formas: por busca ativa (visita dos pontos já conhecidos) e por solicitação (quando a comunidade solicita por telefone). Durante a abordagem a equipe busca, através do vínculo, convencer o usuário a acessar os serviços disponíveis: Centro Pop, Casas de Passagem e Serviços de Saúde (CAPS e Postão 24 hrs, quando necessário).

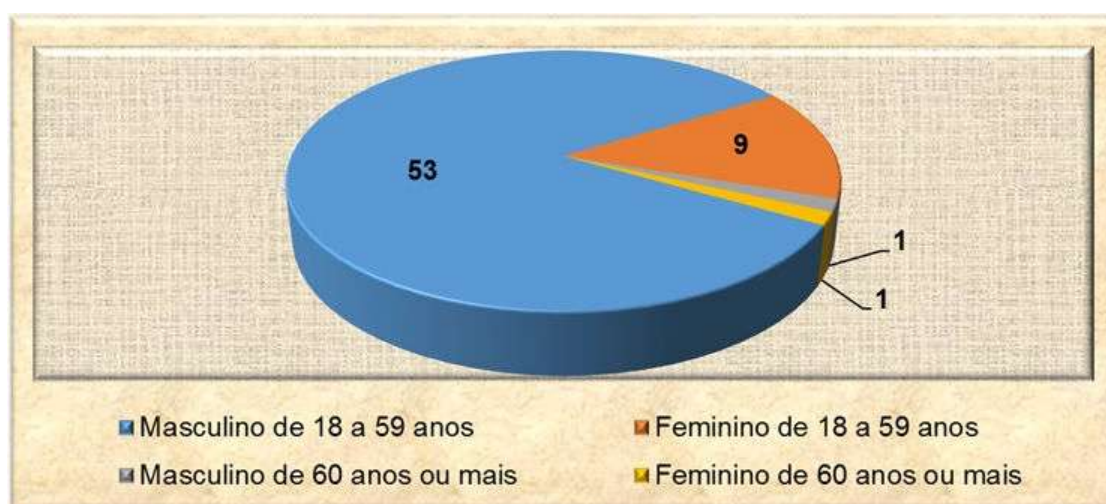
**GRÁFICO 124** – Características identificadas nas pessoas atendidas no serviço especializado do Centro POP (Maio 2016)



Fonte: Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop Rua (2016).

E no Serviço de Abordagem Social, também no mês de maio de 2016, 64 pessoas em situação de rua foram abordadas pela equipe e doze delas atendidas também pelo Serviço Especializado. Sendo a maioria também do sexo masculino na faixa etária de 18 a 39 anos (53) e a minoria do sexo feminino na mesma faixa etária (9) (Gráfico 125). O que demonstra, conforme esses dados, que trata-se de uma população de jovens adultos, com predominância do sexo masculino e de usuários de crack ou outras drogas.

**GRÁFICO 125** – Perfil das pessoas atendidas pelo Serviço de Abordagem Social (Maio 2016)



Fonte: Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop Rua (2016).

Nestas abordagens foram identificadas 39 situações de pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas e 29 pessoas adultas usuárias de álcool, não sendo encontrado crianças, adolescentes e imigrantes (Gráfico 126). O que nos permite visualizar que todas as pessoas abordadas por este serviço em situação de rua, no mês de maio de

2016, foram adultas e usuárias de Substâncias Psicoativas (SPAS).

**GRÁFICO 126** – Características identificadas nas pessoas em situação de rua atendidas pelo Serviço de Abordagem Social (Maio 2016)

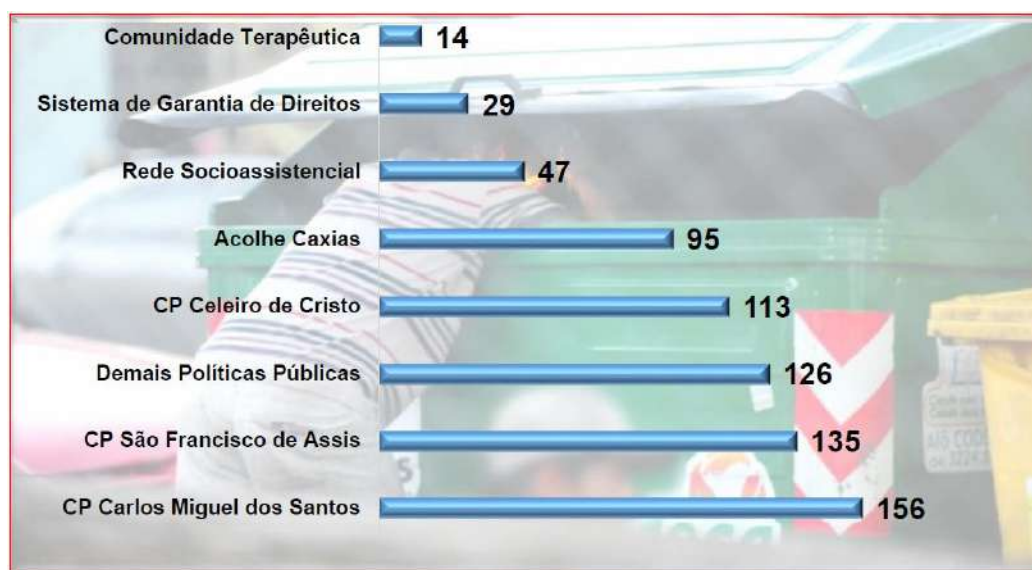


Fonte: Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop Rua (2016).

A maior parte dos encaminhamentos realizados para essa população, de janeiro a maio de 2016, foi para os Serviços de Acolhimento Institucional do município, sendo 156 para Casa de Passagem (CP) Carlos Miguel dos Santos, 135 para Casa São Francisco de Assis e 113 para Casa Celeiro de Cristo (Gráfico 127). E considerando apenas o mês de maio, realizou-se 75 encaminhamentos para os serviços de acolhimento, sendo 29 à Casa de Passagem Carlos Miguel dos Santos, 31 à Casa São Francisco de Assis e 15 à Casa Celeiro de Cristo.

Segundo as respostas da equipe do Centro Pop, em questionário submetido à mesma no mês de maio de 2016, os fatores que influenciam na demanda por acolhimento institucional são: rompimento dos vínculos familiares por uso abusivo de SPA's, climático, rixas na rua, tratamento de saúde, comprovação de vínculo empregatício formal/informal. Foi relatado também pela equipe que das pessoas atendidas no Serviço de Abordagem, 45 se recusaram a ser encaminhadas para as Casas de Passagem, justificando terem dificuldade com as regras do local, como: a proibição do uso de substância e a exigência de banho diário. Essa dificuldade dos usuários com os regramentos dos serviços de acolhimento institucional, também é problematizada na pesquisa etnográfica de Oliveira (2016, p.47e 48). Nela as pessoas em situação de rua relataram em seus discursos razões para preferirem “se virar” na rua em vez de serem acolhidos.



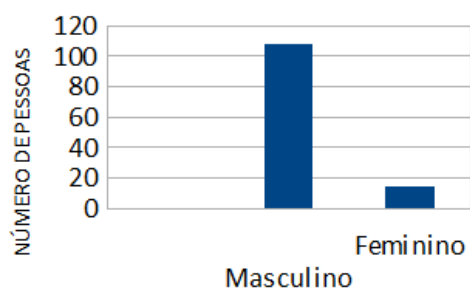
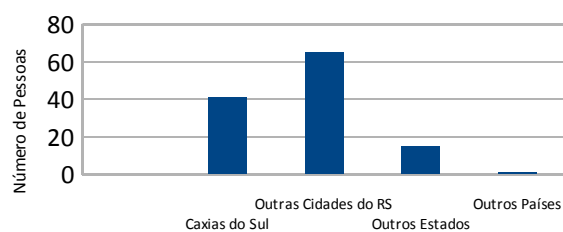
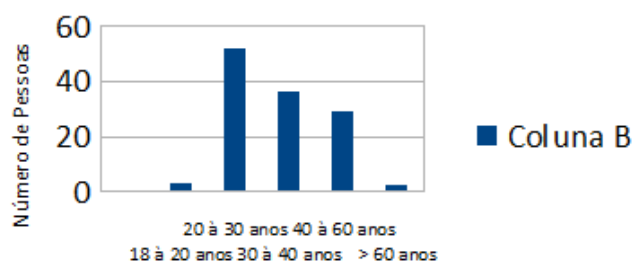
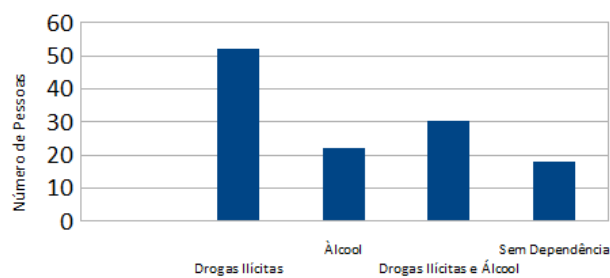
**GRÁFICO 127 – Encaminhamentos realizados pelo Centro POP (2016)**

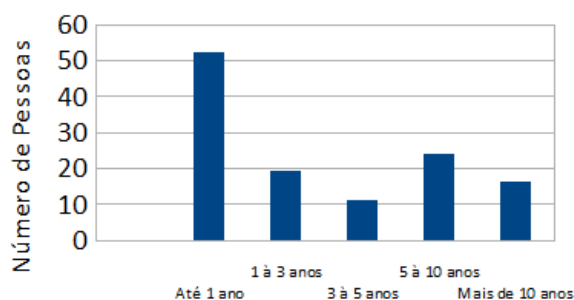
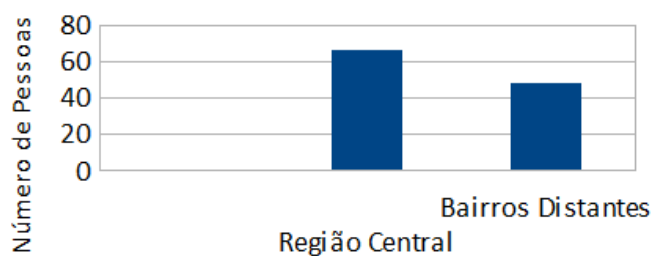
Fonte: Relatório Mensal de Atendimento do Centro Pop Rua (2016).

Como pode-se perceber no gráfico acima, também houve um número expressivo de encaminhamentos para demais políticas públicas (126), e dentre esses, a equipe técnica reconhece, a partir das demandas trazidas pelos usuários, que se referem à: saúde (CAPS – acolhimento para desintoxicação e escuta; PA 24 horas – internação e consultas de urgência/emergência e UBS's – consultas médicas, odontológicas e curativos); e à Secretaria de Segurança Alimentar. Bem como, as outras instituições do Sistema de Garantia de Direitos e Previdência Social.

O Centro Pop entrevistou nos meses de fevereiro a maio de 2016, 122 usuários, com o objetivo de conhecer melhor o público atendido. Destes, cerca de 89% são do sexo masculino (108 pessoas, conforme o Gráfico 128), 35% são munícipes (41 pessoas de Caxias do Sul, de acordo com o Gráfico 129) e 72% estão na faixa etária dos 20 à 40 anos (88 pessoas, como demonstra o Gráfico 130). Dos entrevistados, 85% verbalizam ser dependentes de alguma SPA's (104 pessoas, conforme o Gráfico 131), 43% informaram estar em situação de rua a menos de 1 ano (52 pessoas como expressa o Gráfico 132). Em relação ao local onde costumam dormir, 55% (66 pessoas, segundo o Gráfico 14) dizem passar a noite em algum ponto na região Central da cidade, os demais passam a noite em bairros periféricos.



**GRÁFICO 128 - Sexo****GRÁFICO 129 - LOCAIS DE ORIGEM****GRÁFICO 130 - IDADES****GRÁFICO 131 - DEPENDÊNCIAS**

**GRÁFICO 132- TEMPO EM SITUAÇÃO DE RUA****GRÁFICO 133 - LOCAL ONDE COSTUMAM DORMIR**

Deste modo, de acordo com o Gráfico 133, embora haja uma preferência pela região central da cidade (66 pessoas), os bairros distantes do centro também são escolhidos para estadia pelas pessoas em situação de rua (48), considerando a amostra dos 122 sujeitos atendidos pelo Centro Pop de fevereiro a maio de 2016.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, espera-se que os dados apresentados possam subsidiar novas ações e reorganizações na Política de Assistência Social do Município de Caxias do Sul. Uma vez que, através deles, é possível identificar informações territorializadas de seis regiões e suas respectivas semelhanças e diferenças, bem como: as localidades de maior vulnerabilidade social em cada uma delas, considerando os indicadores utilizados; a cobertura da rede socioassistencial ofertada e minimamente algumas demandas para novos serviços. E nesse sentido, podem contribuir na qualificação da atuação dos CRAS na gestão de seus respectivos territórios, e nas decisões do órgão gestor ao sinalizarem a necessidade de fortalecimento da Proteção Social Básica, através da ampliação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, principalmente nas regiões periféricas da cidade.

Para próxima versão desse diagnóstico, sugere-se aprofundar as análises dos dados já levantados e a pesquisa em fontes oficiais de dados e indicadores do Município e Estado, como aqueles disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)<sup>87</sup>, Ministério do Trabalho<sup>88</sup>, IBGE, INEP, DATASUS, INSS, entre outros. A partir dos dados e indicadores oriundos dessas fontes oficiais objetiva-se, após a identificação dos bairros que apresentarem maiores vulnerabilidades sociais, a realização de entrevistas com (a) Presidentes de Associações de Moradores, (b) coordenadores e técnicos das Entidades de Assistência Social da Rede Socioassistencial Pública e Privada do SUAS, (c) Diretores e professores das escolas com maior incidência de alunos identificados em situação de pobreza e de extrema pobreza, (d) coordenadores, técnicos e agentes comunitários da Secretaria de Saúde, em especial das UBS dos bairros mais vulneráveis e (d) entrevistas com famílias dos bairros mais vulneráveis a partir do levantamento de dados das fontes oficiais acima arroladas.

Ressalta-se também a necessidade de ampliar os indicadores de vulnerabilidade social. Observou-se diante dos dados levantados que um dos indicadores relevantes para investigação seria o acesso as políticas públicas, tendo

<sup>87</sup> Alguns dos dados disponíveis são encontrados no “Data Social – Dados e Indicadores Sociais e de Programas do MDSA”; “MI Social – Matriz de Informação Social”; “IDV – Identificação de Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade”; Relatórios disponíveis no Sistema de Condicionalidades do PBF (SICON); Base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; SAGI, SUAS WEB, entre outros.

<sup>88</sup> Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral e Empregados e Desempregados (CAGED).

em vista que há uma população que ainda não acessa os serviços por desconhecimento. Por isso, indica-se a realização de pesquisas junto aos usuários a fim de identificar o alcance da Política de Assistência Social identificando-se assim sua capilaridade. Para realização das mesmas torna-se imprescindível a criação de parcerias com Instituições de Ensino Superior a fim de viabilizar a execução das mesmas pelos acadêmicos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

\_\_\_\_\_. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. 2009

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Portaria 177 de 16 de junho de 2011. Define Procedimentos para a Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

\_\_\_\_\_. Censo 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ESPEIORIN, Vagner. (2014). A Nova Cara do Imigrante. Revista da UCS. Ano 2, nº 11. Disponível em <https://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-11a-edicao/senegal-a-nova-cara-do-imigrante/>

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – Dados do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <http://feedados.fee.tcche.br/feedados/>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2017). Dados educacionais do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>

Koga, Dirce. (2011). Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª Edição – São Paulo – Cortez.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. (2017) Mapa Social do Município de Caxias do Sul. Disponível em: [http://www.mprs.mp.br/areas/mapa\\_social/arquivos/relatorios/sociais/SOC\\_29\\_29.pdf](http://www.mprs.mp.br/areas/mapa_social/arquivos/relatorios/sociais/SOC_29_29.pdf)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em <http://www.ssp.rs.gov.br/estatisticas>.

**7 LISTA DE SIGLAS**

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro Especializado de Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

NIS - Número de Identificação Social

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS – Plano Nacional de Assistência Social

SAI – Serviço de Acolhimento Institucional

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social